

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

MALOQUEIROS E SEUS PALÁCIOS DE BARRO:
O COTIDIANO DOMÉSTICO NA CASA BANDEIRISTA

ORIENTANDO: PAULO EDUARDO ZANETTINI
ORIENTADORA: PROF^a DR^a MARGARIDA DAVINA ANDREATTA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Arqueologia.

São Paulo
Dezembro de 2005

RESUMO

As Casas Bandeiristas, sedes de fazendas construídas ao redor da vila de Piratininga no decorrer dos séculos XVII e XVIII, são reexaminadas pela óptica da Arqueologia. A partir da análise de componentes construtivos e materiais arqueológicos exumados nessas edificações, são discutidas posições há muito consolidadas na produção historiográfica sobre a dinâmica socioeconômica da São Paulo colonial. Propõem-se novas funções e significações para a casa, considerada como componente ativo na conformação e consolidação do espaço colonial mercantil ao longo do vale do Tietê. O estudo da cerâmica de produção local/regional traz de volta à história personagens esquecidos nas demais fontes documentais, contribuindo para a compreensão da inserção dos homens livres no seio da ordem escravocrata. Do alpendre da Casa Bandeirista, divisa-se a aldeia global com sua complexidade e dinâmica próprias, em ritmo e compasso com o processo de mundialização em curso. Por fim, busca-se vislumbrar a reinserção e aproveitamento desses bens enquanto monumentos de alta relevância para a história da metrópole.

Palavras-chave: Arqueologia Histórica, São Paulo colonial, Casas Bandeiristas, cerâmica neo-brasileira, Arqueologia da Arquitetura.

ABSTRACT

The 'Bandeirista' Houses, considered as the rural headquarters built around the Piratininga village during the 17th and 18th centuries, are herein re-examined from the point of view of Archaeology. Following the analysis of its building components and archaeological remains, this work discusses some long-time established ideas within the literature of São Paulo's colonial economy and social dynamics. New functions and meanings are proposed for the house, considering it an active element in the process of constitution of the colonial space along the Tiete river valley. The study of local/regional ceramics brings back to history some of the players who were forgotten in other sources, thus contributing to the understanding of the role of freemen within this slave-based society. It is then possible to envision São Paulo as a global village, with its own complexity and dynamics, consistent with the ongoing process of globalization at the times. Finally, this work makes propositions aiming at the reinsertion of the Bandeirista houses into the metropolis cultural life as highly important monuments to its history.

Key-words: Historical Archaeology, colonial Sao Paulo, 'Bandeirista' Houses, Neo-Brazilian tradition, Archaeology of Architecture.

ÍNDICE

LISTA DE PRANCHAS.....	V
LISTA DE TABELAS	IX
LISTA DE GRÁFICOS	X
PALAVRAS INICIAIS E NECESSÁRIAS	1
ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XX.....	1
INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	3
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	14
CAPÍTULO 2 – O CENÁRIO.....	32
CAPÍTULO 3 – A CASA	68
A TRAJETÓRIA DO ARTEFATO: DESCONSTRUINDO A MORADA DO BANDEIRANTE	68
A CASA SOB O OLHAR DA ARQUITETURA	70
Condições históricas para a construção da Casa Bandeirista	70
A materialização do morar paulista na Casa Bandeirista: seus atributos	73
O partido bandeirista: similaridades e dissonâncias	76
Matérias-primas e técnicas construtivas	80
Implantação no terreno	83
O projeto: da origem acadêmica à versão vernacular	84
Evolução formal e cronologia.....	90
A CASA AO OLHAR DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA.....	91
Arqueólogos invadem a casa.....	91
Casa do Tatuapé	94
Sítio Morrinhos.....	109
Sítio do Capão	131
O MONOLITO EM MOVIMENTO: PAULISTAS SE MOVEM E AS CASAS SE MODIFICAM.....	150
Planta europeia em solo tupiniquim e uso mameluco.....	153
Zonas, funções e atividades: negociando e resistindo	164
Possibilidades de releitura dos espaços da edificação bandeirista	168

CAPÍTULO 4 – AS COISAS	180
DOS EQUIPAMENTOS HERDADOS À TRALHA DESCARTADA.....	180
A retomada das coleções	182
Isolando componentes.....	183
A cerâmica de produção local/regional	185
Esferas do cotidiano	185
ACERVO DA CASA DO TATUAPÉ.....	187
Esfera alimentar: preparo, estocagem e consumo de alimentos	190
Edificação, manutenção e cotidiano produtivo.....	198
Armamentos e munição	201
Uso e higiene pessoal	202
Lazer e entretenimento	208
Mobiliário	208
ACERVO DO SÍTIO MORRINHOS	212
Esfera alimentar: preparo, estocagem e consumo de alimentos	213
Edificação, manutenção e cotidiano produtivo.....	221
Uso e higiene pessoal	221
ACERVO DO SÍTIO DO CAPÃO.....	227
Esfera alimentar.....	228
Edificação, manutenção e cotidiano produtivo.....	239
Uso e higiene pessoal	243
Lazer.....	243
A LOUÇA DE PRODUÇÃO LOCAL/REGIONAL.....	246
Produção e distribuição da cerâmica: rearranjos.....	246
Resultados das análises empreendidas	254
Os vasilhames reconstituídos e suas funções presumidas.....	296
Uma olaria no meio do caminho	311
Trilhando caminhos entre caçoilas, sertãs, potes e vasilhas	325
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO	344
BIBLIOGRAFIA	357

ANEXO 1: A Retomada dos Acervos das Casas Bandeiristas

ANEXO 2: Atributos para Análise do Material Cerâmico

ANEXO 3: Análises Mineralógicas e Químicas de Cerâmicas Arqueológicas

LISTA DE PRANCHAS

1. Palavras Iniciais: Casas no passado – década de 1980
2. Palavras Iniciais: Casas no presente – século XX
3. Cenário: Paisagem pré-colonial
4. Cenário: Paisagem século XVI (pós-contato)
5. Cenário: Paisagem século XVII e XVIII
6. Cenário: Ocupação do vale do ribeirão Carapicuíba do século XVI ao XVIII
7. Casa: Valorizando a casa paulista
8. Casa: As origens do projeto
9. Casa: Casas Bandeiristas do Município de São Paulo
10. Casa: Casa do Tatuapé – vista geral
11. Casa: Casa do Tatuapé – plantas e cortes
12. Casa: Casa do Tatuapé – fachadas
13. Casa: Casa do Tatuapé – restauração década de 1980
14. Casa: Casa do Tatuapé – plano de escavação
15. Casa: Casa do Tatuapé – fotos de escavações
16. Casa: Casa do Tatuapé – evidenciação do piso no Cômodo 9
17. Casa: Sítio Morrinhos – vista geral
18. Casa: Sítio Morrinhos – plantas
19. Casa: Sítio Morrinhos – corte e fachada
20. Casa: Sítio Morrinhos – plano de escavação
21. Casa: Sítio Morrinhos – plano de escavação – trincheiras, cachimbos e decapagens
22. Casa: Sítio Morrinhos – fotos de escavações
23. Casa: Sítio Morrinhos – pontos indicados para pesquisa
24. Casa: Sítio Morrinhos – indicação envasaduras
25. Casa: Sítio Morrinhos – Cômodo 1
26. Casa: Sítio Morrinhos – Cômodo 2
27. Casa: Sítio Morrinhos – Cômodo 3
28. Casa: Sítio Morrinhos – Cômodo 4
29. Casa: Sítio Morrinhos – Cômodo 5
30. Casa: Sítio Morrinhos – Cômodo 6
31. Casa: Sítio Morrinhos – Cômodo 7
32. Casa: Sítio Morrinhos – Cômodo 8
33. Casa: Sítio do Capão – foto aérea
34. Casa: Sítio do Capão – visão rural e orfanato Anália Franco
35. Casa: Sítio do Capão – prospecções geofísicas de caráter não invasivo
36. Casa: Sítio do Capão – localização das sondagens e trincheiras
37. Casa: Sítio do Capão – exemplo de tomografia: casa-sede em taipa
38. Casa: Sítio do Capão – evolução do conjunto edificado: primeira fase (séculos XVII-XVIII)
39. Casa: Sítio do Capão – conformação dos depósitos arqueológicos (séculos XVIII-XX)
40. Casa: Sítio do Capão – escavação virtual na parte posterior da área edificada
41. Casa: Sítio Calu – planta de escavação

42. Casa: A Casa Bandeirista: variabilidade da forma (séculos XVII ao XIX)
43. Casa: A casa e a Arqueologia – planta baixa do sítio Morrinhos com dois blocos e divisórias desaparecidas
44. Casa: A casa e a Arqueologia – tomografias no sítio do Capão
45. Casa: A casa e a Arqueologia – modelo de análise espacial Hillier e Hanson
46. Casa: A casa e a Arqueologia – aplicação do método de análise Gama à Casa Bandeirista (séculos XVII ao XIX)
47. Casa: A casa e a Arqueologia – de casa a complexo multifuncional
48. Coisas: Casa do Tatuapé – acervo: totais comparativos e esferas
49. Coisas: Casa do Tatuapé – esfera alimentar
50. Coisas: Casa do Tatuapé – esfera alimentar
51. Coisas: Casa do Tatuapé – esfera alimentar
52. Coisas: Casa do Tatuapé – esfera alimentar
53. Coisas: Casa do Tatuapé – edificação, manutenção e cotidiano produtivo
54. Coisas: Casa do Tatuapé – armamentos e munição
55. Coisas: Casa do Tatuapé – armamentos e munição
56. Coisas: Casa do Tatuapé – uso e higiene pessoal
57. Coisas: Casa do Tatuapé – uso e higiene pessoal
58. Coisas: Casa do Tatuapé – uso e higiene pessoal, lazer e entretenimento
59. Coisas: Casa do Tatuapé – mobiliário
60. Coisas: Sítio Morrinhos – acervo: totais comparativos e esferas
61. Coisas: Sítio Morrinhos – esfera alimentar
62. Coisas: Sítio Morrinhos – esfera alimentar
63. Coisas: Sítio Morrinhos – esfera alimentar
64. Coisas: Sítio Morrinhos – esfera alimentar
65. Coisas: Sítio Morrinhos – edificação, manutenção e cotidiano produtivo: armamentos e munição
66. Coisas: Sítio Morrinhos – uso e higiene pessoal: adornos domésticos
67. Coisas: Sítio Morrinhos – uso e higiene pessoal
68. Coisas: Sítio do Capão – acervo: totais comparativos e esferas
69. Coisas: Sítio do Capão – esfera alimentar
70. Coisas: Sítio do Capão – esfera alimentar
71. Coisas: Sítio do Capão – esfera alimentar
72. Coisas: Sítio do Capão – esfera alimentar
73. Coisas: Sítio do Capão – esfera alimentar
74. Coisas: Sítio do Capão – esfera alimentar
75. Coisas: Sítio do Capão – esfera alimentar
76. Coisas: Sítio do Capão – edificação, manutenção e cotidiano produtivo
77. Coisas: Sítio do Capão – edificação, manutenção e cotidiano produtivo
78. Coisas: Sítio do Capão – uso e higiene pessoal
79. Coisas: Sítio do Capão – lazer e entretenimento
80. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: casa do Tatuapé – decorações
81. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: sítio Morrinhos – decorações
82. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: sítio do Capão – decorações

83. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: sítio do Capão – decorações plásticas simples: tipo incisadas/penteadas
84. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: sítio do Capão – decorações plásticas simples – tipos diversos – decorações plásticas sobrepostas
85. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: sítio do Capão – decorações plásticas duplas
86. Coisas: A cerâmica de produção local/regional – motivos incisados/penteados
87. Coisas: A cerâmica de produção local/regional – tipologia dos vasilhames
88. Coisas: Casa do Tatuapé – vasilhames cerâmicos: reconstituições morfológicas
89. Coisas: Sítio Morrinhos – tigelas rasas: reconstituições morfológicas
90. Coisas: Sítio Morrinhos – tigelas fundas: reconstituições morfológicas
91. Coisas: Sítio Morrinhos – vasos profundos: reconstituições morfológicas
92. Coisas: Sítio Morrinhos – prato: reconstituições morfológicas
93. Coisas: Sítio Morrinhos – tampas: reconstituições morfológicas
94. Coisas: Sítio do Capão – tigelas rasas: reconstituições morfológicas
95. Coisas: Sítio do Capão – tigelas fundas: reconstituições morfológicas
96. Coisas: Sítio do Capão – vasos profundos: reconstituições morfológicas
97. Coisas: Sítio do Capão – prato: reconstituições morfológicas
98. Coisas: Sítio do Capão – tampas: reconstituições morfológicas
99. Coisas: A cerâmica de produção local/regional – casa do Tatuapé: funcionalidade das vasilhas
100. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: sítio Morrinhos – funcionalidade das vasilhas: consumo individual
101. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: sítio Morrinhos – funcionalidade das vasilhas: processamento, serviço e/ou cocção
102. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: sítio Morrinhos – funcionalidade das vasilhas: processamento e/ou serviço
103. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: sítio do Capão – funcionalidade das vasilhas: consumo individual; processamento e/ou serviço
104. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: sítio do Capão – funcionalidade das vasilhas: processamento, serviço e/ou cocção
105. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: sítio do Capão – funcionalidade das vasilhas: armazenamento e/ou serviço
106. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: sítio Morrinhos – reconstituições em 3D a partir do desenho dos perfis de bordas dos vasilhames
107. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: sítio do Capão – reconstituições em 3D
108. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: uma olaria no meio do caminho – fotos de escavações
109. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: uma olaria no meio do caminho – cerâmica
110. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: uma olaria no meio do caminho – cerâmica
111. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: uma olaria no meio do caminho – cerâmica

112. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: uma olaria no meio do caminho – formas dos vasilhames
113. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: uma olaria no meio do caminho – formas dos vasilhames
114. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: uma olaria no meio do caminho – formas dos vasilhames
115. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: uma olaria no meio do caminho – formas dos vasilhames
116. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: quintal do Museu da Energia de Itu – cerâmica
117. Coisas: A cerâmica de produção local/regional: quintal do Museu da Energia de Itu – cerâmica
118. Coisas: A cerâmica de produção local/regional – sítio Mirim
119. Coisas: A cerâmica de produção local/regional – sítio Mirim
120. Coisas: A cerâmica de produção local/regional – sítio Flamboyant
121. Coisas: A cerâmica de produção local/regional – sítio Sete Lagoas
122. Coisas: A cerâmica de produção local/regional – sítio Corvo
123. Coisas: A cerâmica de produção local/regional – sítio Corvo
124. Coisas: A cerâmica de produção local/regional – sítio Calu
125. Coisas: A cerâmica de produção local/regional – casa do Itaim Bibi
126. Coisas: A cerâmica de produção local/regional – fazenda Búfalo, aldeia de Carapicuíba e Olaria II
127. Saudosa Maloca

LISTA DE TABELAS

1. Cenário: Relação dos sítios históricos e logradouros pesquisados pelo convênio MPUSP/PMSP
2. Cenário: Sítios arqueológicos e achados na Região Metropolitana de São Paulo
3. Casa: Casas Bandeiristas segundo Saia, [1945] 1978.
4. Casa: Casas Bandeiristas e de tradição bandeirista segundo Katinsky, [1972] 1976.
5. Casa: Área útil das edificações bandeiristas
6. Casa: Dados e índices obtidos para o conjunto de amostras selecionadas
7. Coisas: Acervo da casa do Tatuapé
8. Coisas: Bens arrolados no inventário de Ignes Pedrosa de Barros (1715)
9. Coisas: Material osteodontomalacológico coletado na casa do Tatuapé
10. Coisas: Acervo do sítio Morrinhos.
11. Coisas: Material osteodontomalacológico coletado no sítio Morrinhos
12. Coisas: Conjunto de louças vidradas coletadas no sítio do Capão
13. Coisas: Faianças coletadas no sítio do Capão
14. Coisas: Material coletado na lixeira do sítio do Capão
15. Coisas: Distribuição dos fragmentos analisados
16. Coisas: Espessura das peças
17. Coisas: Técnicas de manufatura
18. Coisas: Antiplástico
19. Coisas: Espessura dos antiplásticos
20. Coisas: Espessura dos antiplásticos minerais
21. Coisas: Espessura dos antiplásticos de caco-moído
22. Coisas: Queima
23. Coisas: Tratamento da superfície externa
24. Coisas: Tratamento da superfície interna
25. Coisas: Alterações tafonômicas nos fragmentos cerâmicos
26. Coisas: Técnicas decorativas
27. Coisas: Associação de decorações
28. Coisas: Tipos de engobo
29. Coisas: Decorações plásticas simples
30. Coisas: Decorações plásticas: motivos incisos e/ou penteados
31. Coisas: Formas das bordas
32. Coisas: Formas dos lábios
33. Coisas: Forma das bases
34. Coisas: Ângulo das bases
35. Coisas: Distribuição dos tipos e subtipos de formas
36. Coisas: Função presumida dos vasilhames cerâmicos do sítio Morrinhos
37. Coisas: Função presumida dos vasilhames cerâmicos do sítio do Capão

LISTA DE GRÁFICOS

1. Cenário: Número de pesquisas arqueológicas na Região Metropolitana por década
2. Cenário: Localização dos acervos provenientes das pesquisas realizadas na Região Metropolitana de São Paulo
3. Cenário: Detalhamento das análises dos acervos segundo relatórios consultados
4. Casa: Variabilidade das áreas construídas em m² ao longo do tempo
5. Casa: Evolução da complexidade A
6. Casa: Evolução da complexidade B
- 7-32. Casa: Índice de complexidade B
- 33-58. Casa: Gráficos relacionados à distributividade
59. Coisas: Material coletado na área da lixeira do sítio do Capão
60. Coisas: Decoração
61. Coisas: Formas
62. Coisas: Funções presumidas dos vasilhames cerâmicos (sítio do Capão e Morrinhos)
63. Datações dos disponíveis para o contexto

PALAVRAS INICIAIS E NECESSÁRIAS

ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XX

Foi na Casa Bandeirista do bairro do Tatuapé, no final de 1979, onde travei meu primeiro contato com a tão sonhada e idealizada Arqueologia dos tempos de infância.

Nesta casa tive a felicidade de assistir de perto, enquanto estudante universitário, ao nascimento do primeiro programa consistente de Arqueologia Histórica em solo paulistano. Agarrei-me à oportunidade, passando a integrar na condição de voluntário a equipe de pesquisadores liderada pela Prof.^a Margarida Andreatta. Desse momento em diante vi-me envolvido pouco a pouco em um dos programas de pesquisa arqueológica de maior envergadura, duração e intensidade, levados a cabo na cidade de São Paulo.

No Tatuapé e em outras Casas Bandeiristas submetidas a obras de restauração, também tive – já como estagiário do Departamento do Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo – a felicidade de conviver e aprender com especialistas de diversos campos do conhecimento, dedicados à recuperação e preservação de nosso exíguo patrimônio edificado, herdado do período colonial.

Nas casas combalidas e mal tratadas pelo tempo, modificadas ao longo de séculos para atender a novos usos (alguns bem pouco nobres), eu escutava atento às interpretações, proposições e tomadas de decisão por parte dos responsáveis pelas obras de recuperação em relação ao partido que seria tomado, no intuito de devolver a essas casas a feição julgada original.

Percebia, às vezes, que os dados provenientes das escavações arqueológicas causavam estranheza, ou mesmo um certo desconforto, sendo, via de regra, desconsiderados, permanecendo restritos às páginas de diários de campo e relatórios técnicos. Via-me em meio a pelo menos três discursos, por vezes

conflitantes: um proveniente da interpretação da parca documentação textual identificada pelos historiadores sobre essas habitações, uma segunda vertente de análise, resultante do estudo sistemático do patrimônio edificado e de estruturas verticais remanescentes, elementos da história da técnica e da arte, tarefa conduzida pelos arquitetos, e por fim outro que emanava do subsolo evidenciado abaixo das soleiras e contra-pisos. As escavações arqueológicas revelavam pouco a pouco marcas de esteios, alicerces e indícios de vedações desaparecidas, baldrames enterrados, concentrações de artefatos indicando áreas de atividade, enfim, uma série de informações que fugiam ao repertório das demais disciplinas. De certo modo, tais informações apontavam para a necessidade de se dilatar a discussão em torno do modelo que se dispunha a respeito dessas casas e seu uso no passado. Por outro lado, os fragmentos de objetos resgatados e reconstituídos reportavam a aspectos do cotidiano ali vivenciado, também raramente abordados na literatura e na iconografia produzida a respeito, que deu rosto e vida ao nosso bandeirante, personagem estereotipado que, aliás, prevalece nos livros, manuais escolares e no imaginário coletivo.

Empolgado com esse mundo novo e rico, raramente encontrava eco e espaço para discutir tais problemas na Universidade, salvo em raríssimas oportunidades, a fim de compartilhar experiências ou aprofundar temas como a dissonância dos discursos travados entre textos e o mundo dos objetos ou das possibilidades que esta situação oferecia.

Aliás, imperava no Departamento de História da FFLCH/USP a indiferença em relação à dita civilização material, ao patrimônio edificado, e à própria Arqueologia, vista como “disciplina auxiliar da História”, apesar da propagação do discurso já consolidado da Escola dos *Annales* e dos brados de Jacques Le Goff, Fernand Braudel e seus colegas.¹

Na verdade, pouco me importava, pois as escavações se sucediam num ritmo acelerado, sem interrupções, e eu seguia aprendendo muito em campo com a

¹ Uma exceção digna de menção foram os cursos promovidos pelo Professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, um de nossos mais brilhantes teóricos no campo dos estudos voltados à cultura material.

Prof.^a Margarida. A natureza dos trabalhos impulsionava o projeto de criação de um núcleo voltado à Arqueologia Histórica para atuar em âmbito municipal, sonho que ia sendo lentamente transformado em realidade. Particpei, juntamente com outros colegas, do nascimento de um pequeno Setor de Arqueologia, de olho na possibilidade de alçá-lo a seção autônoma nos quadros da Secretaria Municipal de Cultura. Organizaram-se acervos exumados pelo Programa, encontros foram promovidos. (aliás, alguns pioneiros no campo da Arqueologia Histórica), e deu-se início ao intercâmbio tão necessário com equipes, já consolidadas ou em formação, em outras partes do país.

Todavia, o destino acabou me lançando em outros sertões além-Tietê – rumo ao rio Vaza Barris, em pleno sertão da Bahia, diante do arraial de Canudos, onde vim a residir por alguns anos. Isso acabou forçando o deslocamento de meu foco de interesse e objeto de pesquisa (Prancha 1).

INÍCIO DO SÉCULO XXI

Passadas quase duas décadas, já de volta a São Paulo vejo-me novamente diante dos velhos casarões de taipa de pilão e de uma diversidade significativa de sítios arqueológicos relacionados ao período colonial. Desenvolvo estudos em algumas casas há muito conhecidas. Compactuo com outros pesquisadores na descoberta de edificações ou de estruturas que delas restaram.

Esse reencontro, porém, se dá num contexto bastante distinto.

De início, já não atuo mais em órgãos públicos devotados à preservação do patrimônio, mas sim desenvolvendo pesquisas como profissional autônomo, sob moldes de contrato, ou seja, atendendo às novas demandas relacionadas a processos de licenciamento de empreendimentos de portes diversos (loteamentos, estradas, gasodutos, barragens, etc), modalidade de pesquisa em franco crescimento, ante a consolidação do quadro legal relacionado à proteção dos bens culturais.

Prancha 1

Meu foco de interesse em relação às casas também já não é o mesmo, pois desloco paulatinamente meu olhar do interior das edificações e questões arquitetônicas em direção aos seus quintais e suas adjacências. Do sertão baiano e de outros sertões, trouxe outras preocupações que se refletem diretamente na minha forma de pensar e agir no campo da Arqueologia. São outros os questionamentos, movo-me agora rumo a espaços ditos marginais e ao encontro de personagens, por assim dizer, invisíveis, que viviam à órbita dos casarões. Deixo paulatinamente para trás meus estudos acerca da vidraria européia antiga, das faianças lusitanas e porcelanas do Oriente para aprofundar meu conhecimento a respeito da louça de barro produzida pela “gente paulista” (Prancha 2).

Paralelamente, procuro, à medida do possível, deglutir, por vezes de forma antropofágica, a literatura arqueológica, que se renova e se multiplica exponencialmente mundo afora. De longe, acompanho os debates nos quais a Arqueologia é submetida a grandes questionamentos do ponto de vista epistemológico. Vejo-a revigorada, superando limites que lhe eram impostos, a fim de conquistar sua merecida posição no panteão das Humanidades. Pode-se dizer que a disciplina conhece uma verdadeira revolução, tornando-se cada vez mais rica, plural, multifacetada e amadurecida sob a égide da Pós-Modernidade.

Menos preocupada com falsos dilemas, restrições de ordem cronológica, fronteiras disciplinares, ela se compromete com questões sociais, explorando com propriedade e compartilhando com suas irmãs – seja a Filosofia, a História, a Antropologia, a Geografia, a Psicanálise, seja as Artes e as Tecnologias – temas diversos que vão desde a explanação de processos culturais até as construções identitárias e o resgate e reinserção dos esquecidos ou excluídos da História.

Ademais, em alguns círculos acadêmicos, a autocrítica se torna um exercício permanente, onde se discute e se aprimoram métodos, técnicas e aportes teóricos e instrumentos de análise. Arqueólogos dedicam-se a entender fenômenos e processos ativos e silenciosos de controle e resistência vividos por grupos, etnias, gêneros, classes, além de se debruçar sobre as percepções, as

representações, a paisagem, a manipulação da informação arqueológica, os impactos da globalização e até mesmo sobre as estratégias de democratização de seu discurso junto à sociedade. Enfim, pode-se dizer que a Arqueologia se configura como ciência.

Contraditoriamente, em solo paulistano, a Arqueologia aplicada aos tempos ditos históricos, salvo exemplos bastante pontuais, parece ter permanecido um pouco alheia a todas essas transformações ocorridas nas últimas três décadas, podendo-se até dizer que se manteve numa redoma, em estado letárgico. As equipes foram sendo paulatinamente desfeitas, profissionais como eu migraram de órgãos públicos para o mercado, as instituições de pesquisa mantiveram-se isoladas e muitos dos acervos exumados há décadas acabaram encaixotados, sendo-lhes conferido o mero esquecimento.

E mais, ao visitar há pouco tempo as Casas Bandeiristas que ajudei a escavar na década de 1980, vi-me diante de monumentos mudos, silenciosos, perdidos em meio ao burburinho da metrópole. Notei que estas casas via de regra se apresentavam, ante os raros visitantes que as procuravam, desnudas, vazias, destituídas de sentido. Não se observavam referências ou menções aos resultados das pesquisas arqueológicas nelas conduzidas. Por vezes, alguma vitrine expunha friamente cacos.

Mas há algo que ainda mais me incomoda! Percebo com clareza no exame da literatura que o conhecimento produzido por meio da Arqueologia praticada nas velhas casas paulistas não motivou reflexões entre os estudiosos do tema. Do mesmo modo, o conteúdo disponível tampouco foi traduzido para a população leiga, que enxerga esses casarões de barro – se é que os vê – como a morada de nossos afamados “Bandeirantes”.

Confesso que essa situação vinha me incomodando, transformando-me, forçosamente, em co-partícipe desse processo, preocupado com a perda dessa memória. A sensação de “dever de casa” não cumprido acabou superando de vez o orgulho dos tempos heróicos de faculdade.

Prancha 2

Porém, no plano teórico, faltavam respostas a questionamentos aparentemente ingênuos de um jovem iniciante; outras perguntas estavam por serem feitas aos edifícios de taipa de pilão e à sociedade que os construiu e utilizou.

Assim, fui impelido, mesmo que imerso em uma diversidade de projetos instigantes, a retomar as velhas casas, a fim de explorar modestamente alguns dos múltiplos sentidos e significações que tais monumentos, raros e valiosos, pudessem assumir para o reexame da literatura produzida sobre a cidade. O foco seria, sobretudo, sua evolução econômica e social, divisando-as como *loci* privilegiados para travar alguns debates a respeito de uma dinâmica complexa e de permanente negociação havida entre dois – e posteriormente três – mundos que tiveram forçosamente que interagir, criando uma cultura própria que se irradiou pela calha do rio Tietê no curso do capitalismo mercantil.

Durante essa jornada, tento dar consistência a algumas indagações que se haviam perdido nos tempos da adolescência. Para outras, esboçadas posteriormente, definitivamente não encontrei respostas. Acredito que continuarei a procurá-las.

Assim, espero que o diálogo retomado com a Casa Bandeirista, berço de nascimento da Arqueologia Histórica nestas paragens, sirva como um registro da trajetória da disciplina em São Paulo e de estímulo para as novas safras de pesquisadores que se multiplicam a cada dia.

O que se espera é oferecer uma maior consistência ao discurso e às práticas relacionadas à preservação e valorização dos recursos arqueológicos não renováveis de nossa metrópole.

Desafortunadamente, esse processo de reflexão vem se dando num momento particularmente crítico e delicado de minha saúde física e mental, em decorrência da perda parcial da visão, o que me extrai em muito a capacidade de leitura e redação, transformando textos e cacos, matérias-primas primordiais nessa tarefa, por vezes, em elementos difusos e opacos.

Assim, não há como deixar registrados meus agradecimentos eternos a todos aqueles que me auxiliaram e me estimularam, sempre com muita paciência e carinho, para que não desistisse da tarefa. Mais uma vez muito obrigado a TODOS. **TODOS** mesmo! A lista seria imensa e faço questão de não deixar ninguém de fora.

Paulo Zanettini

São Paulo, dezembro de 2005

INTRODUÇÃO

À medida que elas vão se afastando no tempo, fica cada vez mais difícil ver com nitidez o seu funcionamento, de que maneiras as ocupações domésticas eram desempenhadas. Certa vez, chegamos mesmo a escrever que a casa bandeirista era para nós uma esfinge semidecifrada, e depois de tantos anos, nada temos a acrescentar a essa idéia...

Lemos, 1999

A presente pesquisa é devotada ao exame de aspectos do cotidiano e da dinâmica sociocultural no transcorrer dos séculos XVII e XVIII no planalto paulista (arredores de São Paulo de Piratininga), tendo como ponto de partida a retomada de dados obtidos em escavações arqueológicas realizadas em algumas unidades domésticas rurais no transcurso das duas últimas décadas.

O estudo dos acervos escavados em sedes de fazendas, conhecidas na literatura como *Casas Bandeiristas*, e de outros sítios arqueológicos descobertos recentemente na Região Metropolitana torna-se particularmente pertinente e interessante para o entendimento dos processos e da estruturação da sociedade paulista.

Projeto trazido do além-mar – a casa-artefato – deita raízes, aclimata-se e se adequa ao solo brasilíndio, constituindo-se como peça ativa, mutável, e de múltiplos significados, indispensável à construção e consolidação da sociedade escravista paulista no período colonial.

É de fundamental importância ressaltar, como veremos adiante, que essas edificações, pertencentes outrora à elite vicentina, foram amplamente estudadas do ponto de vista da História da Arquitetura, arte e técnica, sendo-lhes apontados uma série de atributos recorrentes quer do ponto de vista projetual e formal, quer do ponto de vista de sua execução através do tempo. Pesquisadores comungam pontos de vista também em relação ao seu uso e funcionamento no decorrer do período colonial. Luis Saia, Carlos Lemos, Julio Katinsky, Antonio Luis D.

Andrade, cada um a seu modo, ressaltam recorrências de grande permanência no tempo que refletem o isolamento e o pouco dinamismo da sociedade paulista.

Essas visões estão respaldadas na ampla historiografia que versa sobre a cidade colonial, pobre, pouco afeita a mudanças e alheia às transformações. Deste ponto de vista definitivamente não partilho, em função do diálogo que mantive com os casarões em diversos momentos de minha prática arqueológica.

Daí decorre minha vontade de promover o reexame das evidências inscritas nos pisos originais de terra batida destes solares e dos acervos neles escavados, pois este permite a um só tempo estreitar o diálogo com essas especialidades e esboçar alguns questionamentos a respeito das abordagens existentes.

Abrindo trincheiras e sondagens em quintais, expondo pisos de terra batida, recuperando em lixeiras abertas nos quintais, artefatos corriqueiros relacionados às práticas cotidianas ali vivenciadas por senhores e seus negros da terra – os estigmatizados carijós trazidos de longe –, bem como por homens livres, alguns praticamente esquecidos, vejo-me diante de uma complexa peça teatral sendo representada na fronteira do Império Lusitano.

Proponho-me, desse modo, a investigar essas “esfinges semi-decifradas” em busca de algumas repostas.

Além de testar hipóteses a respeito da sociedade colonial de Piratininga e consolidar procedimentos próprios de análise, tenciono oferecer aos responsáveis pela gestão desses bens culturais algumas pistas e, quiçá, contribuições, tendo em vista a sua reapropriação e uso pelo público na atualidade. Cada vez mais me envolvo com este tema em meu dia-a-dia.²

² Cf. *Expedição São Paulo 450 Anos: uma viagem por dentro da metrópole*. São Paulo: Museu da Cidade de São Paulo, PMSP, 2004.

Acredito que os resultados alcançados em algumas décadas de trabalho, fruto de muito esforço e dedicação, estavam por merecer sistematização e tratamento, a fim de serem repassados à sociedade como forma de alimentar a questão da formação das múltiplas identidades paulistas, tema que vem se tornando cada vez mais recorrente na megametrópole globalizada.

Estes são os ingredientes básicos que norteiam minha reflexão, buscando restabelecer o diálogo com os "maloqueiros" de Piratininga e seu modo de vida³.

Assim, a discussão se dará a partir da seguinte estrutura:

O cenário

Esse capítulo oferece um breve pano de fundo a respeito do processo de estruturação da paisagem colonial no transcurso dos séculos XVII e XVIII, enquanto construção cultural intimamente relacionada ao processo de expansão mercantil, tendo como base fontes textuais, iconográficas e arqueológicas. Estas últimas envolvem achados fortuitos e resultados de pesquisas sistemáticas conduzidas na Região Metropolitana. Ressalta-se o papel que as Casas Bandeiristas assumiram como elementos propulsores, por assim dizer, da pesquisa arqueológica no interior da cidade.

A casa

Neste capítulo são primeiramente sistematizadas as abordagens existentes em torno da Casa Bandeirista, sob a óptica da Arquitetura. Oferece-se então uma interpretação alternativa com base em dados obtidos pela Arqueologia e métodos de investigação consolidados na chamada Arqueologia da Arquitetura.

³ Denominação atribuída pelos espanhóis aldeados aos moradores da "Casa Bandeirista" (TAUNAY *apud* LEMOS, 1999, p. 6).

As coisas

Acervos arqueológicos provenientes de escavações realizadas no decorrer da década de 1980 na casa do Tatuapé e no sítio Morrinhos e, mais recentemente, no sítio do Capão, são retomados com o objetivo de caracterizar o cotidiano doméstico vivenciado nessas unidades. Especial atenção é dada à louça de barro produzida em São Paulo, ora denominada de cerâmica de produção local/regional, parte significativa dos acervos exumados. Para comprovar as hipóteses suscitadas durante o estudo dos referidos acervos, dediquei-me, também, à análise dos artefatos cerâmicos que compõem coleções provenientes de sítios localizados ao longo do vale do Tietê, relacionados ao período em estudo. Como exposto adiante, essa análise possibilitou-me vislumbrar contextos específicos de produção, distribuição e consumo dessa categoria de material, dilatando o conhecimento acerca da tradição neobrasileira.

CAPÍTULO 1 – PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

A Arqueologia Histórica enquanto disciplina surge no final da década de 1930 nos EUA, em oposição à Arqueologia Pré-Histórica. Nas suas origens, assume um caráter eminentemente ilustrativo, tendo sido vista como mera técnica a serviço da História, sobretudo para o estudo da cultura anglo-americana, mediante o emprego de métodos de escavação consagrados pela Arqueologia Pré-Histórica. Assim, as primeiras escavações ocorrem em monumentos e locais relevantes para a construção e validação das grandes narrativas que dão forma à identidade nacional, sendo escavados, por exemplo, o forte Necessity em 1953; James Town na Virginia, Williamnsburg colonial, e os fortes Frederica na Geórgia e Vancouver em Washington (Cf. HARRINGTON *apud* SCHUYLER, 1978)⁴.

Para delimitar seu campo de atuação, potencialidades e vicissitudes, a Arqueologia Histórica teve forçosamente que percorrer um longo caminho nos EUA nestes últimos 40 anos, recebendo inúmeras definições e conceituações, que refletem, em última instância, as sucessivas etapas de amadurecimento teórico e metodológico pelos quais passou a Arqueologia como um todo, desde o histórico-culturalismo até o pós-processualismo e suas derivações (Cf. HUME, 1969; MELLO, 1975; SCHUYLER, 1978; SOUTH, 1977; MROZOWSKY, 1988; ORSER, 1992b; LIMA, 1985, 1993, 2003; FUNARI, 1988, 1999a; ZARANKIN; ACUTO, 1999; KERN, A., 1989a; entre outros).

Em decorrência desse processo capitaneado pela América anglo-saxônica, acabou se consolidando a divisão entre as Arqueologias Pré-Histórica e Histórica, aspecto que marca a trajetória da disciplina em todo o continente americano até o presente.

The result, in theory, should be a flexible distinction between two areas of study, one being the pre-literate pre-colonial past in the hands of prehistorians, and the other focusing on literate societies from the Babylonians onwards, the domain of historical archaeologists. But in practice, the term historical archaeology was almost exclusively applied to the 'New World' (FUNARI et alii, 1999c, p. 2).

⁴ Para um panorama sobre a evolução da disciplina no Brasil, ver Lima (1993) e Barreto (1999).

Outros dilemas e questionamentos decorrentes dessa polarização ou partição não tiveram o mesmo impacto para os arqueólogos históricos brasileiros e latino-americanos em geral, sobretudo aqueles com formação acadêmica em História sob influência da produção historiográfica francesa, notadamente o legado da Escola dos *Annales* e a *Nouvelle Histoire*, devotada ao estudo da cultura material (BRAUDEL, 1985) o cotidiano, as mentalidades (ARIÈS; DUBY, 1991; LE GOFF, 1993; LE GOFF; NORA, 1976; VEYNE, 1992; dentre outros), apesar dos insistentes esforços de vozes supostamente hegemônicas no campo da produção científica (Cf. HODDER, 1982; FUNARI; JONES; HALL, 1999a; ZARANKIN; SENATORE, 2002).

Buscando escapar ao etnocentrismo ou eurocentrismo que lhe foi flagrante em sua forma inicial, a Arqueologia Histórica norte-americana deixa de dedicar-se exclusivamente às marcas da expansão material européia e sua adaptação ao solo norte-americano (HARRINGTON, 1955; HUME, 1969; FONTANA, 1965; DEETZ, 1996), passando a incorporar paulatinamente o outro – no caso o elemento autóctone – e, na seqüência, reincorporando as vozes da África transplantada (SINGLETON, 1991; HALL, 2001; FAIRBANKS; MILANICH, 1987), e as chamadas minorias e grupos marginalizados, devolvendo-lhes o seu lugar na História (DEAGAN, 1996, p. 25).

Esta talvez seja uma das maiores contribuições da Arqueologia Histórica para as histórias das Américas, pois proporcionou imagens alternativas para o reexame e construção de identidades nacionais, distintas daquelas oferecidas pela história oficial no mundo globalizado (STOVEL, 2005).

Vale lembrar que esse alargamento da perspectiva constitui um processo que se instaura concomitantemente no restante do continente americano sob diversas perspectivas teóricas, valendo lembrar, por exemplo, que um dos mais antigos estudos de Arqueologia Histórica no Brasil, senão o primeiro, foi dedicado à recuperação de restos materiais de escravos africanos, pesquisa que ocorre no

Paraná, em Guaraqueçaba, entre as décadas de 30 e 40 (LIMA, 1993, p. 225; ZANETTINI, 1989).

Em decorrência da consolidação de seu discurso, a Arqueologia Histórica na América prosseguiu num caminho extremamente frutífero que conduziu à sua emancipação, propondo alguns autores que ela se constituísse numa nova via de investigação devotada ao estudo do mundo moderno.

Em suma, não somos historiadores, tampouco pré-historiadores, mas integramos uma disciplina moderna com o foco específico que pode oferecer importantes contribuições para o estudo do mundo contemporâneo (DEAGAN, 1988, p. 11).

Esse processo contínuo de reflexão e renovação oferece um amplo horizonte pleno de possibilidades. A Arqueologia Histórica apresenta-se hoje como uma ciência rica e multifacetada, conectada por correntes diversas com objetivos distintos, complementares e não excludentes, “em condições de trabalhar com múltiplos passados, descobertos, interpretados, inventados ou recriados” (ZARANKIN; SENATORE, 2002, p. 12).

Da Arqueologia Crítica, nascida na Inglaterra como resposta à Nova Arqueologia norte-americana, provém uma série de importantes questionamentos e posições que perpassam o discurso que será aqui construído em torno da Casa Bandeirista e da sociedade colonial paulista. Assim, assumo que:

I. O conhecimento produzido pela Arqueologia acerca do passado, entendido como construção cultural, está intrinsecamente relacionado ao presente, ou seja, deriva intimamente da posição social que o arqueólogo ocupa no tempo e no espaço, sua formação cultural e política, enfim, sua trajetória de vida (HODDER, 1979; 1982; FUNARI, ORSER, SCHIAVETTO, 2005). Portanto, existe nesse processo de produção de conhecimento uma carga significativa de subjetividade, de maneira que a suposta “visão neutra” de ciência torna-se evidentemente questionável (SHANKS; TILLEY, [1987] 1992; HODDER, 1991; 1994). Alguns teóricos são ainda mais eloqüentes em relação a esse comprometimento, apontando a produção arqueológica como mais um aparato ideológico útil à

manutenção do *status* social de camadas medianas da sociedade, sendo o conhecimento produzido e manipulado nesse sentido (McGUIRE; WALKER, 1999).

II. Esse posicionamento frente ao passado e a Arqueologia vista como ciência dinâmica coloca, portanto, o arqueólogo diante de desafios concretos, sendo-lhe atribuída uma grande responsabilidade em relação à forma como recupera e ao modo como transmite o conhecimento arqueológico aos diversos setores da sociedade. Mesmo porque

a prática da arqueologia, outrora relegada aos corredores silenciosos das universidades e aos empoeirados depósitos dos museus, foi transformada em uma disciplina com um engajamento significativo com o público (FUNARI; ORSER; SCHIAVETTO, 2005, p. 10).

III. No tocante à cultura material no seu sentido mais amplo (os objetos que nos cercam, as edificações, os restos alimentares, o meio-ambiente modificado, o corpo, substâncias em estado líquido ou gasoso), ela deve ser entendida e forçosamente explorada do ponto de vista analítico não só como produto ou reflexo de atividades humanas. Como aponta Hodder:

La cultura material y los significados asociados a ella se agotan como parte de las estrategias sociales. Los individuos no cumplen roles predeterminados, de acuerdo con un guión concreto; si lo hicieran, apenas sería necesario el uso activo de la cultura material para negociar una posición social y producir el cambio social. No somos simples peones en un tablero, determinado por un sistema, sino que usamos centenares de miles de medios, incluyendo el simbolismo de la cultura material, para crear nuevos roles, redefinir los ya existentes y negar la existencia de otros (HODDER, [1988] 1994, p. 22).

Os artefatos devem, portanto, ser encarados também como sujeitos, suportes e vetores pelos quais se dão efetivamente as ações e relações sociais, contando, assim, com um poder eminentemente transformador. Para alguns pensadores, a cultura material assume a proporção de um complexo discurso não-verbal, dotado de “vida própria” (BAUDRILLARD, 1973; BOURDIEU apud ZARANKIN, 1999a, p. 42; BARRETT, 1988; WIESSNER, 1983).

IV. Os artefatos, se devidamente questionados, “falam” (MENESES, 1985), e numa perspectiva necessariamente relacional assumem um caráter ativo e dinâmico, polissêmico em sua trajetória no tempo e no espaço desde a sua geração, uso, reapropriações ou reciclagens até seu descarte final. Distintas formas de apropriação entram em jogo, de acordo com quem os cria e manipula, ou seja, um determinado grupo, classe ou comunidade, num momento histórico preciso (MILLER; TILLEY, 1984; HODDER, 1987; SHANKS; TILLEY, 1992; LIMA, 1996). Nesse sentido, a “arquitetura pode ser entendida como um tipo particular de linguagem a ser decifrada” (MONKS, 1992).

V. No caso deste estudo específico, procura-se encarar a paisagem humana culturalmente construída como resultante de um jogo humano dialético envolvendo permanentemente processos de dominação e formas de resistência as mais variadas (PAYNTER; McGUIRE, 1991), nem sempre evidentes. No que se refere aos agentes sociais, estes têm que ser entendidos, portanto, como atores em permanente negociação no corpo de toda a sociedade.

Diante desse quadro, busco permanentemente uma posição de equilíbrio, conciliatória, conforme preconiza José de Alarcão (1996) ao discorrer sobre as diversas correntes e sua importância na consolidação e amadurecimento da Arqueologia como um todo. Trafego pelos diferentes autores e vertentes, desde aqueles de orientação histórico-cultural em sua permanente atualidade (HARRINGTON, 1955; CHILDE, 1969; HUME, 1969), até os clássicos da corrente processual (BINFORD, 1962; CLARKE, 1984; SOUTH, 1977; MENESES, 1985; SCHIFFER, 1972), os primeiros críticos como Bruce Trigger (1978), os pós-processualistas britânicos consagrados (HODDER, 1987; SCHUYLER, 1978) ou o norte-americano Mark Leone (1988), o estruturalismo de Leroi-Gourhan (1964/1965), bem como o “cognitivismo” (RENFREW, 2004), os marxistas tradicionais como Lumbreras (1974) e neo-marxistas como McGuire (1988). Por fim, destaco as contribuições oferecidas pelo WAC (World Archaeological Congress). Todas essas fontes foram de grande importância para o desenvolvimento desta tese de doutorado.

Além disso, tal como reputam autores latino-americanos como Domingues (1995) e Zarankin (ZARANKIN, 2005), a Arqueologia Histórica tem a oferecer grandes contribuições no plano teórico para a Arqueologia como um todo, tendo-se em conta as particularidades e peculiaridades da formação social da América Latina, exigindo esforços rumo à releitura do processo de globalização e o colonialismo (SENATORE; ZARANKIN, 2002; SCHÁVELZON, 1999). Assim, entender a presença européia na América do Sul consiste na compreensão de um processo de expansão em escala global, que resultou em uma gama de estratégias diferenciadas de ocupação e formas de contato distintas da visão oferecida pelo Velho Mundo, por vezes indevidamente apropriadas ou transplantadas mecanicamente para a realidade latino-americana e, mais especificamente, brasileira.

Assim, esta tese insere-se na linha preliminarmente apontada por Charles Orser Jr. como o estudo dos

aspectos materiais em termos históricos, culturais e sociais concretos dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV (ORSER, 1992b, p. 23).

Em sua forma mais acabada, essa abordagem leva em conta que, a partir do século XVI, agentes conscientes do colonialismo, do capitalismo, do eurocentrismo e da modernidade haviam criado uma série de elos complexos e multidimensionais que uniam diversos povos ao redor do globo. Para analisá-los, Orser propõe a aplicação da Teoria de Rede, ainda inviável ante a fragilidade das análises promovidas pela Arqueologia Histórica em Piratininga (mas é necessário tentar) (ORSER, 1999, p. 87).

A possibilidade de contar com fontes textuais, ainda que estas sejam extremamente exíguas para o período em estudo (MARCÍLIO, 1973), permite um frutífero confronto entre o que foi dito (fontes documentais escritas) e o que foi efetivamente realizado (fontes materiais). O arqueólogo histórico dispõe, assim, de uma via alternativa de análise que o arqueólogo pré-histórico não dispõe, além

de poder realizar uma saudável incursão pela produção analítica referente à formação da cidade, a casa paulista e o morar mameluco rumo à construção de um quadro interpretativo de natureza crítica. Tal quadro não apenas revela aspectos relativos ao cotidiano da sociedade colonial paulista, como também reinsere esta sociedade num contexto mais amplo de uma economia globalizada. Sob essa perspectiva, enfoque similar foi conferido ao estudo de milhares de artefatos recolhidos nesses casarões e em outros sítios do mesmo período, com ênfase na louçaria de produção local/regional (a maior parte do acervo disponível). É possível a partir disso formular uma crítica quanto à natureza das interpretações até agora propostas em torno da produção da cerâmica neo-brasileira, que não levam em conta a complexa rede de conexões e relações decorrentes do processo de globalização.

Estudos sobre a globalização vêm sendo levados a cabo pelas mais diversas disciplinas, cabendo à Arqueologia Histórica dar a sua parcela de contribuição (como vêm realizando Deetz (1996), Orser e Fagan (1995), Johnson (1996)), a respeito do que Tânia Andrade Lima expressa ser o

mais espetacular fenômeno social ocorrido ao longo da trajetória da espécie humana, que pela sua escala planetária vem provocando uma revolução sem precedentes na história da humanidade. Assim cabe à arqueologia, como disciplina que investiga por meio da cultura material, a emergência, a estruturação e transformação dos sistemas sócio-culturais através do tempo, ... investigar na longa duração de que forma a cultura material manipulou e foi manipulada, moldou e foi moldada, direcionou e foi direcionada pelas forças envolvidas na sua construção até a sua culminância com a revolução tecnológica remodelando toda a base material da sociedade. (LIMA, 2002, p. 117-118).

Já o mercantilismo, aqui entendido como estágio inicial (prelúdio (GODELIER, 1981) ou fase germinal (ROBERTSON, 1967)) desse processo de mundialização começado no século XV, contém de forma embrionária os elementos do capitalismo que nunca mediu esforços em seu processo de expansão.

Voltando o olhar à historiografia que trata dos dois primeiros séculos de colonização de São Paulo, esta apresenta, de um modo geral, duas visões predominantes, “cristalizadas”: a de uma “sociedade isolada, praticamente

autárquica, autônoma, rebelde, ativa e que teria no bandeirante, predador de indígenas e promotor da expansão territorial, a sua grande expressão”; ou a da “sociedade extremamente pobre, não monetarizada, voltada apenas para a subsistência, quase à margem do processo colonizador” (BLAJ, 1995, p. 13). Assim tem sido até mesmo na literatura mais recente, aquela produzida para as comemorações dos 450 anos de fundação da cidade, a qual ainda se vê presa às amarras geradas pelos discursos da *raça de gigantes* ou da *história que não deu certo*⁵.

A primeira abordagem conforme aponta Ilana Blaj em *A Trama das Tensões* nasce em fins do século XIX e se destaca na produção dos autores vinculados ao IHGB e IHGSP, como por exemplo Paulo Prado, Afonso de Taunay, Alcântara Machado, Teodoro Sampaio e Oliveira Viana.

A segunda se origina por volta da metade do século XX, tendo como paradigma questões próprias levantadas em torno do modelo de desenvolvimento brasileiro e seu *status* periférico (BLAJ, 1995, p. 17), que se expressa nas obras dos autores do CEPAL, a exemplo de Caio Prado Junior e Celso Furtado.

Em oposição a essas abordagens “tipificadas, entrecruzadas e cristalizadas” (BLAJ, 1995, p. 14) de uma São Paulo pobre, isolada, autônoma, vista como espaço marginal, rebelde, com maiores pendores para a democracia, que permeiam a produção científica e o senso comum, alinho-me ao discurso de Blaj em sintonia com a linha teórica preconizada por Charles Orser em torno da globalização (1992b; 1996b).

Assim, a obra de Blaj possibilita um melhor entendimento da inserção de São Paulo colonial nesse mundo globalizado, ainda em gestação, mediante a crítica da vasta produção historiográfica, perscrutando a articulação e as tensões que envolvem essa sociedade e acompanhando a consolidação no poder de uma determinada elite e de suas relações com a metrópole.

⁵ Um exemplo patente é a recente obra do jornalista e ensaísta Roberto Pompeu de Toledo, *A capital da solidão* (2003).

Do mesmo modo, a cultura material escavada nas Casas Bandeiristas e outros sítios coloniais permite aprofundar aspectos do cotidiano vivenciado à época que dão sustentação a esta abordagem em torno da dinâmica colonial e sua especificidade no quadro da globalização.

Torna-se então possível trazer de volta personagens quase completamente ausentes na literatura analítica, a partir dos artefatos produzidos por determinados segmentos da sociedade mameluca em formação. Entende-se assim que Arqueologia e História partilham discursos e se alimentam mutuamente ao construí-los e ao redirecionar olhares sobre o passado colonial paulista.

Concluindo, acredito que fazer Arqueologia implica necessariamente buscar uma sinergia entre reflexão (teoria), produção de pesquisa e comunicação, promovendo formas de divulgação junto à comunidade e contribuindo para a criação de bases de sustentação para o reconhecimento e desenvolvimento desse campo do conhecimento e sua reprodução no país, por meio da educação tanto formal como informal. Nesse aspecto, tem sido indispensável a convivência com a academia, mas também o relacionamento com o mundo da Arqueologia existente para além dela, que se torna cada vez mais amplo. Como declarou Pierre Bourdieu, os “intelectuais têm um papel importante. Mas devem cumprir com duas condições: não se fechar em uma torre de marfim e inventar a maneira de divulgar suas verdades...” (BOURDIEU, 2000 apud AZEVEDO, [2003] 2005).

A produção formal envolve a busca constante por marcos referenciais de ordem teórica, mas também é influenciada pela *práxis*, conforme discutido. Assim, busquei explicitar alguns pressupostos que norteiam a presente investigação em torno do cotidiano da São Paulo colonial, entendendo-a como um processo dinâmico que pendula continuamente entre o desejo de avançar no conhecimento e a necessidade de se promover recortes.

Nessa perspectiva, entendo que a teoria só poderá constituir-se eficientemente enquanto tal se ajudar a responder questões com clareza e encontrar respaldo na prática. É desta e não de outra forma que venho construindo minha visão a respeito da disciplina e minha conduta no campo da Arqueologia Histórica. Passemos, então, a sintetizar algumas experiências profissionais que marcaram profundamente minha concepção metodológica e os questionamentos que faço em campo e, obviamente, minha compreensão acerca dos maloqueiros e seus palácios de barro.

Redescobrimo o sertão: uma abordagem processual

O que a Arqueologia Histórica tem a oferecer de novo a respeito da casa mameluca e sociedade paulista colonial face à extensa literatura analítica e ao conhecimento acumulado a respeito?

Foi exatamente esta a questão que me fiz em 1986 ao migrar do interior das Casas Bandeiristas paulistas em direção ao campo aberto do sertão da Bahia, incentivado pelo Prof. Walter Alves Neves, a fim de coordenar a equipe responsável pela implantação de um parque memorial devotado a Canudos, episódio contundente de nossa história social. Porém, nesse quadro, qual contribuição a Arqueologia pode oferecer?

O Projeto Canudos (financiado pelo CNPq, com apoio da Universidade de Miami e outros institutos brasileiros e europeus) acabou me levando a explorar uma Canudos substancialmente maior e mais dinâmica que o vilarejo conselheirista perdido nos confins do Brasil, sobretudo porque a área nuclear do arraial se apresentava submersa à época. Essa situação se modificou, passada uma década, quando retornei ao sertão em 1999 para escavar Belo Monte. O projeto arqueológico estava inserido e vinculado a um amplo programa de caráter social interdisciplinar.

Durante minha estadia em Canudos, ao longo de dois anos, tive obrigatoriamente que lidar simultaneamente com os canudenses mortos em virtude do conflito e com os vivos, descendentes diretos dos conselheiristas vitimados pelos confrontos de 1896/97. Esse quadro levou a uma reflexão permanente sobre a(s) utilidade(s) da Arqueologia e de sua contribuição na recuperação e construção da identidade da comunidade sertaneja. Nesse mesmo contexto, os jovens passavam a transformar em *souvenirs* os artefatos espalhados em meio à caatinga – nossa matéria-prima de trabalho.

As características apresentadas pelo complexo arqueológico, derivado de processos pedogenéticos locais e da natureza do fenômeno em estudo (campo de batalha), colocavam lado a lado materiais pré-coloniais (líticos) e históricos (vestígios da guerra e aqueles relacionados aos habitantes atuais). Sítios frágeis, tênues e superficiais, salvo, claro, algum sepultamento de militar dotado de certa patente. Tive que me lançar ao exame e estudo de processos de formação desse refugio (SCHIFFER, 1972; BINFORD, 1981). Neste e em outros aspectos, a abordagem oriunda de autores processualistas foi útil em diversos sentidos, pois oferecia uma visão sistêmica de cultura, exigindo análises dentro de um espectro regional e refletindo sobre estratégias de captação de recursos. Canudos foi, pela primeira vez, vista como um sistema articulado, a partir do reconhecimento de padrões de formação do registro arqueológico: estruturas, áreas de refugio, áreas de atividade, sítios de atividade específica, diferenciando-os e afiliando-os às facções envolvidas.

Os estudos efetuados, envolvendo coletas sistemáticas, legaram milhares de fragmentos de louças de produção inglesa característica do século XIX, permitindo inclusive estabelecer, *grosso modo*, a época de maior intensidade de ocupação dos sítios (com base na fórmula proposta por Stanley South (1977)), contrariando a historiografia.

Ficou claro, então, que o próprio debate travado no campo da História sobre o fenômeno Canudos estreitava demasiadamente o recorte temporal de análise, restringindo os estudos, via de regra, ao período de instalação de Conselheiro em

Canudos e o final da Guerra. No tocante à ocupação humana do Vaza Barris, nada ou pouco se falava de períodos anteriores ou posteriores ao conflito. Esta foi, portanto, uma das primeiras contribuições da Arqueologia não só no entendimento da construção de Canudos e de sua reconstrução pós-guerra, como no mergulho no passado relacionado aos primeiros ocupantes da região, numa perspectiva a um só tempo antropológica e histórica (ZANETTINI, 1996a, 1996b, 2003).

Em paralelo, passei paulatinamente a estreitar o diálogo com a comunidade local, buscando entender sua articulação com a paisagem do semi-árido, assim como a escolha daquele exato local ao longo do rio Vaza Barris para a instalação de Canudos. Ficou claro por que, após pervagar por uma vasta região durante duas décadas, Antonio Conselheiro implantou estrategicamente sua comunidade em uma posição mediana entre duas importantes bacias, a do Itapicuru e a Franciscana, para o qual convergiam muitos caminhos, indicando que o povoado constituía uma referência importante antes mesmo da guerra. Pudera: esta consistia na porção melhor dotada de recursos hídricos em toda a calha do Vaza Barris (para uma discussão, Cf. ZANETTINI, 1996a, 1996b).

Num outro sentido, a cada passo na leitura da paisagem (estruturas edificadas, sítios relacionados à batalha), percebia que o romance euclidiano, que tanto contribuiu para a preservação da memória em torno do acontecimento, acabou engessando os discursos, lançando uma camisa de força sobre eles. Dessa obra literária, transformada em fonte histórica, beberam desde historiadores militares até pesquisadores de diversas correntes, até as vertentes mais mecanicistas do materialismo dialético.

Ainda no campo da crítica historiográfica, foi possível, a partir da Arqueologia, lançar novos olhares sobre temas consagrados e aspectos da sociedade canudense, na qual teria imperado uma suposta igualdade social e a extinção da propriedade privada. Artefatos e estruturas contribuíram muito nesse sentido.

Desse modo, a Arqueologia Histórica mostrou que pode contribuir em diversos planos para a releitura de fenômenos sociais e culturais, independentemente da produção intelectual disponível sobre eles, revendo interpretações ou propondo, com base na documentação material, questões ainda não contempladas, sob um olhar próprio (LIMA, 1986a; ZANETTINI, 1985, 1992).

Por outro lado, aprendi a conviver e interagir dentro de uma perspectiva ética com pleno respeito à vasta e rica tradição oral (visão êmica), entendendo-a como fonte de igual importância e, tal qual as fontes textuais, que contribuiu, em muito, para que fosse possível manter um rigoroso controle sobre os sítios e seus antigos ocupantes (PRAETZELLIS, 2000).

Migrei assim da “Arqueologia da morte” para aquilo que denominei à época “Arqueologia da vida” em Canudos, em compasso com a visão do outro, do vencido. Abriam-se as portas para o registro de histórias cotidianas de sujeitos eclipsados nas fontes textuais.

Essa reflexão também marcou meu percurso durante o desenvolvimento da tese, particularmente no estudo da produção da cerâmica local/regional. É exatamente neste sentido que parte da experiência em Canudos pôde ser reaproveitada no exame da realidade tão distinta da formação da capital paulista, propondo um novo olhar sobre a vida cotidiana nas sedes de fazendas e dando vozes a atores esquecidos, com suas formas próprias de organização no seio da ordem escravocrata, em um outro sertão igualmente conectado à dinâmica global (ORSER, 1999).

Calçada do Lorena: um exercício de educação patrimonial

Entre os anos de 1989 e 1992, participei de um outro programa extenso voltado à recuperação de parte do traçado da chamada Calçada do Lorena, em meio à Serra do Mar, obra de engenharia que se tornou um marco na definição do papel econômico de São Paulo no século XVIII (ZANETTINI, 1990b, 1998).

A contribuição do trabalho na Calçada do Lorena advém de outros questionamentos que o interminável sobe e desce pela calçadinha de pedra me ofereceram. Neste estudo de caso, ressalto outro aspecto que se relaciona à apropriação e extroversão dos resultados de uma pesquisa arqueológica, independentemente de sua singeleza ou grandiosidade. A pesquisa na Calçada me ajudou a pôr em prática uma série de idéias a esse respeito, de modo a explorar o potencial da Arqueologia Histórica enquanto instrumento pedagógico e seu papel no tocante à construção de uma visão mais concreta da história.

Um aspecto a ressaltar é o potencial de transformação de uma escavação arqueológica e do processo de restauração numa gigantesca sala de aula ao ar livre. Durante toda a obra, por uma decisão coletiva de toda a equipe técnica envolvida, as pesquisas arqueológicas e obras de restauro foram abertas à visitação pública. Foram criados circuitos alternativos de visitação, com grupos de monitores e distribuição de folhetos explicativos, visto que a via era totalmente propícia à circulação intensa de pessoas, sem prejuízo ao patrimônio e às obras em andamento. Desse modo, durante praticamente dois anos foi realizado um amplo programa de educação patrimonial voltado a mostrar os processos, em oposição à obra concluída e inaugurada. Especialistas, estudiosos, estudantes universitários e o público infanto-juvenil encontravam espaço para conhecer de perto dúvidas, certezas e tomadas de decisões, partilhando do processo de recuperação e entendimento do passado e do monumento.

Nesse momento, algumas das vantagens da Arqueologia Histórica foram percebidas. Por trabalhar com estruturas construídas, geralmente de maior apelo visual que os objetos estudados pela Arqueologia Pré-Histórica, a Arqueologia

Histórica oferece possibilidades interessantes para sua apropriação museológica e também para a visitação. Essa perspectiva também foi objeto de reflexão durante o estudo das Casas Bandeiristas, passíveis que são de se tornarem espaços interessantes do ponto de vista educativo. Tal como ressalta o arqueólogo norte-americano Charles Orser:

Sítios reconstruídos ou restaurados ajudam os arqueólogos a demonstrar que a arqueologia é importante, fornecendo, ao mesmo tempo, uma experiência concreta do passado para a população moderna... Quando reconstruções e restaurações são feitas com precisão histórica, podem ser inestimáveis para a formação da nossa moderna compreensão do passado. A arqueologia histórica tem, certamente, um importante papel na difusão desta compreensão para um amplo público (1992, p. 126).

Por fim, foi possível retomar o projeto concebido por engenheiros militares em profundidade e igualmente dar-me conta, mais uma vez, de que nenhuma menção havia sido deixada a respeito da mão-de-obra que a executou, certamente nosso mameluco pobre, escravo ou livre.

Trilhando espaços marginais: as vozes da alteridade

O estudo da sociedade mameluca não ficou restrito à Casa Bandeirista. De acordo com a perspectiva da Arqueologia Histórica no Novo Mundo, que abarca o Outro – os indígenas, as mulheres e as populações transplantadas da África –, passei a explorar os espaços intermediários e periféricos dessa sociedade, dando vozes à alteridade. Isso se tornou possível graças a pesquisas feitas sob molde de contrato na região da grande São Paulo e Tietê abaixo na esteira das monções. Desse modo, concluo este capítulo mencionado dois outros estudos de caso – oportunamente retomados nos capítulos subseqüentes –, que foram decisivos para apontar alguns caminhos que acabei trilhando em torno do tema.

A chamada Arqueologia de Contrato impulsionou, como vemos adiante, o arqueólogo a lançar seu olhar para regiões e locais outrora vistos como destituídas de potencial e interesse arqueológico. Assim se deu na avaliação dos

impactos do Rodoanel Trecho Oeste, em que atuei como co-coordenador, e no estudo do Programa de Duplicação da Rodovia SP 300 (DOCUMENTO, 2001).

Num total de 41 bens culturais identificados e estudados, abarcando as diversas fases de expansão e crescimento da Região Metropolitana paulista, pode-se ressaltar uma série de sítios relacionados diretamente à ocupação colonial da região. Incluem-se aí antigas estruturas arruinadas de sedes de fazendas, bem como refugos associados a eles e assentamentos existentes ao seu redor, como os sítios Búfalo, Calu, Flamboyant, Sete Lagoas, Três Irmãos, Quitaúna (residência de Raposo Tavares). Também foram localizados vestígios relativos à mineração aurífera no Jaraguá, envolvendo bacias de lavagem, rejeitos de mineração, cavas e túneis de prospecção, abarcando desde fins do século XVI até o século XIX, dos quais utilizarei referências (sítios Olaria e Corvo).

Os sítios identificados nessa porção da Região Metropolitana criaram condições de materializar espaços ocupados no *intermezzo* de grandes propriedades e aldeamentos. Isso certamente contribui para o enriquecimento do quadro disponível sobre a sociedade mameluca para além da casa-sede, municiando-me de vestígios ausentes no interior e nos quintais da maioria dos monumentos de barro, engolidos pelo avanço da metrópole.

Neste caso, as obras do Rodoanel constituíram um grande *transect* ou trincheira de 30 quilômetros, que ajudou a expor novos sítios para o conhecimento dos arredores paulistanos, tanto no período colonial, como antes do contato. Estes novos elementos, juntamente com monumentos preservados como as antigas capelas, aldeamentos, sedes rurais (Parnaíba, Carapicuíba, Cotia, Embu e Barueri) e vestígios de mineração, permitiram uma visão espacial dessa área que se especializou na produção de trigo ao longo do século XVII, chegando a exportar inclusive para as colônias africanas.

Concomitantemente uma outra antiga via construída na década de 1930 tornar-se-ia alvo de duplicação que deu origem ao Programa Arqueológico Rodovias das Colinas, envolvendo as rodovias SP 300 e SP 127. Na primeira fase, foi

identificada mais de uma dezena de sítios, dos quais selecionamos para estudo aprofundado o sítio 6, uma olaria – erguida junto ao córrego do Onça entre Itu e Porto Feliz, próximo de caminhos que conduziam à porta das monções. Foi então possível evidenciar pela primeira vez uma produção devotada ao mercado, dissociada dos aldeamentos religiosos e da produção doméstica relacionada a unidades domésticas, conforme discutido pela literatura arqueológica (MORALES, 2000).

No tecido social aparentemente fundado no binômio senhor-escravo, encontrei-me diante de gentes que estão a meio caminho – os trabalhadores livres na ordem escravocrata (FRANCO, 1974) –, exercendo atividades basilares para a manutenção cotidiana dos demais segmentos da sociedade. “Obreiros da história”, utilizando-me da expressão cunhada por Febvre (1960), agentes e produtores mais uma vez omitidos e esquecidos pela história tradicional dos grandes fatos: este é o nosso mameluco, impelido a forjar produtos genuinamente comerciais, dotados de grande diversidade formal e estilística.

O conjunto de evidências resultantes destes projetos foi dando corpo a uma abordagem devotada à dinâmica interna da sociedade mameluca, em contraponto à visão de isolamento em relação ao poder metropolitano.

Sem dúvida, a obtenção de produtos de origem européia se viu dificultada devido a questões de acessibilidade, mas isso não impediu que uma vasta rede de produção e distribuição fosse montada para atender as necessidades regionais e articular São Paulo a longínquas distâncias. Isso ficará claro na construção do Cenário que será apresentada a seguir. Vale lembrar que tenho sempre em mente que a variedade e a qualidade dos recursos encontrados no planalto Paulista tiveram um papel determinante na escolha, desenho e planejamento para o efetivo controle da região (SENATORE, 2002, p. 102).

Por fim, ante as perspectivas e desafios que a teoria arqueológica propicia continuamente neste início de milênio, a tarefa que se acortina é sem dúvida hercúlea e não se encerra com esta tese. Não menores são os desafios que se

colocam diante do arqueólogo que lança seu olhar em direção a uma megalópole das dimensões de São Paulo. E certamente são ainda maiores os obstáculos a serem vencidos rumo à correta gestão e utilização de seus recursos arqueológicos em favor de seus cidadãos.

Piratininga nasceu mundializada e cresceu mameluca, violenta, desigual, plural, rica de sentidos, plena de possibilidades, suscitando o desenvolvimento das mais diversas estratégias de sobrevivência. Princípio minha navegação por essa aldeia global.

CAPÍTULO 2 – O CENÁRIO

Da pacata vila isolada e esquecida no planalto à zona dinâmica do sistema mercantil

Este capítulo é voltado à modelagem da paisagem paulistana no decorrer dos séculos XVII e XVIII, na qual se insere a Casa Bandeirista. O objetivo é constituir o terreno para as discussões que virão em torno de sua estrutura, função, usos, e significados, e de sua re-articulação à São Paulo de hoje enquanto bem cultural.

Assim, mais do que esboçar um cenário estático – pano de fundo para a inserção e análise dos sítios arqueológicos selecionados – procuro vislumbrar a paisagem enquanto construção social historicamente determinada e parte indispensável do sistema no qual se dá, de forma orquestrada, a estruturação do espaço colonial nessa porção da América lusitana. Essa paisagem presta-se ativamente às estratégias voltadas à consolidação do controle sobre o território, quer no plano físico, quer no simbólico, propiciando o surgimento de assimetrias e hierarquias necessárias ao sucesso da empresa mercantil, expressa também na Casa Bandeirista. “Espaço, prática e cultura material constituem dimensões sensíveis e significativas de um processo complexo a partir do qual é possível registrar a interação dos atores sociais” (GUIROGA, 1999, p.273) e de processos sociais de domínio e resistência (MILLER; TILLEY, 1984).

Para dar sustentação a esse enfoque, tomo emprestado premissas presentes em *A Trama das Tensões*, tese de doutorado da historiadora Ilana Blaj (1995). A autora demonstra, com grande propriedade, como a ocupação e estruturação do território paulista reflete amplamente o projeto mercantil colonial, posicionamento que a coloca na contramão da visão majoritária que marca a extensa historiografia sobre a cidade e sua evolução desde a escolha do “sítio embrionário inicial da aglomeração paulistana” (AB’SABER, 1957, 2004). Torna-se de fato necessário, opor-se às visões cristalizadas e enraizadas de São Paulo “terra de gigantes” ou terra de pobreza extremada, a fim de divisar a dinâmica que lhe é

própria e que escapa, muitas vezes, às grandes narrativas (FUNARI; ZARANKIN; STOVEL, 2005b).

Como ponto de partida para essa reflexão, procurei revisar a produção arqueológica referente à Região Metropolitana de São Paulo a fim de sistematizar dados que dessem forma e materializassem, tanto quanto possível, o discurso adotado. Nesse sentido, busquei arrolar evidências materiais, quer advindas de descobertas fortuitas, quer iniciativas a cargo de pioneiros, investigações em moldes científicos e, sobretudo, pesquisas mais recentes (avaliação de potencial, diagnósticos e programas de resgate) decorrentes do licenciamento de empreendimentos, cujos resultados em sua grande maioria ainda não foram publicados. Ao percorrer a literatura, observei que a Casa Bandeirista, rica em significados, ocupa aí um papel preponderante e significativo, constituindo-se como mola propulsora e *locus* para o desenvolvimento da prática arqueológica em solo paulistano nos últimos 50 anos.

A Arqueologia na grande São Paulo e arredores: velhas e novas descobertas

Uma das primeiras referências à localização de vestígios arqueológicos na área metropolitana remonta às décadas finais do século XIX. As observações são de autoria do General Couto de Magalhães que registra a coleta de artefatos – líticos lascados, polidos e cerâmicas – encontrados durante a desmontagem do morro dos Lázarus, no atual bairro da Luz, em 1885 (ver Tabela 2).

Outro achado fortuito se dá no bairro do Brás, em 1896, quando funcionários do cemitério ali existente, hoje Quarta Parada, ao efetuarem a abertura de uma cova, localizam uma *igaçaba* que é, no ano seguinte, enviada ao Museu do Estado, hoje Museu Paulista. De acordo com o relato do delegado da repartição sanitária, esta não havia sido a primeira vez que uma “panela de barro” tinha sido encontrada no terreno do cemitério (SANT’ANNA, 1944)

Um ano depois, em 1897, após o incêndio da Igreja do Pátio do Colégio, um grupo de políticos e religiosos se volta ao resgate de vestígios relativos aos fundadores, promovendo a exumação dos restos mortais do cacique Tibiriçá e de outros “veneráveis paulistas”. O material acabou seguindo para a Igreja de São Pedro, local onde hoje existe o Centro Cultural da Caixa Econômica Federal. A partir de então, os restos esqueléticos parecem ganhar vida e “pervagam” pelo Centro da cidade, sendo removidos em 1901 para a Igreja do Coração de Maria, na Consolação, e na década de 1930, transladados para a Catedral da Sé, onde permanecem até hoje (CASTRO, F. P., 1954, p. 37-39, *passim*).

Embora o desenterramento de despojos se distancie da pesquisa arqueológica propriamente dita e constitua uma prática recorrente e de largo espectro temporal e cultural, dando-se em diversos locais sagrados ou de relevância simbólica, este tipo de prática evidencia uma das facetas da percepção e dos sentidos que os testemunhos materiais presentes no subsolo da cidade podem adquirir. Um exemplo dentre tantos que me vêm à mente consiste nas buscas promovidas por militares – a primeira, infrutífera, em 1925, e a segunda, bem sucedida, em 1950 – dos despojos do Coronel Ricardo Franco de Almeida e Serra, enterrado na Igreja de Santo Antonio, em Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso. Do mesmo modo, anos depois uma missão soviética esteve no mesmo local no intuito de promover a recuperação dos despojos de Adrien Taunay, membro da Expedição Langsdorff, morto afogado no Rio Guaporé (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2000/2005). No caso paulistano, mediante a exumação das personagens ilustres citadas, o local da fundação foi paulatinamente perdendo sua carga simbólica, vindo a conhecer um final trágico na década de 1970, como se verá adiante.

No meu entender, é Teodoro Sampaio quem figura provavelmente como um dos “arqueólogos históricos” pioneiros, ao construir, em 1902, hipóteses a respeito do local da fundação de Santo André da Borda do Campo, tomando como base evidências materiais encontradas por terceiros na região do ABCD paulista. O tema capturou a atenção dos estudiosos na época e ainda move pesquisadores e amadores numa acirrada disputa pela descoberta do “marco zero da civilização

planaltina”. Em seus escritos, o historiador e geógrafo observa que algumas pessoas, por curiosidade ou cobiça, empreenderam escavações nas ruínas de taipa situadas atrás da estação de São Bernardo da ferrovia Santos-Jundiaí, entendidas por ele como o exato local de fundação da vila (SAMPAIO, 1978).

De forma mais consistente, por volta de 1920, outro pioneiro, Washington Luiz Pereira de Souza, político e historiador, empreende uma expedição durante as obras de construção da estrada de rodagem de São Paulo à Santos cuja motivação era localizar e evidenciar trechos da Calçada do Lorena, estrada pavimentada em fins do século XVIII, interceptada em alguns pontos pela nova rodovia (TOLEDO, 1981; MENDES, 1994; ZANETTINI, 1990a, 1990b, 1998). Com efeito, durante os levantamentos foi encontrada uma placa de granito lavrado com a inscrição em “Louvor ao Conde de Sarzedas”, tendo sido a mesma afixada no monumento do Lorena, erguido em sua homenagem (TOLEDO, 1981, p. 124) ⁶.

Enquanto os pioneiros atuavam, novos achados fortuitos ocorriam em meio à metrópole em constante crescimento, sendo recuperada em 1920 mais uma urna funerária de cerâmica, no bairro da Penha⁷ (ARAÚJO, 1994-5).

Entretanto, o trabalho que inaugura, por assim dizer, uma nova etapa da Arqueologia Histórica como prática científica (no sentido amplo do termo), ocorre na Região Metropolitana na década de 1940, por força dos estudos de tombamento do sítio Santo Antonio, em São Roque. A referida edificação foi comprada por Mário de Andrade e doada à União, ficando os estudos a cargo de Luís Saia, diretor do SPHAN à época. Para as prospecções arqueológicas foi chamado o arqueólogo José Loureiro Fernandes, da Universidade Federal do Paraná (CERQUEIRA; SAIA NETO, 1997; SAIA NETO, 2005, depoimento pessoal).

⁶ Desafortunadamente, a peça foi recentemente arrancada do monumento conforme pode constatar em vistoria que efetuei na área que hoje integra o Pólo Ecoturístico Caminhos do Mar.

⁷ Local onde hoje se encontra a tubulação existente entre as ruas Rodovalho Jr. e Capitão José [João] Cesário.

Assim, embora essa experiência tenha se dado de forma isolada, pode-se dizer que a Arqueologia Histórica nasceu em solo paulista no interior de uma Casa Bandeirista.

Outra referência de amplo espectro negativo, porém de grande significação para o avanço da reflexão em torno dos recursos arqueológicos existentes no subsolo da metrópole e da Arqueologia Histórica enquanto tal, tem origem na polêmica reconstrução do Pátio do Colégio ocorrida em meados da década de 1970.

Ante a interferência danosa e de caráter irreversível, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) manifestou-se contrariamente aos critérios, ou melhor, à ausência de critérios adequados à intervenção. Embora de pouco efeito prático (nenhuma atenção foi dada às evidências arqueológicas no local da fundação da cidade), a publicação organizada pelo Conselho apresenta um amplo e consubstanciado quadro a respeito da legislação e normas internacionais referentes à pesquisa e preservação de sítios históricos, bem como ao papel da Arqueologia como importante via de acesso à história desses e outros estabelecimentos, com menções à produção científica de então (Cf. TOLEDO; MENESES, 1977).

É possível que esta tenha sido a primeira vez no país (em solo paulista, do meu conhecimento, certamente o foi) em que a Arqueologia Histórica foi apresentada como disciplina indispensável e plausível no meio urbano.⁸

Os efeitos positivos dessa reflexão para a instauração da disciplina na cidade, entretanto, se fizeram sentir após um ano. E mais uma vez a Casa Bandeirista encontrou-se no foco das atenções.

⁸ Foi esta publicação que me forneceu as primeiras referências sobre a Arqueologia Industrial e Histórica remetendo a autores como Stanley South (1977), Glyn Daniel (1975), R. Buchanan (1972), dentre outros.

A necessidade de se intervir nos casarões de taipa de pilão que resistiram à expansão da cidade acabou por promover o encontro de arquitetos – hegemônicos no trato do patrimônio edificado – e arqueólogos, em 1978, quando foram realizadas prospecções arqueológicas no sítio da Ressaca, no bairro do Jabaquara, pesquisa desenvolvida sob responsabilidade da arqueóloga Marlene Suano (SUANO, 1978 datilog.; ZANETTINI, 1992, mimeog.).

Diante da continuidade das obras de restauro e conservação em outros imóveis tombados sob a salvaguarda do município, dá-se a formalização de um convênio entre o Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo (DPH/SEC/PMSP) e o Museu Paulista da Universidade de São Paulo (MP/USP), sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Margarida Davina Andreatta.

Instaura-se, assim, no decorrer da década de 1980 um programa de Arqueologia Histórica sem precedentes na cidade, sendo realizadas escavações em edifícios e logradouros de relevância para a sua história. Novamente as Casas Bandeiristas ocupam um papel preponderante conforme se pode depreender da Tabela 1 a seguir (ANDREATTA, 1981/1982, 1986a, 1986b, 1988; ZANETTINI, 1985, 1986)

⁹.

⁹ Esse programa, além de constituir um marco fundamental na definitiva consolidação da Arqueologia Histórica em São Paulo, funcionou como uma verdadeira escola para a formação e treinamento de profissionais hoje atuantes nesse campo.

Tabela 1 – Relação dos sítios históricos e logradouros pesquisados pelo convênio MPUSP/PMSP.

Denominação do sítio	Caracterização sumária
Casa do Tatuapé	Casa Bandeirista: edificação erguida provavelmente no final do século XVII, situada no atual bairro do Tatuapé (ver histórico adiante).
Sítio Mirim	Ruína de edificação de partido bandeirista, situada no bairro de Ermelino Matarazzo, erguida no século XVII.
Casa do Grito	Imóvel celebrizado na pintura de Pedro Américo em alusão à Independência, situado às margens do riacho Ipiranga. Construção de menor porte, erguida em taipa de mão ou pau-a-pique, entendida por alguns autores como remanescente de um dos pousos de tropas erguidos ao longo do Caminho do Mar no século XIX.
Casa Número 1	Imóvel situado na antiga Rua do Carmo, no sítio histórico da Fundação de São Paulo, cujas feições remontam ao século XIX. As pesquisas arqueológicas realizadas no quintal conduziram à exumação de vestígios relacionados a essa e outras ocupações anteriores.
Beco do Pinto	Antiga viela situada ao lado da Casa Número 1, que servia de acesso ao rio Tamandateí. As pesquisas conduziram à evidenciação de restos da antiga pavimentação e vestígios associados.
Sítio Morrinhos	Edificação situada no bairro Jardim São Bento, erguida em taipa de pilão, atendendo ao padrão bandeirista, datada do início do século XVIII (1702).
Casa da Marquesa	Imóvel situado nas imediações do Pátio do Colégio, constituindo o único exemplar de sobrado erguido em taipa de pilão ainda em pé no centro urbano.
Sítio do Itaim Bibi	Imóvel datado do final do século XVIII, do mesmo modo enquadrado na categoria de Casa Bandeirista, localizada no interior de um estacionamento no bairro do Itaim Bibi. A pesquisa contou também com a coordenação da Prof. ^a Dorath Pinto Uchoa (MAE/USP).

O processo desencadeado pela municipalidade por meio de seu DPH leva, paralelamente ao desenvolvimento das pesquisas arqueológicas, a extensos levantamentos documentais. Foram sistematizadas importantes referências e delineadas as primeiras monografias aprofundadas a respeito de alguns dos sítios submetidos a escavações e restauro, dentre eles a Casa do Tatuapé (GAGLIARDI, 1983), o sítio Mirim (NASCIMENTO, 1986) e o sítio Morrinhos (PACCE, 1980).

Como resultado, São Paulo passou a contar com um *corpus* de sítios históricos estudados, figurando entre eles quatro sedes de fazenda erguidas em taipa de pilão, submetidas a escavações amplas e sistemáticas, cujos dados e acervos são abordados no âmbito desta pesquisa.

Tardia em relação à prática observada em outros estados (Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul), a Arqueologia Histórica invade o interior da casa roqueira paulista passados praticamente 40 anos desde a iniciativa promovida pelo SPHAN, na época interessado em desvendar aspectos relacionados à arquitetura rural colonial paulista que escapavam às demais fontes documentais.

Pode-se afirmar, portanto, que a Arqueologia Histórica em São Paulo foi recorrentemente chamada a atuar como disciplina complementar aos processos de restauro em curso, respondendo às questões específicas formuladas pelos especialistas a respeito dessas edificações erguidas no período colonial. Esse constitui um traço marcante da Arqueologia Histórica, não só na cidade de São Paulo, mas também no resto do país, perdurando por toda a década de 1980, conforme aponta Lima (1986a; 1993).

Em termos gerais, o panorama sucinto traçado até aqui mostra a forma pela qual a Arqueologia Histórica se desenvolveu em São Paulo e veio a integrar-se às discussões em torno da Casa Bandeirista. A disciplina teve que literalmente cavar seu espaço em edifícios tombados e logradouros de significação simbólica para o nascimento da cidade (ANDREATTA, 1986b; ZANETTINI, 1992, mimeog.; DPH/SMC, 1991).

Entretanto, o namoro – iniciado na década de 1940, interrompido e retomado nos anos 80 – entre arqueólogos e profissionais ligados ao restauro não conduziu a um matrimônio estável e indissolúvel. Tampouco contribuiu para fortalecer o intercâmbio preconizado nos documentos internacionais voltados à gestão de bens culturais desde a Carta de Atenas da Sociedade das Nações (1931). Conforme aponta Najjar (2005), embora essa situação venha se modificando, a

disciplina ainda encontra dificuldades para abrir espaço em bens tombados ainda nos dias atuais (EMPLASA, 1979).

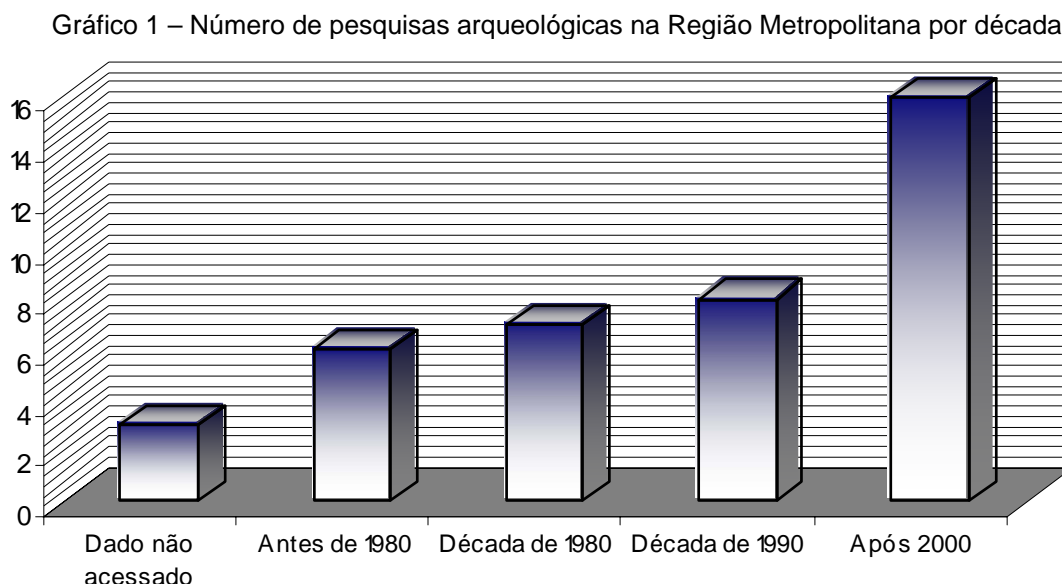
Assim, transcorridos mais de vinte anos desde as primeiras pesquisas arqueológicas sistemáticas realizadas em sítios históricos, observa-se que a consolidação de normas devotadas à preservação dos recursos arqueológicos em nível federal e estadual passa a impulsionar sobremaneira, no início do presente milênio, as pesquisas na Região Metropolitana de São Paulo.

Multiplicam-se rapidamente as investigações e descobertas de sítios relevantes para o conhecimento a respeito da ocupação humana nessa região. Isso vale tanto para o período colonial, quanto para períodos mais recuados no tempo, ou, até mesmo, para a história recente da industrialização, conforme apresentado na Tabela 2 a seguir (ZANETTINI, 2004).

Tabela 2

Com base na bibliografia disponível e dados provenientes de laudos e relatórios depositados no IPHAN-SP, contabiliza-se na atualidade cerca de 73 referências, envolvendo sítios ou ocorrências arqueológicas, para a Região Metropolitana, das quais 50% estão localizadas em território do Município de São Paulo propriamente dito.

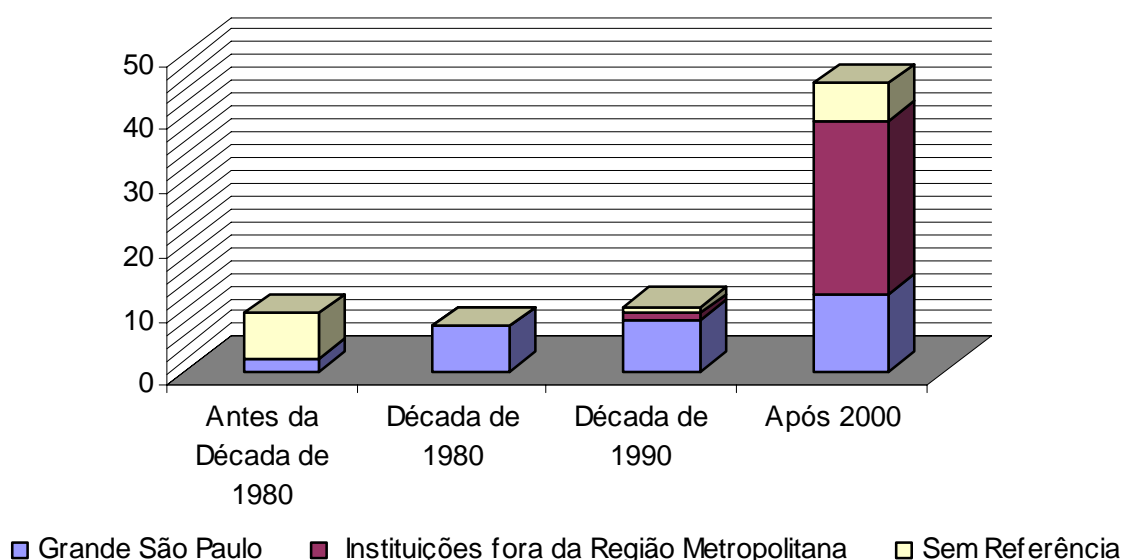
O Gráfico 1, a seguir, torna evidente os efeitos multiplicadores gerados pela aplicação da legislação e das normas federais e estaduais relacionadas ao licenciamento ambiental de empreendimentos na Região Metropolitana de São Paulo, sobretudo, a partir do ano de 2001, correspondendo a 40% do total das referências obtidas.



Além do efeito multiplicador, a aplicação da legislação conduziu igualmente a uma dilatação da área pesquisada pelos arqueólogos, levando-os a investigar sistematicamente áreas praticamente desconhecidas no interior da metrópole. Conforme ressalta Juliani, responsável pelo estudo voltado ao zoneamento arqueológico do município, a Arqueologia de mercado acabou “relativizando posições já cristalizadas na disciplina, sobretudo, no tocante ao potencial arqueológico de regiões profundamente modificadas ou edificadas” (1996b, p. 133).

Outro aspecto a ser ressaltado, é que a Arqueologia efetuada sob moldes de contrato provocou a evasão de acervos exumados no Município de São Paulo para instituições localizadas além de seus limites, o que indica, entre outros aspectos, o desaparecimento das instituições paulistanas dedicadas à guarda do patrimônio histórico-arqueológico, com nítidos reflexos na acessibilidade às coleções, quer para fins científicos, quer para o uso público. Este processo se acentua, do mesmo modo, a partir de 2000.

Gráfico 2 – Localização dos acervos provenientes das pesquisas realizadas na Região Metropolitana de São Paulo

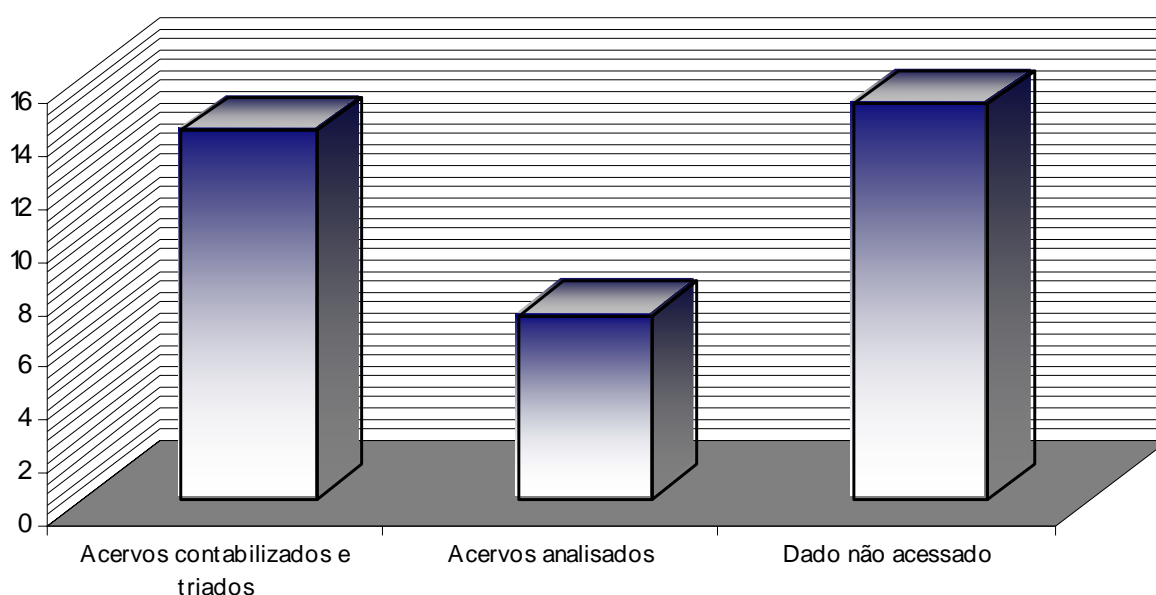


Embora existam muitos programas de pesquisa em andamento cujos dados não se encontram disponíveis (pesquisas nas novas linhas do Metropolitano, por exemplo), é necessário pontuar que a multiplicação das investigações na área metropolitana não tem gerado até o presente o devido reflexo na literatura analítica.

Com base nas informações colhidas, conta-se com aproximadamente 36 coleções. Destas, cerca de 41% passaram por procedimentos mínimos de organização, mas não foram analisadas. 38% dos acervos foram apenas parcialmente submetidos à triagem e quantificação. Apenas 19% das coleções passaram por análises criteriosas, envolvendo descrição, classificação, datação,

sistematizações e sínteses. Trata-se de um aspecto flagrante, que merece discussão por parte da comunidade como um todo, mas que foge, entretanto, ao escopo da presente pesquisa. A valoração dos procedimentos adotados em relação aos acervos deixa claro, portanto, a necessidade de se estabelecer padrões mínimos adequados à curadoria e análise dos materiais históricos exumados no subsolo da metrópole (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Detalhamento das análises dos acervos segundo relatórios consultados



Ante a situação observada, cabe apontar que foi necessária, no decorrer desta pesquisa, uma dose considerável de esforço e investimento pessoal no trato dos acervos, envolvendo desde sua localização e organização, até a seleção de amostras adequadas às análises adiante apresentadas. É importante dizer, no entanto, que a posição crítica aqui assumida não significa, de modo algum, que pretendo furtar-me a expressar minha própria parcela de responsabilidade em todo esse processo (Anexo 1).

Entretanto, no cômputo geral, a situação hoje é extremamente positiva. A Arqueologia Histórica conta com um espaço concreto jamais imaginado para seu desenvolvimento no seio da metrópole, com o devido amparo legal, além de novos profissionais que se formam e começam a atuar, elementos necessários à superação dos obstáculos que se interpõem, quer do ponto de vista teórico, quer

do ponto de vista metodológico, no caminho rumo a sua consolidação em definitivo.

As evidências e informações obtidas até o momento apontam claramente para essa direção. De imediato, é possível esboçar um primeiro quadro referente ao processo de construção da paisagem no período colonial, pois se dispõem de elementos que dão vida e preenchem o suposto vazio do sertão, “apático e pouco afeito a mudanças”.

Modelando o Complexo de Piratininga: da borda ao campo

Em termos gerais, os sítios arqueológicos e históricos alvos da presente investigação estão localizados predominantemente ao longo da margem esquerda do vale do Alto Tietê, ou junto de alguns de seus principais contributários, como o Pinheiros, o Carapicuíba, o Cotia, o Pirajussara e o Grande. Envolvem então uma “vasta área periférica em relação ao núcleo urbano primitivo, parcialmente abandonado até 1940” (KATINSKY, 1976, p. 13) e constituem o “cinturão de aldeamentos” (PETRONE, 1995, p. 353-379) posteriormente dando espaço ao “cinturão caipira” (LANGENBUCH, 1971).

Saint-Hilaire deixou registrado, no início do século XIX, que existia, ao redor da cidade, “um grande número de chácaras (...) disseminadas por todos os lados contribuindo singularmente para o embelezamento da paisagem.” (SAINT-HILAIRE, 1945, p. 202).

Mesmo sendo uma observação um tanto idílica sobre a feição dos arredores paulistanos em uma época pouco posterior ao recorte temporal adotado, ela oferece pistas interessantes a respeito da partilha dos espaços e a construção da paisagem colonial hierarquizada, plena de assimetrias, necessárias à consolidação do projeto colonial que deixou reflexos nítidos na feição da metrópole globalizada dos dias de hoje. Aliás, como se acredita, São Paulo nasceu globalizada.

A par do vastíssimo legado deixado pela geografia em torno da formação do território paulista(ano) julgo interessante retomar alguns aspectos peculiares da fisiografia do planalto, que a meu ver são de capital importância para a modelagem do cenário onde se dá a ópera em três atos da conformação da sociedade mameluca.

“O Teatro Piratininga”

O sítio escolhido para a implantação de Piratininga, colina-acrópole, cujos atributos estratégicos serão ressaltados adiante, conta ao seu redor com um grande anfiteatro formado pelo maciço da Cantareira, a serra de São Roque e mais ao longe o planalto de Jundiaí (AB’SABER, 2004; PETRONE, 1995; CONTI, 1997).

Valendo-me ainda dessa metáfora, é possível dizer que para alcançar o palco, o colonizador buscou, após vencer as escadarias da serra do Mar, o acesso mais facilitado à casa de espetáculos, caminhando pelo carpete através da platéia.

O carpete a que me refiro na verdade são os campos limpos de Piratininga, circunscritos pela mata atlântica e demais formações vegetais existentes nos seus arredores.

A sub-base sobre a qual repousa este carpete é na verdade a Bacia Sedimentar de São Paulo, cujos sedimentos (formações São Paulo e Resende) em sua porção central atingem uma espessura de 200 metros, ricos em argilas, siltes e areias (PETRI; FÚLFARO, 1988, p. 419-421).

Todavia, as paredes e fundações, em linhas bastante gerais, dão solidez à casa de espetáculos, com rochas cristalinas mais antigas, que envolvem a platéia desde Itaquera, São Mateus, Guaianazes, Serra da Cantareira, as rochas do

Grupo São Roque e do Grupo Serra do Itaberaba (Perus, Jaraguá Santana e Jaçanã).

Por sua vez, o rio Tietê age eficazmente tal qual o lanterninha, facilitando a ocupação dos assentos na platéia enquanto as luzes se apagam. Navegável nessa porção de seu alto curso, conformando a bacia sedimentar, o Tietê e alguns de seus tributários igualmente propícios ao deslocamento – principalmente o Tamanduateí, o Pinheiros (Jeribatiba) e o Grande – dão o tom, permitindo deslocamentos em todos os sentidos (as facilidades e vantagens oferecidas por essa região se expressam na atualidade, por exemplo, no parque industrial que conta com mais de mais de 40 mil fábricas).

Não bastassem as vias aquáticas, São Paulo contava ainda com um vasto sistema de caminhos terrestres – o Peabiru, um emaranhado de mais de 3 mil quilômetros de trilhas que atingiam Assunção, Potosí ou até mesmo Cuzco, como relatam religiosos e aventureiros que aqui passaram, como Cabeza de Vaca, Montoya, Schmidel, entre outros (CHMYZ; SGANZERLA, 1990; PROUS, 1992; GONÇALVES, 1998; LANGER, 2005).

Como é possível observar do ponto de vista geoestratégico, a escolha pelo sítio urbano original de São Paulo pouco tem a ver com o acaso ou a ausência de um projeto claramente delineado, como observa Blaj (1995), cujas reflexões são apontadas a seguir.

De volta ao teatro, uma vez atingida a lotação máxima, “assegurando estoques de mão de obra” (MONTEIRO, 2004), o colonizador busca implantar uma nova casa de espetáculos, valendo-se desta posição fixa e consolidada. Tem diante de si um grande corredor, a Depressão Periférica, dotada de uma extensa escadaria bem menos íngreme que a escarpa do Mar, amplamente favorável à penetração sertão adentro.

Assim, passo a dispor e articular os sítios identificados e estudados (tanto as casas de fazenda como outros assentamentos), as ocorrências e também estruturas mais complexas como vilas, aldeamentos e capelas erguidas na região, a fim de preencher alguns vazios no tabuleiro da paisagem colonial paulistana mascarada pelo avanço da metrópole. Habilmente, a estrutura colonial valeu-se de uma outra estrutura pré-existente (refiro-me à sociedade indígena), igualmente dinâmica e diversificada, como aponta a literatura etno-histórica e arqueológica produzida até o momento. Obviamente se esteve diante de uma hábil e pré-concebida operação de desmontagem e subversão, a fim de adequar essa estrutura à sua nova função e finalidade no contexto mercantil (Prancha 3).

Do Castro de Piratininga à cidade de São Paulo

Como é sabido, a ocupação colonial da região de Piratininga se dá assentada sobre dois pilares: o laico (vilas e aldeamentos régios) e o religioso (aldeamentos religiosos), que asseguram paulatinamente a criação de um *cordão de isolamento* e proteção ao redor da colina histórica criteriosamente selecionada.

A gestação desse projeto demanda aproximadamente 20 anos, desde a primeira vinda de Martim Afonso de Souza a São Vicente, em 1532, principiando com a instalação da vila de Santo André na borda do campo, em 1553, à ação que prepara as bases para a implantação de um núcleo estável necessário à ocupação sistemática do território (Prancha 4).

Ressalve-se que o sítio escolhido se configura como um verdadeiro castro, ou castelo, implantado sobre a aldeia de Tibiriçá, construído numa colina com excelentes condições de defesa do flanco leste, tendo como fossos os rios Tamanduateí e Anhangabaú e contando além disso com o contingente humano. Tal contexto indica, de certo modo, que esse avanço envolveria enfretamento de monta e ataque de grandes proporções, vindo sobretudo da direção leste da colina, denotando mais uma vez o pleno conhecimento geopolítico, no mais amplo sentido, do planalto Paulistano por parte de seus ocupadores.

Prancha 3

Prancha 4

É o que ocorreu em 1562 quando a fortificada vila de São Paulo de Piratininga foi sitiada e atacada por grandes contingentes de índios das nações tupinambá, tamoio e carijó, chefiadas pelo cacique Piquerobi, irmão de Tibiriçá. Segundo Machado D'Oliveira (1978), várias tribos vieram se juntar às forças de Piquerobi, reunindo-se no local onde hoje está localizado o bairro de São Miguel Paulista, a leste da vila. Esse episódio marca o início da chamada Confederação dos Tamoios, na verdade um processo de enfrentamentos contínuos que tem início em 1540, no entender de John Monteiro (1994).

A lição de estratégia e organização dada pelo inimigo fez com que o projeto, forçosamente, ganhasse seu traço definitivo, sendo aceleradas as obras de construção do cenário – digo, paisagem –, que visava a um só tempo a assegurar a supressão e extermínio de populações avessas e a criação de espaços adequados à produção e à manutenção e reprodução da empresa colonial em caráter irreversível, dotando-a de todos os atributos úteis à dominação.

Com os aldeamentos de Pinheiros e de São Miguel criados concomitantemente (por volta de 1560) e co-alinhados a Piratininga na margem esquerda do Tietê, as condições de defesa no *front* se vêem ampliadas, assegurando o domínio sobre o Tietê e alguns de seus afluentes.

Desafortunadamente, no tocante às populações indígenas, as pesquisas arqueológicas sistemáticas conduzidas na Região Metropolitana ainda não renderam os frutos necessários para a reconstituição do sistema de assentamento das aldeias aqui existentes à época do contato, embora se conte com achados fortuitos não datados, arrolados na parte inicial deste capítulo, sobretudo para a Zona Leste da cidade, além de alguns sítios mais antigos no bairro do Morumbi e na região do morro do Jaraguá, por exemplo.

Do mesmo modo, as informações etno-históricas são pouco esclarecedoras no que se refere à distribuição e dimensão das aldeias, bem como da densidade populacional observada no Quinhentos.

John Monteiro (2004, com referências anteriores) indica que em meados do século XVI existiam três aldeias principais no Planalto: Inhapambuçu (eventualmente chamada de Piratininga, chefiada por Tibiriçá), Jerubatuba (na região de Santo Amaro, chefiada por Caiubi, supostamente irmão de Tibiriçá) e Ururáí (na região de São Miguel Paulista, chefiada por Piquerobi, sabidamente irmão de Tibiriçá). Ainda segundo o autor, em 1553 as referidas aldeias figuravam como grandes núcleos populacionais com centenas, talvez milhares, de moradores segundo estimativas deixadas por religiosos e viajantes (MONTEIRO, 1994, p. 21-22), agindo, portanto, como centros polarizadores, à época do contato, na estruturação do espaço tupiniquim (lembrando que em 1557 Inhapambuçu e Jerubatuba já apresentavam um decréscimo populacional).

O panorama de distribuição de prováveis assentamentos a leste da capital paulista apresenta alguma correlação com os indícios arqueológicos até o momento registrados na metrópole paulistana. A recorrência de vestígios fortuitos recolhidos ao longo de praticamente uma centúria, foram coletados nessa região da cidade, sugerindo primeiramente a manutenção e, num segundo momento, o aumento do efetivo populacional no Leste, justamente a região de onde partem os ataques de 1562. A partir disso é plausível considerar que a aldeia de Ururáí e posteriormente o aldeamento de São Miguel, no caminho de intersecção com o vale do Paraíba, representassem uma ameaça ao núcleo inicial piratiningano, por manter laços políticos mais estreitos com as tribos tupinambás, inimigas históricas dos portugueses.

Do ponto da vista arqueológico, é interessante notar que vários achados fortuitos indígenas de tempos pré-coloniais e coloniais foram feitos, desde fins do século XIX até hoje, em regiões próximas ou muito próximas às aldeias históricas de Inhapambuçu (diversos artefatos líticos e cerâmicos encontrados no antigo morro dos Lázarus, Luz, em 1885), Jerubatuba (urna funerária do Brooklin, c.1960), Ururáí (urnas da Mooca (1896 e 1960), urna e outros vestígios localizados na Penha (1920 e 2004) e a urna da Vila Maria, c.1960).

Já para a Zona Norte, os sítios indígenas conhecidos apresentam pequenas dimensões e grande proximidade, estando quase todos localizados em topos de colinas, padrão de implantação recorrente observado tanto nos sítios Olaria I e II quanto nos sítios Jardim Princesa I e II, situados na Zona Norte de São Paulo.

Do mesmo modo, contamos na Zona Oeste com o sítio Ambuitá 2, cidade de Itapevi, datado de 560 AP, igualmente de pequenas proporções (DOCUMENTO, 2004b, p. 132).

Embora algumas evidências melhor preservadas apontem para acampamentos temporários (à exceção de Olaria II e Princesa I), os demais constituem assentamentos com um mínimo de estabilidade devido à quantidade de vestígios observados. Estes elementos indicam a necessidade de se aprofundarem questões de relevância no que se refere ao processo de ocupação do território paulista por grupos tupi e não-tupi. Os grupos tupi parecem ter conhecido um processo de mudança no que se refere aos padrões de assentamento no decorrer dos séculos, passando a organizar-se em núcleos de maiores proporções, com franco domínio político sobre a planície sedimentar de São Paulo, dos quais os colonos se valeram.

Do mesmo modo, os aldeamentos erguidos a partir do contato poderão contribuir à reconstrução do sistema aqui encontrado, mediante a realização de escavações sistemáticas.

Dados provenientes do território tupinambá, notadamente da cidade de Jacareí, indicam que colonos e religiosos buscaram se estabelecer nas cercanias desses assentamentos indígenas. Ao menos é o que se observa nessa porção do Vale do Paraíba, onde Anchieta e outros inacianos fundaram o aldeamento de São José dos Campos. Em seu entorno próximo, consta uma série de sítios arqueológicos contemporâneos, datados da época do contato, ou um pouco antes, como o sítio Santa Marina, datado de 1525, o sítio Vila Branca, datado de 1480, ambos escavados por Robrahn-González e Zanettini (1999) (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2001). Nessa mesma micro-região, conta-se com outros

assentamentos próximos também escavados, como, por exemplo, o sítio Pedregulho (SPJA – 02), trabalhado por Scatamacchia, e Cali no Mirante do Vale (SPJA – 03), em 1998, entre outros.

Faça-se uma ressalva, pois estamos falando de território eminentemente tupinambá, logo inimigo, onde prevalecem assentamentos de grande porte, um deles alcançando mais de 900 mil m², como o sítio Vila Branca.

A ruptura: do Castro à Praça Forte

Sabe-se que São Paulo teve uma muralha de taipa de pilão iniciada por volta de 1560 e que ela provou sua eficácia no ataque de Piquerobi dois anos depois. Mais tarde essa muralha foi ampliada e existem registros da sua existência até os últimos anos do século XVI, por volta de 1594-1595 (REIS FILHO, 2004).

Com o passar dos anos, reforça-se a intensidade da empresa colonial e o espaço dos indígenas ainda livres foi diminuindo cada vez mais, culminando com as revoltas desencadeadas na última década do século XVI.

É importante ressaltar que a tensão e o conflito estavam dados havia muito tempo, mas os confrontos ainda tinham características pontuais. Entretanto, a partir de 1590, com a revolta dos índios da aldeia de Pinheiros, e até 1595, são levadas a cabo expedições punitivas que aniquilaram ou escravizaram todos os índios num raio de 60 quilômetros a partir da vila de São Paulo (MONTEIRO, 1994, p. 55).

Também essa série de massacres obedece a uma lógica de dominação territorial que passa de um padrão radioconcêntrico para outro polinucleado, abrindo-se caminho para novos estabelecimentos que reproduziriam a matriz. Assim, são criados os aldeamentos de Guarulhos, Carapicuíba, Barueri, Embu e Itapecerica, que agiram como pontas-de-lança para a cidade de São Paulo, e também como trampolim para uma série de novas vilas que viriam a surgir: Santana de

Parnaíba, Cotia, Mogi das Cruzes, etc. Essas, por sua vez, fomentam o estabelecimento de novos aglomerados populacionais, eventualmente originados a partir de um novo aldeamento: Escada (Guararema), Araçariguama, etc. (Prancha 5).

Para essa fase de consolidação do território, já se conta com um quadro histórico e pesquisas arqueológicas bem mais consistentes, que permite conhecer com maior propriedade a distribuição e arranjo espacial dos assentamentos ao longo dessa porção do vale do Tietê. As descobertas mais recentes provêm de pesquisas associadas a alguns empreendimentos. Podemos destacar, por exemplo, o Programa de Resgate desenvolvido ao longo do Rodoanel, obra que interceptou o cinturão caipira, conformando um grande arco de aproximadamente 30 quilômetros, sistematicamente investigado desde Embu até Perus entre os anos de 2001 e 2003 (DOCUMENTO, 2001).

Com base nas pesquisas arqueológicas, podemos citar como sítios identificados ao longo dos vales dos rios Embu e Carapicuíba e suas adjacências, o sítio Calu (sede de fazenda arruinada, hoje confinada no terreno de um motel), o sítio cerâmico Sete Lagoas, próximo a esta sede bandeirista¹⁰, e o sítio Búfalo, um quadro do sistema existente à órbita no casarão e de suas articulações com o aldeamento próximo, neste caso o Embu, fonte de mão-de-obra em potencial constantemente requisitada pelos colonos (Prancha 6).

Padrão similar de distribuição de sítios no entorno de aldeamentos foi observado tanto a sul, junto às cabeceiras do rio Embu, já no Município de Itapecerica da Serra, quanto ao longo do vale do rio Carapicuíba, desde as imediações do aldeamento jesuítico até sua foz em Osasco. Nessa porção da Região Metropolitana conta-se ainda com os sítios Flamboyant (datado por TL de entre 1503-1605) e Quitaúna (sede da fazenda que pertenceu a Raposo Tavares, hoje zona militar), além da indicação de um outro, a chamada Fazenda Velha – denominação corrente na tradição oral local (DOCUMENTO, 2001). Dentro desse

¹⁰ Houve possivelmente segundo alguns testemunhos uma edificação ainda maior desaparecida com o avanço das obras que se iniciou anteriormente à pesquisa arqueológica, da qual restaram blocos de taipa desarticulados e fragmentos cerâmicos esparsos.

contexto também se encaixam os sítios Ambuíta 1 e 3, localizados em Itapevi nas imediações do rio São João ou Barueri (DOCUMENTO, 2004b).

Tais sítios estão posicionados à órbita da sede da Fazenda São João (hoje Solar São João, plenamente restaurado), Casa Bandeirista localizada nas proximidades do centro da referida cidade, relativamente próxima aos aldeamentos de Barueri (SCATAMACCHIA, 1981), Carapicuíba e Araçariguama. Os sítios também estão próximos aos bairros *rurais* de Santana de Parnaíba e Cotia.

Esse padrão se repete bem mais a leste, ao longo do vale do Pinheiros, na região do Butantã, onde contamos com mais duas sedes bandeiristas (Caxingui e Butantã), implantadas à margem do Pirajussara. No encontro deste rio com o Tietê, em posição privilegiada, no rumo do sertão, contamos com a propriedade de Raposo Tavares, hoje quartel de Quitaúna, onde foi erguida a ermida que guarda a imagem sacra pertencente supostamente ao antigo solar.

Outra forma de se estabelecer postos avançados para o sertão, e ao mesmo tempo criar unidades produtivas partícipes do nexos mercantilista da empresa colonial, diz respeito aos impropriamente chamados bairros *rurais*. São localidades compostas por uma série de latifúndios – que, entretanto, não podem ser comparados em tamanho aos do Nordeste açucareiro –, onde freqüentemente imperavam os laços de família. Essas propriedades provavelmente contavam com sedes de maior porte, similares às que se conhece hoje. Diante desse quadro, é possível apontar algumas questões.

Como parte integrante da paisagem mercantil, a habitação não poderia assumir outras funções, como marco no processo de expansão física e de reprodução da empreitada colonial? Não deveriam ser essas grandes casas preparadas para as vicissitudes às quais elas estavam sujeitas? Não deveriam ser elas, além de marcos simbólicos da efetiva dominação territorial de uma família extensa e numerosa, estruturas defensivas efetivas contra a cada vez mais interiorizada boca do sertão?

Prancha 5

Prancha 6

Prenunciando a Casa

Para este ponto, é importante retomar alguns aspectos sobre a São Paulo mercantil, cujo processo de formação começa muito antes do governo de Morgado de Mateus (1764-1775), tido como marco para tal, quando se impõe uma política de exportação de açúcar, seguindo a perspectiva aventada por Blaj. Conforme enunciado, o processo remonta ao século XVII e pode ser percebido através de algumas questões-chave (BLAJ, 1995, p. 70).

A empresa colonial mercantil já é uma realidade desde a fundação de Santo André da Borda do Campo, mas ganha força a partir de fins do século XVI com os projetos de D. Francisco de Sousa, governador do Brasil de 1591 a 1601, governador do Sul e superintendente das Minas de 1607 a 1611, ano da sua morte. Apesar de seus projetos – que conjugavam a grande propriedade agrícola e as atividades mineradoras tocadas pelo trabalho escravo – não terem se desenvolvido no tempo que ele esperava, a lógica de sua empreitada direcionou os esforços da ocupação de São Paulo até meados do século XVIII¹¹.

Num certo sentido, este incentivo leva São Paulo às grandes expedições de preação, desde início do século XVII até a maior derrota paulista no Guairá. Foram assim introduzidos em Piratininga, na área abrangendo o que hoje é a Região Metropolitana, dezenas de milhares de indígenas (mais de 70 mil), visando, sobretudo, a produção agrícola (MONTEIRO, 1994, p. 57-62).

Tais circunstâncias jogam por terra a idéia dos constantes deslocamentos mamelucos e indicam, pelo contrário, a fixação da população, inclusive com aumento de seu contingente. Entretanto, a historiografia tradicional coloca que as incursões ao sertão geraram depopulação.

¹¹ A expansão do território para a conquista de novas áreas agricultáveis e a descoberta de minas continuou sendo um binômio perceptível tanto em Goiás e Mato Grosso, como no vale do Ribeira e Paranapanema ou nos campos de Araraquara.

A permanência da população é notada já no século XVI, nos relatos de autores tais como Gabriel Soares de Souza, Fernão Cardim e frei Vicente do Salvador. Estes apontam para uma população fixada na vila de São Paulo e seus arredores, voltada para o cultivo e produtora de excedente para a comercialização. Isso, segundo Roberto Simonsen, já caracterizaria uma mentalidade capitalista, fundamentando a busca por índios no sertão (SIMONSEN, 1962).

Esse binômio propriedade agrícola e busca por mão-de-obra está longe de confirmar a noção de que o período das bandeiras foi caracterizado pela depopulação. Ao contrário, segundo Sérgio Buarque de Holanda, esse é um movimento dialético e colonizador. O povoamento, consequência do estabelecimento de propriedades produtivas, gerou um despovoamento causado pela empresa da captura do indígena no sertão; esta, por sua vez, tendo sido bem sucedida, gerou novo povoamento, com a expansão do número e do tamanho das propriedades, bem como do contingente populacional (BLAJ, 1995, p. 71-73), inchado pelas capturas e pelas possibilidades de expansão das famílias.

Um dos sintomas da fixação no território é a geração de riqueza. No âmbito das interpretações historiográficas tradicionais, esta riqueza variou do luxo ostentatório à miséria acabrunhada. Na realidade, a solução intermediária parece a que melhor convém, já que em São Paulo não houve produtos coloniais de exportação equiparáveis aos do Nordeste açucareiro, fato atestado, por exemplo, nos relatos de Alcântara Machado e, mais contemporaneamente, de Muriel Nazzari. Ambos destacam que nem terras e nem escravos indígenas eram computados nos inventários dos potentados paulistas do século XVII (Ibidem, p. 74-75).

Além disso, parece haver uma subestimação do poder de produção da vila e dos arredores, bem como do poder de compra da população. Afinal, são comuns as referências seiscentistas quanto ao papel de São Paulo como produtor e fornecedor de gêneros para localidades lindeiras, o Rio de Janeiro e até a Bahia. Tal capacidade produtiva permitia até mesmo a manutenção de excedentes, utilizados em quantidades consideráveis, por exemplo, para a fundação da

Colônia de Sacramento (Ibidem, p. 77). Quanto ao poder de compra de alguns segmentos da sociedade paulista, os litígios de 1685-6 a respeito dos preços do sal indicam um comércio de mercadorias a preços acima dos estabelecidos, sugerindo que certas parcelas da população podiam pagar preços mais altos sem grandes sacrifícios (Ibidem, p. 85).

Em verdade, o foco que deve ser dado a algumas questões é totalmente o revés do que até recentemente se deu. Blaj nos mostra que as queixas apresentadas à Câmara de São Paulo com relação à carestia de muitos produtos na vila – o trigo é bastante enfatizado por John Monteiro –, revelam a preferência dos produtores paulistas em vender suas mercadorias em outras paragens, fora da jurisdição dessa mesma Câmara, constantemente preocupada com a fixação de normas e preços para os produtos oferecidos nos mercados locais. Procuravam esses produtores, comerciantes e atravessadores, então, locais onde pudessem cobrar mais caro por suas mercadorias e auferir maior lucro. São práticas capitalistas consoantes com a empresa colonial, “segundo a lógica de mercado” (BLAJ, p. 90).

Essas questões relativas a uma produção dinâmica e ao comércio voltado a suprir necessidades internas e externas levaram-me a enxergar uma São Paulo conectada com o mundo, distinta da imagem tradicional de povoação isolada. A cessão de monopólio sobre os contratos de venda de vinagre, vinho, azeite e aguardente, vinculado à conservação das estradas que ligam São Paulo ao litoral e também às mais diversas paragens, indica o funcionamento da lógica mercantil da importação, da exportação e da venda a um mercado interno promissor, pois apenas isso justifica a existência e manutenção de tais contratos (Ibidem, p. 143-147). É interessante ressaltar que o Caminho do Mar, por exemplo, sofria constantes danos devido ao trânsito de gado para o litoral, cuja venda era bastante vantajosa em Santos e São Vicente.

A questão da autonomia e da rebeldia paulista sucumbe ao fato de que a lógica colonial se baseou, em qualquer ponto do Brasil, na propriedade, na escravidão e

no prestígio, havendo apenas diferenciações regionais no encadeamento desses fatores. O que se percebe em São Paulo

é realmente um movimento pendular nas autoridades reais, a Coroa e os paulistas, mas que nunca chegou a colocar em risco a empresa colonial como uma *empresa em conjunto* [grifo meu]. Em outras palavras, em troca de promessas de honrarias e mercês, a metrópole obtinha todo o apoio dos habitantes de Piratininga no que mais interessava a ela: a pacificação (ou extermínio) dos índios hostis e as expedições empenhadas na descoberta dos territórios auríferos. Os paulistas, por sua vez, aceitavam de bom grado, e até requeriam, essas dignidades e honrarias, pois, afinal, a descoberta de metais e as campanhas contra os “bárbaros” poderiam significar a riqueza, tanto em termos de ouro quanto de mais braços para suas fazendas (BLAJ, 1995, p. 274).

A assertiva de que em São Paulo havia maiores pendores para a democracia parece absolutamente sem razão. No final do século XVII e início do século seguinte, este é o quadro social que se apresenta: muitos agricultores de São Paulo e arredores voltam-se exclusivamente à criação de gado, atividade que demandava menos mão-de-obra escrava; muitos escravos indígenas, e não administrados, estavam nas mãos de alguns poucos potentados paulistas que cada vez mais tinham suas propriedades afastadas de São Paulo ou mesmo próximas a Minas. Existia, ainda, uma grande parcela da população que não tinha condições de alugar os poucos índios restantes dos aldeamentos esvaziados ou de comprar seus próprios escravos e ocupavam as terras exauridas mais próximas da vila, produzindo muito pouco ou vivendo do acaso. Tal quadro evidencia uma sociedade extremamente estratificada e uma produção bastante hierarquizada, o que derruba os mitos da igualdade e da auto-suficiência paulista (Ibidem, p. 131-132).

Desta maneira, temos um conjunto de ferramentas conceituais bem definidas para tratar das questões já colocadas e para as que virão a seguir. Tendo como ponto articulador a vila de São Paulo – entendida não como área urbana, já que a divisão urbano/rural não pode ser estabelecida para os séculos XVII e XVIII, pela simples razão de que tal divisão não tem relevância para a organização daquela sociedade colonial –, desenvolvia-se na área mais antiga do planalto Paulistano, uma economia mercantilizada, plenamente engajada com a empresa colonial.

A mineração de ouro: um capítulo à parte?

As pesquisas arqueológicas na Grande São Paulo também apontam para um outro capítulo da história de Piratininga ainda muito pouco explorado para além dos aspectos do pioneirismo e vanguarda dos mineradores paulistas.

Estudos levados a cabo por Dal Ré Carneiro (2000; JULIANI, 1996a, 2001/2002.), bem como as investigações feitas ao longo do eixo do Rodoanel, conduziram ao registro de inúmeras evidências de atividade mineradora na região. Desde cavas de grandes preocupações e túneis verticais de prospecção mineral até pilhas de deposição de material estéril e tanques em pedra lavrada para lavagem do ouro, tudo isso constitui marcas inegáveis dessa atividade ao longo da faixa de mineralização de ouro existente nos arredores de Piratininga.

John Monteiro (1994) aponta que muitas vezes as expedições mineradoras eram utilizadas como desculpa para os paulistas irem ao sertão aprisionar mais índios, e talvez tenhamos aqui mais uma pista objetiva sobre essa relação. Entretanto, conforme mencionado, a quantidade de vestígios arqueológicos relativos à mineração cada vez mais ameaçada pela expansão urbana, indica uma importância significativa dessa atividade, apontando para mais uma faceta da sociedade mameluca que nunca desprezava uma possibilidade de lucro. Particularmente interessante é o sítio Corvo, nas faldas do Morro do Jaraguá, constituído por canais escavados na rocha para condução de água, tanques e refugio associado a um acampamento minerador (o qual será abordado em capítulo subsequente referente aos artefatos coloniais).

Ressalte-se que a faixa de mineralização se estendia desde Santo Amaro, Embu-Guaçu, Itapevi, Araçariguama, Jaraguá, até Guarulhos. Para além do planalto Paulistano, as descobertas se seguem rumo aos vales do Paranapanema e Ribeira, indicando que a mineração, um dos pilares de sustentação do projeto de D. Francisco de Sousa, rendeu frutos por muitos séculos.

Quero ressaltar com isso, que a importância da mineração não foi ofuscada pela busca do gentio no sertão. Em verdade, temos diante de nós uma realidade que só pode ser compreendida, como afirma Blaj (1995), por uma construção histórica não “etapista”. Na mesma linha, mas caminhando para o campo da teoria arqueológica, Zarankin (1999a) aponta para a necessidade de uma interpretação não evolutiva do processo em questão, mas formativa e dialética. Assim, alguns marcos ressaltados (por exemplo, a criação de Piratininga, a vinda de D. Francisco de Sousa, o Morgado de Mateus) devem ser entendidos como momentos especiais de um processo, quando a tensão dos conflitos preexistentes fica evidente e estes afloram materializados nos elementos da paisagem.

A política mercantil implantada desde os primórdios em São Paulo toma novo direcionamento a partir de fins do século XVII, quando se apresenta a necessidade do deslocamento do eixo de interesses da metrópole lusitana em sua colônia. A queda da lucratividade da produção canavieira do Nordeste, na segunda metade do século XVII, e a descoberta de grandes minas de ouro e diamante em Minas Gerais, a partir de 1680, e em Goiás e Mato Grosso, em 1718, fez com que os maiores esforços da metrópole se detivessem no Centro-Sul de sua possessão americana, região de convergência da produção aurífera. Novas estradas começam a ser abertas e são realizadas melhorias nos caminhos; casas de fundição são criadas e fortificações são construídas ou profundamente reformadas. Como ápice administrativo desse plano de reestruturação se apresenta a transferência da capital do Vice-Reino para o Rio de Janeiro, em 1763 (BAVA DE CAMARGO, 2002, p. 85-88).

Embora alijada das benesses diretas da exploração aurífera das Minas Gerais desde as primeiras décadas de 1700, São Paulo se apresentou como um pólo articulador do comércio para as regiões mineradoras, produzindo e conduzindo mercadorias para essas áreas. Esse potencial agrícola e comercial não passava despercebido para a Coroa, oferecendo uma alternativa à empresa colonial do ouro, a qual mostrava, aliás, uma perda de produtividade desde meados do século XVIII. Outra via era o incremento da exploração do comércio do rio da

Prata, área muito promissora, mas bastante instável: a colônia de Sacramento pendulava entre espanhóis e portugueses desde sua fundação (Ibidem, p. 85-88).

Dessa forma, para tentar garantir o domínio português do comércio da região, havia que se garantir as fronteiras, ainda mal consolidadas, por meio da colonização e do estabelecimento de forças militares que dispusessem de todo o auxílio possível, com a criação de uma rota de suprimentos e de postos de produção e distribuição que interligasse o Centro-Sul ao Sul do Brasil (BELLOTTO, 1978). Então, qual foi o papel da Capitania de São Paulo na consolidação das fronteiras meridionais do Brasil? Juntamente com a do Rio de Janeiro, propiciaria os recursos para o abastecimento das forças militares no Sul?

De acordo com Bellotto (1978), é dentro desse contexto geral que se restaura, em 1764, a autonomia da Capitania de São Paulo (retirada em 1751). Para tal tarefa foi escolhido o fidalgo Dom Luís Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, que assumiu o cargo de governador de 1764 até 1775. Tal qual D. Francisco de Sousa no início do século XVII, o fidalgo não conseguiu realizar todos os seus ambiciosos objetivos, mas suas decisões alicerçaram o desenvolvimento da capitania e, posteriormente, da província por muitos anos.

A fim de lograr êxito em suas tarefas, Morgado de Mateus tomou medidas específicas dentro do contexto da capitania, tais como o incremento de antigas vilas nos caminhos para o sul e a criação de novas povoações. Além disso, incentivou a lavoura, visando à fixação da população errante em locais determinados, facilitando o controle e o alistamento, e garantindo, assim, provisões para as lutas no sul. As novas povoações foram estabelecidas ao redor de rotas de deslocamento para o sul, tanto no interior (Lajes, hoje Santa Catarina, por exemplo) como no litoral (Sabaúma, distrito de Iguape, São Paulo; Guaratuba, hoje Paraná) (BAVA DE CAMARGO, 2002, p. 85-88).

Dentro desse contexto de redirecionamento, o escravo indígena foi substituído pelo escravo negro e a força motriz, outrora indígena, substituída pela animal, dando início aos transportes por meio de tropas de muares e carros de boi.

Salienta-se aqui que o indígena não assumiu sua condição de pobre livre de uma hora para outra. As determinações de que os indígenas fossem tratados efetivamente como administrados, estabelecidas no final do século XVII (BLAJ, 1995), num primeiro momento só acentuaram sua condição de escravidão, mas já apontavam para o novo *status* e papel que a gente mameluca sem posses gradualmente assumiria dali em diante, exigindo, por parte desta população, a criação de estratégias de resistências e respostas a esse processo.

Além disso, não foram esquecidas as lucrativas rotas para o Centro-Oeste: novas povoações, tais como Piracicaba, foram instaladas nas rotas de navegação fluvial para Cuiabá. Além de incrementarem o comércio com uma região aurífera, possibilitavam a comunicação com o rio Paraguai e seus afluentes, garantindo um melhor controle da fronteira ocidental. Mais ambiciosamente, a comunicação com o Mato Grosso garantiria o estabelecimento de um arco de comunicação que uniria a bacia do rio Paraguai com a bacia Amazônica, através de Vila Bela da Santíssima Trindade, às margens do rio Guaporé (ZANETTINI, 2000/2005).

Para concluir, a partir do final do século XVII, São Paulo e arredores deixam paulatinamente de gerar expedições desbravadoras e de apresamento para transformar-se num ponto de convergência de tropas, tropeiros e suas mercadorias, conectando-se com o restante da colônia por uma rede extensa de caminhos terrestres e fluviais. Trilhas indígenas e antigos caminhos do gado serviram de base para a implantação de uma malha intrincada de caminhos não pavimentados, convergentes para a zona central, a área da antiga Piratininga (ZANETTINI, 1998; MENDES, 1994). Sobre a cidade de São Paulo, mais especificamente, podemos dizer que ela assume cada vez mais funções administrativas e comerciais (MORSE, 1970).

Assim, a Casa Bandeirista, dentro do cenário apresentado, ganha menos o contorno de uma unidade rural unifamiliar e se aproxima mais de uma edificação multicomponencial e multifuncional, que a um só tempo moldou e foi moldada pela sociedade escravista mercantil, atendendo a função de entreposto para onde convergiam diversos tipos de produtos – escravos, cereais e metais preciosos –,

estocados em segurança e distribuídos de acordo com a nova ordem social. Dessa estrutura vetusta, de pé direito avantajado, sólida, de paredes robustas partiram expedições para ampliar a área de captura do indígena, a descoberta de minas e a expansão da agricultura.

Tal edificação, de propriedade de um potentado, serviu de moradia a uma família extensa, mas também se prestou ao abrigo de outras famílias (ou ramos do clã) em épocas de crise – quando o chamado bairro *rural*, normalmente formado por grupos familiares bem definidos, estivesse severamente ameaçado (ataques indígenas, clãs rivais, bandidos). Este bairro era composto por diversas fazendas, mas nem em todas existiram construções tão robustas quanto a Casa Bandeirista, estabelecendo-se aí um quadro melhor definido para a organização social paulista dos dois primeiros séculos.

Marco indissolúvel da dominação, entreposto mercantil, aparato de defesa e apoio, abrigo da família extensa senhorial e agregados, a casa aparentemente imutável guarda marcas desse processo. Essas marcas são exploradas no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 3 – A CASA

Um edifício terminado nos expõe, num único olhar, uma soma das intenções, das invenções, dos mecanismos e das forças que sua existência implica, ele manifesta à luz a obra combinada do querer, do saber e do poder do Homem.

Paul Valery

A TRAJETÓRIA DO ARTEFATO: DESCONSTRUINDO A MORADA DO BANDEIRANTE

Neste capítulo, a Casa Bandeirista irrompe no cenário há pouco delineado. Partindo-se das interpretações efetuadas por estudiosos da Arquitetura, a edificação é revisitada pela Arqueologia, sendo explorados alguns dos múltiplos significados que esta assumiu enquanto componente ativo e fundamental na construção da paisagem mercantil de Piratininga. Propõe-se, desse modo, um confronto da documentação analítica e conceitos consolidados em torno da morada paulista colonial com os materiais obtidos em escavações arqueológicas realizadas no interior e nos arredores de algumas dessas unidades.

Os estudos que asseguraram a preservação desses edifícios de taipa de pilão mostraram-se fundamentais na emblemática construção de uma identidade paulista. Tais estudos ofereceram os ingredientes que permitiram aos estudiosos construir a categoria “Casa Bandeirista”, onde a morada de taipa figura como resultante e reflexo do suposto isolamento econômico e social vivenciado em Piratininga, no decorrer do Seiscentos e do Setecentos (Prancha 7).

Prancha 7

A CASA SOB O OLHAR DA ARQUITETURA

Condições históricas para a construção da Casa Bandeirista

A casa paulista sai do anonimato na época da comemoração do IV Centenário de Fundação da Cidade de São Paulo. Tentava-se consolidar uma visão estilizada da formação do povo paulista – da morada, das classes abastadas e de uma pretensa *nobreza bandeirantina* – em oposição à vida na casa roceira mameluca. A construção dessa visão, propagada pela comissão encarregada das comemorações, responde às necessidades do governo paulista de conferir e reforçar a tradição da burguesia paulistana, que almejava a hegemonia econômica no território nacional (FUNARI, 1997; QUEIROZ, M., 1992).

É nesse período que Luis Saia lavra a expressão “Casa Bandeirista”, em artigo sobre a restauração de uma edificação erguida em taipa de pilão às margens do rio Pinheiros, no bairro do Butantã (SAIA, 1955), transformada em museu dedicado ao morar paulista: a Casa do Bandeirante (SODRÉ, 2005). Essa articulação entre história e patrimônio edificado tem, entretanto, uma origem mais recuada no tempo. Estava criada, assim, a condição amalgamadora que transformou a Casa Bandeirista (termo cunhado em oposição ao termo “bandeirismo”, que diz respeito ao bandeirante propriamente dito¹²) na morada do herói paulista, alargador de fronteiras, sustentáculo ideológico da modernidade, soberbamente talhado no Monumento às Bandeiras de Vítor Brecheret às portas do Parque Ibirapuera.

Desde a Independência do Brasil, surge a necessidade de se dar forma e conteúdo à nação, anteriormente inexistentes; essa lacuna leva primeiramente a se definir o *brasileiro* por negação: “o brasileiro é o não-lusitano” (BAVA DE CAMARGO, 2004, p. 73). Logo, os habitantes do Brasil poderiam tornar-se

¹² Conforme cita Lemos em nota de rodapé, Luís Saia parece ter sido “o primeiro a usar a expressão ‘bandeirista’ para designar a produção do mameluco de São Paulo, em suas próprias terras, distinguindo-a, assim, de suas obras no sertão onde buscava escravos e ouro quando fundou arraiais e construiu a sua moda” (LEMOS, 1999, p. 11). Já a palavra “bandeirante”, ao contrário, assinala a atuação deste mesmo mestiço além de suas fronteiras (Ibidem).

súditos do Reino do Grão-Pará e Maranhão, ou da República de Pernambuco, ou ainda da República Juliana, o que até 1848 constituiu uma ameaça bastante concreta. Faltava à idéia de brasilidade uma densidade cultural pretérita, uma história que contasse quem havia sido o brasileiro que se pretendia construir. Um célebre movimento para a constituição da história da nação, por exemplo, foi o concurso lançado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, para a elaboração de uma história do Brasil.

Tal história só poderia mesmo ser construída a partir da documentação escrita e pictórica, pois grande parte, senão a totalidade, dos bens construídos ainda era ocupada e utilizada no dia-a-dia. Palácios, casas de câmara, portos, igrejas, sedes de fazenda, senzalas e estradas, entre outros, cumpriam suas funções originais e seria inimaginável transformá-los em patrimônio cultural ou histórico, pois não houve, com a Independência, uma ruptura traumática no tecido político e social que colocasse em cheque o papel exercido pelos equipamentos antigos. Foi só com as grandes mudanças impostas pela imigração, a abolição da escravidão, a industrialização, o advento República etc., já no último quartel do século XIX, que se desenvolveram as condições para a construção de novos equipamentos, novas edificações, causando a destruição, o abandono ou a diminuição de uso do equipamento colonial (Cf. CAMARGO, 2004, p. 74-77).

A partir do estudo da documentação escrita e do desenvolvimento da teorização sobre a História Brasileira, surge a necessidade de se dar corpo a esse passado e legitimá-lo. Os alvos óbvios são os bens recém-marginalizados e associados à nem tão antiga ordem (SODRÉ, 2005), pois a existência de peças que comprovassem as teorias de legitimação desse passado poderia conferir-lhes uma solidez quase *natural*.

É nesse quadro que se encaixam as descobertas e o interesse suscitados em torno dos vestígios do passado de São Paulo. Observa-se, na transição do Oitocentos para o século XX, o surgimento da materialidade da História: o início da construção do conceito de patrimônio cultural enquanto bem físico, antes restrito a documentos gráficos. Daí o interesse, mencionado no Capítulo 1, de

Teodoro Sampaio pelos supostos restos da Santo André da Borda do Campo, as *igaçabas* recolhidas no Brás ou mesmo os vestígios da Calçada do Lorena encontrados por Washington Luiz.

Mas uma nova ordem não permanece jovem para sempre e necessariamente cede espaço – mantendo, todavia, pelo menos um papel coadjuvante – aos novos movimentos, catalisadores de ordens ainda mais novas. Tal é o que sucede com o *Movimento de 22*, iniciador do Modernismo.

A criação dos mecanismos de estudo e proteção do patrimônio histórico foi marcada pelos ideais nacionalistas da década de 1930. Essa mesma perspectiva esteve presente nas ações, condutas, idéias e motivações de pessoas como Mário de Andrade, Lúcio Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Luís Saia ou Paulo Duarte. A atuação dessas pessoas foi de importância inconteste para a constituição do SPHAN (hoje IPHAN) em 1937, órgão gerado a partir de 1933 como extensão das idéias que vigoravam no Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo, criado por Mário de Andrade (hoje Departamento do Patrimônio Histórico – DPH/SMC/PMSP). Particularmente, interessa a este trabalho o que resultou dessa conturbada e criativa década de 1930, assunto examinado no próximo tópico.

Dentro da perspectiva do período, desde o início colocam-se as prioridades: os patrimônios histórico e artístico, ou seja, bens relacionados à história reconhecida e aceita, com apelo estético e arquitetônico. E será a partir dessas mesmas prioridades que, na década de 1970, delinearam-se as pesquisas, os restauros e os tombamentos.

A ampliação do espectro do que se entende como bens culturais vai se dando lentamente, e é no final dos anos 1970 que começa a se esboçar uma alteração deste quadro. Somente na década de 1980, as discussões em torno dos bens culturais a serem preservados começam a levar em conta os objetos, os achados arqueológicos, as manifestações culturais populares, os locais emblemáticos pelo

seu uso e não só por suas características construtivas, até chegarmos, nos anos 1990 e 2000, às discussões sobre os bens intangíveis.

A materialização do morar paulista na Casa Bandeirista: seus atributos

Com a consolidação do SPHAN entre os anos 1930 e 1940, prosseguem as investigações em torno das antigas moradas paulistas. Este processo encontra-se indissolúvelmente ligado à pessoa de Luís Saia, que produziu o primeiro cadastro e caracterização dessas edificações, além de ser responsável pelas primeiras intervenções físicas em prol da preservação desses monumentos de barro (1978). Saia identifica e cataloga 16 imóveis na cidade e seus arredores, notadamente na porção Oeste da Região Metropolitana e vale do Tietê, como se pode observar na Tabela 3.

Tabela 3 – Casas Bandeiristas segundo SAIA, [1945] 1978.

Nome do bem	Localidade	Município
Morrinhos	Santana (Jardim São Bento)	São Paulo
Tatuapé	Tatuapé	São Paulo
Ressaca	Jabaquara	São Paulo
Caxingui	Caxingui	São Paulo
Edificação sem denominação	Santo Amaro	São Paulo
Butantã	Butantã	São Paulo
Edificação sem denominação	Casa Verde	São Paulo
Casa de Joaquim Roberto de Carvalho	Água Branca	São Paulo
Calu	Motel Demi	Itapeverica (Embu das Artes)
Padre Inácio	Estrada do Morro Grande	Cotia
Mandu	Jardim Barro Branco	Cotia
Edificação sem denominação	Distrito sede	Santana do Parnaíba
Santo Antonio	Estrada da Mata da Câmara	São Roque
São Romão	1,5 km a norte do distrito-sede	Araçariguama
Querubim	Faz. Do Inst. Butantã	Araçariguama
Edificação sem denominação (Quinzinho)	Parque e Jardim Zoológico	Sorocaba

Essa relação de edificações é resultado dos estudos de Saia desenvolvidos até aproximadamente 1950 e nela estão contidos tanto os tipos “puros” quanto os “decadentes”. *Grosso modo*, o pesquisador indica que quanto mais as edificações se afastam do século XVII, atingindo as primeiras décadas do século XVIII, mais elas se distanciam daquele padrão formal estabelecido a partir dos estudos nos

sítios Santo Antonio (São Roque) e Padre Inácio (Cotia), ressaltando, a este respeito, o aspecto de sua planta monolítica e pouco compartimentada, tema que será retomado posteriormente por Lemos (1969, 1999).

Em meados da década de 1970, novos estudos a respeito da evolução e história da Arquitetura Paulista ganham destaque. Dentre eles, a tese de doutoramento **As casas Bandeiristas**, de Júlio Katinsky (1976), defendida na FAU/USP, acrescenta à lista originalmente produzida por Saia 13 novas edificações enquadradas por ele no padrão bandeirista. Katinsky apresenta plantas e elevações de cada um dos 24 exemplares então conhecidos, estando a maior parte das novas unidades situada fora do Município de São Paulo.

O autor refina as análises de Luís Saia, propondo funções e usos para os compartimentos e espaços da edificação, tomando como base referências presentes na historiografia da época. Tornava-se patente que o padrão bandeirista de morada estendia-se, temporal e geograficamente, para além do cinturão caipira de chácaras ao redor de São Paulo, e seguia pelo vale do rio Tietê na rota dos desbravadores e colonizadores (REIS FILHO, 1970, 1994)¹³. Surgia, assim, o termo “Tradição Bandeirista”, abarcando também as edificações de inspiração bandeirista construídas a partir da segunda metade do século XVIII, como se depreende da Tabela 4.

Tabela 4 – Casas Bandeiristas e de tradição bandeirista segundo KATINSKY, [1972]1976.

Nome do bem	Localidade	Município
Mirim	São Miguel Paulista	São Paulo
do Oratório		Santo. André
Edificação sem denominação*		Cotia
Edificação sem denominação	Distrito sede	São Roque
Sta. Lúcia	Lagoinha	Mairinque
Pau d'Alho	Estrada velha para Itu	Cabreúva
da Ponte	Estrada para Cabreúva	
Pirapitingui	Estrada Jundiáí – Itu	
Vassoural	Distrito sede	Itu
do Rosário	Estrada Itu – Salto	
Japão	Estrada Jundiáí – Itu	Itu
N. S. da Conceição	Estrada do Matadouro	
Taperão		Tietê

(*) (Constam da presente lista apenas os novos bens identificados pelo autor)

¹³ Identificamos casas e cercamentos feitos pela técnica taipa de pilão no Arraial de São Vicente, hoje município de Conquista D'Oeste - MT, Vale do Guaporé (ZANETTINI, 1989).

Outra vertente de análise foi desenvolvida pela arquiteta e historiadora da arte Aracy Amaral, em **Hispanidade em São Paulo: da casa rural à capela de Santo Antonio** (AMARAL, 1981), obra que fundamenta a hipótese de que o projeto conhecido como bandeirista também estaria disperso por colônias da Coroa de Espanha. Munida de farta documentação, a autora busca traçar uma origem e difusão do modelo ou padrão construtivo da casa paulista, comparando-o com exemplares similares encontrados na América Hispânica (Bolívia, Equador etc.). Esse trabalho parece não ter gerado a discussão necessária, porém deixa patente a necessidade de se dedicar mais atenção à documentação existente em arquivos espanhóis e países vizinhos de fala castelhana. Curiosamente, algumas evidências que documentei no Vale do Guaporé parecem apontar na direção indicada por Amaral. Observa-se, por exemplo, o emprego da taipa de pilão em algumas edificações existentes nessa região, explorada em meados do século XVIII por sertanistas sorocabanos; enquanto isso, a técnica está presente também em antigos arraiais de mineração e em uma sede de fazenda localizada em Vila Bela da Santíssima Trindade – distante aproximadamente 30 quilômetros da atual fronteira da Bolívia –, que apresenta diversos elementos do dito padrão bandeirista (Cf. ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2000/ 2005).

Ainda na década de 1980, outras duas edificações de padrão bandeirista são acrescentadas à lista conhecida: Itaim Bibi (sede do sanatório Bela Vista), tombada pelo CONDEPHAAT e submetida a escavações a cargo das arqueólogas Margarida D. Andreatta e Dorath Pinto Uchôa, e o sítio do Capão, identificado por Carlos Lemos, que passou por prospecções arqueológicas em 2003 (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2003a).

Mais tarde, já em fins da década de 1990, Lemos, em **A Casa Paulista**, retoma as Casas Bandeiristas e as construções “do tempo do açúcar”, com as quais trabalha desde fins dos anos 1950, acrescentando à lista inicial mais cinco edifícios: Solidão, em Mogi das Cruzes; Passa Três, em Sorocaba; Tenente Carrito, em Itapetininga; Lucrian (antiga Santa Rita), em Porto Feliz; e Pimenta, em Boituva.

Esses trabalhos, somados às descobertas recentes, legam à atualidade aproximadamente 40 exemplares de casas de padrão bandeirista, distribuídas junto à bacia do Alto e Médio Tietê e seus tributários.

Adiante, retomo os estudiosos da Arquitetura mencionados, a fim de extrair-lhes os indicadores e referenciais que conduziram à definição do partido, presente na casa-sede de fazenda paulista dos primeiros séculos, para discuti-lo à luz da Arqueologia.

O partido bandeirista: similaridades e dissonâncias

Aquilo que a Arqueologia Processual, surgida na década de 1960, buscou entender a partir de uma visão sistêmica – articulando diversas variáveis culturais –, foi o padrão ou regularidade do comportamento humano, que possui reflexos no registro arqueológico, ou no conjunto de elementos e atributos formais, funcionais e estéticos partilhados por um determinado grupo que se reproduz por um determinado período de tempo, em determinada região. Isso apresenta certa similaridade com o conceito de partido que provém da História da Arquitetura¹⁴.

Partido arquitetônico é entendido pelos estudiosos como

nome que se dá à conseqüência formal de uma série de determinantes tais como o programa do edifício, a conformação topográfica do terreno, a orientação, o sistema estrutural adotado, as condições locais, a verba disponível, as codificações das posturas que regulamentam as construções e, principalmente, a intenção plástica do arquiteto (...). Enfim, partido é a disposição final das massas, observando-se a distribuição dos cheios e dos vazios, das superfícies iluminadas e das sombras (CORONA; LEMOS, 1972, p. 360).

¹⁴ Outra categoria analítica diretamente ligada ao partido, o “programa de necessidades”, não é passível da mesma objetividade, variando conforme a formação do profissional e as tendências da época. No esquema de diálogo entre Arquitetura e Arqueologia, as necessidades estão mais diretamente associadas às questões pertinentes às análises dos vestígios arqueológicos, tema do capítulo seguinte.

Apesar das semelhanças, faz-se necessário entender as particularidades do enfoque arquitetônico, que dá ênfase (não exclusiva) à dimensão formal, para então avançar e explorar essa Arquitetura ao olhar da Arqueologia propriamente dita, no exame das recorrências e dissonâncias no tocante ao estabelecimento de padrões determinados para as moradas rurais das elites paulistas do Setecentos e do Oitocentos.

Quais atributos definiriam um partido bandeirista?

Mais especificamente, em **A Casa Paulista** Lemos caracteriza o

partido arquitetônico do complexo rural unifamiliar colonial paulista, dito bandeirista, ...primordialmente pela pulverização, ou fragmentação, do programa em várias construções, tendo como centro de interesse a casa de moradia da família titular do estabelecimento (1999, p. 46).

Os elementos formais, e por vezes funcionais, que determinam este partido são:

a) A implantação da edificação na paisagem:

Nessa paisagem, individualizava-se a casa sede de taipa de pilão sempre assentada numa plataforma ou terrapleno delimitado por íngreme talude ou por muro de arrimo feito de pedras catadas no campo e empilhadas para segurar a terra. Essa artificialização do solo se destinava a assegurar à construção de terra socada impossibilidade de enxurradas danosas às suas paredes facilmente erodíveis. Essa é a primeira característica do partido arquitetônico da casa bandeirista: casa esparramada no chão plano em nível e cercada por uma calçada de pedras irregulares também catadas aqui e ali, nunca pedras aparelhadas (...) Casa sem desníveis internos – um chão só, de terra batida, da soleira para dentro (LEMOS, 1999, p. 47).

b) A planta:

Existência do *alpendre* fronteiro, peça assim denominada por Luís Saia, ainda nos anos 1940:

espaço aberto reentrante, uma verdadeira *loggia* paladiana na forma, é entalado entre dois cômodos perfurados, cada um deles, por minúscula janela gradeada. Dois cheios, dois cubos brancos, separados por um vazio que chamavam de corredor (LEMOS, 1999, p. 47).

Essa definição de partido bandeirista baseia-se no exame de exemplares localizados depois 1940 e na apreciação da documentação textual. No entanto, ela simplifica a ambiciosa construção conceitual de Saia, definida por tópicos de um “esquema construtivo”. São eles:

- a) escolha de uma plataforma plana;
- b) desenvolvimento da planta dentro de um retângulo;
- c) paredes de taipa constituindo, ao mesmo tempo, vedação e estrutura;
- d) aproveitamento do forro dos quartos para compartimentos de uso variável;
- e) telhado de quatro águas com coberturas de canal;
- f) separação entre a família e os demais, por intermédio de uma faixa onde ficam a capela, quarto de hóspedes e alpendre;
- g) desenvolvimento da parte da família em torno de uma sala.

Este texto, escrito em 1945, foi reeditado algumas vezes. Utilizei a versão mais recente (1972, 2ª. Edição em 1978), na qual o autor reafirma suas convicções nas constantes arquitetônicas das sedes de fazenda do século XVII. Conforme já mencionado há uma tendência a classificar as edificações em tipos “puros” e “decadentes”, esse último termo designando os exemplares construídos a partir do século XVIII e atribuídos a um aburguesamento do fazendeiro colonial paulista. Assim, quanto mais distante do século XVII, mais o edifício tenderia a apresentar diluída a planta monolítica bandeirista.

Julio Katinsky propõe, em **Casas Bandeiristas** (1976, p. 129), um “conjunto de elementos significativos, que são transmitidos pelo próprio agenciamento e dimensões dos espaços organizados” para as edificações bandeiristas e de tradição bandeirista. Os elementos significativos são:

- a) obras anônimas, de arquitetos e artífices desconhecidos, sem filiações de estilo nos elementos decorativos;
- b) implantação em paisagens que maximizassem a possibilidade de satisfazer as necessidades programáticas sem, contudo, ter um tipo ideal de paisagem;
- c) voltar as fachadas para o Norte, na imensa maioria dos casos (19 de 22), fugindo assim dos ventos do Sul-Sudoeste;
- d) faixa fronteira com capela, varanda e quarto de hóspedes;
- e) grande sala de distribuição para os outros compartimentos que, no entanto, deveria ter outros usos;
- f) ausência de cômodo intrinsecamente associado às atividades de cozinha;
- g) presença de cômodos não identificáveis com padrões de morar europeus, espaços internos associáveis aos modos indígenas/comunais de viver (Ibidem, p. 129-133, passim).

Interessante notar que Katinsky não dá papel de destaque à técnica adotada na construção das edificações – taipa de pilão –, assumindo-a como intrínseca a todas essas edificações e à maior parte das edificações paulistas erguidas até meados do século XIX (à exceção do litoral).

Historicamente, entretanto, o emprego dessa e não de outra técnica construtiva constituiu um dos atributos referenciais no estabelecimento do modelo bandeirista que se delineia na primeira metade do século XX. Na visão de Lemos (1989), a taipa assume uma perspectiva abrangente, constituindo as três idades construtivas da cidade: a do barro e taipa, substituída pela do tijolo, suplantada pela modernidade do concreto, rampas e pilotis da metrópole que “não pára de crescer”.

Matérias-primas e técnicas construtivas

A técnica de elaboração das paredes – estruturais e da maior parte das divisórias – das Casas Bandeiristas arroladas pelos estudiosos, à exceção da já desaparecida edificação de Santo Amaro, foi a taipa de pilão. Esta técnica consiste em barro socado das fundações à base dos frechais, resultado da compressão da terra por meio de pilões, dentro de formas compostas por pranchas de madeira (Cf. SCHMIDT, 1946; SAIA, 1978; KATINSKY, 1976; CONDEPHAAT, 1980a; AMARAL, 1981; LEMOS, 1989, 1999; entre outros).

Do ponto de vista de sua origem, essa técnica está presente em diversas partes do mundo bem antes de 1500. Pode-se imaginar que tenha sido introduzida na Península Ibérica ainda no século oitavo, sob o domínio muçulmano. Contemporaneamente, existem profissionais devotados ao estudo e retomada dessas técnicas construtivas, a denominada “arquitetura em terra”, o que envolve a releitura das técnicas e seu emprego em edificações contemporâneas, notadamente unidades habitacionais.

No calor das discussões sobre o padrão bandeirista, os estudiosos formularam a expressão "onde havia paulista havia a terra socada", em alusão à difusão da técnica construtiva da taipa de pilão, característica basilar da casa colonial paulista (LEMOS, 1976, p. 22). Parece-nos mais apropriado abordar a questão de forma a não restringir o uso da taipa ao contexto construtivo paulista: antes da taipa ser utilizada no planalto Paulista, ela serviu para a construção das muralhas de Salvador da Bahia e para as fundações da igreja de Cananéia (LEMOS, 1989, 1999).

Daí surge a pergunta: por que o triunfo da taipa de pilão?

A explicação não é nada simples e nos remete a várias considerações. Saia (1978) coloca, a meu ver impropriamente, que o uso de alicerces de pedra com paredes de taipa de pilão, técnica usual na Península Ibérica, seria inviável, pois

as pedras trariam muita umidade para as bases das paredes. Lemos, por sua vez, aponta insistentemente a falta de pedras para a construção de paredes, fato em parte verdadeiro se pensarmos exclusivamente em boa parte do território do município paulistano circunscrita à bacia sedimentar, onde predominam argilas, siltes e areias. Essa situação modifica-se radicalmente nos bordos dessa bacia, como discorreremos no primeiro capítulo (LEMOS, 1969).

Já Katinsky (1976, p. 122) aponta, como razão para o emprego intenso da taipa, a rapidez com que a edificação pode ser erguida e também a necessidade de pouca mão-de-obra especializada, pois a maestria da construção pode ficar a cargo de uma única pessoa, enquanto as outras só precisam socar a terra. Terminada a edificação, observar-se-ia um bloco maciço de barro, com predominância dos “cheios” sobre os “vazios”. Como veremos mais adiante, tais questões nos levam a repensar as funções de moradia senhorial rural e unifamiliar dessas casas, apontando para um programa de necessidades voltado também à defesa contra inimigos diversos, ao abrigo de longo termo de uma família extensa, ao abrigo esporádico de grandes contingentes populacionais e ao labor sistemático, necessário à empresa colonial mercantil.

Apesar das razões para o uso da taipa de pilão como alicerce da arquitetura paulista serem ainda alvo de controvérsia, o fato é que o modo de confeccioná-la passou a caracterizar essa arquitetura, fazendo com que essa peculiaridade construtiva paulista fosse reconhecida e utilizada no mundo lusófono até, pelo menos, a segunda metade do século XIX (LEMOS, 1999). Se isso foi um “acidente de percurso”, nunca saberemos. O que podemos afirmar é que o uso da taipa em São Paulo foi um projeto deliberado. O padre jesuíta Afonso Brás veio para os campos de Piratininga, em 1553, com o objetivo explícito de fazer a igreja definitiva do Colégio em taipa de pilão.

Por sua vez, as divisórias internas envolveram outras técnicas arroladas por Lemos em antigos inventários: são encontradas vedações internas em madeira, sendo pouco citado o uso de taipa de mão (1999). Apesar dessa pequena ocorrência de citações, o fato é que nas prospecções arquitetônicas são

encontradas outras técnicas como o adobe, a chamada taipa francesa e assim por diante. Marcas de esteios localizadas pelos arqueólogos, do mesmo modo, apontam para a existência pretérita de divisórias internas mais delgadas, aspecto a ser explorado adiante.

Passando das paredes estruturais e de vedação à cobertura, Lemos (1999) considera as peças de madeira e as estruturas dos telhados muito rústicas nos primeiros tempos das Casas Bandeiristas. Saia (1978) e Katinsky (1976) são menos taxativos e destacam as qualidades decorativas de algumas poucas peças de madeira, principalmente lavradas para acabamentos e capelas (Cf. AMARAL, 1981).

As técnicas de montagem das diversas estruturas de madeira adotadas na cobertura que constituíam os equipamentos das edificações em foco são abordadas com maior propriedade em outras obras (SAIA, 1978; KATINSKY, 1976; CONDEPHAAT, 1980b, 1980c). Vale, entretanto, ressaltar que Katinsky aponta o mestre carpinteiro como uma das figuras chave na construção das paredes da Casa Bandeirista, tal como hoje são indispensáveis os mesmos profissionais para a execução de obras de arte em concreto. Além disso, deve-se salientar o papel da carpintaria naval – indígena e europeia –, tanto no litoral quanto no planalto. Pode-se, então, dizer que é pouco provável que o conhecimento para a elaboração de trabalhos em madeira fosse tão diminuto e executados de forma precária, como enfatiza Lemos (1999), nos dois primeiros séculos de colonização.

Ainda quanto às obras de madeira, os autores são unânimes em ressaltar a qualidade do material elaborado para as capelas. Outra peça importante, ressaltada principalmente por Saia e Katinsky, são os balaústres quadrangulares, dispostos nas janelas em forma de losango, excelentes peças para defesa e para a dosagem da quantidade e do ângulo da luz que penetraria na casa.

Implantação no terreno

Indiquei acima as características de implantação na definição do partido bandeirista. Valerá a pena retomá-las a seguir, para dar início a algumas discussões a respeito.

Saia aponta como a primeira constante da tipologia a implantação das Casas Bandeiristas à “meia altura da paisagem” (1978, p. 67). Outra constante seria seu assentamento sobre plataformas naturais ou, quando o terreno não o permitisse, artificiais (1978, p. 69).

Katinsky não estabelece qualquer padrão para a implantação das casas, mas destaca que dos 22 exemplares por ele levantados, à exceção da chácara Morrinhos, da chácara da Ponte e do sítio São Romão, todos os outros apresentam a fachada voltada para norte. Isso por uma razão bastante simples: fugir do vento sul do inverno (1976, p. 131).

Segundo Lemos (1999), o padrão de implantação se apresenta como uma sede ao redor da qual orbitam outras construções de caráter funcional. Não se sabe com precisão se houve critérios pré-estabelecidos na disposição das construções satélites em torno da sede. Tudo leva a crer que a localização das nascentes ou ribeirões era determinante na ocupação dos terrenos à meia encosta: próximo da água e a salvo das enchentes. Nesse declive, sempre suave, situavam-se as construções, talvez acompanhando as curvas de níveis.

Observa-se, assim, uma certa regularidade no padrão de implantação da edificação no terreno. Ela se dava em terraços relativamente próximos a cursos d'água ou em cotas mais elevadas, tanto a meia encosta como em topos de colinas, que via de regra lhes conferia ampla visibilidade do entorno, sobretudo a partir da fachada fronteira. As fachadas posteriores eram em geral protegidas naturalmente por aclives próximos e pelo relevo mais acidentado ao longe.

Do alpendre certamente se acompanhava o movimento das gentes nos arredores, o deslocamento dos carros, os eventuais transportes pelos cursos d'água, tudo, enfim. Isso facilitava o controle dos escravos, serviçais e negócios. Completavam a paisagem da casa, pomares a cavaleiro e as edificações menores a “jusante”, de acordo com evidências arqueológicas observadas na Região Metropolitana.

O projeto: da origem acadêmica à versão vernacular

O trabalho de Katinsky (1976) traz as plantas baixas e cortes de 20 exemplares de Casas Bandeiristas. Interessante nas colocações do autor é que, apesar de citar a trilogia “varanda-capela-quarto de hóspedes” da faixa fronteira, ele foge das considerações costumeiras de divisão da casa como uma unidade à européia, enxergando-a como uma edificação que possuía atributos para satisfazer mamelucos, talvez muito mais indígenas do que europeus, referência que particularmente interessa à abordagem arqueológica da Arquitetura. Uma grande sala, rodeada por camarinhas, não condiz com a estruturação cultural e social perceptível através da história tradicional e oficial.

As obras **A Casa Paulista** (1999) e **Cozinha, etc.** (1976), de Lemos, são as melhores referências para a compreensão da estruturação dos cômodos das residências do ponto de vista da mentalidade do paulista dos séculos XVII e XVIII. O autor apresenta um detalhado exame dos inventários e testamentos da época, inclusive com a apreciação do significado que algumas designações teriam à época. A análise dessa documentação escrita permite inclusive aventar hipóteses mais consistentes para as atividades desenvolvidas em alguns dos compartimentos.

Lemos também coloca a trilogia “varanda-capela-quarto de hóspedes” como sendo uma das características da planta da Casa Bandeirista, além de horizontal, esparramada por uma grande área. Ressalta ainda a existência da sala central para a distribuição das camarinhas e das áreas de serviço, apontando igualmente para a possibilidade desse esquema ser derivado do modo de viver indígena.

Saia é o que vai mais longe, indicando uma planta-tipo, eminentemente retangular, construída sobre um aterro artificial. A casa apresenta frente composta por “varanda-quarto de hóspedes-capela” e divisórias internas de taipa de pilão. Apesar de certa flexibilidade no arranjo, essa estrutura apresenta o “monolitismo” da personalidade do grande bandeirante-fazendeiro paulista e da estabilidade da sociedade paulista. Para o autor, existiria a planta ortodoxa, originada no século XVII, e a distorcida, originada a partir do século XVIII, desvirtuada pelo Ciclo do Ouro e fim das Bandeiras. Essa mudança de direcionamento colonizador explicaria, em parte, os acréscimos – “puxados” – amarrados à estrutura principal do sítio Calu ou do Mirim, comprovadamente contemporâneos às casas.

Quanto à origem do projeto, um detalhe de um mapa do século XVII, recentemente publicado na obra **São Paulo Vila Cidade MetrÓpole** (2004) de Nestor Goulart Reis Filho, fornece algumas pistas. O mapa, elaborado provavelmente por Alessandro Massai entre 1608/1616, apresenta um detalhe com a disposição das edificações principais da Vila de São Paulo e seus semblantes. Os desenhos das edificações, apesar de bastante singelos, representam fidedignamente as formas genéricas das mesmas, principalmente das igrejas, fato comprovado pela comparação desses desenhos com outros.

A nós interessa, especialmente, a representação pictórica das fazendas: são casas muitíssimo simples em termos estruturais, em nada assemelhadas ao padrão formal atribuído às Casas Bandeiristas, sendo cercadas por muralhas de taipa de pilão. Isso leva a crer que nesse período o partido bandeirista ainda não havia se consolidado por completo e disseminado por São Paulo (Prancha 8).

Lemos (1999) indica, para a introdução desse projeto no planalto, possibilidades que vão desde o nascimento espontâneo do agenciamento entre os colonos, hipótese menos plausível, passando por uma tradição vernacular já existente na arquitetura tradicional camponesa de terras ibéricas, até chegar a um projeto deliberadamente introduzido por jesuítas ou tratadistas italianos, com destaque para Palladio. O referido autor parece apostar mais na introdução da planta por

meio dos tratadistas, notadamente pelos dois já citados, Massai e Filicaia (Prancha 8).

Interessantes argumentos históricos apontam para essa via. Uma pista pode ser fornecida pela documentação textual a respeito da fortificação construída por Afonso Sardinha, em 1590, no lugar denominado Emboaçava, que seria a região da conexão entre o rio Pinheiros, o Tietê, o caminho para o Norte e a terminação do espigão da serra do Caaguassú. Essa construção acabou influenciando o nome da sesmaria, que passou a ser conhecida como Sesmaria do Forte (PACCE, 1980, p. 130). Em termos formais, a igreja-forte de Cananéia, acrescida de paliçada de madeira, pode nos dar uma idéia de como seria esse forte: uma casa com poucas envasaduras.

Prancha 8

Disponha o referido Sardinha, além de seu forte, de empreendimentos que o consagraram na história paulista: minas de ferro e forjas em Santo Amaro e Araçoiaba; minas de ouro no Jaraguá; grandes bandeiras em busca do indígena; e sesmarias espalhadas pela vastidão do sertão.

No mesmo período, desponta ainda outra figura importante para a nossa história, Dom Francisco de Souza, que em 1599 e em 1607 esteve em São Paulo e trouxe consigo alguns artífices, principalmente especialistas em mineração. Dentre sua comitiva temos o próprio Alessandro Massai e Baccio da Filicaya, já referidos.

De acordo com o **Dicionário dos arquitectos activos em Portugal do século I à actualidade**, de José M. Pedreirinho, Massai (ou Massai, ou ainda, Massay) era:

italiano, sobrinho de Giovanni Casali, com quem veio para Portugal em 1589, e que no princípio do século XVII trabalha sobretudo na região de Sines nos trabalhos do porto e no forte da ilha do Pessegueiro (1601), apresentando em 1621 várias propostas para defesa do Algarve com fortificações em Santa Catarina, S. João e na Foz do Arade, em Portimão. Ainda vivia em 1630 (1994, p. 164).

A partir do exposto, conclui-se que a área de atuação desse arquiteto foi, majoritariamente, no campo da fortificação. Agora atentemos para o seu colega, Baccio da Filicaya (ou Filicaya), que teve atuação mais ampla, também atuando no campo da fortificação:

mercador e aventureiro nascido em Florença (c. 1565) e que estudou na Aula que os jesuítas tinham na igreja de Santo Antão em Lisboa, após o que esteve ativo no Brasil entre 1596 e 1607 com o título de engenheiro-mor, desenvolvendo então intensa atividade na construção de diversas fortalezas. É-lhe ainda atribuída a pequena igreja de Monserrate em S. Salvador da Bahia (1994, p. 112).

Não é nossa intenção estabelecer relação direta de causa e efeito entre esses dois personagens, mas parece haver um encadeamento de fatos que começaria a dar um direcionamento à questão: D. Francisco não vem para São Paulo implantar uma empresa colonial do tipo mercantil; ele vem para aperfeiçoá-la, talvez nos moldes da empresa existente em outras partes na América espanhola

(MONTEIRO, 1994). Por sua vez, Sardinha não inicia suas atividades de empresário piratiningano com a vinda de D. Francisco ao Planalto; ele as diversifica e as intensifica. Assim, é plausível entender que D. Francisco e seus arquitetos militares trouxeram um ferramental importante para aperfeiçoar práticas já existentes e esse ferramental foi tomado prontamente por indivíduos locais que enxergaram nele a possibilidade de expandir seus negócios¹⁵.

Com edificações mais adequadas à defesa dos colonos e de seus bens, cada vez mais o sertão poderia ser adentrado e ocupado com mais segurança¹⁶.

Victor H. Mori, em sua obra **Arquitetura Militar** (MORI; LEMOS; CASTRO, 2003), salienta a semelhança de planta existente entre os quartéis das fortificações de São João da Bertioga, de Santo Amaro da Barra Grande (Guarujá) e as Casas Bandeiristas, indicando uma possível e plausível correlação, apesar de não haver datas confiáveis que apontem o momento de construção das estruturas que hoje lá existem, principalmente das muralhas, muito mais associadas às obras militares do século XVIII. De qualquer forma, são estruturas pensadas já com a mentalidade da fortificação renascentista e contrastam, novamente, com a igreja de Cananéia, o único exemplar de igreja-forte quinhentista ou seiscentista que restou no litoral paulista e um dos poucos do Brasil.

¹⁵ Uma idéia interessante que pode suscitar estudos bastante produtivos é que tanto Massai quanto Filicaia podem ter aperfeiçoado ou modificado de alguma maneira suas técnicas de confecção da taipa de pilão com sua experiência brasileira. Filicaia sem dúvida utiliza essa técnica em Buenos Aires, de acordo com Lemos (1999), e Massai se destaca, já na década de 1620, como projetista de fortificações no Algarve. Note-se que a terra socada, usada como preenchimento das muralhas, é material com grande capacidade de absorção de impacto, e foi ela - e não os muros de pedra - que garantiu a resistência de grande número de fortificações até fins do século XIX. Assim, é de se estranhar que os estudiosos da área tenham ido procurar em construções antigas de Portugal e Espanha exemplos que apontassem as raízes dessa arquitetura dita "bandeirista", quando um caminho inverso parece bastante provável: soluções coloniais teriam sido aplicadas na metrópole tempos depois.

¹⁶ Há que se levar em conta, além disso, que as ameaças de ataque não provinham somente dos indígenas, vinham também das massas de excluídos e dos clãs rivais. Quanto a esse último aspecto, é notória a secular *guerra* entre as famílias Pires e Camargo, que rendeu episódios sangrentos desde a primeira metade do século XVII até a metade do século seguinte.

Evolução formal e cronologia

Entre o final do século XVI e início do século XVII as edificações paulistas, sobretudo as sedes de fazenda, eram simples casas com muros de taipa ao seu redor.

A Casa Bandeirista para Saia cronologicamente definir-se-ia, em seu tipo ideal, no século XVII; após as primeiras décadas do século XVIII, a pureza do conceito foi contaminada pelas mudanças do modo de vida do paulista, que de bandeirante-fazendeiro teria passado a minerador. Segundo o autor:

Do ponto de vista arquitetônico, ambos os tipos [fazendas do século XVII comparadas às do XVIII e XIX] se equivalem, inclusive no que podem contar a respeito de seus fundadores. E o que as casas seiscentistas contam dos seus fazendeiros é que seriam outros os seus problemas, e outras as condições em que foram edificadas as suas residências (...) Nas casas seiscentistas, ao contrário, o programa da habitação segrega a família do resto da fazenda, fazendo com que o trabalho não participe da residência (...) De fato, a taipa impõe uma solução firme e definitiva à planta da construção, não permitindo liberdades de acréscimo ou modificações. As partes se impõem desde a planta, com segurança e naturalidade, coisa que não acontece geralmente com sistemas construtivos baseados em esqueletos (...) É, sobretudo, na aliança das paredes de taipa com o telhado de quatro águas que reside a característica mais firme desta arquitetura. Aliança que se manteve rígida enquanto durou o prestígio daquele tipo de colono. E se esfacelou quando a descoberta do ouro veio destruir o prestígio dos paulistas (...) Em geral, se perde em acréscimos, telhados suplementares, puxados etc., expressivos da sua psicologia já aburguesada (1978, p. 106-111).

Katinsky (1976) e Lemos (1999) não estabelecem parâmetros tão definidos para o início e o fim da influência do partido. Mas o primeiro parece anuir à idéia de que a Casa Bandeirista teria se definido no século XVII, sendo as posteriores ditas de tradição bandeirista, termo bastante familiar aos arqueólogos. Lemos parece ser mais flexível, englobando na denominação “bandeirista” todas as casas até a época do início da grande produção do açúcar e o desenvolvimento do *quadrilátero* açucareiro, já em meados do século XVIII. O início do uso do partido dataria da transição do século XVI para o XVII, colocando a segunda metade do século XVI como uma época de experiências. Todos parecem concordar com a

área de dispersão primordial dos exemplares de Casas Bandeiristas: a bacia do Alto-Médio Tietê, embora suas influências sejam sentidas bem além em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, por onde transitaram paulistas.

A CASA AO OLHAR DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

Arqueólogos invadem a casa

Antes de entrar propriamente na confrontação de dados e interpretações, na formulação de algumas hipóteses e, conseqüentemente, na contestação de alguns paradigmas consolidados em torno da morada paulista, retomo alguns aspectos relacionados aos processos de pesquisa desencadeados nos últimos 25 anos ou mais, em alguns desses exemplares.

A partir de agora, direcionamos o olhar para três dessas unidades domésticas – Tatuapé, Morrinhos e sítio do Capão (Prancha 9) –, sem perder de vista, obviamente, o conjunto de exemplares arrolados e sítios arqueológicos contemporâneos identificados e, do mesmo modo, analisados.

As informações resultantes das escavações nos três sítios citados refletem momentos determinados no tempo. Os dois primeiros, as casas do Tatuapé e Morrinhos, foram escavados numa fase de aproximação entre Restauro e Arqueologia, guardando uma grande preocupação com o edifício em si. Já o terceiro exemplar, o sítio do Capão, foi investigado sob a perspectiva da importância intrínseca da cota negativa no seu entorno, depositária dos restos materiais resultantes das práticas cotidianas levadas a cabo nesta propriedade. Ou seja, a atenção esteve voltada mais propriamente ao processo de formação do refugio e a análise de seus conteúdos.

Prancha 9

Além disso, as escavações de Tatuapé e Morrinhos constituíram ações do Estado que conjugaram a efervescência multidisciplinar dos tempos da abertura democrática vivenciada no país. Conjugaram-se anseios de historiadores e arqueólogos em se fazer ouvir nos processos de intervenção e restauro, embora atuando como coadjuvantes. Interessante é lembrar a expressão adotada pela Professora Andreatta na construção do plano de escavações, útil para exemplificar a forma pela qual se deu o relacionamento da Arqueologia com a casa: a professora falava em “pontos de contato” entre Arquitetura e Arqueologia, ou seja, a confirmação ou a negação, por meio da Arqueologia, de hipóteses estabelecidas por arquitetos em relação a aspectos de projeto, formais e técnicos. Nessas escavações, a Arqueologia deveria ser realizada em caráter definitivo, pois ao seu término viriam as obras encerrando o processo de intervenção, tornando inviável a retomada de sondagens e trincheiras abaixo dos pisos restaurados. Importante realçar que, tendo em vista a irreversibilidade, deu-se a realização de escavações em superfícies amplas com a minuciosa exposição de solos originais e evidenciação de áreas de atividades, dados fundamentais para o estabelecimento de algumas hipóteses em relação à organização dos espaços na casa.

Já nas prospecções do sítio do Capão, o trabalho se desenvolveu sob uma lógica jurídica e preservacionista dos tempos do “capitalismo cibernético-monopolista” do início do novo milênio, para usar a definição do arqueólogo Andrés Zarankin. Tendo em vista a qualidade de bem tombado e a realidade física onde ele está inserido – o jardim Anália Franco, bairro da Zona Leste de São Paulo extremamente valorizado onde surgem empreendimentos imobiliários de alto padrão –, a justiça determinou que o proprietário (privado) restaurasse o bem, e que se verificasse em que medida a subsuperfície em seu entorno apresentaria indícios materiais de interesse. O conflito inevitável entre o velho obsoleto e a especulação imobiliária foi o que determinou, em última instância, uma medida jurídica fundada em parecer dos profissionais do DPH/PMSP. Neste momento, a Arqueologia passou a figurar como co-partícipe no contexto da obra, pontuando o terreno com unidades de escavação mais voltadas à identificação, qualificação e valoração do refugio, de modo a dar conta de um espectro temporal amplo,

envolvendo tanto a Sede Bandeirista como as sucessivas formas de apropriação do espaço mediante o avanço da cidade, bem como a valorização dos recursos arqueológicos subjacentes ao edifício. Tudo isso ocorre dentro de uma óptica eminentemente conservacionista, ou seja, escavar o mínimo possível deixando abertas as portas para pesquisadores desenvolverem novas investigações no futuro.

Casa do Tatuapé

A casa do Tatuapé está situada à Rua Guabiju, 49 (Coordenadas UTM: 23K 0338496/7396545). Sua restauração foi finalizada e entregue ao público em 1981, pela Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo (ver localização no mapa apresentado na Prancha 10).

A edificação bandeirista foi implantada a cerca de 1.500 m da margem esquerda do rio Tatuapé e a 100 m do córrego do Tatuapé. A plataforma sobre a qual está situada apresenta-se ligeiramente elevada em relação às terras vizinhas, estando a edificação voltada para o quadrante norte. Podemos supor que a casa foi construída deste modo para que não sofresse os rigorosos ventos vindos do sul (Pranchas 11-13).

Prancha 10

Prancha 11

Prancha 12

Prancha 13

A pesquisa arqueológica

Segundo a arqueóloga Margarida Andreatta, em artigo publicado na **Revista do Museu Paulista** (1981/1982), a data mais provável para construção da casa seria entre os anos de 1668 e 1698. Já para o arquiteto Julio Katinsky sua construção seria anterior, provavelmente entre os anos de 1640 e 1668.

Os trabalhos envolveram prospecção e escavação nas áreas externas e internas da casa (nove cômodos), consistindo em duas abordagens principais: a execução de trincheiras internas e externas para verificação da sucessão das camadas estratigráficas, com intuito de estabelecer correlações entre os diferentes níveis internos e externos da casa; e a evidenciação dos solos de ocupação e dos vestígios neles existentes, por meio da técnica de decapagem em superfícies amplas por níveis naturais (Pranchas 14 e 15).

As pesquisas arqueológicas identificaram no Cômodo 6 uma enorme depressão com vestígios de queima e carvão, indicando uma possível fogueira, a qual foi associada a uma área de atividade de cocção de alimentos. No Cômodo 5 foram identificados indícios de uma forja, apresentando, este espaço, uma profusão de objetos metálicos (barras, cravos, pesos e escórias). Os Cômodos 8 e 9 foram apontados como possíveis áreas de trabalho, sendo que o último apresentou um piso de tijolos e argila, cuja estruturação pode ser visualizada na Prancha 16.

Uma datação de C-14 efetuada no Laboratoriet for Isotopgeologi, em Estocolmo (Suécia), indicou uma data de 260 ± 75 AP, o que corresponde ao ano de 1690 com uma margem de erro de 75 anos, oferecendo então um intervalo entre 1615 a 1765 (ANDREATTA, 1979/1981; 1986b; TONELLI, 2004, p. 46/49/51).

Quando da restauração da casa foram expostos alguns setores dos Cômodos 5, 6, 8 e 9, assim como algumas paredes originais de taipa de pilão também submetidas a decapagem, deixando evidentes os elementos relacionados a atividades construtivas do século XVII (marca de barrotes, apiloamento do solo junto às paredes, entre outros).

Prancha 14

Prancha 15

Prancha 16

Histórico

Paralelamente à pesquisa arqueológica e às intervenções arquitetônicas, desenvolveu-se uma ampla busca e sistematização de fontes textuais relacionadas à cadeia sucessória de posse da propriedade, com a compilação de inúmeras informações sobre os possuidores e usuários da casa, tarefa levada a cabo pela historiadora Vilma Gagliardi, resultando na publicação da obra **A Casa Grande do Tatuapé** (1983).

Os primeiros relatos históricos datam do ano de 1611, conforme a cédula de testamento de Lourenço Gomes Ruxaque, lavrada pelo *Juiz dos Órphãos* da Fazenda e Tabelião Público e Judicial de São Paulo, Pedro Taques (GAGLIARDI, 1983, p. 13; TONELLI, 2004, p. 112).

O inventário diz respeito a bens existentes em uma roça situada em “uma villa adonde chamam Tatuapé”, envolvendo ferramentas, animais domésticos, produtos agrícolas, além de “gentes de serviço” (ou escravos) e “casas na villa”. Não é possível afirmar seguramente a existência de uma casa nessa roça; ou caso ela tenha existido, também não é possível correlacioná-la diretamente à Casa Bandeirista restaurada e tombada no atual bairro paulistano, visto que o inventário é pobre em detalhes precisos quanto à localização dos bens arrolados (GAGLIARDI, 1983, p.13).

Os herdeiros de Ruxaque foram sua esposa, Isabel Rodrigues, e seus filhos: Pedro, Francisco e Catarina. A viúva, por sua vez, contraiu mais tarde matrimônio com Francisco Jorge, tendo tido mais três filhas: Maria, Antônia e Isabel. Ao falecer, no ano de 1661, deixou em seu testamento (1662) declarações quanto à posse de terras em “Tatuapé”, “casas da vila” e de um “sítio em Aricanduva com casa de três lanços de taipa de mão e outra de um lanço”.

A partir de 1664, Antônia, uma das filhas herdeiras, recebeu uma notificação por parte do Ouvidor da Vara, o padre Matheus Nunes de Siqueira, pelo não cumprimento do testamento de sua mãe, principalmente no que concernia à

celebração de missas em sua memória. Isso se desenrolou em um processo o qual culminou com o confisco de mais da metade dos bens herdados, efetuado pela autoridade do Ouvidor Geral. Entre os bens imóveis confiscados, destacam-se as terras de Tatuapé, Mogi e Aricanduva.

Em 1668, o padre Matheus efetua uma petição de sesmaria no Tatuapé ao capitão-mor Agostinho de Figueiredo, na qual declara possuir “uma fazenda com ermida e curral de gado légua e meia desta villa, na paragem chamada Tatuapé, terras que houve dos herdeiros do defunto Francisco Jorge...” (???). O padre Matheus era filho de Aleixo Jorge e Maria de Siqueira Nunes e, logo, era primo legítimo do falecido Francisco Jorge. O objetivo desta petição era “para maior augmento da capella”¹⁷.

A partir da década de 1680, com o falecimento do padre Matheus, a administração da sua capela passou a ser exercida por Mathias Rodrigues, esposo de Catharina D’Orta.¹⁸ Em seu inventário, datado de 1698, Catharina declara, além de bens pessoais, a existência de casas na vila, bem como “um sítio na roça com casa de taipa de pilão coberta de telhas de três lanços com seus corredores todo cercado de vallos...”. Baseando-se nessa descrição, Gagliardi (1983, p. 22) levantou a hipótese de se tratar da mesma Casa Bandeirista hoje localizada no bairro do Tatuapé, delimitando o período de sua construção entre 1668 e 1698¹⁹.

Mathias Rodrigues veio a falecer em 1709 sem deixar testamento. Seu filho mais velho, Thomé Rodrigues da Silva, acanou por receber, juntamente com Maria Leite, uma sesmaria nas localidades de Tatuapé e *Piquiri*, por meio de uma petição datada de 1710²⁰. Diante de uma intimação judicial, Thomé R. da Silva dá

¹⁷ Entenda-se aqui por “capela” uma obrigação de mandar rezar um determinado número de missas por semana, mês ou ano para todo o sempre, a qual geralmente vinha expressa em testamentos onde a pessoa falecida vinculava suas terras e demais bens para pagar os ofícios; no testamento nomeava-se o administrador da capela e a sucessão de administradores (GAGLIARDI, 1983, p. 15).

¹⁸ A qual era filha de Sebastiana da Rocha e irmã do padre Matheus (GAGLIARDI, 1983, p. 21).

¹⁹ “... Mathias Rodrigues teria construído a casa em terras da capela do Pe. Matheus, visando talvez uma administração mais direta e eficiente” (GAGLIARDI, 1983, p. 22).

²⁰ É importante salientar que Maria Leite era irmã de Ighes Pedrosa de Barros, esposa de Thomé

início à elaboração do inventário dos bens herdados, em que descreve “um sítio com casas de três lanços de taipa de pilão cobertas de telhas com dois aposentos assoalhados com seus corredores e um oratório também forrado com um quintal amurado todo cercado de vallos com um cercado de fora também cercado de vallo...” (GAGLIARDI, 1983, p. 23).

O inventário e testamento de Ighes Pedrosa de Barros, datado de 1705 e aberto em 1715, indica que a família ali residente seria de um elevado nível sócio-econômico, a se julgar pela grande quantidade e variedade de livros, imagens, mobílias, *louças da Índia*, armas, escravos, cavalos etc. – alguns aspectos são retomados no capítulo a seguir, dedicado aos acervos desse bem cultural²¹.

Entre os bens imóveis há também a descrição de um sítio na área do Tatuapé, cercado de valas, com casas de taipa de pilão de três lanços – com seus “corredores assobradados”, portas de almofadas e ladrilhadas de tijolos – e o oratório – com tribuna, forro de molduras, “apainellado” e assoalhado (Ibidem, 1983, p. 24).

Thomé Rodrigues da Silva declara em seu testamento, datado de 1742, a existência de um sítio de taipa de pilão chamado “o sítio de Tatuapé, todo vallado, e este sítio que foi do padre Matheus Nunes, chamado o sitio Sam Matheus”. Há menções de que, pela década de 1730, ele teria erguido uma capela ou oratório no sítio, em um espaço alheio à casa, o qual conteria um retábulo, imagens de santos decoradas com diademas de ouro e prata, resplendor de prata e demais acessórios. Faleceu em 1745 na casa do Tatuapé onde sempre residiu (Ibidem, p. 28).

Rodrigues da Silva, e ambas eram bisnetas de Francisco Jorge, um dos primeiros donos das terras do Tatuapé mencionados no início do texto.

²¹ Gagliardi pontua uma intensificação do uso do couro nas primeiras décadas do século XVIII, principalmente na confecção de móveis (tamboretas) (1983, p. 26).

A ausência de seu inventário, bem como o de alguns de seus filhos, nos deixa uma lacuna na questão de quem teria herdado a casa entre 1745 e a década de 1770. O único inventário existente, pertencente à sua filha, sequer menciona o sítio do Tatuapé²².

Há um lapso de documentação quanto aos proprietários e a função da propriedade. Esta última só será precisamente apontada no testamento do coronel José Manuel de Sá, datado de 1805, onde há referência a uma “chácara na paragem denominada Tatuapé”, com presença de uma casa de taipa de pilão coberta de telhas, em cujo interior haveria um altar de madeira de cedro, e de maquinário e demais equipamentos de produção de farinha de mandioca, indicando já um novo contexto de utilização deste sítio (Ibidem, p. 41).

Com o seu falecimento no ano de 1810, o coronel José Manuel indica sua prima Francisca de Paula Oliveira como herdeira. Ela permanecerá como proprietária entre 1810 e 1822, até vender a chácara a João José de Alvarenga e Anna Francisca de Anunciação. Na escritura de venda, além de se declarar “senhora e possuidora de uma chácara na paragem denominada Tatuape...”, há menções a casas de taipas de pilão, além da presença de “hum cercado grande todo valado frontado a mesma chácara com hum Portão na frente...” (Ibidem, p. 43).

João J. de Alvarenga vem a falecer em 1836, deixando em seu inventário, além de referências a casas de taipa de pilão na chácara do Tatuapé, citações quanto a um carro de bois, um escravo negro, maquinário e equipamentos de produção de farinha de mandioca, e algumas cabeças de gado, ferramentas e peças simples de mobiliário. Todavia, há um pormenor interessante, indicativo de mais outro contexto de uso da propriedade em estudo: é a primeira notícia de atividade oleira no local, sendo mencionadas “casas de Olaria cubertas de Palha, forno de queimar telha” (Ibidem, p. 44). Em 1838 sua viúva conseguirá vender a chácara por um preço inferior, devido ao seu estado de abandono, a Joaquim José

²² Thomé R. da Silva teria indicado como testamenteiro seu primo, o Cônego Gregório de Souza Oliveira, filho de sua tia Sebastiana da Rocha (esta, filha de Sebastiana da Rocha, irmã do Padre Matheus N. Siqueira). Mais tarde, Sebastiana da Rocha (filha) teria vendido o sítio do Tatuapé ao Capitão José Gonçalves Coelho, conforme uma “provisão” lavrada em um documento datado de 1773.

Barbosa de Silveira, que por sua vez venderá o imóvel já em 1839 a José Alves de Siqueira.

Siqueira seria uma pessoa de posses, a julgar pelo seu inventário aberto em 1846, ano de seu falecimento. Há referências a animais, móveis, relógios, oratórios com peças sacras, talheres de prata e jóias, além de uma tenda de ferreiro com seus equipamentos. Sobre a chácara do Tatuapé o inventário descreve uma situação de abandono: “valos e casas danificados e o terreno coberto de matas e capões”. Porém há menções à presença de um potreiro (área cercada) e de um retábulo ainda conservado. A partilha de seus bens envolveu um processo que durou 18 anos, sendo a chácara do Tatuapé destinada, em 1864, à viúva inventariante, Francisca Alves de Siqueira Bicudo, que veio a falecer em 1870. Nesse período a chácara passou por melhor administração em termos de conservação de pastagens, terrenos agrícolas e utilização do potreiro, envolvendo até a construção de uma taberna; através dos inventários vê-se que a propriedade passou a ser alugada, gerando elevada renda monetária, o que supervalorizou o imóvel durante a elaboração de seu inventário (GAGLIARDI, 1983, p. 49).

Por seus herdeiros a viúva Francisca indicou seus filhos José, Joaquina e Petronilha, além de suas netas Ambrosia e Anna. A partilha da propriedade gerou, com o tempo, alguns litígios judiciais entre os herdeiros, envolvendo desde ações de penhora de terrenos à Ação Civil de cobrança de dívidas. A situação se estabilizou em 1875 com uma declaração judicial a favor de Joaquina Alves Siqueira²³. Em 1877 Joaquina vendeu a chácara do Tatuapé a Elias Corrêa de Albuquerque. Na escritura de venda há detalhes que dizem respeito à existência de outras construções no local, tais como um quarto e rancho de tropeiro e uma capela no fundo da chácara. Embora não seja a mesma capela descrita por volta de 1710, trata-se com certeza de uma capela construída antes de 1877, no fundo da chácara e afastada da casa. A documentação corrente ao longo do século XIX

²³ As informações contidas nas escrituras de um processo fazem referência, pela primeira vez, ao tijolo como um novo material construtivo, que teria sido utilizado para eventuais consertos na casa originalmente construída em taipa de pilão (GAGLIARDI, 1983, p. 50-51).

sustenta a existência de um retábulo de madeira em um dos cômodos da casa, para um período compreendido entre 1810 e 1846.

Elias era casado com Antonia Maria Quartim, sobrinha da baronesa da Silva Gameiro²⁴. Quando falece em 1880, Elias deixa sete filhos e, pelo seu inventário, datado de 1881, em más condições financeiras, a julgar-se pelos poucos bens que possuía, em mau estado, dentre os quais a casa, já velha e deteriorada. No intuito de recuperar a grande quantia de dinheiro emprestada, a Baronesa consegue requerer a casa como pagamento da dívida em 1882, doando-a posteriormente à sua sobrinha, viúva de Elias.

Antonia Maria contraiu matrimônio pela segunda vez com Basílio Pacini em 1881. Aos sete filhos do primeiro casamento (Elias, José, Faustina, Benedicto, Antônio, Benedicta e Carolina) juntou-se, do segundo, uma filha de nome Maria, cujo nascimento trouxe complicações à saúde da mãe, que veio a falecer em 1885. Nos inventários de seu testamento há informações sobre uma intensa atividade de produção de tijolos, com a utilização de carroças e animais para o escoamento da produção, ocasionando um progressivo aumento da população local e a conseqüente criação de novas benfeitorias. Em princípio, o terreno envolvendo a chácara do Tatuapé seria repartido em oito partes, cabendo cada uma a um dos filhos de Antonia Maria.

Basílio Pacini contrai segundo casamento com dona Natalina e com o falecimento de sua filha Maria, na Itália, em 1887, torna-se herdeiro de uma das oitavas partes do terreno, vendendo-a em 1890 a Elias Quartim de Albuquerque. Em 1917, Elias se torna proprietário uno de toda a chácara ao comprar os demais lotes de seus outros irmãos²⁵. Falece em 1943, na atual casa do Tatuapé, sem deixar descendentes, sendo seus bens partilhados entre suas irmãs Faustina e Benedicta.

²⁴ Dona Luiza Eufrosina Quartim, a qual emprestara grande quantia de dinheiro a Elias para que efetuasse a compra da chácara do Tatuapé.

²⁵ É importante salientar que sérias disputas judiciais envolveram a chácara do Tatuapé neste período. Além de permanecer indivisa até 1899, houve uma disputa de posse pelo terreno com o Banco Evolucionista entre 1892 e 1917, o que mobilizou uma reação por parte dos moradores locais contra uma ação de despejo.

Em 1945 o imóvel é vendido à Tecelagem Textília S/A, e em 1950 a empresa decide doá-lo à prefeitura. Com a designação de “Casa Grande do Tatuapé”, o imóvel foi tombado em 1951 pelo antigo SPHAN e, em 1973, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), sendo declarado, em 1977, como de utilidade pública pela prefeitura de São Paulo (GAGLIARDI, 1983, p. 70). Quanto aos moradores desse período de tombamentos, há informações de que, por volta de 1965, a casa era ocupada por Nicola Marcílio e esposa, os quais alugavam cômodos para outras famílias.

Sítio Morrinhos

A segunda casa em estudo é conhecida como sítio Morrinhos, localizada na Rua Santo Anselmo, 102, Jardim São Bento, região de Santana, Zona Norte da capital paulista (Coordenadas UTM: 23K 0331619/ 7399494). Esta Casa Bandeirista, situada à margem direita do Tietê, permaneceu, portanto, fora dos antigos limites da Vila de São Paulo de Piratininga nos séculos XVII-XVIII (ver localização no mapa apresentado nas Pranchas 17-19).

A casa-sede foi implantada em uma elevação, afastada cerca de mil metros do Tietê e protegida de inundações, donde a denominação Morrinhos. A proximidade do rio propiciava facilidade de transporte e acesso à água e a solos férteis; por outro lado, a implantação mencionada proporcionava uma ampla vista da região. Dessa maneira, o sítio Morrinhos aparece localizado em local geograficamente estratégico (Prancha 17).

Antes da realização dos trabalhos arqueológicos e de restauro, iniciados em 1980, o sítio Morrinhos sofreu atividades de intervenção urbanística em 1972 – os flancos norte e sul do terreno foram cortados por máquinas para a instalação de lotes e de um centro de lazer.

O imóvel foi tombado pelo IPHAN, em 1948, e pelo CONDEPHAAT, em 1973, recebendo especial atenção da Secretaria Municipal da Cultura desde 1977. As Pranchas 18 e 19 mostram a implantação da casa-sede e a planta do conjunto edificado, assim como os cortes e fachadas, baseados na documentação consultada nos arquivos do Museu Paulista e DPH/PMSP.

A pesquisa arqueológica

As técnicas de escavação aplicadas pela Professora Andreatta (1981/1984) no sítio Morrinhos consistiram na abertura de trincheiras, cachimbos (sondagens efetuadas junto à paredes), perfis estratigráficos e decapagens em superfícies amplas por níveis naturais. Os principais objetivos eram:

- a identificação das soleiras das portas e os vãos, estabelecendo correlações estratigráficas com os níveis vizinhos;
- a evidenciação das fundações do conjunto edificado;
- e a localização de vestígios de buracos de esteio, relacionados à possíveis paredes divisórias de pau-a-pique ou alvenaria de tijolos (Pranchas 20-22).

A parte externa do conjunto edificado foi alvo de prospecções, sendo abertas seis trincheiras e seis cachimbos e, na parte interna, foram realizadas decapagens em todos os cômodos (1 a 8), tendo sido todas as soleiras das portas evidenciadas. Foram abertos seis cachimbos também no interior da casa, objetivando definir a profundidade das fundações de taipa.

Vale ressaltar que na fachada norte da casa-sede foi aberto um setor de escavação (dividido nos subsetores Norte 1, 2, 3 e 4), devido à presença de vestígios arqueológicos em grande quantidade – conforme indicavam os perfis das trincheiras externas. Apresentamos na Prancha 20 uma digitalização de um dos planos de escavação, com a localização de evidências de estacas e de fundações em taipa de pilão.

Os trabalhos sistemáticos de campo trouxeram à tona diversas informações quanto à edificação da casa-sede. Um exemplo é a não contemporaneidade dos Blocos A e B, pois as paredes da face norte (Bloco A – Cômodos 1, 2 e 8) apresentavam emendas nas junções com a estrutura do Bloco B (Cômodos 3, 5 e 7). As análises granulométricas desenvolvidas para as taipas de cada um dos blocos demonstrou que os solos empregados na confecção dos Blocos A e B diferiam entre si, apontando para a construção feita em etapas, sem que possamos definir o intervalo entre ambas. Porém, essas análises nos fornecem elementos para discutir adiante o aspecto monolítico da edificação, um dos elementos basilares do padrão arquitetônico bandeirista.

Outros dados foram levantados, tais como a presença de divisórias na parte central do Cômodo 5. Evidências de buracos de esteio sugeriram a existência pretérita de vedações suprimidas no Cômodo 8 e a ocorrência de uma fundação de taipa de pilão no pátio interno, do mesmo modo eliminada (contendo marcas de corte) (Pranchas 23-32).

Desse modo, as pesquisas arqueológicas revelaram aspectos de uma dinâmica e uma modificação dos espaços somente perceptíveis por meio de escavações arqueológicas.

Prancha 17

Prancha 18

Prancha 19

Prancha 20

Prancha 21

Prancha 22

Prancha 23

Prancha 24

Prancha 25

Prancha 26

Prancha 27

Prancha 28

Prancha 29

Prancha 30

Prancha 31

Prancha 32

Histórico

Supõe-se que a casa de Morrinhos teria sido construída em 1702, conforme uma inscrição esculpida na verga da porta principal, mas não há documentos que confirmem o fato. Todavia, as datações realizadas apontam para uma ocupação mais antiga. As duas amostras de cerâmica enviadas para datação por termoluminescência, realizadas pelo Instituto de Física da USP, forneceram os seguintes resultados: 330±25 anos AP (amostra número 160, entre 1649 e 1701) e 300±25 anos AP (amostra número 105, entre 1679 e 1729), indicando uma ocupação do local já em meados do século XVII.

Quanto aos seus ocupantes, acreditava-se que o mais antigo proprietário do sítio Morrinhos seria Pedro Taques de Almeida²⁶. Todavia seu testamento e inventário confirmam que ele seria proprietário de uma propriedade vizinha, em uma área denominada Mandaqui, sendo esta descrita no testamento como “sítio do Tietê”. Pela pouca (e imprecisa) documentação escrita, infelizmente não se conhecem plantas que indiquem a exata localização deste sítio. Com efeito, a grande abundância de terras neste período não demandava uma descrição precisa da localização das propriedades. Eram mais comuns conflitos entre fazendeiros por desaparecimento de um escravo ou de alguma cabeça de gado do que por limites de propriedades.

A primeira documentação que associa estas terras a um proprietário data do século XVIII. José de Góes e Moraes, filho de Pedro Taques²⁷, aparece como proprietário do sítio Morrinhos, embora os registros históricos indiquem que a “propriedade Mandaqui” tenha sido deixada por Pedro Taques a suas netas Maria, Inácia e Custódia e estas, por sua vez, venderam-na mais tarde ao padre Euzébio Barros de Leite. Os vagos registros deixam dúvidas se o “sítio Morrinhos” e a “propriedade Mandaqui” eram terrenos distintos ou um mesmo sítio.

²⁶ Pedro Taques de Almeida ocupou importantes cargos públicos na vila de São Paulo, bem como na Capitania de São Vicente (posteriormente, de São Paulo), sendo desde fidalgo da Casa Real até Capitão-Mor Governador.

²⁷ Taques, ao falecer, deixou a seu filho José de Góes e Moraes, também Capitão-Mor Governador de São Paulo, uma herança de 33 mil cruzados, segundo seu testamento datado de 1716. José de Góes e Moraes falece em 1763.

As referências ao sítio são mais ricas em detalhes a partir do terceiro quartel do século XVIII, conforme alguns inventários, títulos e ações de vistorias, principalmente no que concerne a descrições da casa em si. Em um inventário pertencente a Francisco Coelho Aires, datado de 1776, há descrições quanto à existência do sítio Morrinhos, com menções a casas de taipa de pilão cobertas de telhas de varanda, senzalas, arvoredos, bananais e terras valadas. Porém, a primeira menção específica à casa-sede desse sítio data de 1798 e indica a edificação de “três lanços, paredes de taipa coberta de telha, com as terras a ela pertencentes”, conforme uma escritura de compra e venda na qual José Pinto Tavares e sua mulher Maria Joaquina da Conceição vendem “um sítio com as terras a ele pertencentes na paragem chamada os Morrinhos termo desta cidade” a José Rodrigues de Almeida e Manuel Rodrigues de Barros. Esses últimos vendem a propriedade ao coronel Luiz Antonio Neves de Carvalho, o qual a manteve consigo pelo menos até o ano de 1800, conforme algumas escrituras de batismo no oratório do sítio Morrinhos.

A próxima referência, datada de 1817, diz respeito à presença de três sítios anexos em uma paragem chamada Morrinhos, de propriedade do alferes Francisco Antonio Baruel, a qual teria no total “800 braças de testada e 1 légua de fundo”. Conforme os censos de população, teria se tornado uma próspera fazenda, “com casas de vivenda grandes, formadas com parede de pilão cobertas de telhas com fabrica de fazer telhas a ele pertencentes, toda debaixo de valos”. Nestas terras seria praticada uma rotação de culturas, intercalando-se a plantação de milho, arroz, feijão e algodão, e os excedentes da produção seriam armazenados em jiraus. Há descrições de um alambique, moenda e uma serra braçal, bois de carga, gado, cavalos, escravos e peças de cobre e ferro.

Francisco Antonio Baruel faleceu em 1842. Seu filho, homônimo, foi o último proprietário desta família a manter o sítio Morrinhos. Em 1881 vende-o a Antônio da Silva Prado e sua esposa, que trinta dias depois o repassa ao conde de Milleville. Nas escrituras de venda constam apenas descrições a respeito de uma casa grande com seus terrenos cercados por valos.

O conde tentará, sem êxito, manter essa propriedade, já que, encontrando dificuldades em arcar com as prestações da compra do sítio, seria obrigado a hipotecá-lo algumas vezes, mergulhando em um processo de sucessivos empréstimos monetários, cujos juros e multas findam na elaboração de um ato de penhora, levando o sítio a leilão por determinação jurídica em 1902. O sítio é arrematado pela Associação Pedagógica Paulista, representante do Mosteiro de São Bento. Os relatos dos oficiais de Justiça durante o ato de penhora, bem como os termos do edital do sítio Morrinhos lavrado após o arremate, são riquíssimos em detalhes descritivos da casa, destacando-se informações quanto às suas dimensões (21 m de frente por 17 m de fundos) e também sobre novos elementos construtivos, entre os quais são citadas divisórias de quartos e cômodos para a criadagem, assoalhos, cocheiras com telhas de zinco, pilares de tijolos, além de outra casa de alvenaria com quatro cômodos e coberta com telhas de zinco; há descrições de parreiras, árvores frutíferas e capinzais maltratados atingindo 471.682 m².

Em 1900, estando o Mosteiro de São Bento sob a administração de Dom Miguel Kruse, haverá uma reativação do sítio Morrinhos. Foram realizadas modificações na estrutura da casa, provavelmente entre 1910 e 1914, com a introdução de uma camarinha na ala direita e arcos nas janelas, a separação de um cômodo para uma capela e o revestimento do assoalho com lajotas idênticas às existentes no Mosteiro de São Bento. Em uma descrição do abade Dom Alfred Carlyle, datada de 1920, os pisos seriam “revestidos em lajotas vermelhas antigas”. Em 1922 a Sociedade Anônima Associação Pedagógica Paulista foi dissolvida por falta de sócios. Judicialmente, seu montante foi repassado à Associação das Damas Beneficentes, incluindo aí o sítio Morrinhos, descrito como um sítio de “21 alqueires, diversas culturas e benfeitorias”.

A comunidade beneditina conseguirá rearticular a posse declarada da propriedade “Morrinhos” em 1941. A escritura, além de declarar uma área de 601.425,20 m², descreve-a como um terreno composto por duas glebas, separadas por uma faixa de terra desapropriada pela The São Paulo Tramway

Light and Power Co. Ltd. Uma das glebas apresentava matas, eucaliptos, pinheiros, pastagens, hortas, uma casa-sede, carpintaria, estábulos, galinheiros, moradias e um observatório astronômico; do segundo lote consta apenas descrição de uma casa de alvenaria. Em 1948 o Mosteiro de São Bento doou à municipalidade logradouros para o arruamento da chácara, e, em 1952, solicita à empresa Camargo Correa S/A os serviços necessários para o loteamento da chácara, constituindo o Jardim São Bento. Assim, o imóvel passa a ser propriedade de Sebastião Ferraz de Camargo, que, juntamente com sua esposa, doa o imóvel à prefeitura de São Paulo em 1977. Essa doação é resultado da ação do IPHAN, do CONDEPHAAT e da Secretaria Municipal da Cultura, tendo em vista que o imóvel fora, anteriormente, na supracitada data, alugado para a instalação de uma granja e de uma fábrica de canudos de papel, atividades que com certeza comprometeriam o bem cultural.

Sítio do Capão

A terceira unidade alvo de pesquisas arqueológicas é o sítio Paraíso ou Capão, sede rural situada na Zona Leste da cidade²⁸.

A área está inserida em lote urbano remanescente da Fazenda Paraíso (antiga Capão), cujos proprietários atuais são Antônio Manuel Fonseca Lopes, Antônio de Abreu e Antônio Eduardo Barril. O imóvel está situado à rua Prof. João de Oliveira Torres, nº 566, bairro da Água Rasa (Tatuapé), Zona Leste de São Paulo. O sítio ocupa uma colina situada a aproximadamente três quilômetros do rio Aricanduva, afluente do rio Tietê (Prancha 33).

Estudos promovidos pelo escritório Oficina R, responsável pelo memorial de restauro, fornecem-nos uma interessante reconstituição cartográfica das transformações espaciais verificadas nessa porção do Tatuapé. Conjunto de feições eminentemente rurais, foi paulatinamente incorporado à malha urbana da

²⁸ Para uma descrição detalhada das pesquisas, fazemos constar da presente tese CD anexo com todos os dados obtidos (pesquisa geofísica, prospecção arquitetônica, arqueológica, inventários de peças digital etc.).

cidade. Veio a transformar-se em instituição de caridade e, após permanecer um curto intervalo de tempo em repouso, a região passou a vivenciar o crescimento imobiliário, com instalação de infra-estrutura, que a transformou em um dos setores mais valorizados da cidade na atualidade. Passou, então, a conhecer um processo intenso de ocupação e verticalização, que avançou irregularmente sobre os limites definidos de proteção e respectivo entorno à época de seu tombamento pelo governo do estado e posteriormente pelo município.

Assim, o casarão bandeirista, erguido em fins do século XVII junto a um dos importantes caminhos e vetores de circulação colonial para a banda do vale do Paraíba, vai se impondo na paisagem, ganhando, ao longo do século XIX, seu contorno levemente burguês, na forma de um chalé implantado em meio a um “lote” melhor demarcado no espaço, ao mesmo tempo em que incorpora equipamentos próprios ao ambiente rural (unidades de produção, currais, casas de colono etc.). Nele residem eventualmente proprietários ilustres e seus agregados. Com a mudança de função da propriedade no início do século XX, uma parcela da área é murada, assegurando o confinamento de menores carentes e, paralelamente, garantindo a preservação do refúgio material relacionado à história cotidiana de seus antigos ocupantes (Prancha 34).

A possibilidade de se realizar pesquisas no sítio e em seu entorno imediato, parcialmente preservado, decorre da formalização de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado entre o Município, o Estado e os proprietários, visto a edificação constituir um bem cultural protegido por meio de tombamento estadual (Resolução nº 18 de 1984) e municipal (resolução CONPRESP nº 5 de 1991). O foco dos trabalhos, segundo recomendações do estado e dos arqueólogos do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH/PMSP), envolvia predominantemente a delimitação, definição, dimensionamento e valoração dos depósitos arqueológicos presentes na área envoltória das edificações (a antiga e as sucedâneas). A experiência constituiu-se numa oportunidade ímpar de obter informações requeridas por algumas hipóteses que eu formulara, na estruturação do doutorado em sua fase de qualificação, convergindo, portanto, o interesse acadêmico e os determinantes legais em favor da preservação dos recursos

arqueológicos não renováveis. Assegura-se, desse modo, às novas gerações de pesquisadores, espaços para o aprofundamento de pesquisas do bem, certamente com novas tecnologias e novos problemas a serem investigados.

A pesquisa arqueológica foi autorizada por meio das portarias IPHAN/MinC nº 37 de 20 de março de 2002 e nº 137 de 14 de outubro de 2002. Esses instrumentos contemplam as determinações do documento intitulado “Diretrizes para Gestão Arqueológica do Sítio do Capão”, elaborado pelo DPH/PMSP e anexo ao TAC firmado em 31 de julho de 2000, que por sua vez normatiza os procedimentos relacionados ao restauro e à revitalização do conjunto edificado.

Logo, os objetivos gerais do projeto de pesquisa do sítio do Capão podem ser sintetizados em quatro itens:

- Delimitar a área máxima de dispersão de estruturas arquitetônicas, materiais construtivos e demais vestígios móveis, tendo como área nuclear a casa-sede colonial, utilizando metodologias complementares de investigação e leitura do subsolo, de modo a gerar uma cartografia das evidências e indicativos para a sua proteção.
- Determinar por amostragem a natureza e conteúdo dos refugos domésticos na área definida (características estratigráficas, componentes, etc.) e sua correlação com as ocupações verificadas e historicamente conhecidas, visando o conhecimento a respeito de padrões de descarte presentes nesse tipo de sítio ao longo do tempo.
- Contribuir, na medida do possível, para o exame de questões de natureza construtiva e arquitetônica, tendo em vista a revitalização do imóvel, bem como o exame de hipóteses formuladas pela equipe de restauro em relação ao edifício de taipa e demais estruturas anexas a este.
- O estudo interpretativo dos dados obtidos (cultura material resgatada, fontes textuais, história da arquitetura e depoimentos de antigos ocupantes), visando aprimorar o conhecimento a respeito da história do

sítio e do conjunto de artefatos efetivamente utilizado e descartado pela sociedade rural piratiningana, desde o final do século XVII até a segunda metade do século XX, e das possíveis correlações com outros sítios estudados há algumas décadas.

As atividades voltadas ao diagnóstico do patrimônio arqueológico existente no sítio histórico ocorreram em três etapas distintas e subseqüentes, abordadas a seguir:

Etapa 1 – A avaliação dos métodos geofísicos de investigação não interventiva de subsuperfície disponíveis no mercado, optando-se, no caso, pelo emprego do georadar. Foi empregado, pioneiramente, um aparelho constituído por antenas multifreqüenciais – que utiliza simultaneamente até oito canais de diferentes freqüências (200, 400 e 600 MHz) em diversos arranjos de antenas (monostático, bistático e *crosspolar*).

Essa etapa da pesquisa foi desenvolvida no período circunscrito entre fevereiro e março de 2002, envolvendo a definição da metodologia de recobertura a ser adotada, o acompanhamento da captação de sinais e, por fim, a avaliação e a validação dos resultados obtidos pela equipe de geofísica (Prancha 35).

Etapa 2 – Prospecções arqueológicas de caráter interventivo, desenvolvidas no período de 28 de março a 26 de abril de 2002, com coletas de superfície, investigações sistemáticas de subsuperfície por meio de trincheiras e poços-teste, além de algumas intervenções e evidenciações de estruturas nas áreas internas do conjunto edificado, que viriam a passar por intervenções arquitetônicas, como reconstituição do piso de madeira, por exemplo (Pranchas 36-37).

Prancha 33

Prancha 34

Prancha 35

Prancha 36

Prancha 37

Etapa 3 – Curadoria e análise laboratorial dos vestígios arqueológicos coletados, atividades desenvolvidas entre dezembro de 2002 e abril de 2003, envolvendo a limpeza, triagem, inventário, descrição, análises e acondicionamento de aproximadamente 10 mil fragmentos de naturezas diversas, constituídos por louças, cerâmicas, componentes construtivos, restos ósseos e vidraria, além de material de produção industrializada recente. Para o acondicionamento e preservação da coleção foram adotadas as referências elaboradas pela Society for Historical Archaeology (2003).

A fim de facilitar o acesso e o manuseio do material arqueológico para usos diversos, foi elaborado um catálogo digitalizado de todo o acervo resgatado, de acordo com sua proveniência, na forma de apresentação do programa MS Power Point, que permite uma visualização rápida das coleções (Cf. CD anexo).

Tendo em vista a montagem de uma mostra arqueológica no sítio, prevista no projeto de restauro, foi organizada uma coleção de referência, com exemplos de artefatos-tipo, selecionados por categorias de matérias primas (faianças, faianças finas, garrafas de vidro etc.) ou por categorias funcionais, tais como brinquedos, objetos de uso pessoal e assim por diante.

Todas essas atividades permitiram isolar, do acervo total resgatado no sítio (relacionado aos diversos momentos ocupacionais vivenciados naquele local), a parte diretamente relacionada ao período específico abordado pela presente tese.

As fases de ocupação do sítio do Capão

Pesquisas em arquivos desenvolvidas pelo DPH/PMSP permitiram que fosse estabelecida a cadeia sucessória de proprietários da fazenda desde o final do século XVII até meados do século XX, fornecendo, ainda, importantes elementos para relacionar os ocupantes dessa propriedade rural com as transformações nela promovidas e sua incorporação ao traçado urbano hoje verificado nessa região. A pesquisa tornou-se a base instrumental para os estudos posteriores, prestando-se

inclusive à instrução do processo de tombamento do imóvel promovido pelo CONDEPHAAT (em 14 de agosto de 1984) e, posteriormente, pelo CONPRESP.

Com base no cotejo dos dados obtidos (documentação textual, arquitetônica e arqueológica), foi possível definir três momentos ocupacionais distintos para a ocupação da área, expressos na estratigrafia do sítio (Pranchas 38-39), a saber:

Fase I – Ocupação inicial (último quartel do século XVII – início do século XVIII):

Para a fase inicial de ocupação do sítio conta-se com uma lixeira ou área de descarte lacrada, de onde provém o material diretamente relacionado a atividades na casa-sede, que foi amplamente explorado no âmbito desta tese, notadamente a cerâmica de produção local/regional que integrava o dito pacote arqueológico (os resultados são apresentados no capítulo a seguir) (Prancha 40).

A datação por termoluminescência do material coletado na área da lixeira (Nível 7) teve como resultado 440 ± 50 anos (LVD/FATEC – 5/11/2004), o que corrobora a tese de que a ocupação do sítio teria ocorrido em meados do século XVII.

Fase II – Século XIX:

No Oitocentos, a ocupação do local parece ter sido mais intensa a partir da segunda metade do século, pois não foi observada, durante as prospecções, a profusão de vestígios relacionados à tralha doméstica geralmente adotada por camadas medianas urbanas durante a primeira metade daquele século. Refiro-me a objetos como louças do tipo borrão (*flow blue*) e padrões decorativos em *transfer print* como *willow*, que aqui se encontram em pequenas quantidades, se comparado ao que se conhece sobre assentamentos contemporâneos situados em áreas urbanizadas (CARVALHO, 1999; SYMANSKI, s/d).

O material arqueológico sugere que a habitação, apesar de reformada e modernizada, tendo ganho a feição de um “solar urbano”, não foi intensamente ocupada por seus proprietários por longos períodos de tempo, mantendo a função

de unidade produtiva rural por excelência. Prevaecem no registro arqueológico evidências que nos remetem à ocupação contínua da propriedade por camadas subalternas, como escravos, trabalhadores livres e agregados. A situação somente se vê modificada a partir do último quartel do século XIX, tal como sugere o material proveniente dos aterros e camadas mais superficiais. A ocupação mais intensa do sítio por parte de seus detentores teria, então, se dado na segunda metade do século XIX, fase em que a área passa a contar com um contorno murado delineado. É nessa fase que se dá o nivelamento do entorno; a camada atinge uma espessura de 0,3/0,4 m em relação ao nível atual, bem como a implantação das alas laterais (ao menos a situada à NE da casa-sede recebe piso de tabuado de madeira, pondo fim a uma zona de descarte contígua à casa-sede).

Fase III – Século XX:

Como foi dito, a camada relacionada à ocupação recente atinge 0,3/0,4 m de profundidade e se apresenta, na superfície, rica em dejetos relacionados à ocupação e decadência da instituição – o lar para crianças carentes criado por Anália Franco –, passando a gerar novas zonas de descarte associadas às demais edificações periféricas ocupadas recorrentemente até alguns anos atrás.

O levantamento arquitetônico e memorial de restauro permitem estabelecer uma cronologia construtiva de séries tipológicas para o conjunto edificado. Os estudiosos atentaram a uma série de aspectos, desde as técnicas construtivas adotadas, componentes e materiais presentes até análises de fachadas e seu estado de conservação. Estes aspectos foram tornados visíveis e amplamente contemplados nos partidos para restauro do conjunto.

A análise das estruturas de cobertura encetada, por exemplo, sugere a implantação, nas extremidades da área aplainada, de edificações contemporâneas à execução da camarinha – instalada sobre a casa térrea de taipa de pilão. Esta modificação ocorreu no decorrer do século XIX. Paulatinamente, deu-se a conexão entre os edifícios através de galpões que se

transformaram, no século XX, em alas de dormitórios infantis (ala feminina e ala masculina).

Já as análises de fachadas posterior e frontal indicam, em função de sua arritmia, dois momentos construtivos distintos para os pavilhões anexos e “torres”. A solução resultante associa características do chalé à base bandeirista, sem preocupação em estabelecer um vínculo entre essas fachadas (KRUCHIN, 2001).

Vale aqui registrar que em uma das alas (Ala Leste) a parede existente incide parcialmente sobre estrutura mais antiga, cujo embasamento de taipa de pilão foi evidenciado a partir das prospecções arquitetônicas e arqueológicas. Sobre esta base de taipa foi erguida a parede em blocos de adobe, que é relativamente antiga.

Os dados geofísicos sugerem a existência pretérita de uma estrutura linear, quiçá coberta, dotada de compartimentos hoje desaparecidos em função das modificações ali ocorridas. Não foi possível aferir a contigüidade e contemporaneidade entre essa e o volume principal de taipa. Todavia, indícios similares de fundações de taipa conectadas à casa-sede, datada de 1702, foram registrados durante as pesquisas arqueológicas conduzidas pela Professora Andreatta no sítio Morrinhos. Curiosamente, trata-se de estruturas propositadamente suprimidas ainda em fase inicial de ocupação dessas unidades rurais.

Do mesmo modo, indícios geofísicos e arqueológicos sugerem, pelo menos no decorrer do século XIX, mas talvez também em outros momentos, a supressão de estruturas edificadas de menor porte em ambas as laterais do atual pátio, uma aferida através da trincheira T1 e outra através de método não invasivo.

Em relação às estruturas de cobertura ainda preservadas, as pesquisas e intervenções vêm contribuindo para um refinamento da cronologia relativa das sucessivas modificações, verificadas na sede da fazenda e em seu entorno

imediatos, sem que seja possível correlacioná-las com o telhado presente, por causa, justamente, dessas modificações.

O estudo dos revestimentos – hoje bastante comprometidos pela ação do tempo – , quando consorciado com elementos das técnicas construtivas documentadas, fornece indícios claros de uma seqüência cronológica de vedações.

Assim, observa-se uma seqüência estratigráfica em algumas das paredes de taipa originais da casa-sede. Em sua camada mais antiga, há aplicação de saibro consorciado a embrechamentos de cacos de telhas, que proporciona maior aderência à taipa; este revestimento foi recoberto pelo tradicional reboco de cimento e areia, constituindo a camada mais recente.

A análise arquitetônica aponta que pisos de tábua corrida foram adotados na maior parte dos cômodos laterais da casa-sede e galpões anexos, tendo sido implantados a partir da primeira metade do século XIX. Posteriormente, no decorrer do século XX, foram substituídos, em alguns cômodos da casa, por revestimento mais novo e delgado. Abaixo deste último revestimento, percebe-se a cultura material lançada, acidental ou propositadamente, nos últimos cem anos.

Para outros tipos de revestimentos de pisos restam algumas dúvidas, como no caso do terreiro de tijolos aplicado ao pátio externo. Quanto aos pisos de ladrilhos hidráulicos diversificados, presentes em vários pontos do conjunto, podem ter sido adquiridos, de acordo com as mudanças promovidas, ainda no século XIX. A respeito dos pisos de cimento queimado e de lajotas cerâmicas presentes nos edifícios anexos, pode-se dizer que apontam para reformas e ampliações desenvolvidas nos anos 40 e 50 do século XX. Em um dos anexos foi possível identificar uma data inscrita no piso, atestando a época de sua confecção ou readequação.

As lajotas cerâmicas de menores dimensões e placas de concreto atestam modificações ocorridas a partir da fase de ocupação pela instituição de caridade (orfanato Anália Franco) até bem recentemente.

Prancha 38

Prancha 39

Prancha 40

*Histórico*²⁹

A primeira notícia sobre a propriedade é de 1698, quando Pedro Ayres e sua mulher, D. Catharina Lemos, vendem o sítio Capão ao padre André Baruel, pela quantia de 25\$000. Há um grande lapso de tempo na documentação escrita, pois só foi possível encontrar novas notícias sobre a propriedade datadas de 10 de março de 1774. Com a morte do padre André Baruel o sítio passa para o capitão Domingos Lopes Azevedo, comprador arrematante.

A primeira referência à casa-sede é de 14 de junho de 1800, quando D.^a Igenes Corrêa Bueno doa o sítio do Capão, que lhe coube por ocasião do falecimento de seu esposo Antônio Fernandes Barroso.

A partir de 1829 as referências à propriedade se tornam mais abundantes, talvez por ter sido comprada por figura ilustre – José Marianno Bueno – que vende o sítio ao padre Antônio Diogo Feijó, passando a propriedade a ser designada chácara Paraíso.

As fontes textuais indicam que foi no decorrer do século XIX que a edificação térrea veio a se transformar em sobrado do tipo chalé, adequando-se e refletindo as transformações sociais de São Paulo após o advento do Império. Com isso, a planta original bandeirista foi sensivelmente modificada, sendo inclusive fechado o alpendre frontal. Atribuem-se a Feijó as mudanças que tornaram o sítio o seu “recolhimento” (PACCE, 1980).

Em 23 de março de 1840, Feijó vende uma chácara no bairro da Mooca a Francisco Leandart, com “casa de vivenda e as terras a ella pertencentes”. Sem dúvida estamos tratando da venda da propriedade em foco. Anos mais tarde a chácara Paraíso acabou retornando ao espólio de Feijó: D. Maria Justina de Camargo, irmã do padre e reconhecida pelo testamento de 1835 como sua herdeira, recebe de volta a propriedade por falta de pagamento.

²⁹ Ver processo de tombamento elaborado pela Seção Técnica de Levantamentos e Pesquisa – DPH/SMC/PMSP.

É desse período a documentação que aponta algumas características da casa-sede: “com entrada pela estrada do Caaguassú, cuja casa é feita sobre taipas de pilão e tem hum pequeno mirante, o que tudo avalião na quantia de oitocentos e noventa e seis mil réis” (DPH, 1978).

Em seu entorno vão sendo implantadas novas edificações e estruturas destinadas ao armazenamento, moradias de trabalhadores, currais, algumas delas apontadas em inventários. Em 9 de maio de 1856, João Antonio Mendes Pereira, senhor e possuidor de um sítio chamado Paraíso no Distrito da Freguesia do Brás, com casa de morada, com sótão, senzala, casa para fábrica de chá, terras para plantação e pastos. O sítio foi avaliado em 8.000\$000. A documentação indica que a propriedade foi comprada por Mendes Pereira em 1845. Em 1868, Raphael Tobias de Barros, barão de Piracicaba, aparece como arrematante dos bens deixados por João Mendes Pereira e José Bento de Paula Souza.

Em 23 de junho de 1886, o barão e a baronesa de Piracicaba vendem o sítio Paraíso ao doutor José Bento de Paula Souza. Segue-se uma grande sucessão de proprietários: Paula Souza vende o remanescente de suas terras ao doutor José Maria Borruol, que dois anos depois transmite esse domínio ao doutor João Evangelista do Rego Freitas, o qual, no mesmo ano de 1903, passa o dito remanescente para o poder do coronel Serafim Leme da Silva. Oito anos depois esse domínio vai para o patrimônio da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (1911). A propriedade contava então com 75 alqueires.

A partir de 1911, o edifício deixa definitivamente de atender a sua função primordial de unidade rural produtiva, vindo a se transformar em um lar beneficente para crianças carentes. A partir de então, foi submetido a uma série de intervenções físicas, quer no corpo principal da casa-sede ou nos anexos existentes, quer no entorno imediato, passando a receber acréscimos em alvenaria de tijolos, alguns amplamente documentados e analisados pelo escritório do Arquiteto Samuel Kruchin (2001), responsável pelo projeto de restauro do imóvel.

O MONOLITO EM MOVIMENTO: PAULISTAS SE MOVEM E AS CASAS SE MODIFICAM

Deste ponto em diante utilizo-me de informações extraídas dos relatórios de escavações efetuadas nas três edificações selecionadas, para discutir o padrão ou tradição bandeirista. A transmissão dessas informações, que são fruto de investigações promovidas pelos estudiosos de arquitetura e patrimônio nas últimas cinco décadas, é tarefa extremamente oportuna, visto que até o momento tais resultados foram praticamente desconsiderados na literatura devotada à casa e ao cotidiano na Piratininga colonial.

Nesse sentido, estruturas verticais mascaradas por tijolos e tabiques e, sobretudo, marcas presentes nos pisos originais de terra batida, que escaparam à leitura atenta dos arquitetos, indicando vedações e anexos propositalmente suprimidos do corpo principal do edifício, constituem informações importantes a serem aprofundadas, já que tais evidências parecem ser alguns dos indícios de adoção de um processo construtivo modular. O estudo da existência pretérita de outros compartimentos e anexos contribui para uma compreensão maior em torno destes bens culturais, que tanto interagiram na construção material das relações sociais no passado (FUNARI, 1995).

Como advogava Rapoport, já na década de 1970,

o fator que define a forma de uma habitação, modela os espaços e as suas relações, é a visão que um determinado grupo tem de si mesmo (...). O ambiente procurado traduz numerosas forças socioculturais, que compreendem as crenças religiosas, a estrutura da família ou grupo. Eis porque as soluções são muito mais variadas do que as necessidades biológicas, os meios técnicos e as condições climáticas (RAPOPORT, 1990).

Para reexaminar o casarão de taipa nas suas dimensões tanto física, utilitária (função primária), quanto simbólica (função secundária), tentei recuperar o processo do desenho (projeto) da casa e também os fatores causais que condicionaram esse produto (em parte enunciados no Capítulo 1), em interação

dinâmica com o homem (Cf. RAPOPORT, 1999; GLASSIE, 1969; DEETZ, 1996; LEONE, 1975; 1988).

Para alguns estudiosos, esses exemplares de arquitetura civil, entendidos como “paravernaculares” (LEMOS, 1999), são característicos de uma época. Segundo os mesmos, sua baixa variabilidade formal parece refletir, de forma determinista, o isolamento e imobilismo social e econômico, que supostamente marcou a vida na Tróia de barro e palha e seus arredores. Tal visão, construída e consolidada como a argila socada no interior dos taipais, está em sintonia com boa parte da historiografia e dos grandes discursos e narrativas elaboradas para São Paulo colonial.

Para tornar explícito o esquema teórico e a forma como a Arquitetura enfatiza o atendimento a quesitos de natureza ecológica e ambiental, bem como condicionantes de ordem eminentemente material e econômica, na conformação da habitação, retomo as palavras de Lemos (1976) em seu estudo sobre a casa paulista: “O mocambo do Nordeste, a barca amazônica e o rancho do caipira de hoje são os mesmos dos séculos XVII, XVIII e XIX” (Ibidem, 1976) assim como “o modo de viver é o mesmo” (Ibidem, p.17). Nesse sentido, o autor advoga que entendendo a Arquitetura da zona de influência de São Paulo de Piratininga, torna-se possível conhecer grande parte das habitações brasileiras.

Como disse anteriormente, adoto uma perspectiva diametralmente oposta à desse discurso. Vislumbro a São Paulo colonial como uma região dinâmica, conectada e engajada no processo de globalização, processo que se inicia com a expansão mercantil européia, estando, portanto, o planalto Paulistano desde o contato com o europeu, integrado a um amplo sistema que vai tomando forma partir do século XVI e dele não pode ser desvinculado até os dias atuais, conforme preconiza Charles Orser (1992a, 1992b, 1999).

Nessa linha de reflexão, as casas (o edifício-sede e suas edificações satélites) têm que ser vistas como produtos e vetores pelos quais a sociedade mercantil se organizou e se reproduziu nessa porção do solo americano, espelhando, portanto,

esse dinamismo e suas particularidades. Como expressa James Deetz, a arquitetura vernacular (opondo-a à arquitetura feita em moldes acadêmicos) é particularmente útil ao entendimento deste processo:

... Vernacular structures are the immediate product of their users and form a sensitive indicator of these persons' inner feelings, their ideas of what is or is not suitable to them. Consequently, changes in attitudes, values, and worldview are very likely to be reflected in changes in vernacular architectural forms. Vernacular building is an aspect of traditional culture, and academic architecture of popular culture (1996, p. 126-127).

Dentro dessa perspectiva, é preciso repensar a Casa Banderista – entendida primordialmente pela História da Arquitetura como uma unidade doméstica unifamiliar – nos usos e funções que exerceu no passado, usos e funções estes que vão além da mera satisfação de esquemas funcionais de caráter universal (atender às atividades de estar, repouso e serviço). Desse modo, estas edificações não podem ser encaradas dentro de uma perspectiva unimodal, tampouco como construções aprisionadas pelo barro estanque, estáticas e inalteradas por séculos a fio, tendo forçosamente que relacionar-se e interferir no complexo mundo mameluco em estruturação (LIMA, 2002). Aliás, os palácios de barro, como os enxergo a cada visita que faço, vão expressando em seu *design*, conformação e substância a complexidade da “pirâmide semi-decifrada” de que fala Lemos (1999).

Diviso-as, portanto, como complexos multifuncionais, dinâmicos e ativos, aptos a atender plenamente as demandas colocadas pelo mercantilismo em sua escalada na América e, do mesmo modo, indispensáveis ao seu êxito.

Dentro de uma outra ótica, aventada por Foucault (1984), esses exemplares de arquitetura rural paulista podem ser igualmente compreendidos enquanto máquinas disciplinadoras, postos avançados a serviço do poder, enquanto componente estratégico de alta eficácia para a manutenção e reprodução do sistema mercantil.

Para avançar na análise dessa arquitetura disciplinadora foi necessário, além do estudo dos artefatos e demais evidências arqueológicas, a aplicação de alguns princípios e modelos que vêm sendo aprimorados pela chamada Arqueologia da Arquitetura (SAMSON, 1990; BLANTON, 1995; ZARANKIN, 1999a, 1999b), com o intuito de captar nuances sutis na dinâmica e transformação da planta do solar paulista no decorrer dos séculos XVII e XVIII.

Planta européia em solo tupiniquim e uso mameluco

Luis Saia identifica e estabelece para a Casa Bandeirista, em meados do século passado, um modelo ou planta-tipo. Este modelo é conformado por estruturas retangulares contendo divisórias internas de taipa de pilão, que, apesar de certa flexibilidade no arranjo, mostram o monolitismo do projeto, retrato da personalidade do grande bandeirante-fazendeiro de Piratininga e da estabilidade da sociedade paulista. Para o autor, o modelo bandeirista existiu enquanto protótipo original, consolidado no século XVII, que progressivamente vai se desfigurando a partir do século XVIII com as mudanças econômicas e sociais, sendo desvirtuada pelo ciclo do ouro e pelo fim do período das bandeiras – no dizer de Mario de Andrade, o “século negro dos paulistas” (IPHAN, 1997, p. 23).

Apesar de algumas análises inovadoras e observações sagazes de Saia, a tipologia por ele proposta e retomada por outros autores merece um reexame. Inicialmente, a variabilidade formal observável nos exemplares remanescentes em território paulista (cerca de meia centena) torna-se expressa nas plantas baixas dos 20 exemplares selecionados para a discussão a seguir, que permitirão questionar a propagada rigidez formal e monolítica, como resultante direta do isolamento e imobilismo social numa Piratininga pouco afeita a mudanças. Até mesmo as matrizes puras identificadas por Saia apresentam invariavelmente conformações distintas, como se constata, por exemplo, comparando os sítios Mandu, Padre Inácio e Caxingui. Além disso, conta-se com outros exemplares dotados de “puxados” ou extensões amarradas à estrutura principal, como documentado no sítio Calu (Prancha 41) e Mirim, exemplares cronologicamente

distanciados no tempo e espaço, monumentos em processo avançado de deterioração. A variabilidade da forma das casas está apresentada na Prancha 42, adiante.

Há que se levar em conta, do mesmo modo, os dados provenientes das escavações efetuadas no entorno imediato de alguns exemplares. No caso do sítio Morrinhos, por exemplo, estas escavações revelaram a presença de uma estrutura de taipa, de porte significativo, localizada abaixo de estratos mais recentes, indicando a existência de um cômodo anexo, contíguo ao corpo principal do edifício, que quebrou, por determinado período de tempo, a simetria do solar. Mais uma vez, encontramos evidências de que se deve flexibilizar o projeto e partido arquitetônico estabelecido pela Arquitetura.

Mais uma vez o sítio Morrinhos fornece outro dado interessante que não escapou ao atento olhar da Professora Margarida Andreatta. Fissuras contínuas verificadas junto a um dos encontros levaram ao estabelecimento de hipóteses, comprovadas por meio de análise geológica de amostras de taipa. A granulometria distinta mostrou que os sedimentos utilizados provinham de fontes diversas, ou seja, as paredes que conformam a faixa fronteira (resultando no trinômio capela-alpendre-quarto de hóspedes) e o bloco posterior diferem entre si substancialmente, indicando sua feitura em dois momentos, sem que seja possível estabelecer com precisão o intervalo de tempo transcorrido entre eles. Entretanto, esta informação permite conjecturar quanto à possibilidade de terem existido dois projetos e edificações distintas, rearranjadas posteriormente de modo a conferir à última versão a forma recuperada pelo restauro efetuado na década de 1980. Mais uma vez, há claras implicações do ponto de vista analítico, que advogam a favor da hipótese do dinamismo da sociedade mameluca no período em estudo (Prancha 43).

Prancha 41

Prancha 42

Prancha 43

Cabe aqui indagar, por exemplo, se tais estruturas não estariam relacionadas a uma senzala, por exemplo, erguida num momento inicial, locada junto à casa tal qual se observa nas fazendas existentes na região ituana e do quadrilátero do açúcar. Afinal, eram cômodos destinados ao armazenamento de víveres e engenhocas? Por que estas estruturas foram banidas de junto da edificação principal? Estas questões podem ser melhor aprofundadas com o exame do entorno de bens ainda dotados de áreas livres e que sofreram pouca ação antrópica. É o caso de bens dotados de entorno protegido, como o sítio Santo Antonio, para o qual, por exemplo, se conta com referências a senzala, distante cerca de 30 metros da casa-sede, embora se desconheça a época exata de construção conforme exposto em publicação da 9ª Superintendência Regional (IPHAN, 1997).

No sítio do Capão, as escavações virtuais desenvolvidas com o auxílio de Radares de Penetração no Solo (método de leitura geofísico de caráter não invasivo) também indicaram a existência pretérita de estruturas lineares, consorciadas ou muito próximas ao corpo principal da edificação (Prancha 44).

A partir da cronologia disponível na literatura referente às casas (baseada por vezes em pesquisas documentais, mas, sobretudo, na análise comparativa de atributos técnicos e formais), em comparação com datações absolutas obtidas pela análise de materiais coletados nos quintais de algumas unidades, procurei organizar essas informações com vistas ao estabelecimento de uma seriação ou tipologia evolutiva que permitisse confrontar as transformações ao longo do período em estudo. Como resultado, salta à vista a variabilidade formal apresentada pelas casas de padrão bandeirista no que tange ao volume principal, tanto numa perspectiva sincrônica como diacrônica (Prancha 42).

É possível observar, a partir da análise das plantas baixas selecionadas, que o adjetivo “monolítico”, recorrentemente empregado pelos especialistas, é passível de substituição pela expressão “flexibilidade refletida externa” – e também “interna” se trouxermos ao jogo as informações obtidas pela Arqueologia a respeito dos fechamentos e divisórias desaparecidos.

Prancha 44

Há que se levar em conta as evidências arqueológicas registradas no interior das casas, sobretudo marcas de buracos de esteios, que indicam prováveis vedações e paredes divisórias suprimidas ao longo do tempo. Essas paredes e vedações eram erguidas fazendo uso de técnicas como o pau-a-pique ou tábuas. Eram, portanto, mais flexíveis que as paredes em taipa de pilão, atendendo à necessidade de agilidade devido aos percalços e embates vivenciados pela sociedade mameluca colonial também no interior da habitação senhorial.

É o que nos mostra o sítio Morrinhos (exemplar datado por meio de inscrição existente no frechal da porta fronteira de 1702, mas também com datações mais recuadas de meados do século XVII através da TL) e o sítio do Capão para o qual contamos com datações que remetem ao menos à ocupação do local já em fins do século XVI.

No primeiro caso, conforme mencionado, evidências da existência pretérita de paredes divisórias, dando origem a cômodos e espaços, é patente (Prancha 43). Estes desaparecem, e são retomados séculos mais tarde.

A retirada dessas estruturas veio a conferir ao cômodo central uma área livre maior, dotando este espaço de uma maior acessibilidade ao menos em determinado momento da ocupação. As barreiras foram reduzidas e, assim, flexibilizam-se antagonismos e assimetrias, propiciando maior fluidez às relações sociais vivenciadas pelo grupo doméstico. A casa atua então como facilitadora de processos de transculturação e formação de identidades³⁰ em jogo.

Além da discussão em torno da flexibilização e das adequações do espaço construído no âmbito da consolidação da sociedade colonial – envolvendo a questão da assimetria entre os que habitam e os que servem –, outro aspecto a ressaltar são as dimensões da área útil dessas casas. Há exemplares datados entre os séculos XVII e XIX, apresentados na Tabela 5 a seguir.

³⁰ Utilizo o conceito de transculturação enquanto “processo no qual sempre se dá algo em troca do que se recebe... em que ambas as partes são modificadas na qual emerge uma nova realidade composta e complexa... original e independente”, de acordo com o etnólogo Fernando Ortiz (1963, p. 13).

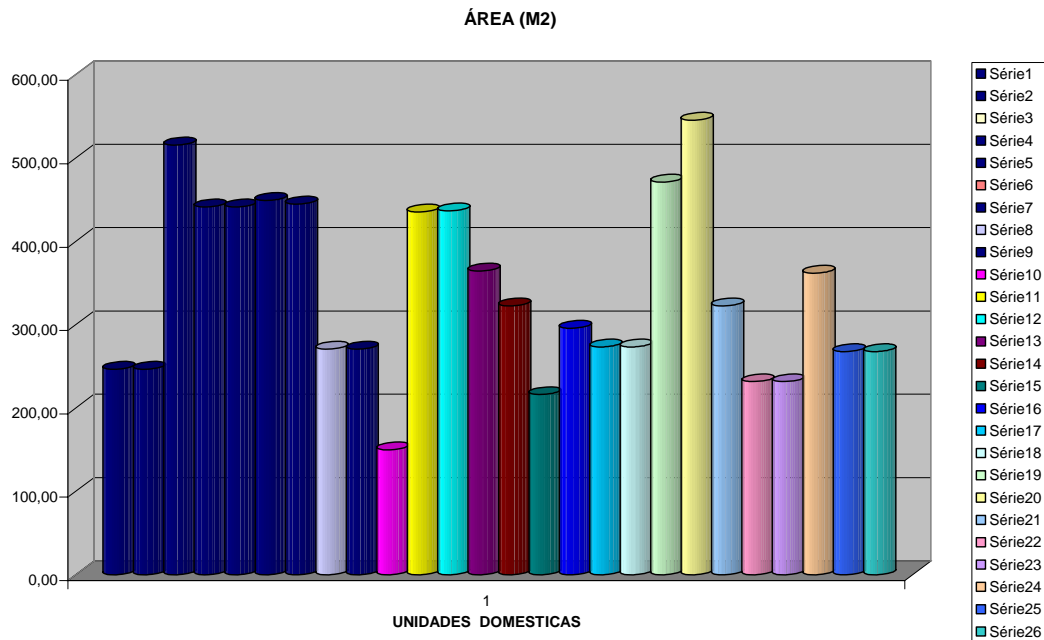
Tabela 5 – Área útil das edificações bandeiristas.

Denominação da Casa	Pavimento Térreo (em m ²)	Jirau (em m ²)	Total (em m ²)
CAPÃO			246,37
SANTO ANTÔNIO			515,54
MORRINHOS	286,05	155,32	441,37
TATUAPÉ	295,29	153,65	448,94
QUERUBIM			444,8
SÃO ROMÃO			270,48
RESSACA			149,88
SANTO AMARO			435,3
MANDU	335,47	100,94	436,41
BUTANTÃ			322,44
MIRIM			216,02
CAXINGUI			295,7
QUINZINHO			273,09
PADRE INÁCIO	322,91	148,12	471,03
NOSSA SR. ^a DO ROSÁRIO	427,62	117,7	545,32
CALU			364,43
CONCEIÇÃO			322,39
PASSA TRÊS			213,53
SOLIDÃO	180,93	180,93	361,86
SANTA LÚCIA			267,66

Observa-se, de imediato, a nítida variação nas metragens, que oscilam entre 150 e 500 m². Essas disparidades ocorrem tanto nos exemplos identificados como tipos “puros” pelos arquitetos, como nos tipos ditos aburguesados, que reportam ao final do XVIII e início do XIX (SAIA, 1955; 1978; LEMOS; 1999).

Nota-se que as edificações mais recuadas no tempo, à exceção do sítio do Capão, tendem a apresentar áreas superiores às de suas sucedâneas, predominando no século XVII dimensões entre 400 e 500 m² – acrescidas às áreas dos jiraus (mezaninos) quando existentes (barras em azul, à esquerda, no gráfico a seguir). Certamente, um dos exemplares mais notáveis é Santo Antônio com seus 550 m² de área construída, propriedade da família do importante fidalgo Fernão Paes de Barros.

Gráfico 4 - Casa: Variabilidade das áreas construídas em m² ao longo do tempo



A título de exemplo, no tocante à composição do grupo doméstico, valendo-me de um inventário do início do século XVIII relacionado à casa do Tatuapé, observo a existência de oito camas e/ou catres (curiosamente fala-se de leitos, mas não de redes de dormir, tão comuns nos relatos e na iconografia produzida *a posteriori*). Supondo-se que seus usuários coabitassem sob o mesmo teto pelo menos por um determinado período de tempo, contavam com uma área útil de 36 m² *per capita*, computada apenas a área do pavimento térreo, de 295 m². Uma vez que se levem em conta os jiraus (mezaninos), locais destinados possivelmente ao armazenamento de víveres e valores, essa metragem alcança 56 m² *per capita*. Com efeito, são dimensões condizentes com o *status* social e econômico da proprietária, Ignes Pedrosa de Barros, que deixou aos herdeiros, além das camas e suas guarnições, muitas alfaias, pratarias, livros e outros itens de grande valor.

Constitui consenso entre as humanidades que o significado da expressão “família”, no período colonial, para boa parte da América do Sul, envolvia um grande número de indivíduos, desde o grupo nuclear dotado de laços consangüíneos até filhos de casamentos anteriores, filhos bastardos e suas

mães, agregados diversos, serviçais e escravos (ALGRANTI, 1997). Tudo isso em apreciável quantidade: grande número de filhos legítimos e bastardos, bem como de concubinas, amasiadas com os patriarcas e seus filhos solteiros.

Assim, as variações observadas nas demais edificações *per si* apontam claramente para aspectos fundamentais que não podem ser negligenciados dentro de uma abordagem comparativa e correlacional, sobretudo se concebermos São Paulo como parte integrante de um sistema global. Embora pertencentes à elite de Piratininga, constituída por fazendeiros, mineradores, sertanistas, religiosos, administradores (alguns certamente desenvolvendo tais atividades de forma consorciada), esta variabilidade indica uma gradação no seio mesmo da camada dominante, que necessita ser percebida do ponto de vista de seu *status* econômico, mas também no plano das mentalidades, exigindo mesmo cautela nas abordagens referentes aos acervos resultantes dos sítios escavados.

Dentro de uma perspectiva eminentemente processual, uma série de recorrências observáveis na cultura material, expressa e reflete claramente padrões comportamentais que dão identidade a esses grupos. Todavia, isso não implica que se adote uma visão mecanicista, que obscurece as dissonâncias igualmente características da estrutura social mercantil escravocrata, entendida por muitos historiadores e arqueólogos – sobretudo, na América do Norte – como resultado do transplante e adaptação de mentalidades de cunho medievalizante em terras americanas (DEETZ, 1977; GLASSIE, 1969).

Assim, as casas e suas dimensões deixam claro que se está lidando com graus diferenciados de *status* socioeconômico no seio da elite, decorrentes da composição, dimensionamento e qualificação dos grupos domésticos envolvidos (tanto a família nuclear, quanto uma miríade de herdeiros legítimos e ilegítimos, escravos e gente livre vivendo a sua órbita) em inter-relação com o sistema mercantil em formação no planalto Paulista.

Entretanto, diante das limitações impostas pela documentação textual e analítica referente ao período em estudo, opto por não avançar em conjecturas dessa natureza, pois não é possível estabelecer correlações seguras, do ponto de vista quantitativo, quanto à exata composição da família mameluca no decorrer dos séculos XVII e XVIII, que era, certamente, extensa.

Ao abordar a Casa Bandeirista enquanto espaço privilegiado para a análise do cotidiano mameluco, procurei não só atentar para a expressão material da cultura e o cotidiano das elites. Voltei-me também aos demais personagens dessa família extensa e prováveis agregados, o que nos obriga a pensar em grupos com diferenciações de caráter étnico, mas também de classe (ainda que em fase embrionária), convivendo sob um mesmo teto (MCGUIRE; WALKER, 1999; WURST; FITTS, 1999; WURST, 1999).

Assim, pergunto-me: quem freqüentava a casa e de que maneira ela funcionava?

Zonas, funções e atividades: negociando e resistindo

Muitos autores concordam em reafirmar insistentemente a trilogia “varanda-capela-quarto de hóspedes”, indicando para os cômodos fronteiros funções específicas e especializadas. Esta constitui um legado indiscutível de Luís Saia, que a defendeu como sendo uma das características marcantes do programa de usos da Casa Bandeirista.

Para os demais compartimentos, que compõem a porção posterior da edificação (cômodo central e camarinhas), por extensão sala e dormitórios, os estudiosos não estabelecem com tanta rigidez as suas efetivas funções. Exceção importante, entretanto, é o tratado construído por Lemos sobre a cozinha paulista. O autor fornece as razões, estímulos e condicionantes que mantiveram a cozinha na área externa, na forma de puxados com seus jiraus, herança indubitavelmente relacionada aos indígenas.

... muitos locais nem chegaram a conhecer fogões complexos, com tiragem de fumaça. São Paulo foi um deles. Não temos notícias em nossos três primeiros séculos de chaminés em casas paulistas. Aqui em Piratininga retornaram os portugueses aos velhos hábitos – primitivos, podemos dizer – que recorriam a expedientes mais livres na organização de suas cozinhas. Expedientes mais próprios às nossas condições de nova terra, que levaram ao esquecimento as soluções mais requintadas, ou eruditas, como aquela das chaminés afrancesadas. Expedientes simplistas que o uso e a experiência converteram em formas definitivas opostas às européias. Enquanto o fogão reinól era fixo (...) o novo fogão nestas paragens esparramou-se na horizontalidade dos jirais, melhor simbolizando, dessa maneira, a aliança em que ao elemento servil – o índio e o negro – coube improvisar, adaptar ou usar a seu modo, os equipamentos pertinentes à zona de serviços, especialmente à cozinha (LEMOS, 1976, p. 33).

Lemos oferece um esquema bastante simplificado e conservador da gramática cultural relacionada aos processos de contato cultural, fundada na tradição do binômio do “encontro universal do colonizador (dominador) e do colonizado (dominado)” (DAWDY, 2000, p. 107). Não Toma partido e nem dialoga com os espaços nos quais se desenvolvem esses processos de transculturação, envolvendo negociação, resistência ou mesmo processos de construção de identidades (para uma discussão q.v. WILKIE, 2000; BURLEY, 2000; DAWDY, 2000; entre outros).

Assim, no entendimento de Lemos, tais processos se tornam, visíveis, sobretudo na esfera das relações sociais de produção, no âmbito da sociedade escravista, e, no caso paulista, obviamente na cozinha (do lado de fora).

Porém, além do puxado, do jirau, dos alimentos e da tralha doméstica voltada ao fazer e à manutenção do casarão, o mundo indígena também adentra o casarão. Amplos contingentes de cerâmica invadem os *palácios de barro*, para dar conta do preparo, do armazenamento e da refeição do senhor e seus familiares, como será demonstrado no capítulo a seguir.

Já Katinsky (1976), mais flexível aos processos ocorridos sob o telhado bandeirista, introduz o elemento indígena casa adentro ao dizer que o grande salão constitui metáfora do pátio central da aldeia, tendo ao seu redor as camarinhas. O autor advoga claramente em defesa do elemento indígena como o

artífice deste espaço. Neste aspecto particular, alinho-me a Katinsky (1976), isto é, no que se refere às funções primárias e secundárias exercidas por essa zona conformada (o salão central), com baixa densidade de vestígios arqueológicos, atuando como agenciadora e articuladora dos demais espaços, inclusive o mundo exterior, agindo de forma ativa na construção da estrutura social mameluca. À luz da Arqueologia, vejo aí um dos principais componentes do padrão bandeirista mameluco, que singulariza a Casa Bandeirista (ZARANKIN, 1999a).

Embora suas origens remotas fundem-se em um projeto arquitetônico trazido da Europa, projeto este de caráter acadêmico, só que adaptado pelo fazer popular na península Ibérica tal como aventado no início do capítulo, o espaço do grande salão transformou-se em solução tipicamente vernacular, adequada, a meu ver, aos processos de transculturação em jogo na construção da sociedade paulista, ou seja, na construção da sintaxe do morar no planalto dos primeiros séculos. Esse espaço no interior da casa articula e distribui as múltiplas etnias que vieram a compor a sociedade escravista, apontando linhas instigantes de análise em oposição aos modelos normativos e homogeneizadores concebidos para a casa luso-brasileira e sua utilização (FUNARI, 2005).

Nota-se, na interpretação a respeito da organização espacial e usos percebidos da Casa Bandeirista, que os estudos da Arquitetura partem de inferências tomadas de tempos posteriores. Os autores se valem muito dos viajantes que alcançaram o planalto a partir do século XIX, estabelecendo analogias nas quais a tradição portuguesa do morar é transplantada e assumida tal e qual pelos colonos. A distribuição espacial é vista como estritamente ligada à cosmologia do Velho Mundo, expressa na fachada frontal, distinguindo e separando o público do privado no quarto de hóspedes (cômodo destituído de acesso direto para o interior da edificação) e, no lado oposto, na capela, deixando as atividades relacionadas ao fazer para a porção posterior da estrutura ou para fora dela.

Entretanto, os jesuítas espanhóis viram os nobres paulistas como verdadeiros maloqueiros.

Nesse sentido, a pesquisa arqueológica apresenta elementos concretos a respeito da organização dos espaços e atividades desempenhadas no interior da edificação, apontando para a flexibilização e sobreposição de usos e funções nos cômodos, fugindo ao esquema bandeirista clássico que tem como modelo a habitação unifamiliar, buscando-se para ela a sala e aposentos próprios a uma família nuclear (esquema e conformação que se efetiva provavelmente de meados do século XVIII em diante).

Dentro da abordagem defendida no início, em que a Casa Bandeirista é vislumbrada enquanto complexo multifuncional, pronto a atender ao uso e demandas locais em compasso com as necessidades exigidas pelo projeto colonial, a Casa Grande do Tatuapé lega importantes informações em favor dessa assertiva.

Ao expor os solos originais, a Arqueologia conduz à evidenciação de estruturas e artefatos que permitem inferir atividades desempenhadas bastante específicas em alguns compartimentos. No Cômodo 5, por exemplo, vestígios de fogueiras, restos de carvão, marcas de trempes (orifícios no chão ao redor da estrutura de combustão) e restos alimentares indicam a existência de uma cozinha interna, convivendo ou não em simultaneidade com a externa. Porém, as evidências encontradas neste mesmo cômodo nos mostram que seus ocupantes desempenhavam ali outra atividade de importância não menor: fundição e/ou reparo de metais. Foram encontrados escória e fragmentos de metais em profusão, peças de chumbo (munição), bem como bolotas de argila (possivelmente, predecessoras das bolinhas de gude), atestando múltiplas utilizações para este espaço no passado.

Seguindo em direção à fachada fronteira, temos no alpendre a “garagem”, onde os moradores deixavam temporariamente suas montarias, retirando arreios ou lhas dando algum trato (ferraduras, cravos etc.). E, o mais surpreendente, no local onde supostamente existiria a capela definida pelo olhar da Arquitetura, encontram-se evidências da produção de cerâmica doméstica (as indefectíveis bolotas de barro cozido), mostrando que “the subterranean remains of a house,

which are observed through excavation, have survived the passage of time in a far less selective way than have whole structures” (DEETZ, 1996, p.127).

Em síntese, os dados arqueológicos apontam para usos múltiplos e distintos aos propostos e permitem questionar mais uma vez a visão estática do casarão aventada na literatura ou, pelo menos, para um esquema bem menos rígido do que aquele defendido em geral pela Arquitetura.

Possibilidades de releitura dos espaços da edificação bandeirista

Para avançar no entendimento dos usos, funções e processos culturais de dominação e de resistência favorecidos pelo espaço construído são escassas as fontes de documentação para o período. Fui então conduzido a interessar-me por metodologias alternativas, desenvolvidas pela vertente inglesa da "Social Archaeology of Houses" – que surge do debate promovido por Ross Samson (1990) – hoje mais conhecida por Arqueologia da Arquitetura (HILLIER; HANSON, 1984; BLANTON, 1994; entre outros).

Este constitui um caminho promissor, que na América do Sul vem sendo trilhado principalmente pelo arqueólogo argentino Andrés Zarankin, em estudos voltados à evolução da vivenda argentina (ZARANKIN, 1999) e, mais recentemente, à evolução do edifício escolar na ordem capitalista, com suas “paredes que domesticam” (Idem, 2002). O autor se vale desses modelos, que lhe permitem obter análises comparativas a partir de índices relacionados à forma, função, organização e articulação dos espaços, a fim de interpretar como se efetivam nesses ambientes as relações e mecanismos de controle e dominação na edificação. Esta é então entendida como uma articulação de células que exprimem funções primárias e secundárias através da linguagem não-verbal, fazendo com que o espaço construído interaja com o usuário, gerando uma multiplicidade de significados que afetam a sintaxe do morar.

Obviamente a opção por modelos dessa natureza envolve uma série de problemas, mas também oferece vantagens para o exame desses e de outros aspectos relacionados às edificações, sobretudo quando se conta com poucas informações a respeito de seus usuários, como no caso paulista. Além do exame a partir da planta, elementos de decoração, mobiliário, técnicas construtivas e materiais adotados podem ser conjugados a essas análises.

No caso da casa paulista, a fim de testar a hipótese que caracteriza a sociedade mameluca como produto complexo sob o qual subsistem valores europeus medievalizantes, elementos do mercantilismo e comunais em conflito com o modelo escravista, valho-me de alguns métodos que permitem avaliar a complexidade, a conexão e a distributividade dos diferentes espaços num ambiente construído. Do mesmo modo, busco captar nuances decorrentes do processo de conformação da sociedade, visto que esses métodos auxiliam na apreensão do todo, sem perder de vista as particularidades.

Em relação à amostra selecionada, vale ressaltar que se conta com 26 exemplares de edificações abarcando o período entre o século XVII e início do século XIX. Na verdade, seis exemplares constituem alternativas e releituras das plantas de uma mesma edificação, a partir de dados obtidos pela Arqueologia ou do confronto com os levantamentos efetuados por arquitetos, envolvendo variáveis no tocante ao número total de cômodos, acessos ou vedações.

Para a análise das casas valho-me dos seguintes índices (Prancha 45):

a) *Índice de escala* – consiste basicamente na soma do número de cômodos observáveis em uma edificação. Nas amostras observa-se variação entre seis e 15 cômodos, sendo três unidades com seis cômodos, duas com sete, duas com nove, quatro com dez, cinco com 11, quatro com 12, três com 13 e uma unidade com 16 cômodos, computados os jiraus quando existentes.

b) *Índice de integração* – obtido por meio da divisão do número de conexões (passagens ou vãos fechados ou não) pelo número de cômodos observados.

Para a obtenção deste e de outros índices a seguir utilizados, torna-se necessário construir gráficos onde são lançados cômodos e passagens, denominado, por Hillier e Hanson (1984), de modelos Gamma.

Na Prancha 46 são apresentados os respectivos modelos Gamma obtidos para as 26 edificações, dispostos em ordem cronológica. Neles é possível observar a diversidade e pluralidade de circuitos e interações. Percebe-se, por exemplo, que plantas similares apresentam dinâmicas por vezes bastante distintas (ZARANKIN, 1999, p. 251).

c) *Índices de complexidade A e B* – integrantes do modelo desenvolvido por Blanton (1994), voltado ao estudo da variação funcional e de uso dos espaços de cômodos nas edificações, o Índice A refere-se ao total de conexões entre cômodos e o Índice B, ao grau de acessibilidade oferecida pela edificação.

Os dados e índices são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 – Dados e índices obtidos para o conjunto de amostras selecionadas.

CASAS	Índice de escala	Qtde Conexões	Índice de Integração	Índice de complex. A	Índice de complex. B	Ordem cronológica	Área (m ²)
Capão A	10	13	1,30	10	1,70	1	246,37
Capão B	11	14	1,27	11	2,00	2	246,37
Sítio Santo Antônio	6	8	1,33	8	1,83	3	515,54
Morrinhos A	7	12	1,71	12	1,43	5	441,37
Morrinhos B	10	15	1,50	15	1,90	6	441,37
Tatuapé	11	13	1,18	13	2,73	4	448,94
Querubim	11	14	1,27	14	2,73	7	444,80
São Romão A	6	9	1,50	9	1,67	8	270,48
São Romão B	8	11	1,38	11	1,88	9	270,48
Ressaca	6	8	1,33	8	1,83	10	149,88
Sto. Amaro	11	13	1,18	13	2,50	13	435,30
Mandu	13	17	1,31	17	2,54	11	436,41
Calu	9	10	1,11	10	1,78	12	364,43
Butantã	12	19	1,58	19	2,17	15	322,44
Mirim	13	17	1,31	17	2,62	16	216,02
Caxingui	9	16	1,78	16	2,00	14	295,70
Quinzinho A	10	14	1,40	14	1,90	17	273,09
Quinzinho B	11	15	1,36	15	1,91	18	273,09
Padre Inácio	12	16	1,33	16	2,33	19	471,03
N. S. do Rosário	15	19	1,27	19	2,54	20	545,32
Conceição	13	21	1,62	21	2,23	21	322,39
Passa 3 A	11	14	1,27	14	1,82	22	231,53
Passa 3 B	12	15	1,25	15	1,83	23	231,53
Solidão	8	9	1,13	9	2,13	24	361,86
Stá Lucia A	10	15	1,50	15	1,80	25	267,66
Stá Lucia B	12	17	1,42	17	2,00	26	267,66

Prancha 45

Prancha 46

Com base na análise dos resultados, foram obtidas as seguintes variações ora apresentadas em ordem cronológica nos Gráficos 5 e 6. Observa-se que a complexidade A apresenta tendência de aumento, indicativo do processo de transformação e aburguesamento da sociedade paulista à luz da expansão do capitalismo, com as particularidades que este apresenta em terras brasileiras. Sobre isso, conta-se com uma extensa abordagem desenvolvida pela arqueóloga Tânia Andrade Lima (1989, 1996; LIMA *et alii*, 1993).

Gráfico 5 - Evolução de Complexidade A.

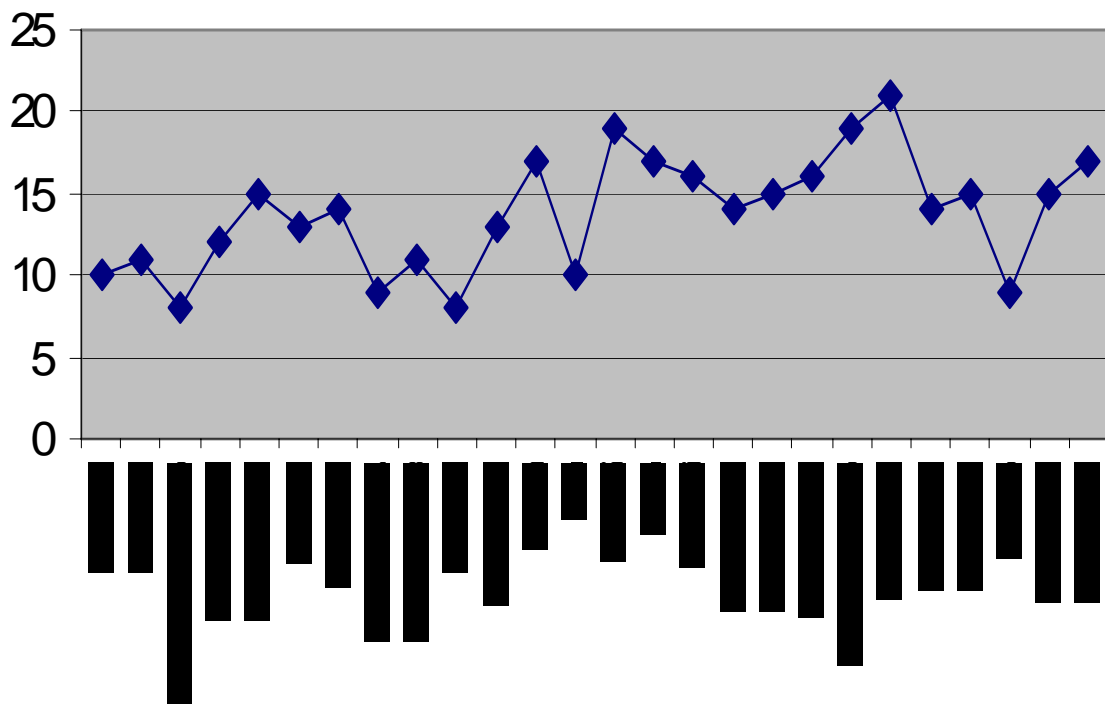
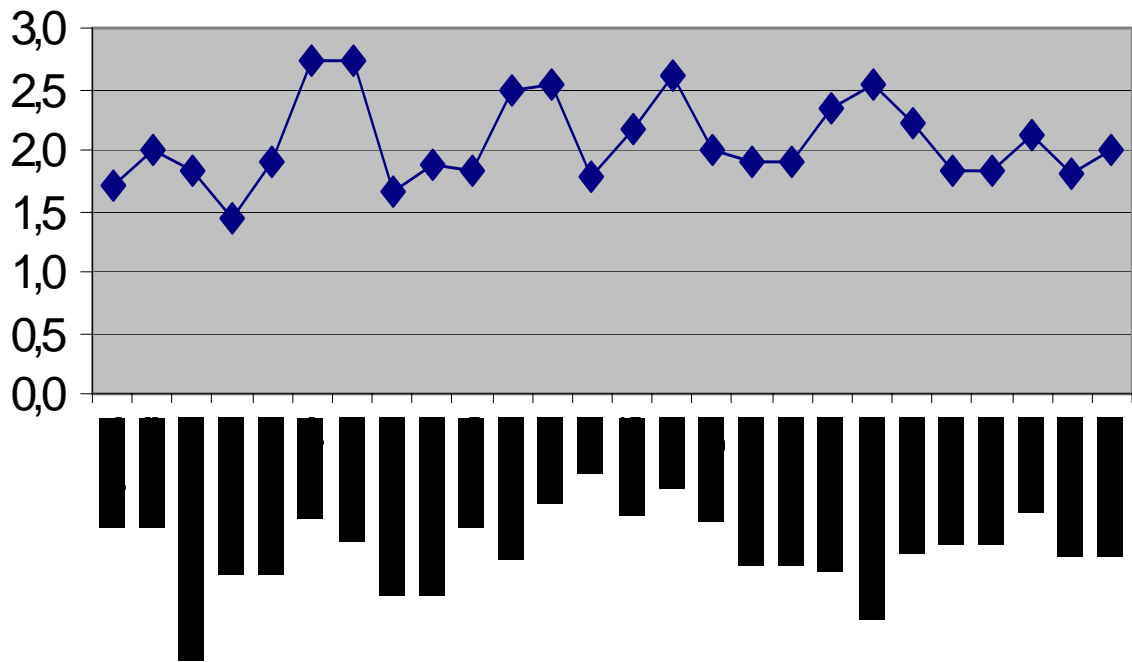
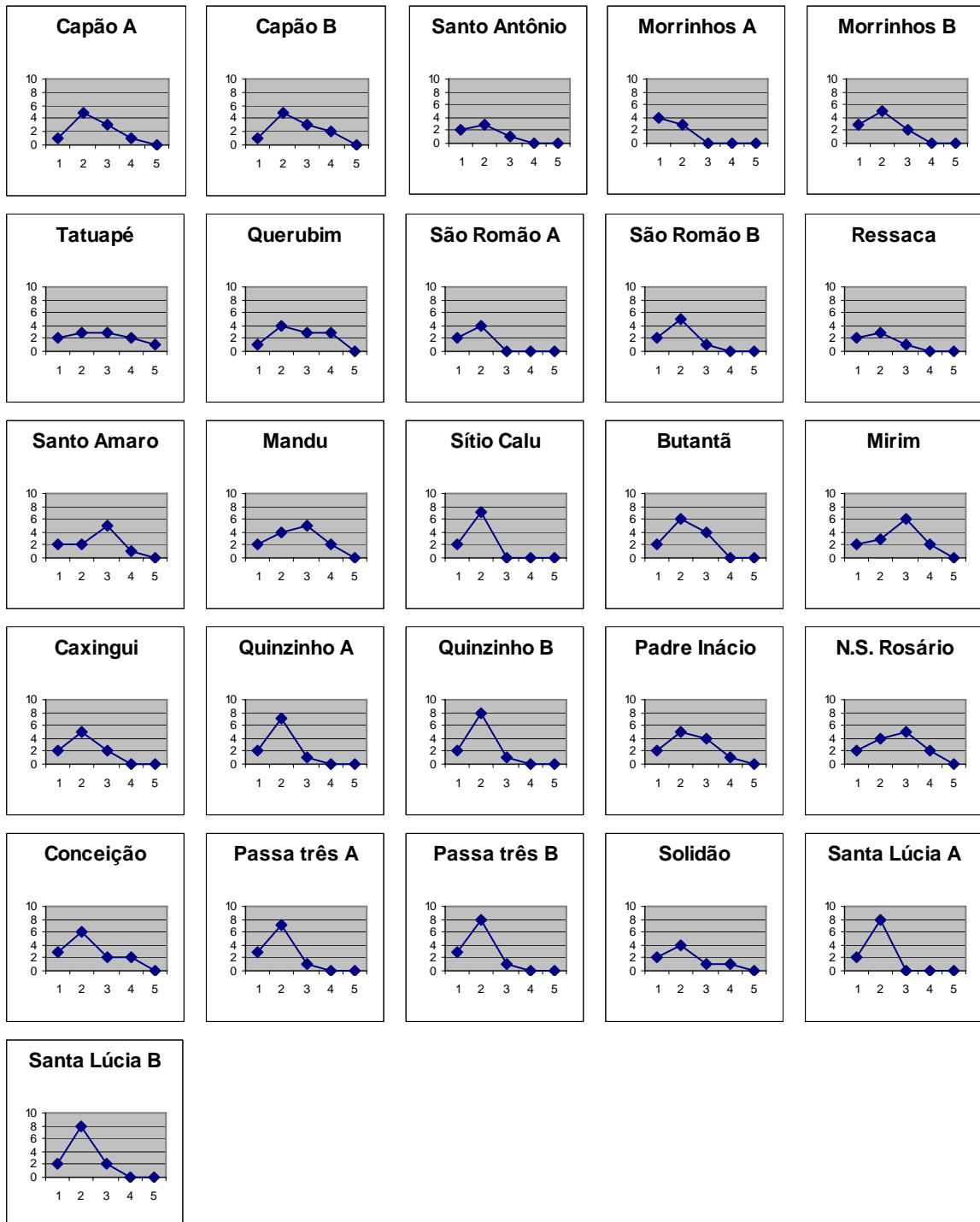


Gráfico 6 - Evolução de Complexidade B



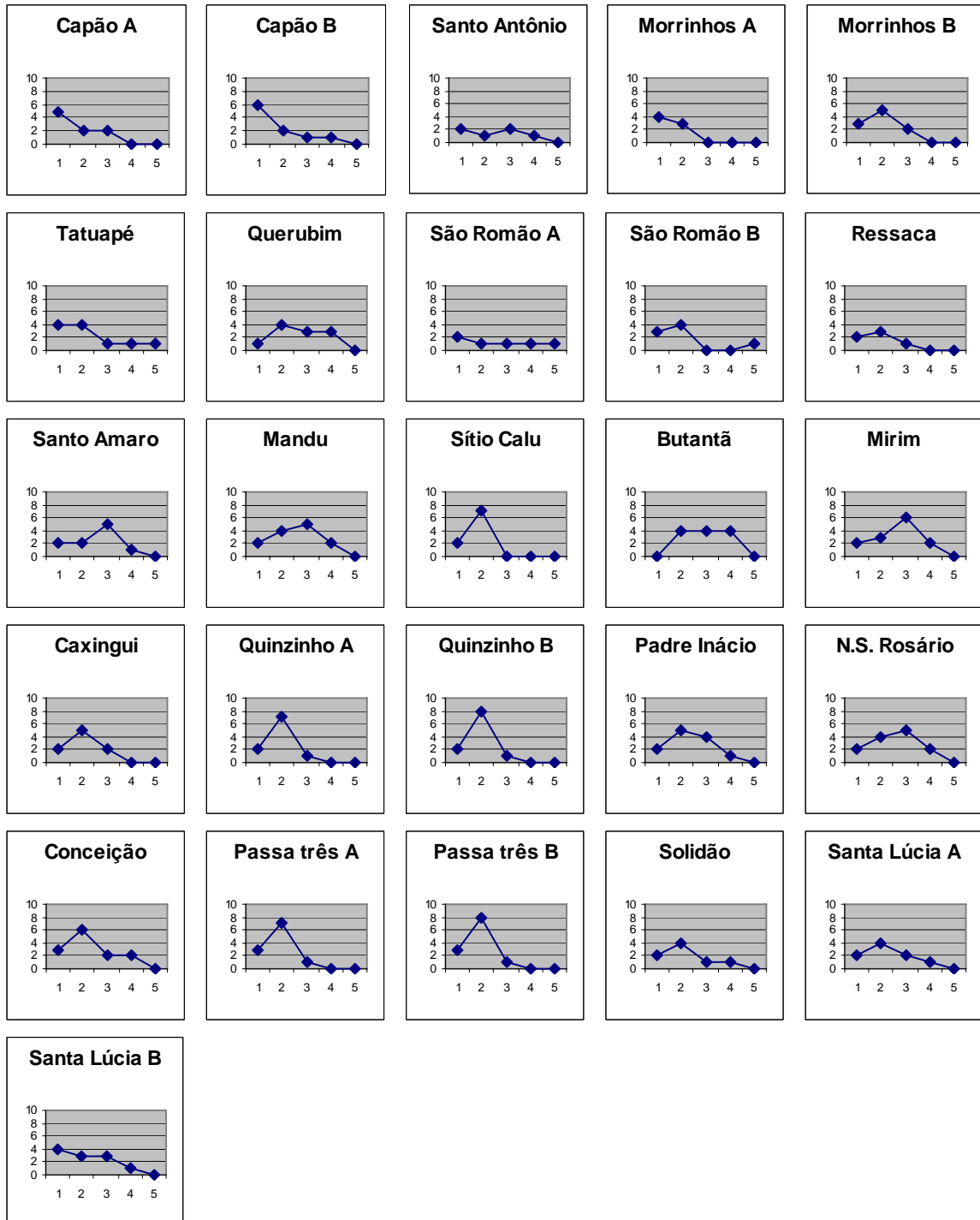
Os gráficos gerados para os índices de Complexidade B são apresentados em separado a seguir:

Gráficos 7 a 32 - Índice de complexidade B.



Do mesmo modo, a distributividade é expressa individualmente nos Gráficos 33 a 58, a seguir:

Gráficos 33 a 58 – Distributividade.



A análise comparativa obtida indica a predominância de um caráter não distributivo para a morada paulista, ainda que estas conformações escapem ao padrão estabelecido na literatura. Do mesmo modo, os índices de integração mostram-se ambíguos em alguns casos, com valores menores que 1,5. Para Zarankin (2005, depoimento pessoal), a avaliação prévia desses resultados indica que se trafega entre o limite do que se considera distributivo e não distributivo. Conta-se com um setor distributivo e outro não distributivo, pois as casas mamelucas se distanciam de índices obtidos pelo autor para a casa colonial argentina, em que se observa uma média de 3,3. No caso paulista conta-se com um índice médio de distributividade de 2,15, indicando certa peculiaridade vivenciada por essa sociedade e pela unidade doméstica mameluca: possivelmente um reflexo dessa dúbia multiplicidade de funções que a edificação desempenhou no decorrer dos séculos XVII e XVIII para além de unidade unifamiliar.

Tais resultados fortalecem a hipótese de que os casarões de barro exerciam, sim, como comentei, múltiplas funções, adaptando-se às demandas colocadas pela sociedade mercantil, e não só a de moradia das classes abastadas.

O *design* herdado de soluções arquitetônicas voltadas à defesa indica que essa função também devia ser atendida. As casas serviam então como postos avançados frente aos constantes ataques e enfrentamentos que marcaram o cotidiano planaltino durante toda a segunda metade do século XVI e o início do XVII. Essas construções também tiveram que se adaptar para atender, enquanto entrepostos, ao avanço das sucessivas frentes de colonização ao longo do Tietê. Assim, prestaram-se como eficientes marcos na conformação da paisagem mercantil, úteis e eficazes à consolidação da sociedade capitalista ainda em sua fase embrionária (Prancha 47).

Prancha 47

O castelo de barro irrompe na paisagem para exorcizar de vez os tempos difíceis e as agruras vividas pelos colonos durante a Confederação dos Tamoios, que teimava em querer voltar. Por isso, a Casa Bandeirista parece representar a “máquina disciplinadora” (FOUCAULT *apud* ZARANKIN, 1999), que impõe o distanciamento necessário entre senhores, pobres livres e escravos (MONTEIRO, 2004).

Portanto, longe de querer suplantar os estudos até o momento encetados sobre a casa paulista dos primeiros séculos, o que se propõe é a dilatação do olhar sobre esses preciosos e raros bens culturais – que resistiram ao tempo graças aos esforços dos estudiosos de nosso patrimônio. Essa casa é um complexo multifuncional apto a atender à complexidade da sociedade mameluca. Entende-se, então, essa sociedade como resultante de influências locais, mescladas a valores de uma sociedade em transição, na que coexistem elementos que podem ser caracterizados como feudais, mas também de outras influências que a inserem na dinâmica do capitalismo mercantil incipiente. Este último aspecto será explorado do ponto de vista da cultura material móvel no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 4 – AS COISAS

DOS EQUIPAMENTOS HERDADOS À TRALHA DESCARTADA

O presente capítulo é devotado primordialmente à análise dos acervos provenientes de três sedes rurais submetidas a restauro na cidade de São Paulo, cujos históricos de ocupação foram apresentados.

Rememorando, tem-se a casa do Tatuapé, situada no bairro homônimo, e o sítio Morrinhos (Jardim São Bento), ambas pesquisadas por Andreatta no decorrer da década de 1980 (ANDREATTA, 1981/1982); e o sítio Paraíso ou do Capão (Jardim Anália Franco), alvo de prospecções coordenadas por Zanettini e Robrahn-González (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2003a). Juntos, os acervos destes três sítios totalizam cerca de 15 mil artefatos submetidos à sistematização e análises.

As considerações adiante apresentadas a respeito da cultura material relacionada ao cotidiano mameluco, dentro do período circunscrito entre o início do século XVII e final do século XVIII, não se restringem apenas ao arsenal artefactual exumado nos três sítios acima citados. Envolvem, também, a manipulação e análise, com distintos graus de aprofundamento, de um acervo sensivelmente maior, que alcança 50 mil peças, oriundas de sítios cronologicamente concomitantes.

Tais coleções provêm tanto de sedes rurais congêneres, como no caso dos sítios Mirim em Ermelino Matarazzo (ANDREATTA, 1982) e Itaim Bibi, no bairro homônimo (ANDREATTA, 1988) os sítios Calu e Sete Lagoas em Embu das Artes e o sítio Flamboyant em Carapicuíba, na Região Metropolitana de São Paulo (DOCUMENTO, 2001). Aos acervos desses sítios, deve ser acrescido aquele oriundo do sítio Corvo, cujo refugio está relacionado à atividade de exploração aurífera nas faldas do morro do Jaraguá (DOCUMENTO, 2001). Ainda devem ser acrescentados a esta lista os materiais exumados nos níveis mais profundos do quintal do Museu da Energia, residência oitocentista localizada no centro histórico

de Itu (ZANETTINI, 1999a) e, por fim, uma olaria datada do século XVII, localizada junto à estrada que ligava Itu e Porto Feliz, ponto de partida para as expedições monçoneiras (ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2003d).

Enquanto os acervos dos sítios do Tatuapé, Morrinhos e do Capão foram integralmente analisados, independentemente de sua cronologia, envolvendo artefatos relacionados a momentos posteriores de ocupação das unidades domésticas rurais, o refugio do sítio 6 (Olaria), relacionado à produção da olaria no século XVII, foi, do mesmo modo, intensivamente estudado. Nos demais sítios, restringi-me a uma abordagem eminentemente qualitativa, voltando-me à comparação dos artefatos cerâmicos, vinculados à dita tradição neobrasileira.

Essa abordagem objetivou o estabelecimento de correlações entre os sítios (análise intersítios) dentro de um enfoque regional, dando sustentação às hipóteses e discussões a respeito das redes de produção e distribuição desses artefatos. Nesse sentido, a amostra estudada aponta em direção à dinâmica econômica vivenciada nessa porção do planalto paulista no decorrer do período colonial. Do mesmo modo, o acervo cerâmico permitiu travar um diálogo com determinados segmentos da sociedade mercantil escravista, notadamente a gente paulista, via de regra, eclipsada nas fontes textuais e iconográficas de época, bem como na literatura analítica produzida *a posteriori*.

Com isso não quero afirmar que a documentação textual tenha sido negligenciada. Muito pelo contrário, tais registros documentais permitem calibrar e refinar uma série de aspectos relacionados aos sítios em estudo (Cf. STONE, 1970; BEAUDRY, 1984; SYMANSKI, 1998).

Para tal, me vali, sobretudo, do trabalho hercúleo desenvolvido ao longo de décadas pelo Professor Ernani da Silva Bruno, profundo conhecedor da história de São Paulo. Em obras marcantes a respeito da cidade, como *Viagem ao País dos Paulistas* (1954), *Histórias e Tradições da Cidade de São Paulo* (1954) e, sobretudo, em *O Equipamento da Casa Bandeirista* (1977), o autor sistematizou inúmeras referências a respeito do universo material em estudo. Mais

recentemente, o Museu da Casa Brasileira legou ao público outra obra de Bruno – seu fichário, onde acumulou pacientemente milhares de verbetes, ora divididos em cinco volumes temáticos (ACAYABA, 2000).

Nesse sentido, essa “Arqueologia Documental” (BEAUDRY, 1984) torna-se particularmente importante no caso do Tatuapé, sítio para o qual se conta com um detalhado trabalho de recuperação dos inventários relacionados aos proprietários da casa, estudo desenvolvido por Gagliardi (1983).

No âmbito da escassa iconografia histórica sobre São Paulo colonial, retomamos os trabalhos de artistas diversos que vêm retratando o período bandeirantino e construindo uma imagem do “heróico bandeirante”, processo que ganha força, sobretudo, em meados do século XX.

Mãos à obra!

A retomada das coleções

De volta ao mundo das coisas, retomei coleções que se encontram sob salvaguarda da Divisão de Iconografia e Museus do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Paulo, armazenadas no momento no Laboratório de Arqueologia da Casa da Marquesa, Departamento de Iconografia e Museus, contando com amplo apoio da instituição no acesso a essas coleções. Os procedimentos de curadoria adotados na retomada das coleções advindas de pesquisas realizadas no decorrer dos anos 1980 estão explicitados no Anexo 1. Vale destacar que o acervo do sítio do Capão, proveniente de trabalho realizado em moldes de contrato, sobre nossa responsabilidade, ocorreu no laboratório da Zanettini Arqueologia, sendo posteriormente encaminhado à instituição depositária do acervo (DPH). Para os acervos da casa do Tatuapé e do sítio Morrinhos foi necessário retomar os inventários manuscritos, bem como digitalizar documentos gerados à época, como plantas, croquis e perfis, além da análise de materiais que integram mostras

arqueológicas em instituições da capital – Museu Paulista, Casa do Bandeirante. Nessa tarefa, foi indispensável a contribuição e grande dose de paciência por parte da Profa. Margarida Andreatta, a quem importunamos recorrentemente nessa tarefa. A digitalização dos inventários originais da casa do Tatuapé e Morrinhos, nesse sentido, possibilitou o acesso a informações sobre aquelas peças coletadas e que não foram localizadas no presente.

Também foram analisados acervos que se encontram fora do município, em instituições dispersas pelo estado, notadamente na Fundação Jacareí, a qual guarda, entre outras, as coleções provenientes do Programa de Resgate do Rodoanel Mario Covas. Outra instituição visitada foi a Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento, núcleos São Paulo, Jundiaí e Itu. Em Itu foi examinado o material recolhido no quintal da edificação e a coleção oriunda do Programa Arqueológico Rodovias das Colinas, do qual faz parte o acervo do sítio 6 – Olaria.

Isolando componentes

Os acervos analisados refletem momentos distintos na trajetória da pesquisa arqueológica no município de São Paulo, quer do ponto de vista teórico, quer do metodológico, com um nítido reflexo na configuração dos acervos exumados, notadamente nas casas bandeiristas. Decorre daí a necessidade de criar critérios analíticos apropriados no tratamento de acervos advindos de olhares diferenciados, tendo em vista os postulados e questões enunciados na presente tese.

Ademais, parte significativa dos acervos exumados nos sítios selecionados remete a períodos posteriores, em decorrência de sua permanente reocupação, no caso de algumas unidades habitacionais – em alguns casos perdurando até os dias de hoje. Desse modo, fui forçosamente compelido ao estudo dos acervos em geral, passando, num segundo momento, já munido de um conhecimento amplo das coleções, à seleção dos componentes relacionados ao período histórico em

exame. Essa seleção foi efetuada, primeiramente, a partir da seleção do acervo por meio de seus contextos deposicionais, amparado no controle da estratigrafia dos sítios, tendo sido detectados em alguns casos depósitos de alto interesse, diretamente relacionados à casa-sede da fazenda.

Paralelamente, foi necessário o paulatino conhecimento das diversas categorias de artefatos por meio do aprofundamento da bibliografia sobre o tema. Para o estudo de algumas categorias, dada a completa ausência de literatura no país, fui impelido a desenvolver estudos específicos, tendo em vista a cultura material efetivamente trazida e utilizada pelo colonizador no contexto sul-americano.

Um primeiro esforço nesse sentido deu-se em 1986, com a construção do “Pequeno Roteiro para Classificação de Louças obtidas em Pesquisas Arqueológicas de Sítios Históricos” (ZANETTINI, 1986), para a qual contei com a orientação do ceramógrafo Eldino de Fonseca Brancante.

Outro passo se deu no campo do estudo dos artefatos de vidro, envolvendo o aprofundamento bibliográfico e a experimentação da técnica vidreira, culminando na organização de workshop no XI Congresso Brasileiro de Arqueologia em 2001 e a publicação de *Cacos e mais cacos de vidro. O que fazer com eles?* (ZANETTINI; CAMARGO, [1999] 2005).

Para algumas categorias cerâmicas de procedência estrangeira, como no caso da faiança portuguesa, essas reflexões me impulsionaram à criação de um grupo de debate, que ganhou dimensão internacional, estimulado pelo arqueólogo Charles Orser. O resultado desses questionamentos foi a criação do Global Ceramic, que promoveu no Brasil dois grandes encontros voltados ao estabelecimento de cronologias acerca da produção, distribuição e consumo dessa categoria de material ao redor do mundo (XI Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, 2001; XII Congresso da Sociedade Brasileira de Arqueologia, 2003).

Embora tenha inicialmente dedicado amplos esforços ao conhecimento em torno do material forâneo, trazido do além-mar, buscando aprimorar conhecimentos rumo a sua correta identificação e classificação, passei a canalizar esforços, no decorrer desse processo, para o aprofundamento em torno da produção oleira nacional, especialmente da chamada cerâmica neobrasileira, posição defendida desde 1986 (para a produção nacional de faiança fina, ver Zanettini (1999); Zanettini Arqueologia (2001); Zanettini Arqueologia (2003c)).

A cerâmica de produção local/regional

Passadas quase duas décadas da publicação do referido artigo, vejo-me debruçado no estudo da louça neobrasileira, relativa à parcela mais significativa dos acervos disponíveis, ora rebatizada como cerâmica de produção local/regional, implicando não só a adaptação de métodos consagrados na literatura arqueológica, mas também a criação e o refinamento de uma metodologia própria de análise, de modo a isolar e hierarquizar os atributos mais úteis à explanação dos fenômenos relacionados a produção, dispersão, distribuição, comercialização e consumo dessa categoria de artefatos em São Paulo colonial, para além da esfera da produção doméstica.

Esferas do cotidiano

Do ponto de vista do material arqueológico, a ênfase foi dada, em todo percurso analítico, à funcionalidade dos artefatos e sua distribuição espacial, visto contarmos com um percentual significativo de objetos passíveis de serem identificados quanto ao seu uso original, e à sua categorização por meio de matérias-primas, entendida como de pouca eficácia para o estudo das questões colocadas.

Com relação à funcionalidade, parti da consagrada classificação proposta por Binford (*apud* WÜST, 1990, p. 484), a saber:

- *technomic artifacts* ou *tecno-function* indicam uma função primária que expressa a inter-relação do homem com a natureza;
- *socio-technic artifacts* ou *socio-function*: expressam um vínculo entre o quadro de artefatos e o sistema social;
- *ideo-technic artifacts* ou *ideo-function*: indica o seu contexto funcional primário inserido no componente ideológico do sistema social.

Nesse sentido, mesmo tomando como pressuposto que estou lidando com artefatos polissêmicos, com múltiplos significados, usos e funções, organizei as coisas, em um primeiro momento, no tocante à sua tecno-função, sendo elaborados subconjuntos de artefatos, reorganizados como componentes de subsistemas domésticos, tomando-se como referências as funções nesse ambiente. A saber:

- Esfera alimentar: preparo, estocagem e consumo de alimentos;
- Edificação, manutenção e cotidiano produtivo;
- Mobiliário;
- Armamentos e munições;
- Uso e higiene pessoal;
- Lazer e entretenimento.

Não obstante, em sua vida útil os artefatos carregam também conotações sociais e simbólicas (sociofunção e ideofunção), perseguidas também em todo o percurso analítico.

ACERVO DA CASA DO TATUAPÉ

Como já pontuei no início do capítulo, os acervos retomados revelam olhares específicos com relação às casas, fato que foi considerado na análise dos artefatos coletados. Nesse sentido, a casa do Tatuapé, sendo a primeira casa pesquisada pelo programa levado a cabo por Andreatta, revela uma abordagem minuciosa e uma atenção, sobretudo, dirigida aos compartimentos internos do edifício e suas respectivas funções. Além das informações advindas do acervo exumado, foram utilizados inventários e testamentos, notadamente o Inventário de Ighes Pedrosa de Barros, proprietária do imóvel em 1715.

O *Inventário Original de Peças*, produzido à época da escavação, foi uma fonte de suma importância para as interpretações aqui propostas, uma vez que foi a partir dele que construí algumas hipóteses em relação aos usos dos espaços da casa. Desse modo, de 1.895 peças descritas no inventário original, foram localizadas 1.372 peças (cerca de 72% do acervo coletado). Vale destacar que no inventário original as peças estão classificadas por matéria-prima; assim, em um primeiro momento, para fins de comparação dos dados, segui a mesma classificação, passando, posteriormente, aos rearranjos desses artefatos nos subsistemas do cotidiano doméstico mencionados anteriormente (Prancha 48).

Prancha 48

Na Tabela 10, a seguir, apresento o número de peças arroladas nos inventários de 1980, confrontado com o total de peças efetivamente encontradas no acervo do DPH/PMSP:

Tabela 7 – Acervo da casa do Tatuapé.

Categorias	Número de peças registradas no inventário	Número de peças localizadas e organizadas	Número de peças ausentes
Cerâmicas	162	86	109
Louças	156	127	29
Louça vidrada	1	1	0
Material osteodontomalacológico	115	107	8
Vidros	440	320	120
Metais	419	355	64
Couro	7	7	0
Madeira	62	37	25
Marfim/chifre	3	2	1
Materiais construtivos diversos*	197	219	0
Líticos	105	38	67
Carvão vegetal	32	25	7
Sedimentos	148	2	146
Sementes, raízes, insetos.	22	21	1
Outros	26	25	1
Totais	1.895	1.372	523

No conjunto do material exumado, grande parte das peças está associada às reocupações do sítio no decorrer dos séculos XIX e XX, como por exemplo: faianças finas de produção nacional e importada, porcelanas utilitárias, vidros, tijolos e objetos de uso pessoal. Dentre estes, os metais e vidros representam cerca de 49% de todo o acervo escavado. No caso dos vidros, verificou-se o predomínio das técnicas automáticas relacionadas à produção recente (pós-1913), fugindo do escopo dessa tese. No caso dos metais, seu estado de conservação dificultou a obtenção de informações a acerca de suas categorias funcionais, não permitindo muitas vezes a identificação de grande parte das peças metálicas. Do ponto de vista da conservação, outras categorias bastante impactadas foram os componentes orgânicos, como couro e madeira.

Neste quadro, do total de 1.372 peças localizadas e analisadas, o número máximo de objetos associados ao recorte cronológico da presente tese não ultrapassa uma centena, dentre os quais: cerâmicas de produção local/regional, faianças portuguesas e louças vidradas. A partir daqui me deterei na análise desses artefatos³¹.

Esfera alimentar: preparo, estocagem e consumo de alimentos

Os objetos relacionados à esfera alimentar perfazem 68,75% do acervo, estando distribuídos nas seguintes categorias: 78 fragmentos de cerâmica de produção local/regional; seis fragmentos de faiança portuguesa; uma gamela em madeira; um fragmento de louça vidrada e duas bases de garrafas de vidro sopradas manualmente em forma.

No tocante aos utensílios de origem européia, no caso as faianças portuguesas³², todos os seis fragmentos provêm do interior da casa, sendo quatro do Cômodo 5 e dois recolhidos no Cômodo 9.

Esses fragmentos, bastante diminutos, apresentam decorações em azul sobre o fundo branco – esmalte estanífero, motivos geométricos simples (listéis simples ou duplos, caracóis e “garatujas”), característicos para o século XVII (Cf. ZANETTNI, 1986). Do ponto de vista da morfologia e função, apenas um desses fragmentos permite inferir sua provável forma, consistindo em prato de pequena dimensão (Prancha 49).

³¹ Para uma visão geral a respeito do acervo, ver CD anexo *Memorial de Qualificação*, apresentado ao MAE/USP, em 2004.

³² Quatro delas foram levantadas no acervo do DPH e duas encontram-se expostas no Museu Paulista (Prancha 49).

Prancha 49

Com relação à louça vidrada de chumbo, provavelmente de procedência européia (portuguesa ou castelhana), integrante dos acervos que também desembarcaram com os primeiros colonizadores, sabe-se que sua produção em terras brasileiras se deu provavelmente a partir do século XVIII, em Minas Gerais (BRANCANTE, 1981), sendo que André Jacobus propõe sua produção em São Paulo a partir da segunda metade do Setecentos, por volta de 1768 (JACOBUS, 1996a, p. 25). Consta na coleção da casa do Tatuapé apenas uma borda de recipiente com vidrado nas superfícies interna e externa, objeto possivelmente relacionado ao período em estudo (Prancha 50).

Outro utensílio que integra a tralha relacionada ao preparo de alimentos, na casa do Tatuapé, consiste em uma gamela de madeira fragmentada, dotada de borda reforçada externamente, fruto de entalhe (coletada no Cômodo 6). Entretanto, a denominação gamela, usual ainda nos dias de hoje em todo o Brasil, se relaciona a uma gama variada de utensílios presentes nos inventários e testamentos seiscentistas arrolados por Bruno (1977), sendo-lhes conferidas formas “compridas, quadradas ou redondas”, podendo ser produzidas em madeira ou metal. No *Inventário de Pedro Nunes* (1643) encontramos uma função expressa para este recipiente, no caso, “Gamela de assar pão” (ACAYABA, 2000d, p. 178). Do mesmo modo, é bastante recorrente nos inventários o emprego do termo “gamela para lavar ouro”, em menção ao utensílio usado para mineração, hoje mais comumente conhecido por bateia (BRUNO, E., 1977). O fragmento da coleção indica recipiente de forma aberta que pode, portanto, estar relacionado a tal atividade (Prancha 50).

Já a cerâmica de produção local/regional constitui a categoria mais recorrente no acervo relacionado a essa esfera do cotidiano doméstico, ressalvando-se que dos 195 fragmentos coletados na década de 1980 apenas 86 foram localizados, sendo 77 relacionados a práticas alimentares (armazenamento, preparo ou consumo) (Prancha 51).

O número limitado de peças, assim como o total de bordas disponíveis, dificultou a reconstituição segura de formas na maioria das vezes, limitando o alcance das reflexões a seu respeito no caso desta sede rural. A tarefa foi aprofundada no caso da louçaria de produção local/regional exumada dos sítios do Capão e Morrinhos em estudo.

Para adentrar essa esfera do cotidiano na casa do Tatuapé, conta-se com o *Inventário post mortem de Ighes Pedrosa de Barros (1715)*, em que são arroladas as peças apresentadas na tabela a seguir, na mesma seqüência em que são observadas no documento manuscrito:

Tabela 8 – Bens arrolados no *Inventário de Ighes Pedrosa de Barros (1715)*.

Descrição	Material	Quantidade de objetos	Valor total	Valor unitário
“vinte e seis Culheres de prata”	Prata	26	25\$600	\$984
“tamboladeira de prata”	Prata	1	2\$700	2\$700
“tam(boladeira)... ”	Prata	1	3\$360	3\$360
“púcaro de prata”	Prata	1	15\$(360)	15\$(360)
“salva de prata”	Prata	1	26\$400	26\$400
“hum prato e jarro de estanho”	Estanho	1	2\$560	2\$560
“hum tacho grande ”	Cobre	1	28\$800	28\$800
“outro tacho grande ”	Cobre	1	31\$800	31\$800
“hum tacho”	Cobre	1	12\$800	12\$800
“outro tacho”	Cobre	1	12\$000	12\$000
“hum tacho”	Cobre	1	4\$800	4\$800
“hum tachinho”	Cobre	1	1\$600	1\$600
“Hua talha de Cobre de Carregar augua”	Cobre	1	12\$200	12\$200
“Outra talha do mesmo”	Cobre	1	12\$200	12\$200
“Duas bacias de fazer pão de Ló”	Cobre	1	4\$000	2\$000
“Quatro pratos grandes de Lousa da India”	Louça	4	10\$240	2\$560
“Dous pratos mais piquenos da mesma Louça”	Louça	2	2\$560	1\$280
“(.....) pratos da dita Louça”	Louça	-	1\$920	-
“Seis pires da mesma Louça”	Louça	6	\$960	\$160
“Dezoito pratos de Macau”	Louça	18	2\$160	\$120
“Duas persollanas da dita Louça”	Louça	2	1\$280	\$640
“Doze chicaras da mesma Louça”	Louça	12	1\$920	\$160

Como pode se depreender da tabela, dentre o material herdado, os artefatos metálicos são aqueles que apresentam maiores valores, notadamente os objetos em cobre, seguidos pelas peças em prata lavrada. As porcelanas ou “Louças da Índia” (recebiam esta denominação pelo fato das mesmas terem sido transportadas pelas naus das Companhias das Índias), valem de quatro a doze vezes mais que as faianças de fabrico português, no decorrer dos séculos XVII e XVIII (ZANETTINI, 1986, p. 128).

Dentre os bens relacionados contamos com peças destinadas ao preparo de alimentos (seis tachos e duas bacias de fazer pão-de-ló); outros ao armazenamento e transporte de líquidos (duas talhas) e ainda outros ao consumo³³: no caso, 26 colheres, 22 pratos, seis pires e dois pratos menores. Esse equipamento descrito em 1715 certamente não seria suficiente para atender a todas as atividades decorrentes, sobretudo, do processamento e armazenagem de víveres, devendo ser completado com utensílios de barro, mas também de fibras ou madeira, estas raramente presentes no registro arqueológico.

As tamboladeiras citadas eram peças de alto valor, destinadas à avaliação do vinho, possuindo, assim, uma tecnofunção bastante específica e denotando o prestígio e *status* do seu possuidor. Por isso mesmo são recorrentes na iconografia bandeirantina forjada no século XX (Prancha 52).

O material osteodontomalacológico, neste caso restrito a ossos e conchas – sem a presença de dentes –, também foi alvo de análises, apresentadas abaixo:

Tabela 9 – Material osteodontomalacológico coletado na casa do Tatuapé.

Categorias	Quantidade	Porcentagem (%)
Ave	23	21,50
Peixe	5	4,67
Molusco	7	6,54
Mamífero	35	32,71
Não identificado	37	34,58
Total	107	100

³³ Os artefatos relacionados ao serviço de alimentos e/ou bebidas que se enquadram no uso individual foram classificados em uma subcategoria do serviço denominada consumo.

Prancha 50

Prancha 51

Prancha 52

Embora seja plausível associarmos tais vestígios à dieta e hábitos alimentares desenvolvidos pelos moradores da casa ao longo do tempo, esses assumem maior significação no Cômmodo 5, onde é expressiva a concentração de fragmentos (cerca de 48% do total do acervo), estando a maior parte deles nos extratos arqueológicos mais profundos (camadas 2 e 3), apontando para a existência de uma cozinha interna (Prancha 51). No conjunto de fragmentos ósseos analisados, uma parcela relevante não apresentou condições de identificação (37%) e entre os identificados, predominam mamíferos e aves, como se depreende da tabela anteriormente apresentada.

No tocante ao acervo vítreo, apesar de sua expressividade numérica (cerca de 23% do acervo organizado), a maior parte das peças não apresenta traços diagnósticos que permitam associá-las ao cotidiano da casa enquanto sede rural colonial. Apenas duas bases de garrafas sopradas em forma, podem estar relacionadas a períodos de ocupação mais antigos do imóvel (para uma descrição mais detalhada, Cf. Zanettini; Camargo [1999] (2005)) (Prancha 52).

Edificação, manutenção e cotidiano produtivo

São agrupadas nessa esfera de práticas cotidianas as atividades relacionadas à edificação e sua manutenção, assim como peças relacionadas às atividades produtivas realizadas, ou seja, ferramentas em geral.

Apesar do acentuado grau de oxidação que apresentam os metais exumados no sítio, foi possível identificar algumas peças relacionadas ao recorte temporal adotado, no caso cravos e ferraduras coletadas em camadas mais profundas ou depositadas sobre o piso original de terra batida.

Os cravos identificados podem ser divididos em dois grupos: um abrigando peças com dimensões oscilando entre 7 e 11 cm e outro, peças entre 4 e 7 cm, sendo que o primeiro grupo deve estar relacionado diretamente à edificação (cobertura, fixação de dobradiças de portas e janelas, mobiliário) (ver Prancha 53). Já o

segundo, pode estar associado ao mobiliário de manutenção da tropa (cravos de ferrar). Com relação ao seu emprego no fabrico de mobiliário, são arrolados nos inventários e testamentos objetos tais como pregos e tachões de ferro ou latão (BRUNO, E., 1977).

Entretanto, do ponto de vista da identificação de atividades desempenhadas no interior da casa-sede, a concentração expressiva de vestígios metálicos e escórias no Cômodo 5 – na camada 4 do piso 2 –, indica a provável existência pretérita de uma forja destinada à fundição e reparo, conforme abordado no capítulo anterior.

Integram o acervo relacionado ao universo da construção, 59 fragmentos de telhas do tipo capa-canal, sendo referenciados nos inventários desde o início do século XVIII equipamentos relacionados à sua produção como: “forma de telha” (1609); “forno de fazer telha” (1611); “forno de cozer telha” (1625); “olaria com seu forno de cozer telha” (1632), “olaria com casa e forno” (1654) (ACAYABA, 2000e, p. 18). No caso específico do Tatuapé, a referência à produção desses artefatos na propriedade se dá expressamente apenas no século XIX (o mesmo ocorre em Morrinhos). Embora essas casas sede figurem nos inventários como sendo cobertas de telhas, não fica afastada a hipótese de contarmos com o consórcio de coberturas feitas a partir de fibras nos puxados e equipamentos à sua órbita.

No sentido de explorar com maior propriedade esse componente construtivo, foram enviadas amostras de telhas para testes de datação desenvolvidos no âmbito do projeto “Arqueomagnetismo no Brasil”, coordenado por Ricardo Trindade, geofísico do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da USP (IAG/USP). Esse método é baseado na evolução do campo magnético terrestre nos últimos 4.000 anos para datação de artefatos arqueológicos³⁴.

³⁴ Minha inserção neste projeto se deu por meio da Prof.^a Marisa Coutinho Afonso, que representa o MAE/USP. Do lado francês, este projeto é coordenado por Yves Gallet do Institut de Physique du Globe de Paris (IPGP), envolvendo ainda equipes do IAG/USP e do Centre de Recherche et Restauration des Musées de France.

Prancha 53

Ademais, grande parte dos artefatos integrantes do acervo do Tatuapé, que se relacionam a essa esfera, nos remete a ocupações da casa em períodos mais recentes, sobretudo, os tijolos, que apresentam 17 tipos catalogados³⁵.

Armamentos e munição

O Inventário de 1715 de Ighes Pedrosa de Barros (GAGLIARDI, 1983) apresenta quatro espingardas e uma pistola, sendo uma das espingardas assim descrita “Hua espingarda oita (va) de quatro palmos e meyo apetrechada de prata que foy vista e avalliada em dezasseis mil reis”. Constam no acervo esferas de chumbo.

Com referência aos armamentos, também se conta com uma pederneira semicircular em sílex, assim como um polvarinho em chifre, destinado ao armazenamento e transporte de pólvora. Ambas as peças não foram encontradas durante os estudos do acervo, dispondo-se apenas de descrições e imagens fotográficas que constam nas Pranchas 54 e 55. Os dados de campo advindos da época das escavações apontam que a pederneira possuía evidências de lascamento em toda a superfície e marcas de uso nas bordas, estando provavelmente associada ao período em exame. Essa pederneira tem forma semelhante ao tipo “holandês”, característico dos Países Baixos e Dinamarca, apresentando forma final cuneiforme com retoques unifaciais e bifaciais (MAXIMINO, 1985, p. 57).

No inventário supracitado, diretamente relacionado à casa do Tatuapé, não há referências a espingardas de pederneira, mas elas são freqüentes nos inventários e testamentos do período, como no de Johanna Nunes, datado de 1625:

³⁵ Foi organizado e identificado um total de 45 tijolos, classificados em 17 tipos, sendo que cada tipo corresponde a uma marca específica – cada tipo foi fotografado, tendo sido medidas todas as dimensões (largura, comprimento e espessura). Não obstante, a disseminação do uso de tijolos está associada ao surgimento de um novo partido arquitetônico a partir da segunda metade do século XIX, no qual o tijolo é colocado como condicionante na definição da arquitetura do café em São Paulo (para maiores informações, consultar D’Alambert (1993)). Ou seja, a análise pormenorizada dos tijolos foge ao escopo do presente trabalho.

"Espingarda de fecho de pederneira, de 6 palmos. Espingarda de 4 palmos com seus fechos de pederneira" (ACAYABA, 2000e, p. 43). Em outra descrição, datada de 1637, temos a associação da espingarda com o polvarinho, este último utilizado como frasco para carregar pólvora: "Espingarda de pederneira com seus aviamentos de fôrmas, que são 2 bolsas, povarinho e borra" (ACAYABA, 2000e, p. 43). Foi encontrado um polvarinho em chifre no Cômodo 8 da casa do Tatuapé. Armas brancas, que faziam parte quase obrigatória da indumentária dos homens (BRUNO, E., 1977, p. 45), também estão citadas no Inventário de 1715, no caso "hua espada solta que foy avallida e vista em quatro mil reis" (GAGLIARDI, 1983, p. 35), embora, do mesmo modo, tais peças raramente figurem nos depósitos arqueológicos.

Uso e higiene pessoal

O conjunto de peças associadas à esfera dos cuidados pessoais e higiene é significativo, embora muitas delas não possam ser cronologicamente vinculados ao recorte temporal do presente estudo, tendo sido coletados, na maioria das vezes, em camadas mais superficiais do assentamento ou em locais submetidos à zooturbação (buracos feitos por ratos, por exemplo).

Em seu inventário, D.^a Ighes deixa anéis, brincos, botões e cordões de ouro, assim como botões de prata, contando-se no acervo apenas com algumas contas em madeira associadas a um pingente em bronze, possivelmente componentes de um rosário (Prancha 56).

No inventário supracitado, há um número considerável de alfaias e imagens sacras, além de literatura devotada à religião, com livros de São Tomas de Aquino e escritos do Padre Vieira, por exemplo. Autores clássicos como Virgílio e Cícero também povoam os momentos de lazer dos moradores de Tatuapé, fato que merece destaque, pois são raríssimas as referências a esses autores no período (BRUNO, E., 1977).

Ainda com relação ao mundo das Letras, tem-se apenas um tinteiro em vidro relacionado a contextos de ocupação mais recentes. Para os séculos em estudo, tem-se nos inventários apenas um tinteiro (“de chumbo”), pertencente a Antônio da Silveira (1613) (ACAYABA, 2000d, p. 96).

No tocante ao vestuário, a sobriedade, singeleza e recato da gente de Piratininga é bastante recorrente nos registros de época, sendo-lhe atribuído um certo anacronismo, de forma até mesmo pejorativa. Segundo Frei Vicente de Salvador, os homens e mulheres vestiam-se de pano de algodão tinto e se havia alguma capa de baeta e manto de sarja se emprestava aos noivos e noivas para irem à porta da igreja. Em outros relatos, para os primeiros cinquenta anos de contato, as vestimentas recorrentes são os “buréis”, “baetas”, “gibões”, “pelotes”, figurando ainda roupetas, ceroulas e calções de algodão. À época do IV Centenário, estes elementos foram incorporados a uma iconografia criada para o heróico bandeirante. Os inventários, por outro lado, indicam cuidados com a indumentária, sendo bastante modificada essa situação para fins do século XVII. Nestes figuram tecidos de linho vindos da Holanda e França, tafetás e bombazinas vindas da Itália, tiruelas vindas da Espanha, tafetás da Índia e da China, cetins flamengos e assim por diante, informações que oferecem um contraponto interessante à idéia da São Paulo rural, rústica e isolada, desvinculada do processo mercantil.

Do vestuário foram recuperados alguns raros exemplares de botões em madrepérola e osso. Dentre as duas fivelas em metal constantes do acervo, uma está provavelmente relacionada aos contextos de análise, uma vez que foi coletada nos níveis inferiores do Cômodo 5 (Prancha 57). Vale ressaltar a ocorrência de uma agulha fabricada a partir de um osso longo (Prancha 56).

No tocante à higiene e saúde corporais, são poucas as menções na documentação textual do período, sendo não menos escassas nos registros arqueológicos.

Prancha 54

Prancha 55

Prancha 56

Prancha 57

No campo dos objetos de uso pessoal, temos no registro arqueológico um total de dois cachimbos angulares, moldados. Embora fragmentados, ambos apresentam decoração incisa e excisa bastante similares, indicando provavelmente um estilo específico de manufatura, sem que se possa afiliar seu uso aos proprietários ou agregados – escravos ou pessoas administradas da casa grande (Prancha 58).

Lazer e entretenimento

Foram colhidas no Tatuapé sete pequenas esferas em argila que certamente nos remetem a um jogo infantil, conhecido por gude, *bolita*, *búraca*, *búrica*, *firo*, comum em todo o Brasil e resto do mundo, cuja origem remonta à Antiguidade (Prancha 58). Do mesmo modo, elas aparecem tanto nos escritos de Shakespeare quanto nas pinturas de Brueghel, dada a sua popularidade. No início elas podiam ser feitas de pedra, madeira, argila ou autêntico mármore. Só no começo do século XV elas começaram a ser feitas de vidro em Veneza e na Boêmia. No século XVII apareceram bolas de gude de porcelana e louça, sucedidas pelas de aço, capazes de causar estragos às demais nas disputas infantis.

O estudo minucioso desses artefatos tem colaborado para a reintrodução da criança no discurso histórico por meio da arqueologia, via de regra ausente nas demais fontes e registros. É um campo da arqueologia de gênero que cresceu significativamente nas duas últimas décadas (ver, por exemplo, o trabalho realizado por Politis (1999)).

Mobiliário

O mobiliário da Casa Bandeirista, sobretudo aquele descrito nos inventários e testamentos, raramente aparece no registro arqueológico. No entanto, para a casa do Tatuapé contava-se ainda com um grande escabelo que jazia no alpendre do qual desconhecemos o destino, além de cabides afixados ao

madeirame. Do material mais nobre descrito no inventário da casa temos bofetes, que seriam mesas em geral (BRUNO, E., 1977). Foram deixados sete deles por Ighes de Castro, dos quais cinco seriam “da terra”, ou seja, remetem ao trabalho de carpintaria de Piratininga, sendo este um dos ofícios presentes no cenário setecentista, aspecto da sociedade mameluca a ser aprofundado adiante (Prancha 59).

Vale destacar que enquanto os bofetes forâneos custavam de 32 a 40\$000, os “da terra” aparecem com valores de 2 a 3\$000, ou seja, dez vezes menos, tendo sido possivelmente bastante disseminados, como as caixas, caixões e baús que caracterizavam o mobiliário (conforme consultado na transcrição do dito inventário, levada a cabo por Gagliardi (1983)).

Também são descritos diversos objetos para repouso: um banco, um escabelo (que seria um banco comprido e raso, segundo Bruno (1977)), quinze tamboretas e uma cadeira. Temos ainda seis catres – “leito de pés baixos; tem de lona a parte onde se lança o corpo; os pés dobram-se e apertam-se com silhas, quando se arma; camilha” (MORAIS *apud* BRUNO, E., 1977). Essas camas toscas, quando somadas aos outros dois leitos citados, revelam um total de oito camas no Tatuapé.

Os cortinados, colchas, panos e toalhas aparecem com valores vultosos. A título de comparação, transcrevemos alguns exemplos: “Dous Lanços de bertanha arredondados com renda larga e fronhas de travesseiros e almofadas” (40\$000); “Hua Colcha bordada de retrozes de varias Cores forrada de seda” (70\$000) e “Hua Colcha nova de damasco carmezy (...)” (70\$000).

Vale ressaltar que o mobiliário para o qual se conta com descrição se situou no interior da habitação do início do século XVIII, num momento de consolidação do espaço mercantil no planalto, em que se observa a progressiva substituição de equipamentos portáteis e de uso múltiplo por utensílios cada vez mais especializados.

Prancha 58

Prancha 59

O acervo da casa do Tatuapé, juntamente com as informações advindas da fonte documental sobre essa casa, revela, sobretudo, a dinâmica do espaço interior do edifício, assim como os hábitos de seus proprietários ao longo do tempo. À medida que desloquei a análise para o sítio Morrinhos, e mais adiante para o sítio do Capão, também me voltei paulatinamente ao exterior desse edifício, aos objetos e espaços pertencentes a uma gama variada de personagens.

ACERVO DO SÍTIO MORRINHOS

Para as análises do acervo do sítio Morrinhos também foi necessário retomar informações manuscritas e dados presentes no *Inventário Original de Peças*, resultante das investigações promovidas por Andreatta no início da década de 1980. De 2.912 peças descritas na referida fonte, foram localizadas e reorganizadas 2.240 peças (76,9%), distribuídas em diversas categorias, tendo as cerâmicas de produção local/regional e de natureza estrutural destaque em termos numéricos (Prancha 60). A tabela a seguir apresenta os dados referentes às peças localizadas e organizadas, comparados aos dados oriundos dos inventários:

Tabela 10 – Acervo do sítio Morrinhos.

Categorias	Número de peças registradas no inventário	Número de peças localizadas e organizadas	Número de peças ausentes
Cerâmicas	749	576	173
Louças	482	362	120
Louças vidradas	38	31	7
Material osteodontomalacológico	158	154	4
Vidros	266	232	34
Metais	180	82	98
Couro	1	1	0
Madeira	0	0	0
Marfim/chifre	0	0	0
Materiais construtivos diversos	897	781	116

Líticos	120	0	120
Carvão vegetal	0	0	0
Sedimentos	0	0	0
Sementes	9	9	0
Outros	12	12	0
Totais	2912	2240	672

Do total do material exumado, tenho como *Número Máximo de Peças* associadas ao cotidiano mameluco cerca de 600 objetos, permitindo, portanto, avançar em algumas questões em torno da sociedade colonial paulista, notadamente no que se refere à atividade oleira, voltada a atender demandas relacionadas ao armazenamento, preparação e consumo de víveres.

Esfera alimentar: preparo, estocagem e consumo de alimentos

A cerâmica de produção local/regional está presente de maneira significativa no acervo global (cerca de 27%), sendo que 92% desses fragmentos cerâmicos foram coletados na área de refugio, lançados na parte externa do fundo da edificação. Este fato indica, como em outros sítios análogos, a importância e significação desta cerâmica enquanto bem de consumo necessário, atendendo amplamente à manutenção da sede rural, cujas análises são aprofundadas mais adiante (Prancha 61).

O material osteodontomalacológico – ossos, dentes e conchas – possibilita algumas inferências. Verifica-se que os ossos de mamíferos são os mais freqüentes, provavelmente associados a eqüinos e bovinos. Todos os dentes presentes no acervo (cinco exemplares) estão relacionados a mamíferos de médio e grande porte. Diferentemente do observado na casa do Tatuapé, existem no sítio Morrinhos vestígios de peixes como se observa na Tabela 11:

Tabela 11 – Material osteodontomalocológico coletado no sítio Morrinhos.

Categorias	Quantidade	Porcentagem (%)
Roedor	6	3,90
Ave	12	7,79
Molusco	16	10,39
Não identificado	18	11,69
Mamífero	102	66,23
Total	154	100

As louças vidradas formam um conjunto de 31 peças localizadas na parte posterior e externa à casa. Algumas questões devem ser colocadas com relação a essa louça, como por exemplo a necessidade do incremento do mapeamento dos centros de produção dessa louça no Brasil a partir do século XVIII.

Ademais, deve-se levar em conta que essa categoria de material integra um tipo diferente da cerâmica de produção local/regional (um correlato da “tradição mestiça”), podendo ser comparada à louça crioula, descrita por Therrien para o contexto colonial da Nova Granada (THERRIEN *et alli*, 2002). Enquanto a tradição mestiça se refere precisamente a uma louça em que se vislumbram características do encontro, embate, surgimento e conformação de diferentes identidades sociais, a louça crioula é caracterizada pela reprodução de uma louça à qual os europeus e criollos estavam habituados. No entanto, alguns fatores, como, por exemplo, a dificuldade de acesso às matérias-primas adequadas, teriam afetado algumas características dessas louças. A diferença nas cores do esmalte das peças coletadas no sítio Morrinhos (o esmalte destas peças foi encontrado nas cores amarela, verde e preta) aponta para uma diversidade de preferências no tocante à estética, assim como a um suprimento por parte de unidades diferenciadas, no âmbito regional ou forâneo. Neste conjunto pude identificar a presença de quatro bordas de pratos ou tigelas rasas, uma borda de tigela aberta e três bordas de recipientes fechados (Prancha 62).

No tocante à faiança de origem portuguesa, contamos neste sítio com três fragmentos decorados. Entretanto, apenas um deles ainda integra o acervo mantido no DPH/PMSP, sendo apresentado na Prancha 62. A peça disponível segue as mesmas características daquelas coletadas nos demais sítios

abordados – apresentando decoração azul em fundo branco, provavelmente um prato com decoração em estilo geométrico –, descrita por Brancante (1981; ZANETTINI, 1986; ALBUQUERQUE, 1991; PENDERY, 1999; BARREIRA; DORDIO; TEIXEIRA, 1998).

O acervo vítreo analisado corresponde, em sua maior parte, a utensílios relacionados à esfera alimentar (fragmentos de garrafas diversas, copos, travessas e pratos), entretanto, do mesmo modo, associados a períodos mais recentes, predominando artefatos de produção automática em escala industrial (século XX).

As demais categorias de louças constantes do acervo de Morrinhos, sobretudo as faianças finas³⁶, estão associadas a ocupações mais recentes da edificação, envolvendo peças inglesas em *cream ware* (padrões *green edge*), *pearl ware* (*blue edged*, *flow blue*, *peasant stile*) e *white ware* (com motivo tridal), freqüentes no registro arqueológico, bem como a louça de pó de pedra nacional, abarcando o final do período circunscrito entre fins do século XVIII e século XX (Pranchas 63 e 64).

³⁶ Foi coletada uma malga sem decoração de procedência holandesa, com a marca “Maestrich” no debrum (ANDREATA, 1981/1984).

Prancha 60

Prancha 61

Prancha 62

Prancha 63

Prancha 64

Edificação, manutenção e cotidiano produtivo

Visto que inicialmente foi necessário retomar o acervo global do sítio para extrair dele o material relacionado ao período colonial, deu-se, por exemplo, a manipulação e sistematização dos 122 tijolos, classificados em 25 tipos ou marcas de oleiro. As telhas constantes do acervo, por sua vez, não podem ser mecanicamente associadas ao contexto em estudo, pois foram coletadas tanto em camadas superficiais como em camadas mais profundas. Quanto ao material em metal, uma peça deve ser ressaltada, dada sua valoração econômica de acordo com os inventários e testamentos consultados. Trata-se de uma lâmina de ferro batido, quiçá associada ao universo dos armamentos (Prancha 65).

Uso e higiene pessoal

Passando aos objetos de uso pessoal, encontrei apenas quatro botões em madrepérola e um botão em osso, todos possivelmente associados ao contexto em estudo.

Foi registrada apenas uma peça de vidro de produção manual (sopradas em forma). Trata-se de um gargalo de frasco incolor translúcido, que pode estar associado a ocupações mais antigas da casa-sede. A peça insere-se na esfera do cotidiano relacionado à saúde, higiene e cuidados corporais. Vale destacar também a coleta, no Cômmodo 6, de um dedal em cobre, possivelmente associado ao recorte cronológico adotado (Prancha 66).

Foram identificadas duas peças de produção forânea de difícil datação, uma forma inacabada de um recipiente não finalizado e uma base de castiçal em cristal de qualidade – conforme apresentado na Prancha 66 –, ambas possivelmente utilizadas como adornos domésticos. A base de castiçal possivelmente nos remete a uma ocupação beneditina que se deu no início do século XX (Prancha 66).

Prancha 65

Prancha 66

Ainda com relação aos artefatos de uso pessoal, vale destacar a presença de cachimbos fragmentados. Alguns autores sugerem que essas peças seriam símbolos da identidade étnica africana, configurando assim uma estratégia de resistência (LIMA, 1993). No entanto, os trabalhos desenvolvidos até o momento dizem respeito, sobretudo, a contextos do século XVIII, onde a presença africana foi bastante marcante (LIMA, 1993; AGOSTINI, 1998, GUIMARÃES, 1990). Como não se pode contar com estudos comparativos entre os cachimbos associados a São Paulo colonial, essa abordagem se vê prejudicada.

Por outro lado, as características técnicas visualizadas nos fragmentos estudados remetem a algumas reflexões. Foi verificado o uso de moldes em todos os cachimbos, tanto na casa do Tatuapé como no sítio Morrinhos ora apresentado. Arnold indica que a técnica moldada facilita a fabricação dessas peças, possibilitando sua produção por indivíduos não especializados (ARNOLD, 1985, p. 181). Por outro lado, a utilização de moldes está associada a contextos onde a produção já estava voltada ao mercado, permitindo maior padronização dos produtos, ou seja, a confecção em moldes facilita a reprodução. Assim, considero a possibilidade da produção de cachimbos estar inserida numa economia informal, não subtraindo a existência paralela de produção doméstica. Segundo Agostini (1998) a participação dos escravos num comércio interno vem sendo identificada principalmente por estudos de comunidades quilombolas. Assim, tanto escravos quanto “homens livres na ordem escravocrata” – pois, como veremos adiante, a Olaria também apresentou cachimbos –, podem ter produzido essas peças.

Brancante chamou a atenção para centros de produção de cachimbos cerâmicos no Brasil, entre eles um em Minas Gerais e outro em São Sebastião, no litoral norte de São Paulo (1981, p. 433). Carlos M. Guimarães fez referência a um lugarejo, próximo a Diamantina (MG), que se denomina Cachimbo, exatamente por um possível foco de produção (*apud* AGOSTINI, 1998, p. 14). Nesse sentido, Agostini afirma que:

resta saber se tais “centros de produção”, como assim definiu Brancante, tinham escravos como artesãos, qual a sua possibilidade de produção material de símbolos étnicos nestes contextos, e ainda, a dimensão comercial que podem ter alcançado. Para desenvolver este ponto sugerimos que sejam inferidas as relações entre o artesão e aqueles que fazem uso dos cachimbos, observando como a dinâmica de símbolos se dá nesta circunstância (1998, p. 14).

Para o sítio Morrinhos, temos duas peças de morfologia semelhante, uma sem decoração e outra com motivos decorativos simples (incisões sobre filete aplicado). Em apenas uma peça temos uma decoração de inspiração barroca, conforme classificação proposta por Brancante, enquanto que os dois cachimbos da casa do Tatuapé têm decoração similar. Embora ainda não tenha identificado ‘micro-estilos’, menos ainda ‘tradições estilísticas’ (AGOSTINI, 1998, p. 11), pude vislumbrar diferenças regionais, associadas tanto a contextos produtivos diferenciados quanto às escolhas que envolvem a aquisição e uso da cultura material (Prancha 67).

Prancha 67

ACERVO DO SÍTIO DO CAPÃO

Adentrando o acervo do sítio do Capão, pesquisa desenvolvida sob minha responsabilidade, o acervo exumado totaliza 10.087 fragmentos (cifra obtida após as análises laboratoriais e triagem e remontagem de recipientes). Destes, 3.410 fragmentos são provenientes das coletas sistemáticas de material observado em superfície envolvendo um amplo espectro cronológico que vai desde o século XVII até o presente; os restantes 6.677 fragmentos são provenientes de escavações (sondagens e trincheiras abertas, sobretudo, no quintal).

Conforme já mencionado, a prospecção empreendida no Capão teve como meta o estabelecimento de um microzoneamento do terreno e de seus recursos arqueológicos, envolvendo o mínimo de coletas. Os esforços estiveram voltados, do mesmo modo, ao estudo de padrões de descarte de lixo na propriedade ao longo do tempo, sendo identificados refugos para cada um dos momentos ocupacionais, definidos a partir de estudos arquitetônicos, históricos e arqueológicos.

Desse modo, foram confeccionadas planilhas para cada nível observado, contendo a proveniência das peças e sua distribuição espacial, concentração, de acordo com os subsistemas pré-definidos em relação às diversas esferas do cotidiano³⁷.

Reiteramos que a opção metodológica envolvendo a reunião de artefatos de acordo com algumas esferas da vida cotidiana objetivou a melhor compreensão de atividades desempenhadas intramuros, no conjunto do sítio do Capão, ao longo do tempo, permitindo diversos aportes de caráter diacrônico e sincrônico. A partir desse princípio e da análise do acervo global coletado, passou-se então ao exame detalhado das peças diretamente relacionadas ao cotidiano da casa-sede.

³⁷ Para descrição pormenorizada, ver CD em anexo.

As investigações não invasivas promovidas em toda a superfície do terreno por meio de métodos geofísicos conduziram à identificação de uma lixeira lacrada, adequada a uma escavação controlada, possibilitando o acesso a uma quantidade significativa de artefatos relacionados ao período em estudo. Desse modo, o *Número Máximo de Peças* relacionadas ao cotidiano mameluco perfaz 18% do acervo coletado (1.899 peças) (Prancha 68).

Passo a seguir à descrição do acervo escavado, detendo-me nos objetos relacionados ao período em estudo.

Esfera alimentar

Com relação ao material associado ao universo alimentar, relacionado à ocupação inicial do sítio, enquanto sede rural no decorrer dos séculos XVII e XVIII, as peças coletadas na lixeira constituíram, de fato, a parte mais significativa do acervo, como exposto na Prancha 68. Ademais, os 902 fragmentos de cerâmica de produção local/regional analisados perfazem 47% do total das peças relacionadas ao cotidiano na casa-sede erguida no período colonial (a Prancha 69 mostra alguns dos vasilhames reconstituídos, todos retomados na análise da cerâmica de produção local/regional). Vale ressaltar que o bolsão de refugo se localiza na porção posterior da casa-sede, estando parte dele situada abaixo do galpão de tijolos construído a *posteriori* (possivelmente em meados/final do século XIX), indicando ainda a provável posição da cozinha externa original, uma das características das casas paulistas de então (LEMOS, 1976).

O conjunto de louças vidradas coletadas no sítio do Capão é composto de 19 peças (NMR = 10 peças). A seguir apresento a descrição dessas peças (Prancha 70):

Tabela 12 – Conjunto de Louças Vidradas coletadas no sítio do Capão.

Peça	Proveniência	Esp (mm)	Descrição
6.731	Quadra B20 Superfície	8	Vidrado desgastado em ambas as superfícies
1.789/1.798	Sondagem M15 Nível 6	6	Vidrado em ambas as superfícies
1.932	Sondagem M15 Nível 8	4	Vidrado apenas na superfície externa
5.533	Trincheira 3 Quadra K 15 Nível 1-2	8	Peças fazem parte de um mesmo recipiente, o vidrado apresenta-se esverdeado em ambas as superfícies.
929	Trincheira 1 Quadra D18C Nível 2	9	Vidrado apenas na superfície interna
495	Trincheira 1 Quadra G18C Nível 1	3	Vidrado apenas na superfície interna
2.219	Sondagem M17 Nível 07	6	Vidrado apenas na superfície interna
504	Sondagem D15 Nível 02	5	Vidrado desgastado em ambas as superfícies
505	Sondagem D15 Nível 02	5	Vidrado em ambas as superfícies
4.608	Trincheira 1 – Lixeira Quadra M18 B+C Nível 12	5	Vidrado em ambas as superfícies
3.257	Trincheira 1 – Lixeira Quadra M18 D Nível 10	5	Vidrado em ambas as superfícies

Vale destacar que, se comparadas ao material do sítio Morrinhos, essas louças vidradas apresentaram maior homogeneidade formal, o que possivelmente se associa ao fato do sítio do Capão ser de uma ocupação mais recuada, onde haveria menor diversidade de itens forâneos, assim como uma probabilidade menor de produção regional dessa categoria de louça.

No caso do sítio do Capão contamos com 11 fragmentos de faiança (NMR = 9 peças). Os artefatos relacionados a essa categoria de louça constam na tabela a seguir, sendo apresentadas suas descrições pormenorizadas (ver também Pranchas 71 e 72).

Tabela 13 – Faianças coletadas no sítio do Capão.

Peça	Proveniência	Esp. (mm)	Descrição
4.067	Sondagem A'28 Nível 9	6	Fragmento com pintura à mão em azul na face interna
6.765	Quadra K28 Superfície	3	Fragmento com pintura à mão em azul na face interna
3.368	Trincheira 3 Nível 1-7	7	Base (8 cm de diâmetro) lisa branca
3.140	Trincheira 1 Quadra M18 Nível 12	6	Fragmento liso branco
4.917	Trincheira 1 Quadra M18 B+C Nível 11	3	Fragmento com esmalte totalmente descolado da superfície
4.918/ 4.919	Trincheira 1 Quadra M18 B+C Nível 11	3	Fragmento com pintura à mão azul, motivos florais, na face interna
2.030	Trincheira 1 Quadra M17 Nível 10	6	Fragmento com decoração, listel vinoso em faixa simples na face externa
3.293/ 3.294	Trincheira 1 Quadra M18 Nível 10	7	Fragmento com decoração, listel vinoso em faixa dupla na face externa
2.396	Sondagem L18D Nível 6	3	Fragmento com pintura em azul na face externa
3.878	Sondagem K18 Nível 4	5	Borda com 14 cm de diâmetro, decorada em padrão listel, faixa dupla azul
3.312	Trincheira 1 Quadra M18 Nível 13	5	Borda com 16 cm de diâmetro, decorada em padrão listel em faixa simples azul na face interna. Na face externa pintura em azul

O total de faianças presentes no acervo coletado, correspondendo a cerca de 0,3% dos objetos, relacionando-se ao complexo alimentar (Cf. ZANETTINI, 1986). Constam ainda da coleção relacionada ao período colonial quatro fragmentos associados à porcelana chinesa do tipo *Swatow*, com decoração azul sobre branca, que podem ser visualizados na Prancha 73.

É importante salientar que o total de peças em porcelana analisadas nas coleções não se restringe apenas à louça chinesa dos séculos XVII a XIX, mas também a artefatos de produção nacional recente, ou mesmo peças sanitárias e componentes de instalações elétricas (isoladores, por exemplo). As porcelanas e faianças finas, com características que denotam usos em tempos mais recentes, foram descritas apenas no catálogo digital de peças, uma vez que fogem ao escopo de nosso objeto de estudo, sendo apresentadas de maneira sintética na Prancha 74. Do mesmo modo, os fragmentos vítreos analisados também estão, em sua maior parte, relacionados aos séculos XIX e XX, conforme mostra a Prancha 75.

Prancha 68

Prancha 69

Prancha 70

Prancha 71

Prancha 72

Prancha 73

Prancha 74

Prancha 75

Edificação, manutenção e cotidiano produtivo

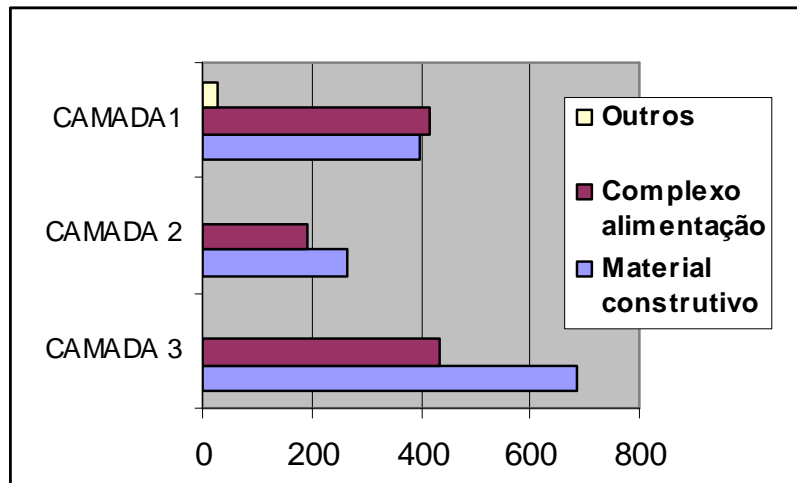
Quanto ao material construtivo, as lajotas cerâmicas de secção quadrada, os cravos e as telhas (tipo goiva ou capa e canal) são os itens que podem ser relacionados aos períodos iniciais de ocupação do sítio, tornando-se então alvo de análise pormenorizada durante os trabalhos (Prancha 76). Vale ressaltar que na região de descarte de lixo doméstico, mais precisamente na área central dessa zona do quintal (Quadra M18), essas telhas representam 65% do material coletado, estando concentradas principalmente na camada 3, podendo sugerir a existência pretérita de uma edificação com cobertura em telhas goivas e/ou uma substituição/modificação da unidade habitacional já nos períodos iniciais de ocupação do sítio (ver Gráfico 59 adiante).

Ao relacionar os objetos da esfera alimentar com aqueles associados às edificações, manutenção e cotidiano produtivo, na área da lixeira, isolei os componentes da segunda esfera citada como possivelmente correlacionáveis ao cotidiano mameluco.

Tabela 14 – Material coletado na lixeira no sítio do Capão.

Lixeira Material arqueológico	Material construtivo	Complexo alimentar	Manutenção
Camada 1 (até 40 cm)	398	416	27
Camada 2 (até 1 metro aprox.)	265	194	0
Camada 3 (entre 1 e 2 metros aprox.)	684	436	1
Totais	1.347	1.046	28

Gráfico 59 – Material coletado na área da lixeira.



Desse modo, proponho que os fragmentos de material construtivo localizados nas camadas 2 e 3 estão associados ao meu objeto de estudo, não obstante esses fragmentos – a maioria de telhas, bastante fragmentadas –, impedirem maiores considerações. Nesse sentido, divisei o incremento do estudo da cerâmica estrutural por meio de análises arqueométricas que possibilitariam a identificação de fontes de matéria-prima e possível identificação dos centros de produção desse tipo de material.

Os materiais relacionados ao cotidiano produtivo do sítio estão restritos, para o recorte temporal de nosso interesse, a duas ferraduras em ferro (coletadas nas camadas inferiores da lixeira) e a um fuso cerâmico (Prancha 77).

Cabe um comentário, no que se refere às indicações presentes nos inventários e testamentos, acerca do modo pelo qual os paulistas faziam seus algodoais renderem fios, redes e panos. O fuso aparece em dois documentos, o descaroçador também em dois e, os teares propriamente ditos, aparecem em 40 dos inventários pesquisados por Bruno (1977, p. 11).

Prancha 76

Prancha 77

Uso e higiene pessoal

No tocante a itens relacionados ao uso pessoal, como vestimentas, o acervo do Capão possui apenas botões, notadamente exemplares em osso e concha, identificados em camadas mais profundas ou trechos de pisos submetidos a evidenciação no interior da habitação (Prancha 78).

Lazer

Peças de jogo em argila (chapas ou esferas) nos remetem a atividades voltadas ao lazer na sede bandeirista, estando distribuídas em diferentes cômodos da casa (alpendre e Cômodos 1 e 3), podendo estar relacionadas tanto ao universo infantil como adulto. Nas missões espanholas são freqüentes as peças usadas no “Tejo”, uma variante do jogo de damas, e as “bolinhas de gude” em argila e lítico (arenito). As peças de tabuleiros, geralmente associadas ao lazer masculino, podem, entretanto, nos remeter como diz o nome, na verdade, ao universo feminino (Prancha 79).

Prancha 78

Prancha 79

A LOUÇA DE PRODUÇÃO LOCAL/REGIONAL

Conforme observado, os fragmentos de louças de barro figuram entre os mais recorrentes vestígios encontrados em sítios históricos. As casas bandeiristas não fogem a essa regra, estando a cerâmica espalhada ou enterrada nos quintais, nos interstícios da taipa ou esquecida sob os pisos de terra batida dos casarões centenários. Isso sem falarmos nos tijolos, lajotas, ladrilhos e outros tantos componentes de uma edificação.

As análises que se seguem estão focadas no estudo da louçaria utilitária de barro produzida em Piratininga no decorrer do período colonial, buscando por meio desta estabelecer diálogo com algumas personagens praticamente esquecidas pela História e, obviamente, eclipsadas quase por completo das demais fontes documentais e das grandes narrativas, bem como da literatura analítica. Tomarei como exemplo os artífices e artesãos, escravos ou livres, voltados à produção dessa cerâmica. Nesse sentido, nada melhor que explorar esses produtos da terra para conhecer essas personagens mais de perto e lançar algumas luzes sobre o complexo processo de formação da sociedade mameluca.

Produção e distribuição da cerâmica: rearranjos

Durante um longo período de tempo no Brasil, a análise cerâmica esteve restrita a abordagens descritivas e à criação de tipologias de artefatos, visando ao estabelecimento de sua origem, difusão e cronologia, aglutinando-os em amplas tradições e fases (BARRETO, 1999/2000; GOMES, 2004).

Apesar da importância desses estudos, inúmeras abordagens têm sido tentadas mais recentemente, dentro das mais diversas orientações metodológicas e teóricas, buscando compreender o modo de vida das sociedades ceramistas e propor questionamentos a respeito de sistemas socioculturais para além de sua cronologia. Para o Brasil, no caso de contextos arqueológicos pré-coloniais, podem ser lembrados os trabalhos de La Salvia e Brochado (1989), Wüst (1990),

Robrahn-González (1996), Migliaccio (2000) e Gomes (2005) como alguns exemplos importantes.

Não obstante, os estudos devotados à cerâmica produzida em solo brasileiro após o contato do mundo indígena com o europeu, nos períodos colonial e pós-colonial, apresentam um volume menor de trabalhos, se comparados aos estudos dedicados ao material de origem estrangeira que aqui desembarcou após 1500, sejam as porcelanas do Oriente e Europa, as faianças lusitanas, a majólica espanhola, as faianças finas inglesas e assim por diante (ZANETTINI, 1986; SIMANSKY, 1998; CARVALHO, 1999; TOCCHETTO et alii, 2001).

Assim, no caso da louçaria de barro produzida Brasil afora – a terracota, como dizem os ceramógrafos –, conta-se com uma literatura analítica menos expressiva, podendo ser arroladas, por exemplo, a obra pioneira de Herta Scheuer (1982), o estudo das cerâmicas exumadas no Registro de Viamão (JACOBUS, 1996a, 1996b), as análises empreendidas por Marcos André Torres a respeito da cerâmica advinda de arraiais de mineração em Goiás (SOUZA, M., 2000); e trabalhos devotados a contextos e regiões próximas a nossa área de estudo, no caso a pesquisa sobre a louça produzida em Jundiá (MORALES, 1999), a análises de sítios do Vale do Paraíba paulista (CALDARELLI, 2003) e o material resgatado na região de Mogi das Cruzes (TOMIYAMA, 2002).

Até então, essa louça vinha sendo enquadrada na chamada Tradição Neobrasileira, definição cunhada no final da década de 1960, no âmbito do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) dentro de uma perspectiva histórico-cultural. A dita cerâmica neobrasileira foi caracterizada por “decorações escovadas, corrugadas, digitadas, ponteadas e incisadas, além da ocorrência de asas, bases planas ou em pedestal” (BROCHADO et alii, 1969, p. 23).

Chmyz expandiu essa caracterização, definindo a cerâmica neobrasileira como

uma tradição cultural caracterizada pela cerâmica confeccionada por grupos familiares, neobrasileiros ou caboclos, para uso doméstico, com técnicas indígenas e de outras procedências, onde são diagnosticadas as decorações: corrugada, escovada, incisa, aplicada, digitada, roletada, bem como asas, bases planas em pedestal, cachimbos angulares, discos perfurados de cerâmica e pederneiras (CHMYZ, 1976b, p. 145).

Para alguns estados foram criadas algumas fases da referida tradição, como por exemplo, as fases Canguçu, Bojuru, Faxinal, Monjolo, Rio Pardo e Reduções no Rio Grande do Sul; para o Paraná, as fases Assuna e Lavrinha; para o Rio de Janeiro, foram registradas as fases Parati e Calundu; e para o Espírito Santo, a fase Moeda (SIMÕES, 1972).

A referida tradição contou com definições locais mais aprimoradas nos trabalhos desenvolvidos Igor Chmyz (1976b) e Ondemar Dias (1988).

A despeito da existência de descrições mais detalhadas, nos quatro estados supracitados, para a maioria do território o termo cerâmica neobrasileira vem sendo empregado como categoria classificatória e analítica entendida como plenamente satisfatória, homogeneizando, standardizando e reduzindo os mais diversos contextos e resultados alcançados nos últimos 500 anos de produção oleira Brasil afora.

O termo neobrasileiro foi tomado de descrições etnográficas nas quais os habitantes não-índios são referidos como “Neo-Brazilians” – em Curt Nimuendaju esse termo predomina, por exemplo (apud SILVA, 1996). Galvão informa que a justificativa para o uso dessa denominação (neo-brasileiro, com hífen) é o argumento de que os índios seriam os verdadeiros brasileiros (Ibidem). No entanto, o emprego da expressão neo-brasileiro para designar o habitante rural não-índio se constitui numa inversão etnocêntrica:

é como se colocasse aquelas populações rurais “brancas” em uma categorização de estrangeiro em seu próprio país e o índio não mais nessa categoria étnica (índio), ao considerá-lo o “verdadeiro brasileiro” (SILVA, 1996, p. 94).

Assim, a referida tradição – designada sem o hífen do termo original – significaria etimologicamente que essa cerâmica foi feita pelos habitantes não-índios, ou seja, uma denominação no mínimo “anacrônica” em relação ao termo “brasileiro”, como pontua Jacobus (1996, p. 32).

No presente estudo, adoto, do ponto de vista terminológico, a designação “cerâmica de produção local/regional” para essa categoria de material, visto ainda não contarmos com informações suficientes que permitam selecionar com clareza zonas de produção, redes de distribuição, troca e/ou comercialização, notadamente no contexto do planalto paulista. Assim, julgo inadequado tratar a louça vicentina como um produto do “País dos Paulistas”, que abrangeu no período em exame os territórios mineiro, goiano e mato-grossense.

A metodologia de análise desenvolvida para o presente estudo foi baseada em estudos desenvolvidos no país (MEGGERS; EVANS, 1970; CHMYZ, 1976b; LA SALVIA; BROCHADO, 1989) e na literatura internacional sobre o tema (SHEPARD, 1956; RYE, 1981; RICE, 1987; SINOPOLI, 1990; SKIBO, 1992).

No exercício metodológico inicialmente desenvolvido foram estabelecidos 25 atributos tecnológicos, estilísticos e morfológicos. Os atributos analisados tiveram como objetivo principal ressaltar as especificidades da cultura material em questão, evitando-se classificações generalizantes, mesmo que esse esforço demandasse um tempo muito maior de análise. Assim, partimos do estágio final – o caco – para o inicial – a aquisição da matéria-prima –, passando pelo consumo, circulação, produção e re-usos (MENESES, 1985).

As variáveis utilizadas na análise dos atributos definidos são, em alguns casos, qualitativas, ou seja, medidas em escalas nominais (classe, técnica de manufatura, antiplástico, queima, tratamento de superfície interno e externo, alterações tafonômicas, técnicas decorativas, modos de decoração, engobo, tipo de decoração, forma da borda, forma do lábio, forma da base, forma do vasilhame); em outros casos, as variáveis são quantitativas, ou seja, medidas em

escalas numéricas (espessura da peça, espessura do antiplástico, diâmetro da boca, diâmetro da base, ângulo da base, porcentagem existente da borda, porcentagem existente da base, ângulo do ombro, altura do vasilhame, volume do vasilhame). Os atributos são detalhados no Anexo 2.

Quanto à análise dos atributos decorativos procurei, sobretudo, o refinamento na observação e descrição das associações decorativas, tão freqüentes na cerâmica evidenciada, em que muitas vezes se observa em uma única peça a aplicação de mais de um tipo de decoração. Nesse sentido, foi adaptada a proposta de La Salvia e Brochado para a cerâmica guarani, em que as decorações são classificadas em simples, sobreposta, dupla, em dupla face e mista (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 41). Também procurei refinar o processo de reconstituição formal de artefatos, indicando sempre a porcentagem da peça analisada, tornando explícito, assim, o grau de confiabilidade da expressão gráfica apresentada (RICE, 1987). Do mesmo modo, foram consorciados métodos manuais, com o emprego de ferramentas como o programa *AutoCad*, o que acelerou sobremaneira as reconstituições e cálculos de volume de recipientes. A partir desses modelos básicos, tem-se buscado aprimorar e recriar objetos com o auxílio de programas de computador como o *3D Studio Max*, obtendo-se resultados tecnicamente confiáveis e também de apelo plástico para usos diversos em publicações, *websites* e outros suportes próprios à divulgação científica.

Como pontuei no início do capítulo, com relação à sua funcionalidade, o artefato pode ser classificado em *technomic*, *socio-technic* e *ideo-technic artifact* (BINFORD *apud* WÜST, 1990), podendo assumir uma ou mais de uma esfera funcional, de acordo com o contexto sociocultural do qual faz parte. Nesse sentido, me pautei, *a priori*, no reconhecimento da tecnofunção dos vasilhames cerâmicos, pois

the most appropriate method for exploring the functions of a technology may be first to investigate and understand the technofunctional relationships before assigning socio or ideofunctions (SKIBO, 1992, p. 34).

Ademais, como postulou Pfaffenberger, os significados não advêm dos símbolos, mas sim das atividades onde esses símbolos estão imersos (2001).

Outra perspectiva adotada no presente estudo foi a denominada Teoria do *Design* (SKIBO; SCHIFFER, 2001), onde as propriedades do artefato (*design*) são direcionadas por suas características de *performance* (mecânicas, térmicas, químicas, sensoriais e visuais). Ou seja, os vasilhames cerâmicos são ferramentas projetadas para determinada função. As relações entre escolhas tecnológicas, propriedades formais e características de *performance* são compreendidas como princípios correlatos (Ibidem).

A cerâmica de produção local/regional foi destinada também para troca/venda no contexto da sociedade mercantil escravista, fato que leva a algumas questões relativas aos fatores que poderiam afetar consideravelmente o *design* desses artefatos – tomando como pressuposto que o *design* seria o núcleo da mudança tecnológica (KINGERY, 2001). Em sociedades mercantis algumas variáveis, como a *performance visual*, podem ganhar importância enquanto outras, como a durabilidade, podem apresentar um peso menor. Outro fato a ser considerado é que em sociedades ditas “igualitárias” os vasilhames cerâmicos tendem a ser multifuncionais, ao passo que nas sociedades modernas os recipientes cerâmicos tendem a funções específicas (conforme pontuou Gomes (2005)).

Deve-se salientar que não se está tratando de uma produção exclusivamente doméstica, nos moldes de uma *household production* (SINOPOLI, 1991, p. 99), e que a separação das escalas de produção e consumo traz em seu bojo algumas considerações acerca das escolhas tecnológicas do artesão(ã). Como Etchevarne apontou, no estudo etnográfico da produção ceramista no recôncavo baiano,

o fato de que a produção seja efetuada de maneira fundamental com a finalidade de comercialização regional impõe pensar em uma intencionalidade, em uma organização do trabalho e tempo destinados à produção (2003, p. 71).

Do mesmo modo, concordo com Rice que as análises da produção e distribuição dos artefatos cerâmicos têm seguido esquemas evolucionistas, os quais precisam ser remodelados a partir da abordagem das escalas e modos de produção desses artefatos, assim como da variabilidade dos produtos (RICE, 1987, p. 169-170). Assim, tenho consultado autores que trataram das diferentes escalas de produção dos artefatos cerâmicos (VAN DER LEEUW, 1984; PEACOCK, 1977, 1982), não em busca de modelos explicativos de nosso contexto *sui generis*, mas sim como geradores de *insights* comparativos.

Algumas experiências anteriores, com análise de cerâmicas oriundas de contextos pré-coloniais, configuravam um determinado olhar na interpretação dos dados obtidos, no qual as escolhas tecnológicas não eram determinadas, de modo significativo, pelas esferas de troca e comercialização desses produtos. Assim, no desenvolvimento das análises, embora os atributos elencados para a análise tenham sido mantidos (os mesmos adotados classicamente nos estudos da cerâmica arqueológica), foi necessário redirecionar o olhar na interpretação dos resultados, uma vez que se está lidando com uma produção cerâmica inserida no contexto mercantil colonial. Assim, me coloco em meio a um processo de refinamento constante dessa metodologia de modo a adequá-la ao entendimento das esferas de produção, distribuição, uso, re-uso e descarte desses objetos.

No momento, venho optando por uma abordagem na qual não busco, ao menos de forma mecânica, associar estilo tecnológico a identidades étnicas, visto que outras questões subjacentes à produção cerâmica passaram a ser priorizadas, como, por exemplo, a adaptação formal desses utensílios às demandas da sociedade paulista colonial.³⁸

Do mesmo modo, têm sido perseguidas as identidades sociais dos indivíduos envolvidos na produção desses artefatos e suas associações no ambiente mercantil colonial. Neste sentido, aspectos de gênero, em seu amplo senso, têm

³⁸ Entendemos por variabilidade formal as propriedades físicas do artefato (pasta, *shape* e decoração, entre outros), resultantes de escolhas tecnológicas (SILVA, 2000).

exaustiva dos objetos não foi um fim em si mesma, mas buscou a todo momento compreender a relação sujeito-objeto e as atividades onde os significados são construídos (PFAFFENBERGER, 2001).

Perseguindo respostas a essas questões, reexaminei os artefatos cerâmicos coletados nos sítios em estudo, os quais totalizaram mais de 1.500 peças, que possibilitaram a reconstituição de mais de uma centena de vasilhames. Além da análise dos sítios diretamente abordados na tese, efetuamos a análise integral do material coletado na Olaria de Itu, experiência fundamental para o amadurecimento das questões colocadas na análise desse tipo de material, assim como de outros sítios cronologicamente relacionados às casas sede abordadas.

Resultados das análises empreendidas

Nesta parte, apresento os resultados quantitativos das análises do material cerâmico proveniente do sítio do Capão, sítio Morrinhos e casa do Tatuapé. Vale destacar aqui, que todos os fragmentos foram analisados e não somente aqueles tidos como “diagnósticos”, uma vez que o estilo tecnológico está presente em todas as etapas da cadeia de produção dos artefatos (SACKETT, 1977), não se restringindo a seus atributos morfológicos ou decorativos.

A Tabela 15 mostra a distribuição das peças de acordo com a natureza dos fragmentos analisados:

Tabela 15 – Distribuição dos fragmentos analisados.

Natureza da peça	Capão	Morrinhos	Casa do Tatuapé	Totais
Parede	652	313	55	1.020
Borda	69	71	5	145
Fragmento de base	22	14	2	38
Base	12	8	1	21
Asa ou alça	8	5	1	14
Cachimbo	0	5	2	7
Pré-forma/bolota	0	1	2	3

Parede infletida	33	27	4	60
Fragmentos de tampa	2	5	0	7
Micro-cerâmica	99	124	7	230
Forma geométrica	3	0	0	3
Esfera	1	0	7	8
Não identificado	1	3	0	4
Totais	902	576	86	1.564

Dentre as classes supracitadas, os fragmentos de parede e as micro-cerâmicas (fragmentos menores que 2 cm) não possibilitaram acesso a informações relativas à função presumida dos vasilhames cerâmicos. Por outro lado, as bordas possibilitaram a realização de 94 reconstituições morfológicas e os fragmentos de tampa possibilitaram a reconstituição de sete tampas. Os fragmentos de base são aquelas peças que não permitem a medição do diâmetro e ângulo da base, enquanto aquelas classificadas como base (total de 21 peças), são as que permitiram esse tipo de análise. Os cachimbos, presentes apenas no sítio Morrinhos e na casa do Tatuapé, estão associados à esfera do lazer e entretenimento, tendo sido apresentados no tópico anterior. Do mesmo modo, as formas geométricas (peças de jogo) e as esferas (bolinhas de gude) também foram relacionadas às atividades de lazer.

As pré-formas e bolotas são resíduos do processo de produção dos artefatos cerâmicos. Assim, ao lado dos implementos (instrumentos), os resíduos são indicadores da existência pretérita de atividade oleira no local da pesquisa, informação de suma importância para o reconhecimento da escala de produção cerâmica (VAN DER LEEUW, 1984). Para o sítio do Capão não se contou com evidências diretas de um processo de produção local dos vasilhames; para o sítio Morrinhos contou-se com apenas uma peça; finalmente, para a casa do Tatuapé, com duas peças. Vale pontuar a recorrência dessas peças no sítio 6 – Olaria.

A partir da medida da maior espessura de cada fragmento, obtida com o auxílio do paquímetro, foram formulados os intervalos apresentados na Tabela 16. A maior parte das peças está no intervalo de 6 a 10 mm de espessura, mostrando

que os vasilhames produzidos não possuíam paredes grossas³⁹. Essa característica, aliada aos dados morfológicos, aponta para o fato de essas indústrias cerâmicas não produzirem muitos vasilhames de grandes dimensões, pois para a sustentação de grandes vasilhames são necessárias paredes mais grossas (conforme proposto por Robrahn-González (1989, p. 79)). Ademais, vasilhames de tais dimensões acabam tendo sua transportabilidade afetada, o que dificulta sua distribuição/comercialização.

Tabela 16 – Espessura das peças.

Espessuras	Capão		Morrinhos		Casa do Tatuapé	
	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%
Até 0,5 cm – fina	49	5,43	66	11,46	3	3,49
De 0,6 a 1,0 cm – média	661	73,28	450	78,13	45	52,33
De 1,1-1,5 cm – grossa	136	15,08	43	7,47	12	13,95
De 1,6-3,0 cm - muito espessa	21	2,33	2	0,35	21	24,42
Sem leitura	35	3,88	15	2,60	5	5,81
TOTAL	902	100,00	576	100,00	86	100,00

Tabela 17 – Técnicas de manufatura.

Técnicas de manufatura	Capão		Morrinhos		Casa do Tatuapé	
	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%
Roletada	68	7,54	27	4,69	1	1,16
Modelada	8	0,89	3	0,52	8	9,30
Moldada	0	0,00	3	0,52	2	2,33
Torneada	32	3,55	29	5,03	8	9,30
Sem leitura	794	88,03	514	89,24	67	77,91
TOTAL	902	100,00	576	100,00	86	100,00

³⁹ Jacobus pontua para o Registro de Viamão que 93% das peças analisadas tinham espessuras entre 7 e 13 mm, mostrando um sutil incremento das espessuras das paredes para aquele contexto em relação ao nosso (JACOBUS, 1996b).

Na maioria das peças, a fratura dos fragmentos apresentou-se irregular, acompanhando raramente a junção dos roletes, em geral bastante obliterados, o que dificultou a análise da técnica de manufatura, classificada nestes casos como “Sem Leitura”.

Nos sítios do Capão e Morrinhos a técnica de manufatura mais freqüente foi a do acordelamento. Etnograficamente, sabe-se que essa técnica é utilizada por praticamente todas as tribos ceramistas do Brasil, consistindo na superposição de roletes feitos de argila a partir de uma base, em formas de anéis ou em espiral (LIMA, 1986b, p. 175). Do mesmo modo, a técnica acordelada, assim como a modelada, era bastante difundida na região oeste da África (Angola, Congo, Benin e Nigéria) (JACOBUS, 1996a, p. 34). Ademais, ao chegarem ao Brasil, os portugueses também dominavam essa técnica há milênios, ou seja, a identificação da técnica acordelada não pode ser mecanicamente associada a nenhum grupo étnico específico, uma vez que todas as etnias envolvidas dominavam essa técnica.

Na casa do Tatuapé encontrou-se um número significativo de peças produzidas com auxílio do torno. Ainda não contamos com estudos refinados sobre essa técnica, uma vez que existiram, certamente, diferentes tipos de torno em São Paulo colonial, associados a contextos produtivos diversificados.⁴⁰

As peças modeladas estão restritas às formas geométricas, às esferas e aos apêndices vazados ou não (alças e asas, respectivamente), nos quais foi possível identificar o emprego dessa técnica, que consiste na "confecção de cerâmica à mão livre, a partir de uma massa uniforme, até atingir a forma desejada" (CHMYZ, 1976b, p. 137).

Os fragmentos de cachimbos revelaram, por sua vez, a utilização de moldes, configurando a técnica moldada.

⁴⁰ Van der Leeuw identificou cerâmicas produzidas tanto pela técnica acordelada quanto pela torneada, essa última associada ao emprego de três tipos de equipamentos diferenciados (*turntable, smaller wheel, large wheel*).

A análise das pastas dos fragmentos cerâmicos despendeu um tempo significativo, devido à presença de elementos pouco visíveis a olho nu – foi utilizada uma lupa com aumento de 20 vezes. A pasta é formada pela argila, pelos minerais existentes nas fontes da matéria-prima e pelos demais antiplásticos adicionados. As argilas (esmectitas, ilitas ou caolitas) resultam da fragmentação ou hidrólise dos depósitos sedimentares e, de acordo com a área e fonte específica, possuem determinadas propriedades químicas e mineralógicas que determinarão sua plasticidade, coloração e resistência à queima (SILVA, 2000, p. 59). A escolha do antiplástico está ligada tanto à matéria-prima disponível para a confecção da cerâmica quanto à própria funcionalidade da vasilha. A seguir, apresento as tabelas com os tipos de antiplásticos observados e suas respectivas espessuras:

Tabela 18 – Antiplásticos.

Antiplástico	Capão		Morrinhos		Casa do Tatuapé	
	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%
Mineral	590	65,41	392	68,06	70	81,40
Mineral e caco-móido	207	22,95	131	22,74	16	18,60
Mineral e carvão	58	6,43	47	8,16	0	0,00
Caco-móido, carvão e mineral	8	0,89	3	0,52	0	0,00
Sem leitura	39	4,32	3	0,52	0	0,00
TOTAL	902	100,00	576	100,00	86	100,00

Tabela 19 – Espessura dos antiplásticos.

Espessura do antiplástico	Capão		Morrinhos		Casa do Tatuapé	
	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%
Até 0,1 cm	421	46,67	273	47,40	35	40,70
De 0,11-0,30 cm	296	32,82	223	38,72	30	34,88
Mais de 0,31 cm	150	16,63	77	13,37	21	24,42
Sem leitura	35	3,88	3	0,52	0	0,00
TOTAL	902	100,00	576	100,00	86	100,00

O antiplástico mineral foi o mais freqüente em todos os sítios, não obstante, não é possível determinar se os grãos minerais presentes na pasta eram acrescentados pelos artesãos(ãs) de maneira intencional ou se já faziam parte da composição

natural da argila. Para tanto seria necessário um estudo específico das fontes de matéria prima e suas características mineralógicas (discussão presente em Robrahn-González (1989) e Shepard (1971)), empreitada ainda mais difícil em contextos onde se verifica a presença de redes de troca e/ou comércio de artefatos, possivelmente a longas distâncias.

Entre os elementos minerais constatamos a presença de areia fina, areia grossa, grãos de quartzo, mica e hematita, em espessuras diferenciadas. Por vezes, a mica aparece associada a superfícies enegrecidas, que adquirem aspecto brilhante, levando à hipótese de sua aplicação estar associada a características de *performance visual* do produto, uma vez que não foi identificada a presença desse material no interior da fratura.

Com relação às partículas de carvão observadas em alguns fragmentos, Wüst aponta que a intencionalidade da adição do carvão é discutível, pois pode tratar-se de qualquer elemento vegetal carbonizado na queima (1990).

A presença de caco-moído como antiplástico remete a uma escolha intencional, associada a processos de reciclagem de fragmentos cerâmicos⁴¹. Neste sentido, vale destacar que essa escolha não foi aleatória, pois está associada à funcionalidade dos artefatos cerâmicos. Assim, vasilhames destinados à cocção apresentaram freqüentemente antiplásticos minerais, que permitem uma melhor efetividade térmica. Do mesmo modo, a espessura reduzida das partículas minerais evita a ocorrência de quebras ou rachaduras devido ao *stress* térmico desses vasilhames sobre o fogo (SKIBO, 1992). De qualquer forma, o coeficiente de expansão térmica do quartzo reduz a vida-útil dos vasilhames cerâmicos (ORTON, TYERS; VINCE, 1995). A espessura dos antiplásticos minerais tende a ser sensivelmente menor do que a espessura do caco-moído, conforme mostram as duas tabelas abaixo:

⁴¹ A reciclagem é um dos processos relativos à retenção dos artefatos no contexto sistêmico através do reuso (S-S). Schiffer enumera, ainda, outros processos S-S: circulação lateral, uso secundário e manutenção (SCHIFFER, 1976).

Tabela 20 – Espessura dos antiplásticos minerais.

Espessura do antiplástico mineral	Capão		Morrinhos		Casa do Tatuapé	
	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%
Até 0,1 cm	273	46,27	181	46,17	30	42,86
De 0,11-0,30 cm	185	31,36	143	36,48	21	30,00
Mais de 0,31 cm	132	22,37	68	17,35	19	27,14
TOTAL	590	100,00	392	100,00	70	100,00

Tabela 21 – Espessura dos antiplásticos de caco-móido.

Espessura do antiplástico caco-móido	Capão		Morrinhos		Casa do Tatuapé	
	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%
Até 0,1 cm	106	51,21	52	39,69	5	31,25
De 0,11-0,30 cm	85	41,06	71	54,20	9	56,25
Mais de 0,31 cm	16	7,73	8	6,11	2	12,50
TOTAL	207	100,00	131	100,00	16	100,00

Outro resultado interessante é que o caco-móido foi adicionado preferencialmente em vasilhames com paredes mais espessas: 76% das peças com caco-móido têm paredes com mais de 11 mm de espessura, fenômeno também identificado na análise da cerâmica de Jundiá, levada a cabo por Morales (2000).

O processo de queima da argila define e altera as características de cor, dureza e textura da pasta (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1989). A identificação desse processo é um aspecto complexo da análise, pois está baseado na simples observação direta dos vestígios.

O problema principal é que os elementos indicadores do processo de queima que podem ser observados não são suficientemente seguros, pois um mesmo traço pode ter sido originado por procedimentos diferentes (OLIVEIRA, 2000, p. 148).

Outro problema decorre do fato de um mesmo vasilhame cerâmico possuir traços de queima diferenciados, de acordo com a posição daquela parte da vasilha em relação ao fogo durante o processo da queima.

Na presente análise foi considerada primeiramente a presença/ausência de núcleos, o que indica uma queima completa ou incompleta. Sabendo-se que além das características químicas da matéria-prima, o processo de queima também altera a coloração das superfícies dos recipientes; também foi considerada a cor da superfície nas variáveis estabelecidas.

Tabela 22 – Queima.

Queima	Capão		Morrinhos		Casa do Tatuapé	
	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%
1) Completa – superfície escura	130	14,41	152	26,39	13	15,12
2) Completa – superfície clara	207	22,95	89	15,45	13	15,12
3) Completa – superfície alaranjada	27	2,99	1	0,17	1	1,16
4) Incompleta, núcleo interno – superfície variando da cor parda a marrom	85	9,42	56	9,72	9	10,47
5) Incompleta, núcleo no meio da fratura – superfície escura	80	8,87	7	1,22	0	0,00
6) Incompleta, núcleo no meio da fratura – superfície apresenta várias cores (parda, marrom, avermelhada, entre outras)	191	21,18	163	28,30	36	41,86
7) Incompleta, núcleo no meio da fratura – superfície alaranjada a avermelhada	40	4,43	0	0,00	0	0,00
8) Incompleta, núcleo externo – superfície apresenta cores pardas, alaranjadas e marrons	59	6,54	73	12,67	3	3,49
9) Núcleo intercalado – Superfície apresenta cores pardas, alaranjadas e marrons	45	4,99	28	4,86	3	3,49
Sem leitura	38	4,21	7	1,22	8	9,30
TOTAL	902	100,00	576	100,00	86	100,00

As queimas completas que apresentam secção transversal escura (Queima 1) são provenientes de ambientes redutores, com controle da entrada de oxigênio e tempo insuficiente para expelir toda a matéria carbônica; as queimas completas com secção clara ou alaranjada (Queimas 2 e 3) são fruto de um ambiente rico em oxigênio, mas com controle da temperatura e tempo suficiente para expelir toda a matéria carbônica (RYE, 1981).

Segundo Rye, um processo de queima realizado em ambiente aberto, que expõe a peça a um resfriamento rápido, provoca um número maior de alterações na cor da superfície da peça, acarretando uma variabilidade maior nas cores das superfícies dos cacos (RYE, 1981, p. 25). Esse fato foi corroborado em nossa análise, em que as queimas incompletas, reconhecidas pelo núcleo escuro (ver, por exemplo, a Queima 6), provenientes de ambientes com oscilações maiores de temperatura e sem o controle adequado da entrada de oxigênio, apresentam uma variabilidade maior na coloração das superfícies.

O tratamento de superfície foi observado tanto na superfície externa quanto na superfície interna da peça. Esses tratamentos têm como finalidade dar o acabamento final às superfícies dos vasilhames, ou ainda, preparar essa superfície para receber algum acabamento decorativo (plástico, engobo ou pintura). Ademais, algumas decorações plásticas – como o corrugado, o acanalado e o escovado – não requerem, necessariamente, um acabamento superficial anterior à sua produção.

A seguir apresento a distribuição dos tipos de tratamento de superfície identificados em cada um dos sítios, assim como definições gerais dos tipos definidos:

Tabela 23 – Tratamento da superfície externa

Superfície externa	Capão		Morrinhos		Casa do Tatuapé	
	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%
Alisamento	564	62,53	308	53,47	49	56,98
Brunidura	6	0,67	25	4,34	1	1,16
Enegrhecimento	107	11,86	152	26,39	19	22,09
Banho	46	5,10	47	8,16	12	13,95
Acabamento plástico	78	8,65	31	5,38	3	3,49
Acabamento plástico e enegrecimento	38	4,21	8	1,39	2	2,33
Ausente	0	0,00	1	0,17	0	0,00
Sem leitura	63	6,98	4	0,69	0	0,00
TOTAL	902	100,00	576	100,00	86	100,00

Tabela 24– Tratamento da superfície interna.

Superfície interna	Capão		Morrinhos		Casa do Tatuapé	
	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%
Alisamento	704	78,05	333	57,81	46	53,49
Brunidura	33	3,66	130	22,57	14	16,28
Enegrhecimento	30	3,33	44	7,64	0	0,00
Banho	71	7,87	65	11,28	19	22,09
Acabamento plástico	0	0,00	3	0,52	0	0,00
Acabamento plástico e enegrecimento	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ausente	0	0,00	1	0,17	7	8,14
Sem leitura	64	7,10	0	0,00	0	0,00
TOTAL	902	100,00	576	100,00	86	100,00

O alisamento é executado após a confecção do vaso com a argila ainda úmida, servindo-se de variados instrumentos, tais como: seixos rolados, sabugos de milho, taquaras e mesmo as mãos. Quando há uma umidificação da superfície, alcança-se uma pseudo-barbotina, que assim como o banho teria uma camada delgada, mas com características próprias da pasta produtiva que lhe deu origem (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 18). O alisamento foi o tipo de acabamento mais freqüente em ambas as superfícies em todos os sítios analisados.

Já a brunidura, bastante freqüente no sítio Morrinhos, resulta em superfícies escuras com brilho intenso chegando ao vítreo (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1989, p. 67). Essa técnica de tratamento de superfície está associada a diferentes técnicas de execução, conforme a bibliografia sobre o tema, que se baseia em dados etnoarqueológicos. Uma delas envolve diferentes etapas de execução: durante a secagem as peças são polidas e após a queima são impregnadas com certos tipos de vegetais e diretamente aquecidas em banhos de fumaça para atingir a cor preta (MILLER *apud* OLIVEIRA, 2000, p. 163). Outra está associada à aplicação de uma resina, passada na superfície da peça quando esta ainda está quente o suficiente para provocar a combustão da resina; “após o resfriamento a superfície apresenta aspecto vitrificado” (KERN, D.; COSTA, 1997, p. 122).

O enegrecimento das superfícies também está relacionado à aplicação de banhos de fumaça para formar uma superfície preta. No entanto, nesse caso a superfície enegrecida não apresenta o brilho da superfície brunida. Embora tenham sido verificadas algumas peças com marcas pretas causadas pelo uso – uma vez que elas se apresentam como manchas que não ocupam toda a superfície da peça, na maior parte dos fragmentos, o enegrecimento aparece relacionado ao tratamento intencional de superfície. Vale destacar que o enegrecimento foi preferivelmente aplicado na superfície externa (variando de 11% a 26% de acordo com o sítio) que na superfície interna (de 3% a 7% das peças), isso para todos os sítios. Já em uma perspectiva intersítios, verificamos uma preferência maior por superfícies enegrecidas no sítio Morrinhos, assim como o apontado anteriormente para o tipo brunido.

Considerado um “revestimento superficial, delgado, proveniente de um caldo ou nata de argila em suspensão na água, aplicado à superfície cerâmica antes da queima” (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 18), o banho costuma apresentar espessura delgada, menor que 1 mm. Em todos os sítios abordados o banho não ultrapassa 11% dos fragmentos analisados.

O acabamento plástico consiste na modificação tridimensional da superfície da parede de uma vasilha com a argila ainda moldável anterior à queima. Quando esse tratamento apresenta-se em toda a superfície externa do fragmento, o atributo “tratamento de superfície” será apenas classificado como plástico; por outro lado, quando se apresenta apenas em uma porção do fragmento, será classificado também de acordo com o tipo de acabamento utilizado como suporte para o tratamento plástico. Um bom exemplo é quando existe a presença da decoração incisa, que requer sempre a realização de um acabamento produtivo antes da aplicação da decoração (quando não é efetuada diretamente sobre os roletes). O sítio do Capão apresentou um percentual maior de peças com acabamento plástico nas superfícies externas, freqüentemente relacionadas à decoração escovada.

A análise do acabamento de superfície está intimamente relacionada ao estudo das alterações tafonômicas – que dizem respeito a processos pós-deposicionais que afetam os artefatos –, uma vez que estas alterações vêm muitas vezes impedir uma leitura adequada do acabamento efetuado. Identifiquei basicamente dois tipos de alteração nas superfícies das peças: uma causada por processos erosivos (ação de radículas, arraste hídrico e eólico) e outra relacionada a processos químicos (presença de pátina). Schiffer define pátina como “a generic term used to describe the chemically altered surface of stone (and other artifact materials)” (SCHIFFER, 1991, p. 152). Assim, emprego o termo para definir a camada superficial agregada à superfície da cerâmica provocada por processos pós-deposicionais.

Tabela 25 – Alterações tafonômicas nos fragmentos cerâmicos.

Alterações tafonômicas	Capão		Morrinhos		Casa do Tatuapé	
	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%
Processos erosivos	93	10,31	115	19,97	15	23,22
Pátina	22	2,44	9	1,56	6	1,82
Processos erosivos e pátina	527	58,43	4	0,69	0	0,81
Ausente	260	28,82	448	77,78	65	90,44
TOTAL	902	100,00	576	100,00	86	100,00

Como mostra a Tabela 28, o sítio do Capão apresentou um número significativo de peças deterioradas, tanto por processos erosivos, quanto pela formação de pátina, fator que dificultou a análise de marcas de uso, acabamentos de superfície e decorações.

Em síntese, os atributos já apresentados dizem respeito às matérias-primas (argilas e antiplásticos) e às técnicas de produção (técnicas de manufatura, queima e tratamento de superfície). Nesse sentido, podemos traçar algumas tendências na cerâmica de produção local/regional dos três sítios analisados. A frequência dos diferentes tipos de antiplástico nos três sítios é bastante similar e, quando relacionada às funções presumidas dos potes, revela que a escolha do

antiplástico passou, muito provavelmente, por questões de performance térmica e mecânica⁴² (SCHIFFER; SKIBO, 1992).

Com relação às técnicas de manufatura, temos o predomínio de peças acordeladas⁴³. Quanto ao atributo queima, está claro que o conhecimento que posso ter sobre o tema é ainda limitado. De qualquer modo, os traços analisados revelam que cerca de 60 a 70% das peças (vide Tabela 25) apresentam indícios de queimas com pouco controle da entrada/saída de oxigênio. As semelhanças visualizadas vêm ao encontro de algumas definições da chamada cerâmica “neobrasileira”. Porém, quando parti para a análise das decorações e formas dos artefatos cerâmicos, deparei-me com especificidades de caráter cronológico e espacial (as graduações do fato), delineadas a seguir.

Passo então aos atributos decorativos. Considera-se como técnica de decoração:

A maneira como uma ação se exerce sobre um instrumento (um objeto físico, as mãos, os dedos) para alterar a superfície de um objeto cerâmico, com o fim de criar efeitos visuais de acordo com um padrão mental estabelecido (MAROIS; SCATAMACCHIA, 1987 *apud* SCATAMACCHIA, 2005, p. 9).

Desse modo, toda decoração advém de uma ação específica, associada a um determinado instrumento, que dá como produto final uma composição decorativa. As análises dessas ações, instrumentos e resultados englobam a compreensão do gestual associado a cada uma das etapas.

Vale ressaltar que o termo decorativo não é entendido apenas como algo associado à esfera estética dos artefatos em questão, pelo contrário, a decoração também aparece associada a uma esfera funcional do artefato. Em termos mais precisos, se por um lado o artefato decorado tem uma *performance visual* de

⁴² No tocante a escolha dos antiplásticos Schiffer e Skibo apontam “a set of performance characteristics that might have been affected by temper choice: ease of manufacture, cooling effectiveness, heating effectiveness, portability, impact resistance, thermal shock resistance and abrasion resistance” (SCHIFFER; SKIBO, 1992).

⁴³ Lembrando: as peças analisadas provêm de contextos estratigráficos controlados que permitem associar essas peças a um mesmo contexto de consumo de artefatos cerâmicos.

importância crucial em esferas sociais, políticas e simbólicas, por outro lado, também tem uma determinada tecno-função.

A análise da decoração abordou quatro passos principais:

1. O reconhecimento da técnica decorativa utilizada: plástica (acromática) ou cromáticas (engobo e/ou pintura);
2. Análise dos modos de decoração presentes na peça, ou seja, a verificação da associação de técnicas decorativas em uma mesma peça. Segundo La Salvia e Brochado (1989, p. 41):
 - decoração simples: quando apenas um tipo de decoração foi aplicado na peça;
 - decoração superposta: quando dois tipos diferentes de decoração são aplicados um sobre o outro;
 - decoração dupla: quando dois tipos diferentes de decoração são aplicados em espaços distintos de uma mesma peça, estando ambos na mesma superfície (interna ou externa);
 - decoração mista: é a ocorrência de acabamento plástico e pintura numa mesma vasilha, numa mesma face ou em faces diferentes.
3. Identificação do tipo de engobo empregado nas peças.
4. Análise do tipo de decoração plástica aplicada, assim como do motivo decorativo.

Tabela 26 – Técnicas decorativas.

Técnicas decorativas	Capão		Morrinhos		Casa do Tatuapé	
	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%
Ausente	641	71,06	476	82,64	43	50,00
Engobada	40	4,43	5	0,87	4	4,65
Plástica	219	24,28	93	16,15	39	45,35
Pintada	0	0,00	1	0,00	0	0,00
Plástica e pintada e/ou engobo	2	0,22	1	0,17	0	0,00
TOTAL	902	100,00	576	100,00	86	100,00

Conforme exposto na tabela acima, a porcentagem de peças decoradas varia bastante entre os sítios analisados, enquanto para a casa do Tatuapé temos 50% de peças decoradas, no sítio Morrinhos apenas 18% das peças apresentam alguma técnica decorativa. Essa disparidade está relacionada, muito provavelmente, ao número diminuto de peças analisadas no primeiro caso (86 peças no total). Se considerarmos os sítios do Capão e Morrinhos, temos de 18 a 29% de peças decoradas, sendo que no Capão a representatividade das peças engobadas é de 4,43% contra apenas 0,87% de peças engobadas no sítio Morrinhos (as Pranchas 80-85 mostram os tipos de decoração verificados).

Em todos os sítios verifica-se o predomínio de decorações simples, não obstante, a análise dos modos de decoração possibilita o acesso a algumas peculiaridades, como por exemplo, o fato de que no sítio do Capão temos cerca de 7% de peças onde foram aplicados mais de um tipo de decoração (ver Pranchas 82-85).

Tabela 27 – Associação de decorações.

Associação de decorações	Capão		Morrinhos		Casa do Tatuapé	
	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%
Simple	241	92,34	98	98,00	40	83,33
Superposta	6	2,30	0	0,00	0	0,00
Dupla	12	4,60	1	1,00	2	11,11
Mista	2	0,77	1	1,00	1	5,56
Total de frags. decorados	261	100,00	100	100,00	43	100,00

Tabela 28 – Tipos de engobo.

Engobo	Capão		Morrinhos		Casa do Tatuapé	
	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%
Externo vermelho	21	2,33	4	0,69	4	4,65
Interno vermelho	4	0,44	0	0,00	0	0,00
Externo/interno vermelho	3	0,33	1	0,17	0	0,00
Interno branco	1	0,11	0	0,00	0	0,00
Externo/Interno	1	0,11	0	0,00	0	0,00
Ausente	872	95,34	571	99,13	82	95,35
TOTAL	902	100,00	576	100,00	86	100,00

Prancha 80

Prancha 81

Prancha 82

Prancha 83

Prancha 84

Prancha 85

A aplicação do engobo vermelho na superfície externa (tipo mais recorrente) aponta para a funcionalidade estética desse acabamento, que quando aplicado na parte interna pode ser associado à necessidade de uma superfície menos permeável. O engobo branco, identificado apenas no sítio do Capão, é tecnicamente semelhante ao engobo branco aplicado na cerâmica tupiguarani, podendo indicar a permanência da técnica indígena.

A tabela abaixo mostra os tipos de decoração plástica mais recorrentes nas peças em que apenas uma técnica foi utilizada. O corrugado tem como marca característica a junção dos roletes. Já o acanalado diz respeito à técnica que utiliza um instrumento com ponta espatulada arrastado sobre a superfície cerâmica, produzindo uma canaleta.

A presença significativa de decorações escovadas deve ser tomada com cautela, pois esse tipo de decoração é freqüentemente aplicado em toda a superfície da peça, o que acarreta uma freqüência maior no registro arqueológico. Todos os cacos provenientes do vasilhame escovado trazem os sinais dessa decoração, enquanto outros tipos de decoração plástica ficam restritos a partes específicas do vasilhame, geralmente próximas à borda. Por outro lado, os fragmentos classificados como “sem decoração” podem ter pertencido a vasilhames decorados, principalmente no que concerne às decorações incisas, freqüentemente aplicadas em espaços próximos à borda.

Tabela 29 – Decorações plásticas simples.

Decorações plásticas simples	Capão		Morrinhos		Casa do Tatuapé	
	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%
Corrugado	1	0,11	0	0,00	2	2,33
Digitado	2	0,22	2	0,35	0	0,00
Acanalado	2	0,22	0	0,00	4	4,65
Beliscado	1	0,11	0	0,00	0	0,00
Ponteadado	1	0,11	0	0,00	0	0,00
Impresso	1	0,11	0	0,00	0	0,00
Inciso	66	7,32	47	8,16	1	1,16
Escovado	114	12,64	40	6,94	4	4,65

Espatulado-penteado	4	0,44	1	0,17	0	0,00
Roletado	1	0,11	0	0,00	0	0,00
Aplicado	1	0,11	1	0,17	0	0,00
Entalhado	6	0,67	1	0,17	0	0,00
Não identificado	1	0,11	0	0,00	0	0,00
Ausente/outras decorações	701	77,72	484	84,03	75	87,21
TOTAL	902	100,00	576	100,00	86	100,00

As escolhas tecnológicas têm razões de ordem prática e simbólica. No caso das decorações incisadas e penteadas, caracterizadas pela utilização de um instrumento com pontas simples ou múltiplas arrastadas sobre as superfícies cerâmicas, é possível deter-se um pouco sobre os motivos decorativos formados por essas ações. A tabela abaixo mostra os resultados das análises dos motivos decorativos nos três estudos de caso, apresentados na Prancha 86:

Tabela 30 – Decorações plásticas: motivos incisados e/ou penteados.

Motivos incisados e/ou penteados	Capão		Morrinhos		Casa do Tatuapé	
	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%
1. Elementos retilíneos	37	4,10	11	1,91	1	1,16
1.1 Horizontais	11	1,22	3	0,52	1	1,16
1.2 Verticais	2	0,22	1	0,17	0	0,00
1.3. Oblíquos	16	1,77	1	0,17	0	0,00
1.4. Entrecruzados	13	1,44	3	0,52	0	0,00
1.5. Losangos	3	0,33	2	0,35	0	0,00
1.6. Ziguezague	0	0,00	1	0,17	0	0,00
2. Elementos curvilíneos	14	1,55	28	4,86	0	0,00
3. Elementos compostos (retilíneos e curvilíneos)	20	2,22	1	0,17	1	1,16
Elementos não identificados	0	0,00	8	1,39	1	0
TOTAL	79	8,76	59	10,24	3	3,49

Prancha 86

Além disso, alguns motivos incisos, como, por exemplo, os losangos, não podem ser diretamente apontados como influência africana conforme alguns autores têm pontuado (JACOBUS, 1996a; MORALES, 2000), uma vez que esses losangos também aparecem nos motivos pintados guarani (para um estudo dos motivos em losangos e cruzeiros nos vasilhames guarani, ver Tocchetto (1996)). Nesse sentido, a ocorrência da decoração incisa não é tomada como indicador de filiação étnica, freqüentemente associada a grupos africanos. Para o contexto paulista colonial parece-nos mais viável a hipótese de produção indígena e mameluca, uma vez que o contingente africano era limitado (conforme pontuado no capítulo cenário).

A seguir, passo à descrição dos atributos relativos à morfologia das bordas e bases. As bordas foram classificadas segundo características de forma, inclinação e espessura da borda em relação ao corpo – de acordo com Robrahn-González (1998). A Tabela 31 mostra que no sítio do Capão existiu uma preferência por vasilhames de bordas diretas inclinadas externamente e bordas introvertidas verticais, sendo este último tipo também recorrente no sítio Morrinhos. De um modo geral, há um predomínio de bordas introvertidas no sítio Morrinhos. A casa do Tatuapé não forneceu um número significativo de bordas que permita avanços estatísticos; assim, no que diz respeito aos atributos morfológicos, o material desse sítio se presta apenas para considerações qualitativas.

Tabela 31 – Formas das bordas.

Bordas	Capão		Morrinhos		Casa do Tatuapé	
	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%
Direta vertical	1	1,45	1	1,41	0	0,00
Direta inclinada externa	10	14,49	3	4,23	2	40,00
Direta inclinada interna	0	0,00	6	8,45	0	0,00
Extrovertida vertical	4	5,80	1	1,41	0	0,00
Extrovertida inclinada externa	7	10,14	9	12,68	1	20,00
Extrovertida inclinada interna	2	2,90	1	1,41	0	0,00
Introvertida vertical	9	13,04	13	18,31	0	0,00
Introvertida inclinada externa	4	5,80	5	7,04	1	20,00

Introvertida inclinada interna	3	4,35	11	15,49	0	0,00
Sem leitura	29	42,03	21	29,58	1	20,00
TOTAL	69	100,00	71	100,00	5	100,00

Vale destacar que na análise morfológica das bordas não foram consideradas as bordas de tampas – para essas peças foi criada a Classe 16 (vide Anexo 2). Do total de bordas do sítio do Capão, 42 peças possibilitaram o acesso à medida dos diâmetros, que variaram entre 10 a 30 cm. Com relação ao sítio Morrinhos, 56 bordas foram medidas, apresentando de 6 a 36 cm. Em ambos os sítios foi medida, para cada fragmento de borda, a Porcentagem Existente da Peça (de acordo com Rice (1987)). Os resultados foram bastante semelhantes, uma vez que 85 a 87% das peças apresentaram menos de 15 cm do diâmetro total, mostrando uma significativa fragmentação dessas peças no contexto sistêmico e/ou arqueológico.

O resultado das medidas dos diâmetros não oferece parâmetros suficientes para aventarmos o tamanho dos vasilhames. Apenas a associação entre diâmetro, estrutura, contorno, proporção e volume do vasilhame pode oferecer insumos para discussões mais aprofundadas, conforme veremos adiante.

Tabela 32 – Formas dos lábios.

Lábios	Capão		Morrinhos		Casa do Tatuapé	
	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%
Plano	3	4,35	22	30,99	0	0,00
Arredondado	48	69,57	41	57,75	4	80,00
Apontado	2	2,90	6	8,45	0	0,00
Plano arredondado	13	18,84	2	2,82	1	20,00
Sem leitura	3	4,35	0	0,00	0	0,00
TOTAL	69	100,00	71	100,00	5	100,00

A análise da forma dos lábios mostrou que esse atributo apresentou uma relativa homogeneidade, com cerca de 57 a 68% de lábios arredondados, indicando uma certa padronização. Destaco que no material manipulado dos outros sítios, pertencentes ao mesmo contexto, os lábios arredondados também aparecem com maior frequência.

A seguir, passamos às tabelas que trazem os dados referentes à análise das bases.

Tabela 33 – Formas das bases.

Bases	Capão		Morrinhos		Casa do Tatuapé	
	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%
Plana	19	55,88	21	95,45	1	33,33
Convexa	5	14,71	1	4,55	0	0,00
Plana com pedestal	4	11,76	0	0,00	0	0,00
Anelar	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sem leitura	6	17,65	0	0,00	2	66,67
TOTAL	34	100,00	22	100,00	3	100,00

Tabela 34 – Ângulos das bases.

Ângulos das bases	Capão		Morrinhos		Casa do Tatuapé	
	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%	Nº Fragmentos	%
90-120°	2	16,67	0	0,00	0	0,00
120-150°	4	33,33	1	12,50	1	100,00
150-180°	3	25,00	7	87,50	0	0,00
Sem leitura	3	25,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	12	100,00	8	100,00	1	100,00

Conforme demonstrado, quando comparamos os sítios do Capão e Morrinhos, vemos que o segundo apresenta um percentual bem maior de bases planas. Não obstante, os ângulos internos das bases do sítio Morrinhos são mais abertos, freqüentemente entre 150 e 180°. Esses dados indicam o fato de o sítio Morrinhos apresentar um número maior de formas abertas que aquelas reconstituídas a partir dos perfis de borda.

O diâmetro das bases do sítio do Capão variou de 6 a 32 cm enquanto os diâmetros do sítio Morrinhos estão entre 8 e 10 cm, mostrando uma diminuição significativa dessa medida para o segundo sítio. De um modo geral, a porcentagem existente das bases é maior que a existente para as bordas, o que torna maior o grau de confiabilidade das mensurações das primeiras.

A reconstituição morfológica dos vasilhames cerâmicos foi de suma importância para a interpretação dos processos sociais envolvidos na produção, armazenamento e consumo de alimentos e bebidas. Neste sentido, segui a abordagem proposta por Skibo (1992), na qual a forma é um elemento indicador do uso pretendido, enquanto as marcas de alteração pelo uso são indicadores do uso real do vasilhame cerâmico.

O uso pretendido pode ser avaliado por meio da análise das propriedades físicas e morfológicas dos artefatos enquanto o acesso ao uso real envolve a análise das alterações causadas pelo uso (resíduos absorvidos, marcas de atrito e depósitos de carbono, segundo Skibo (Ibidem)). A determinação do uso real não foi possível, dada a fragmentação do material proveniente dos contextos arqueológicos selecionados. Além disso, esses fragmentos apresentam-se bastante alterados por processos pós-deposicionais (processos erosivos e pátina, por exemplo), que dificultam a leitura das marcas de uso.

Desse modo, a análise da funcionalidade dos vasilhames reconstituídos a partir de fragmentos de borda foi pautada nas funções presumidas desses artefatos, uma vez que se podem estabelecer relações gerais entre forma e função primária.

Os vasilhames reconstituídos foram classificados de acordo com:

1. Estrutura geral: definida como a orientação básica da vasilha, que pode ser fechada – quando o diâmetro da boca for menor que o diâmetro máximo – ou aberta – quando o diâmetro for igual ou maior que o diâmetro máximo (SCATAMACHIA, 2005).

2. Contorno do corpo: classificado segundo Shepard (1956):

- simples: quando o vasilhame não apresenta ponto de inflexão ou ponto angular;
- infletido: quando se verifica a presença de um ou mais pontos de inflexão;

3. Proporção: relação entre o diâmetro máximo e a altura total que permite obter um índice (D/H) a partir do qual são definidas as seguintes classes de vasilhames (GOMES, 2002):

- tigela rasa: A altura do vaso é sempre menor do que a metade do diâmetro da boca;
- tigela funda: a altura do vaso é igual ou maior do que a metade do diâmetro da boca, porém menor que três quartos dessa medida;
 - vaso profundo: a altura do vaso é igual ou maior do que o diâmetro da boca;
 - prato: diâmetro cinco vezes maior que a altura.

A Tabela 35, adiante, apresenta os dezoito tipos de formas reconstituídas, de acordo com a metodologia supracitada.

A Prancha 87 apresenta a distribuição das formas reconstituídas por sítio, enquanto a Tabela 38 detalha essas informações de acordo com as variações dentro de cada forma. Quando foi observada uma diferença significativa nos tamanhos dos vasilhames dentro de uma mesma forma (tipo), criamos subtipos. Por exemplo, a Forma 9 apresentou três intervalos de tamanho para os quais foram criados três subtipos – Formas 9A, 9B e 9C –, com contornos idênticos e tamanhos diferenciados. Os desenhos de todas as bordas e formas reconstituídas estão apresentados por sítio e proporção dos vasilhames, conforme vislumbrado nas Pranchas 88 a 98.

Tabela 35 – Distribuição dos tipos e subtipos de formas.

Formas	Capão		Morrinhos		Casa do Tatuapé	
	Nº Reconstituições	%	Nº Reconstituições	%	Nº Reconstituições	%
1	3	7,14	0	0,00	0	0
2	1	2,38	0	0,00	1	25
3	4	9,52	5	9,09	1	25
4	6	14,29	0	0,00	0	0
5	1	2,38	3	5,45	0	0
6A	7	16,67	0	0,00	0	0
6B	1	2,38	0	0,00	0	0
7	2	4,76	0	0,00	1	25
8	1	2,38	0	0,00	0	0
9A	1	2,38	12	21,82	0	0
9B	3	7,14	3	5,45	0	0
9C	0	0,00	6	10,91	0	0
10	2	4,76	0	0,00	0	0
11	3	7,14	5	9,09	0	0
12A	1	2,38	4	7,27	0	0
12B	2	4,76	2	3,64	0	0
12C	0	0,00	1	1,82	0	0
13	1	2,38	0	0,00	0	0
14	1	2,38	1	1,82	0	0
15	2	4,76	5	9,09	0	0
16	0	0,00	3	5,45	1	25
17A	0	0,00	1	1,82	0	0
17B	0	0,00	2	3,64	0	0
18	0	0,00	2	3,64	0	0
TOTAL	42	100,0	55	100,0	4	100

Prancha 87

Prancha 88

Prancha 89

Prancha 90

Prancha 91

Prancha 92

Prancha 93

Prancha 94

Prancha 95

Prancha 96

Prancha 97

Prancha 98

Os vasilhames reconstituídos e suas funções presumidas

Rice (1987) apresenta algumas correlações entre forma, antiplástico e acabamento de superfície para o estabelecimento da função presumida do vasilhame. Não obstante, a reconstituição volumétrica é de suma importância para o estabelecimento de classes funcionais de artefatos cerâmicos (GOMES, 2005).

Vale destacar que as funções presumidas foram determinadas com base na forma e capacidade, não tendo sido efetuados estudos mais aprofundados sobre algumas características tecnológicas, com porosidade e resistência térmica, por exemplo. Isso porque se partiu da idéia de que o contorno e a capacidade volumétrica dos vasilhames permite o estabelecimento de classes funcionais gerais (HENRICKSON; McDONALD, 1983).

Conforme demonstramos anteriormente, no sítio do Capão os vasilhames estão distribuídos em um número maior de formas, enquanto no sítio Morrinhos há uma concentração de vasilhames na Forma 9 (cerca de 39% das peças reconstituídas). Ou seja, há uma padronização morfológica maior para os vasilhames do sítio Morrinhos.

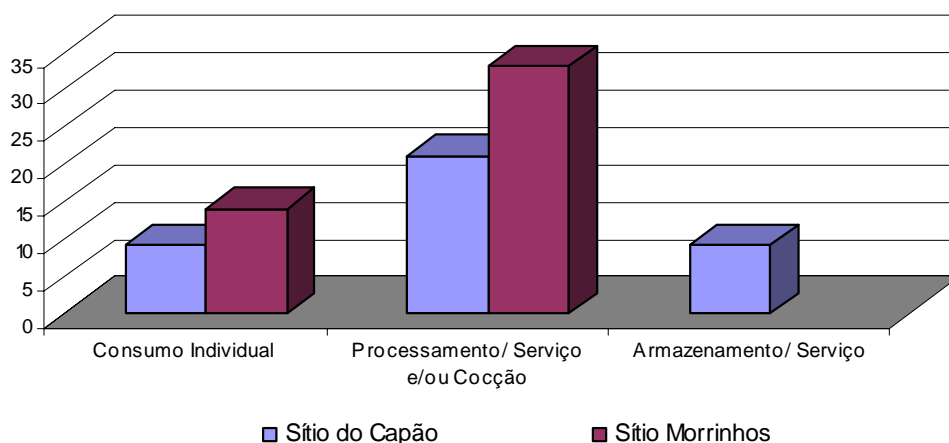
Proponho nas Pranchas 99 a 105 algumas interpretações acerca das funcionalidades dessas peças, baseadas nos critérios de padrões de uso estabelecidos por Gomes (2005). Desse modo, os vasilhames foram classificados em quatro grandes grupos:

- consumo individual: tigelas rasas ou tigelas profundas abertas com volumes que variam de 0,061 a 1,257 l;
- preparo, serviço e/ou cocção: tigelas rasas, profundas ou vasos profundos com contornos arredondados e estruturas levemente restringidas com volumes que variam de 1,100 a 9,638 l;

- processamento e/ou serviço: tigelas fundas ou rasas com contornos diretos abertos e volumes variando entre 8,611 e 8,765 l;
- armazenamento e/ou serviço: vasos profundos com contornos infletidos fechados com volumes de 1,977 a 12,965 l;

Os dados obtidos estão sintetizados no gráfico abaixo, excetuando-se os vasilhames da casa do Tatuapé que não foram integrados nas interpretações quantitativas, uma vez que é pequeno o número de peças reconstituídas nesse sítio (apresentadas na Prancha 99).

Gráfico 62 – Funções presumidas dos vasilhames cerâmicos.



Passemos aos dados advindos das reconstituições morfológicas do sítio Morrinhos (Pranchas 100-102).

Tabela 36 - Função presumida dos vasilhames cerâmicos do sítio Morrinhos.

Sítio Morrinhos	Volume	Total
Consumo individual	0,061-0,177 l	5
Consumo individual	0,338-0,752 l	7
Consumo individual	1,210-1,257 l	2
Processamento/serviço e/ou cocção	1,100-1,885 l	12
Processamento/serviço e/ou cocção	2,017-3,751 l	10
Processamento/serviço e/ou cocção	4,438-5,831 l	7
Processamento/serviço e/ou cocção	8,382-13,777 l	4

Prancha 99

Prancha 100

Prancha 101

Prancha 102

Uma primeira característica a ser notada é uma maior padronização das formas do sítio Morrinhos, característica apontada por Van der Leeuw (1984) como indicadora de um incremento da escala de produção cerâmica. Com relação à espacialização desses artefatos, 94,5% dos vasilhames são provenientes de uma provável área de cozinha na parte posterior externa da casa. Outra diferença identificada foi que o percentual de vasilhames destinados ao consumo individual de alimentos e bebidas é maior que o identificado no sítio do Capão. Ademais contamos para esse sítio com tigelas rasas com menos de 200 ml de capacidade (9% dos vasilhames reconstituídos) que podem estar associadas a outras funções como, por exemplo, “potiches” de uso doméstico, relacionados aos hábitos de higiene pessoal. Essas “miniaturas” (que tem de 6 a 8 cm de diâmetro de boca) também podem indicar relações de ensino-aprendizagem, onde as crianças imitariam os potes da mãe e/ou pai em tamanho menor, ou ainda podem indicar simplesmente atividades de lazer e entretenimento infantil (POLITIS, 1999).

A ausência de formas destinadas à estocagem de alimentos e bebidas no sítio Morrinhos remete ao uso de outros tipos de utensílios para essas atividades. O suprimento desses utensílios teria sido realizado por importação de material forâneo, como por exemplo, louças da Índia e material de produção regional, como as louças vidradas que eram produzidas em Minas Gerais já no século XVIII (conforme aponta Brancante (1975)).

Os vasilhames do sítio do Capão estão apresentados na tabela abaixo:

Tabela 37 – Função presumida dos vasilhames cerâmicos do sítio do Capão.

Sítio do Capão	Volume	Total
Consumo individual	0,228-1,083 l	9
Processamento/serviço e/ou cocção	1,186-3,686 l	15
Processamento/serviço e/ou cocção	4,430-9,638 l	6
Armazenamento/serviço	1,977-3,280 l	6
Armazenamento/serviço	6,827-12,965 l	3

Das peças destinadas ao consumo individual, apenas duas foram coletadas no interior da casa. No entanto, ambas foram coletadas nas trincheiras abertas no galpão anexo, possivelmente associadas a uma área de cozinha externa. Das demais peças, cinco foram localizadas na área de descarte de lixo doméstico. Ainda com relação às peças destinadas ao consumo individual, 55% foram decoradas, ou por meio da aplicação de engobo ou pela produção de motivos incisos. Uma característica interessante é que os outros 45% de vasilhames para consumo – os não decorados – apresentam superfícies enegrecidas e/ou brunidas associadas à adição de mica. Constatei que a mica aparece apenas na superfície externa dessas peças, distribuída de maneira uniforme indicando sua função na *performance visual* dessas peças, quiçá dotando-as de um aspecto estético adequado para a utilização à “mesa”.

A classificação de vasilhas destinadas ao processamento, serviço e/ou cocção abarca uma gama variada de funcionalidades, pois a distinção entre essas esferas é bastante tênue. Não obstante, algumas peças se prestam mais às atividades de cocção (Formas 2, 6, 7, 8 e 9) do que outras (Formas 3 e 12), uma vez que possuem formas mais arredondadas. Foi evidenciada a preferência pelo antiplástico mineral na confecção dessas vasilhas para processamento, serviço e cocção. De acordo com Schiffer e Skibo (1997), os antiplásticos minerais potencializam a efetividade térmica dos potes, sendo, portanto, mais adequados para vasilhames destinados à cocção, embora venham diminuir a durabilidade desses potes. De qualquer modo, a espessura desses antiplásticos é menor que 2 mm em 72% desses vasilhames, denotando uma possível tentativa em garantir uma maior vida-útil para essas peças, uma vez que elementos minerais de dimensões maiores aumentariam ainda mais o choque térmico durante o processo de queima e uso sobre o fogo, causando rachaduras e quebra dos vasilhames. Outra característica favorável ao uso dessas peças para cozinhar são as espessuras refinadas de suas paredes, que não ultrapassaram 1,2 cm, conduzindo melhor o calor. A frequência de decorações nessas vasilhas é de cerca de 38%, sendo freqüentes as decorações incisas em espaços próximos à boca dos vasilhames.

Os vasilhames profundos relacionados ao armazenamento e/ou serviço de víveres apresentam formas restritas, antiplásticos de baixa porosidade (minerais e fragmentos de caco-moído com cerca de 1 mm de espessura) e superfícies bem alisadas, características colocadas por Rice como preferíveis nas vasilhas para armazenar líquidos (RICE, 1987).

Um aspecto que não deve ser esquecido é que os vasilhames cerâmicos são ferramentas multifuncionais, isto é, podem circular de maneira dinâmica por funções diferenciadas. Por exemplo, as formas adequadas ao armazenamento foram sempre acompanhadas de tratamentos decorativos elaborados, dotando-as de qualidade estética para o serviço desses líquidos no local de refeição (“mesa”). Algumas tigelas rasas (Formas 6A e 6B) parecem apropriadas tanto para o preparo (cocção) quanto para o serviço de alimentos. Ademais, as formas reconstituídas apresentam dimensões adequadas à mobilidade das atividades dentro desse espaço, pois podem ser levadas de um local a outro com relativa facilidade (Pranchas 103-105).

Marcos Souza (2000) propôs interpretações funcionais para as diferentes formas de recipientes cerâmicos presentes no Arraial de Ouro Fino, no século XVIII. Identificou então formas relacionadas ao preparo (panelas), serviço (tigelas), consumo (xícaras e malgas), estocagem de sólidos e líquidos e ainda cadinhos de uso doméstico. As formas associadas ao consumo individual nos sítios do Capão e Morrinhos se assemelham às xícaras, malgas e cadinhos apresentados por este autor. Entretanto os pratos e tigelas rasas abertas, associadas ao consumo de sólidos/semi-sólidos, foram mais freqüentes no contexto ora apresentado (as reconstituições em 3D dos vasilhames do sítio do Capão e do sítio Morrinhos estão apresentadas nas Pranchas 106 e 107).

No que concerne às capacidades volumétricas, podemos aventar uma associação com as quantidades de alimentos produzidos nessas vasilhas. Desse modo, partindo da idéia de que uma porção de semi-sólidos equivaleria a 500 ml, o sítio do Capão apresenta “panelas” um pouco menores que, no entanto, chegariam a

produzir pelo menos 20 porções, enquanto que o sítio Morrinhos apresenta vasilhames que dariam conta de quase 30 porções.

Não obstante, esses vasilhames maiores aparecem em menor número em ambos os sítios. No sítio do Capão 71% das “panelas” não produziram mais que oito porções e em Morrinhos 87% dos vasilhames destinados ao preparo não ultrapassam a capacidade de seis litros, o que corresponderia a 12 porções.

Como atesta a documentação histórica, essas unidades habitacionais constituíam a sede de propriedades de “gente de grandes posses”. Diante desse fato, cabe-nos perguntar a que se destinava essa louça? Era partilhada por senhores, escravos e demais agregados ou destinados ao uso exclusivo de um destes grupos?

Essa mesma documentação histórica (intensamente estudada por Ernani da Silva Bruno) remete a uma quantidade reduzida de louças forâneas, que não dariam conta de todas as atividades relacionadas à produção, armazenamento e consumo de víveres, o que sugere que todos os habitantes da casa fizeram uso dessa louça de barro, certamente, em circunstâncias diferenciadas. Como indica Therrien, todos os povos tiveram, em todas as épocas, suas necessidades e seus luxos (2002). Desse modo, se para a “gente de posse” a louça de barro passou necessariamente por questões de necessidade, uma vez que em momentos de afirmação as louças forâneas devem ter sido os veículos prediletos, para escravos e homens livres a dita louça de barro certamente participou da construção de identidades sociais e coletivas.

Nesse sentido faz-se necessário abordarmos quais as identidades sociais envolvidas na produção da cerâmica local/regional. Sabemos que as três casas sede apresentadas – e os agentes sociais que por elas passaram – consumiram esse tipo de utensílio, mas poucos foram os indicadores – resíduos e implementos – de uma produção local dessa cerâmica, principalmente no que concerne à casa do Capão. Mas antes de avançarmos por essas casas, encontramos uma olaria no meio do caminho.

Prancha 103

Prancha 104

Prancha 105

Prancha 106

Prancha 107

Uma olaria no meio do caminho

Estudos sobre centros produtores de cerâmica são de fundamental importância em contextos arqueológicos que envolvem a especialização dessa arte e o incremento das redes de distribuição e comércio. Como apontou Van der Leeuw: “Ceramic studies should begin with a thorough analysis and characterization of the materials from known production centers” (1984, p. 59). No Brasil não contamos com estudos que abordem essas questões para os diversos contextos coloniais e pós-coloniais nos quais se encontra a cerâmica de produção local/regional, fato que dificulta a compreensão das redes de interação envolvidas na produção, distribuição e consumo dessa categoria de material.

A escassez desse tipo de estudo e o fato de ter identificado um sítio voltado à produção de cerâmica, datado do século XVII, levaram-me a incorporar as reflexões advindas dessa experiência. Este sítio foi cadastrado durante o diagnóstico elaborado para a duplicação da Rodovia SP 300, na confluência dos Municípios de Itu e Salto (ZANETTINI, 2003b). Por estar situado na área a ser diretamente afetada pelo empreendimento, o mesmo foi contemplado no Programa de Resgate desenvolvido *a posteriori* (Prancha 108).

As escavações revelaram que o sítio tratava-se, na verdade, de uma olaria outrora existente junto à rota e caminho das monções. Foram realizadas datações de diversas amostras colhidas por meio de TL, que indicaram o seu funcionamento em meados da do século XVII (360 ± 40 anos)⁴⁴.

A olaria estava implantada em um terraço junto à margem esquerda do ribeirão da Onça, rica em depósitos de argila. Devido ao estado de conservação e relevância do material identificado, optou-se pela abertura de áreas amplas de escavação de modo a evidenciar estruturas, o que rendeu um material bastante íntegro e diversificado, por si só, prestando-se à dilatação do repertório que usualmente se dispõe para outros contextos.

⁴⁴ Realizado no Laboratório de Vidros e Datações, FATEC/SP em 19/09/2003.

Prancha 108

A olaria contava com duas feições repletas de carvão e cinzas, peças refugadas e bolotas de argila queimada em profusão. Sondagens regulares ao longo de mais de 3 hectares ao seu redor não indicaram a presença de qualquer outra edificação associada, o que acentua seu caráter autônomo de unidade devotada à produção para atendimento de um mercado externo. Apesar de atingir a profundidade de até 1,5 m, o material conforma um único nível arqueológico (aferido a partir da remontagem de peças de níveis extremos), sugerindo uma produção contínua por um período determinado de tempo.

Dentre as 3.412 peças coletadas, 92% correspondem a fragmentos cerâmicos. Todo o material passou por uma análise preliminar e as peças dotadas de atributos decorativos e/ou morfológicos (798 fragmentos) passaram por estudos minuciosos.

Vale ressaltar que se conta, no sítio, com poucos artefatos de produção alóctone, no caso uma base de malga e alguns fragmentos de porcelana com decoração azul sobre branco (*Swatow*), de procedência chinesa, além de três fragmentos de faiança portuguesa. Contamos, ainda com um diminuto fragmento de louça que se assemelha à produção portuguesa de Extremoz (barro vermelho). (Plancha 109).

Quanto às matérias-primas utilizadas na confecção dos vasilhames cerâmicos, verificamos uma homogeneidade significativa das pastas, com distribuição bastante regular dos antiplásticos. Da mesma maneira, percebemos a presença de antiplástico mineral e caco-moído, este último observado em 64% das peças.

Quanto aos antiplásticos minerais, é difícil estabelecer se foram intencionalmente adicionados à argila ou se já compunham a matéria-prima original. Importa salientar que, mesmo não sendo o antiplástico mineral (no caso principalmente quartzo) intencionalmente adicionado, a escolha de uma argila com essa composição não é aleatória, mas sim uma escolha tecnológica.

Prancha 109

A técnica utilizada para a construção dos potes foi, por excelência, a acordelada, uma vez que 52% dos fragmentos apresentaram padrões de quebra que evidenciaram nitidamente os roletes. Como apenas três peças revelaram a técnica torneada, as mesmas devem ser exógenas ao contexto da olaria e, as peças não identificadas correspondem a fragmentos que não apresentaram fraturas seguindo os roletes. Ademais, as peças modeladas estão associadas aos apliques e apêndices.

As escavações indicaram claramente a existência de duas depressões escavadas no solo, não tendo sido detectado no refugo, materiais que indicassem a possível existência de algum forno fechado com blocos de rocha ou tijolos. A análise das peças confirmou a hipótese de queima pouco controlada em forno aberto – 62% delas apresentaram marcas de queimas incompletas em ambiente oxidante, com a presença de núcleo escuro. Esse tipo de queima, em fogo aberto em lugar escavado, foi mapeado em trabalhos etnoarqueológicos, como por exemplo, na África, onde cerca de 20 potes eram queimados por vez em uma depressão rasa (DIETLER; HERBICH, 1989), e no Brasil, com a obra de Scheuer (1982)⁴⁵.

O acabamento de superfície mais freqüente observado é o alisamento, muitas vezes utilizado como suporte para aplicação de decorações plásticas. Vale destacar a ocorrência de tratamento de superfícies enegrecidas.

Quanto às decorações, elas foram identificadas em 37% das peças, nas quais observamos uma significativa diversidade decorativa, podendo-se constatar mais de 40 combinações decorativas distintas, indicando a presença de um componente criativo evidente e uma maior liberdade por parte dos oleiros(as) envolvidos na produção, ou também um estabelecimento fluido, ainda, das relações de ensino-aprendizagem, questões aprofundadas adiante (Pranchas 110-111).

⁴⁵ Scheuer mapeou sete tipos diferentes de estruturas de combustão em diversos contextos de produção oleira, localizados nos Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso (para fotos e desenhos de cada uma dessas estruturas de combustão, ver Scheuer (1989: 79))

Com a análise do material foi possível reconstituir 14 formas de vasilhames cerâmicos, distribuídos em 35 subtipos – estabelecidos de acordo com a variação do tamanho do diâmetro de boca e altura, destacando-se algumas formas como tampas, jarras, canecas, xícaras, pratos, moringas, cachimbos etc. (Pranchas 112-115).

A relação entre decorações, contornos e tamanhos permite a formulação de algumas hipóteses com relação às funções de cada vasilhame. Algumas funções são recorrentes como o preparo, serviço e consumo de alimentos. Não há presença de vasilhames para transporte e/ou armazenamento de grandes quantidades. Os vasilhames identificados com a função de armazenamento, por suas formas restringidas, ocorrem em tamanhos pequenos.

Assim, conclui-se que a produção da olaria estava voltada à produção de um naipe específico de utensílios para o mercado, notadamente aqueles que se relacionam à esfera alimentar. Não obstante, conta-se ainda na coleção com a presença de bolinhas e cachimbos (Prancha 111), relacionados ao universo de lazer e entretenimento. Também foram encontrados alguns fragmentos de telhas.

A louça produzida nesse sítio apresenta características tecnológicas que nos remetem a contextos indígenas (decoreção “corrugada”, comumente associada a grupos ceramistas pré-coloniais), ou que são consorciadas a elementos morfológicos associados a louças de produção europeia ou asiática (jarras, xícaras, canecas e tampas de panelas, por exemplo). Ou seja, visualiza-se uma simbiose de eventual manutenção de tecnologia indígena voltada à produção de artefatos relacionados a padrões formais de costumes do além-mar.

Diante dessas características, a Olaria de Itu pode ser caracterizada como um processo de transição entre uma indústria doméstica (*household industry*) e uma oficina particular (*individual workshop*) (VAN DER LEEUW, 1976 *apud* PEACOCK, 1982).

A indústria doméstica diz respeito aos primeiros passos na produção especializada. Os artesãos(ãs) não produzem em tempo integral, explorando um mercado ainda pouco estabelecido, muitas vezes caracterizado por trocas não monetárias. Nesse sentido, vale destacar que a técnica de produção anteriormente conhecida no âmbito da produção doméstica é pouco afetada, pois o investimento em equipamento é pequeno – isso poderia explicar a continuidade da técnica acordelada e o processo de queima ainda pouco controlado. Ademais, a atividade oleira pode ser sedentária ou nômade, podendo haver uma separação entre os locais de habitação e produção, característica das atividades especializadas (ETCHEVARNE, 2003).

Na oficina particular, a produção de cerâmica passa a constituir o principal meio de subsistência do grupo envolvido, embora a atividade oleira possa ocorrer de modo sazonal. Como a produção passa a ser voltada para obtenção de lucro no mercado, há um incremento de ferramentas na produção, como, por exemplo, o uso de tornos e fornos, de acordo com os pressupostos colocados por Van der Leeuw. Esse sistema é caracterizado por “increased scale and efficiency of production by specialist producers, often in relatively small-scale family workshops” (VAN DER LEEUW *apud* SINOPOLI, 1991, p. 99). Em termos da organização social da produção, de acordo com os pressupostos colocados por Rice, a oficina funcionaria com o trabalho familiar sob a liderança do homem (RICE, 1987).

Não obstante, esses modelos nos servem apenas como parâmetro comparativo. A variabilidade de formas e decorações vislumbrada na Olaria de Itu sugere, por sua vez, uma forma não padronizada dessa produção, além de relações de ensino-aprendizagem bastante fluidas, uma vez que a produção é marcada por variações idiossincráticas (SACKETT, 1977). Sabendo-se que a padronização é uma das forças motrizes para a efetiva implantação e consolidação do sistema capitalista, mesmo que em sua fase ainda incipiente e embrionária, pode-se apontar uma resistência desses artesãos ao enquadramento nesse sistema.

Com relação ao conceito de padronização, este não significa necessariamente que apenas um tipo de vasilhame seja produzido e consumido em uma comunidade, mas, sim, indica uma menor heterogeneidade em cada categoria de cerâmica (RICE, 1987, p. 202). Segundo Rice, na cerâmica voltada à troca/venda o estilo decorativo pode ser estandardizado ou, pelo contrário, caracterizado por uma alta variação e diversidade (Ibidem, p. 203), fenômeno vislumbrado na olaria.

Partindo da idéia de que o estilo tecnológico é um meio de comunicação não-verbal (WIESSNER, 1990), que pode estar expresso em qualquer estágio da cadeia operatória dos artefatos, desde a escolha das matérias-primas até a finalização do vasilhame, a permanência de um determinado *modo de fazer*, vislumbrado nos atributos técnicos, pode demonstrar também a afirmação de uma identidade sociocultural.

Desse modo, o estudo da Olaria possibilitou vislumbrar processos intermediários, muito aquém da formação de uma tradição de produção, em que os atores sociais envolvidos criaram contextos produtivos singulares. A partir de um *corpus* de conhecimento relativo à tecnologia de produção dos artefatos cerâmicos, esses oleiros(as) criaram vasilhames adequados às novas demandas de uma São Paulo mercantil escravista, em processo dinâmico de expansão. Isso não quer dizer que não esteja expressa nesse material uma resistência cultural, mas, muito aquém de uma identidade étnica, eclipsada por intensos processos de transculturação, essa resistência está relacionada a um determinado *status* social, caracterizado pela “marginalidade” em uma sociedade mercantil que se impõe.

Prancha 110

Prancha 111

Prancha 112

Prancha 113

Prancha 114

Prancha 115

Trilhando caminhos entre caçoilas, sertãs, potes e vasilhas

Em meu deslocamento pelo cinturão caipira existente ao redor da vila, vou paulatinamente explorando alguns elementos do cotidiano produtivo nas grandes e pequenas propriedades, ou mesmo nos seus interstícios, povoados por olarias. Pelos caminhos encontro vendeiros ou escravos a serviço de seus donos a oferecer caçoilas, sertãs e quartins, barro sendo buscado, retirado e preparado, enfim, vou criando um cenário não retratado por viajantes e aventureiros que por aqui passaram. Esse cenário foi vislumbrado a partir da análise dos artefatos cerâmicos, da correlação com outros tipos de vestígios materiais, da interpretação dos usos dos espaços evidenciados e do diálogo com a “arqueologia documental”.

Além do estudo exaustivo dos acervos provenientes das três Casas Bandeiristas diretamente abordadas na tese (sítio do Capão, Morrinhos, casa do Tatuapé) e da cerâmica advinda de um centro de produção (sítio 6 – Olaria), ampliei a amostra analisada no intuito de verificar continuidades e mudanças nos objetos cerâmicos encontrados em sítios pertencentes ao mesmo recorte cronológico. Desse modo, foram estudados os acervos cerâmicos de mais três casas bandeiristas: sítio Mirim (ANDREATTA, 1982), casa do Itaim Bibi (ANDREATTA, 1988) e sítio Calu (DOCUMENTO, 2001).

Além das casas mencionadas, foram abordados sítios situados na órbita dessas casas como, por exemplo, o sítio Sete Lagoas (DOCUMENTO, 2001); o sítio Flamboyant (datado por TL entre 1503-1605) localizado nos arredores do aldeamento do Embu (DOCUMENTO, 2001); uma unidade voltada às atividades de mineração, o sítio Corvo (DOCUMENTO, 2001); e, ainda, um sítio inserido em um nucleamento de feições urbanas, o Quintal do Museu da Energia em Itu (ZANETTINI, 1999a). Esses sítios estão apresentados nas Pranchas 116 a 126. Ademais, comparei esses dados com os resultados apresentados para o Vale do Paraíba (SCIENTIA, 2003) e com as análises efetuadas por Morales para o sítio Russo em Jundiá (2000).

Prancha 116

Prancha 117

Prancha 118

Prancha 119

Prancha 120

Prancha 121

Prancha 122

Prancha 123

Prancha 124

Prancha 125

Prancha 126

A partir do estudo comparativo dos doze sítios supracitados (apresentados nas Pranchas 116 a 126) e do controle cronológico e estratigráfico de alguns dos acervos obtidos, como o Quintal do Museu da Energia, o sítio do Capão e a Olaria, foi possível estabelecer um modelo interpretativo acerca dos diferentes contextos de produção, distribuição e consumo desses artefatos cerâmicos, detalhado a seguir:

Contexto 1

Esse contexto foi visualizado no Sítio 6 – Olaria, sendo caracterizado por uma unidade voltada à produção familiar para venda e/ou troca no mercado, apresentando uma alta variabilidade no repertório de formas e decorações. Verifica-se a permanência de técnicas de produção e queima anteriores, sem investimento em implementos. Por outro lado, há uma adequação do repertório de formas conhecido por grupos indígenas e, quiçá, africanos, às novas demandas da sociedade mameluca, verificando-se também algumas “cópias” de formas européias (xícaras, copos e tampas). A variabilidade decorativa evidenciada nesse contexto pode estar associada à necessidade de favorecer uma melhor *performance visual* desses artefatos à mesa, ou seja, os consumidores dessa louça de barro geravam uma demanda por vasilhas que tivessem um aspecto estético agradável aos padrões da sociedade regional. Outro fato é que, embora algumas técnicas e tipos decorativos se repitam – como os incisos, por exemplo – , a composição, orientação e profundidade dos motivos decorativos são altamente variadas. Esse fato remete a contextos de ensino-aprendizagem bastante fluidos, ou ainda, ao predomínio de artesãos novos e inexperientes, que tendem a criar e inventar mais que os artesãos experientes (DIETLER; HERBICH, 1989; DEBOER; LATHRAP, 1979). Do mesmo modo, em alguns casos esses padrões decorativos apontam para uma releitura de elementos tomados à faiança portuguesa e porcelana da China, a partir de um domínio significativo de técnicas plásticas – bastante conhecidas pelos índios Guarani, por exemplo.

Contexto 2

Esse contexto é caracterizado por sítios nos quais a produção de vasilhames cerâmicos para consumo foi reduzida, os resíduos do processo produtivo não aparecem e as pastas cerâmicas são bastante diversificadas, em termos de composição, granulometria e coloração, conforme comprovaram as análises químicas desse material (Anexo 3). A demanda desses utensílios – vale destacar que nessa época louças e metais eram bastante caros – deve ter sido suprida por unidades de produção externas (olarias) ou ainda aldeamentos. Os artefatos cerâmicos consumidos são caracterizados também por uma alta variabilidade do repertório de formas e decorações. Os acervos do Sítio do Capão – notadamente aquele advindo da lixeira –, do Sítio Mirim e de uma das camadas do Quintal de Itu, podem ser inseridos nesse contexto. Também vale destacar que, em espaços onde se deu uma gama variada de atividades econômicas no contexto mercantil colonial, a produção da cerâmica local/regional deve ter sido uma preocupação secundária.

Contexto 3

Sítios que produziram uma cerâmica local para uso interno e, eventualmente, para a venda. Morales caracteriza essa produção como “individualizada e sujeita a variações idiossincráticas. Produzida para uso doméstico, apresentaria maior adaptação a necessidades específicas de uso/consumo. Identificada com sua cultura de origem ou relacionada a novas articulações, a cerâmica doméstica continua apresentando uma maior diversidade morfológica, estilística e tecnológica” (MORALES, 2000, p. 81). No entanto, a diversidade de formas e estilos é menos acentuada que a vislumbrada no Contexto 1, de produção devotada à troca/venda. Os sítios Flamboyant, Sete Lagoas e Corvo estão muito provavelmente enquadrados nesse contexto, assim como o sítio Russo analisado por Morales (2000). Vale destacar que esses sítios ocupavam, possivelmente, espaços situados nas proximidades das sedes de grandes propriedades, sendo que no caso do sítio Sete Lagoas, pode-se afirmar que se localizava na órbita de uma casa-sede (sítio Calu).

Contexto 4

Ao contrário dos contextos anteriormente apresentados, onde se pode indicar um mesmo enquadramento cronológico entre os séculos XVII e XVIII, o Contexto 4 é mais recente, situado na passagem do século XVIII para o XIX. Nesse momento tem-se uma produção mais padronizada, as decorações ficam restritas aos tipos incisos, desaparecendo os corrugados e as técnicas associadas; o engobo passa a ser mais refinado, distanciando-se cada vez mais do engobo típico da Tradição Tupiguarani; aparecem algumas peças torneadas; as pastas apresentam granulometrias mais apuradas e as formas também demonstram uma menor variação dentro de cada tipo. A partir do início do século XIX, a louça de barro vai se tornando mais rara. Quando utilizada, passa a atender a demandas bastante específicas, como, por exemplo, os grandes potes para armazenamento e transporte de líquidos. A sociedade se transformou e, com a abertura dos portos, ficou mais fácil importar produtos forâneos. Pode-se indicar que esse contexto está associado às camadas mais superficiais do registro arqueológico, como bem demonstrou o Quintal do Museu da Energia de Itu. Os acervos do sítio Morrinhos e Itaim Bibi estão associados, em grande parte, a esse contexto mais recente, uma vez que o material arqueológico do século XVII não foi recuperado.

Podem-se notar algumas semelhanças em todos os contextos analisados, como, por exemplo, a permanência, em todos os sítios, de processos pouco controlados na queima dos vasilhames cerâmicos, ou seja, o incremento lento de fornos controlados. O uso de torno na fabricação dos vasilhames também é bem restrito⁴⁶. A adição do caco-moído é mais freqüente na Olaria, fato que pode estar relacionado às matérias-primas da região. Vale destacar que nos acervos do Vale do Paraíba temos essas mesmas permanências, sendo detectada uma baixa variação tecnológica tanto intra quanto intersítios (CALDARELLI, 2003)⁴⁷. A mesma continuidade pode ser indicada para o material proveniente dos sítios Ambuitá 1 e Ambuitá 2, localizados no Município de Itapevi (DOCUMENTO,

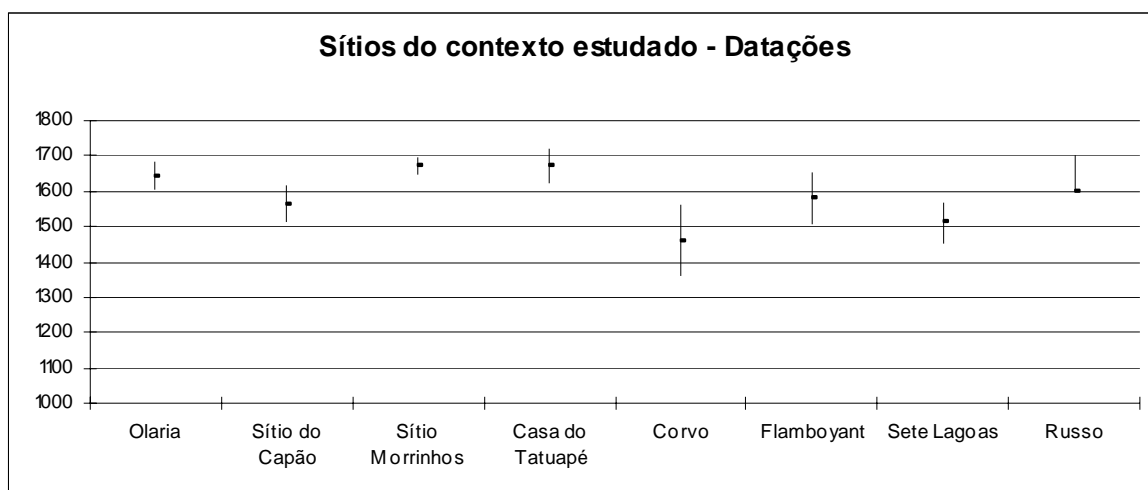
⁴⁶ Lembremos que a amostra do sítio do Tatuapé está limitada a 86 fragmentos.

⁴⁷ No referido trabalho, apenas a *cerâmica leve*, caracterizada por uma maior padronização na produção dos vasilhames e por uma pasta bastante refinada, é colocada como passível de comercialização (CALDARELLI, 2003).

2004b). O segundo apresentou características que remontam a uma forte influência de técnicas associadas à Tradição Tupiguarani (decoreção corrugada, ungulada e pintura com motivos geométricos sobre engobo branco), remetendo a um contexto cronológico mais recuado (DOCUMENTO, 2004b, p. 125). O sítio Ambuitá 2 pode estar inserido no Contexto 3, no entanto, os dados obtidos na bibliografia não apontam seguramente para essa associação, embora ele se enquadre possivelmente nos domínios de uma grande propriedade rural, o solar São João. O sítio Ambuitá 1, por sua vez, apresentou características que o enquadram no Contexto 4, com o predomínio de decorações incisas e a ocorrência de algumas peças torneadas (Ibidem, p. 118).

O gráfico a seguir apresenta as datações disponíveis para o contexto em estudo, lembrando que essas datas provêm de análises efetuadas por termoluminescência (ANDREATTA, 1979-81; ANDREATTA, 1981-84; MORALES, 2000; ZANETTINI, 2003B; DOCUMENTO, 2004b), sendo que apenas a Casa do Tatuapé conta com uma data pelo método do C14. Assim, essas datas devem ser tomadas com cautela e, sempre que possível, ser associadas às cronologias advindas da documentação histórica sobre esses sítios, caso estas existam.

Gráfico 63 - Datações disponíveis para o contexto.



De qualquer modo, as datas estão, em geral, em concordância com o modelo anteriormente explicitado, sendo a Olaria e o sítio do Capão os contextos mais recuados. O material cerâmico do sítio Corvo, com datação recuada, apresentou uma certa padronização, estando associado a meados da segunda metade do século XVIII; o material associado às primeiras ocupações deve ter sido comprometido por processos pós-deposicionais.

Com relação às formas, os conjuntos artefatuais analisados revelaram uma preponderância de tigelas para serviço e consumo, assim como de vasilhas para preparo de alimentos sobre o fogo. No entanto, alguns contextos oferecem formas bastante específicas, como, por exemplo, canecas e xícaras para consumo de bebidas (Olaría), pequenas tigelas usadas para o consumo individual (Olaría e sítio Morrinhos) e “potiches” de uso doméstico (sítio Morrinhos). As vasilhas possivelmente destinadas a transporte de líquidos também aparecem nos contextos do sítio do Capão e da Olaria. São sempre recorrentes as asas, alças e outros apêndices, assim como as tampas⁴⁸.

Quanto à porcentagem de peças decoradas nos sítios, ela se mantém equilibrada, mas vislumbro diferenças significativas quanto ao número de técnicas utilizadas. O Contexto 4 apresenta de um modo geral, os tipos incisos e/ou penteados e a preferência cada vez maior por superfícies internas brunidas e externas enegrecidas. Os demais contextos oferecem uma grande variabilidade de decorações, notadamente no caso da Olaria.

Tomamos como pressuposto que o estilo pode estar expresso em qualquer estágio da cadeia operatória dos artefatos, desde a escolha das matérias-primas até a finalização do vasilhame, sendo caracterizado como um modo específico de fazer algo, peculiar a um determinado tempo e lugar (SACKETT, 1977). Desse modo, a análise empreendida não teve como objetivo principal associar as decorações com identidades étnicas particulares, mas buscou identificar ou não a

⁴⁸ As formas ora apresentadas foram mostradas aos pesquisadores europeus, em sua maioria portugueses, que participaram do CERAMIG 2003 e, exceto pelo copo e xícara da Olaria, as formas não foram reconhecidas como semelhantes àquelas existentes no contexto europeu.

existência de padronizações regionais dos mesmos, assim como desenvolver uma reflexão sobre a *performance visual* desses motivos.

Para Wiessner o estilo é um meio de comunicação tanto em termos de uma linguagem simbólica coletiva (estilo emblemático), como uma marca do indivíduo na sociedade (estilo assertivo) (WIESSNER, 1983), residindo no resíduo formal de uma escolha cultural, consciente ou inconsciente, expressa nas ações dos artesãos(ãs) e usuários (DAVID; KRAMER, 2001). Chamo ainda a atenção para o fato de que a cerâmica teve certamente uma dupla leitura: por um lado, foi produzida com uma determinada mensagem impressa pelo artesão(ã) e, por outro, foi consumida em um contexto que a dotou de outros significados.

Os motivos incisos se repetem, como, por exemplo, os losangos, ziguezagues e curvilíneos, no entanto, quando consideramos a ação do artesão – que imprimiu linhas mais profundas ou superficiais, ou ainda, realizou movimentos contínuos ou descontínuos –, encontramos uma profusão de marcas que revelam uma variabilidade de caráter individual na produção das decorações. Essas ações diferenciadas apontam para um contexto de relações conflituosas e fluidas, no qual brancos, índios e africanos entraram num processo de transculturação, expresso também na variabilidade formal dos utensílios cerâmicos.

A permanência de certas técnicas produtivas também pode ser um marcador de identidade social, quiçá de resistência, lembrando que a produção de cerâmica voltada à troca envolve necessariamente uma mudança de significado. Em alguns estudos etnoarqueológicos pôde-se demonstrar que o repertório de matérias-primas, formas e proporções também constituem marcadores de identidade social, além da decoração (como na cerâmica Luo, apresentada por Dietler; Herbich (1989)).

Nesse sentido, mais do que a indicação de marcas étnicas, a análise dos atributos decorativos pode elucidar questões acerca das relações e interações entre oleiros, tanto entre indivíduos próximos, nas relações de ensino-aprendizagem, quando entre centros de produção diferenciados. Ademais, a

relação social contida na decoração pode ter sido uma consequência da forma como se fez a decoração e não em seu resultado final (DIETLER; HERBICH, 1989).

Arnold aponta que “decorative patterns are derived less from motor-habit patterns than from cognitive knowledge, and are thus more easily modified than the basic motor habits involved in vessel fabrication” (ARNOLD, 1994, p.181). O mesmo autor indica a necessidade dos arqueólogos se voltarem, antes de tentar achar uma relação entre grupo étnico e cultura material, para a relação entre os artefatos e a sociedade, assim como para a análise do micro-nível dos produtores desses artefatos (ARNOLD, 1994).

Alguns caminhos nos parecem essenciais na busca de um melhor refinamento das análises dessa categoria de material, como, por exemplo, o desenvolvimento de trabalhos etnoarqueológicos que possam gerar princípios correlatos para a interpretação arqueológica de contextos históricos. Contamos com alguns trabalhos iniciais, sobretudo os estudos empreendidos por Scheuer (1982) e o recente trabalho de Etchevarne (2003).

Temos plena consciência de que essa produção, independentemente da escala e época, desde os primeiros contatos, não pode ser jamais dissociada de processos econômicos e sociais que mantêm estrita ligação com uma economia globalizada, o que não significa simplesmente a transposição, aquisição e aceitação de modelos engendrados no seio das metrópoles dominantes. Essa produção oleira tem sua especificidade, reinventa formas, associa uma multiplicidade ímpar de decorações e se insere em espaços diversificados, o que por si só advoga um novo olhar por parte da Arqueologia.

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO

Declaro que tenho um moço do gentio da terra da minha obrigação, que declaro meu tío, irmão de minha mãe, casado com uma índia da aldeia e assim por bons serviços que me tem feito (...) o declaro forro e livre.

Testamento de Antônio Nunes, 1643

A aldeia global de Piratininga

Basta uma breve incursão pelas ruas do centro ou pela periferia da gigantesca metrópole que São Paulo é hoje, para nos darmos conta da verdadeira Babilônia que ela é, construída por milhões de mãos no planalto Paulistano, no transcurso desses últimos 451 anos.

Entre os Pankararu do bairro do Morumbi e os Guarani do Jaraguá ou do Morro da Saudade, em Santo Amaro, acomoda-se ao longo da calha do Tietê e seu entorno uma vasta população que cria cotidianamente estratégias de sobrevivência e ocupação deste espaço, as mais diversificadas e inusitadas, em resposta aos desígnios e imperativos da economia mundial. Cerca de 18 milhões de indivíduos integram esse complexo sistema sociocultural, assegurando a sua reprodução por meio de processos ininterruptos de embates, recusa, apropriação e negociação envolvendo a criação, leitura e releitura cotidiana de espaços, origens, memórias, crenças, práticas e hábitos, intermediados a todo instante pela cultura material (BRUNO, M., 2004; LEFÈVRE, 2004; JULIANI 2004; LOPES, 2004; MAGNANI, 2004; MARANHÃO, 2004; SCARLATO, 2004; ZANETTINI, 2004).

Foi sob essa perspectiva de complexidade das relações sociais, surgidas com a mundialização iniciada a partir do século XV, que procurei divisar São Paulo em seu momento inicial de estruturação, enquanto uma genuína aldeia global,

intimamente conectada ao capitalismo mercantil, mesmo que ainda em sua fase embrionária (Cf. ORSER, 1992b, 1996b, 1999).

Assim, busquei identificar na vasta literatura referente à cidade, linhas de reflexão que coadunassem com tal perspectiva. Nesse sentido, a obra **A Trama das Tensões** (BLAJ, 1995), devotada à crítica da historiografia produzida sobre a São Paulo colonial, forneceu importantes elementos, em franca oposição à visão cristalizada nos grandes discursos elaborados a respeito de sua fundação e primeiros séculos de vida, nos quais São Paulo irrompe como uma iniciativa desvinculada do projeto mercantil, voltada à subsistência, imersa no isolamento e na pobreza. A região é assim tratada como exceção à regra, sendo muitas vezes apresentada como um sistema social do tipo estamental, dotado de feição de cunho eminentemente feudalizante.

A opção pelas Casas Bandeiristas se deu por vários motivos, alguns anteriormente expostos. Destaco sobretudo o fato de estas constituírem *loci* privilegiados de acesso ao cotidiano vivenciado à época. Assim, busquei identificar nessas sedes de fazenda, responsáveis pela conformação do espaço colonial, o dinamismo que lhes era negado, mas que se torna evidente quando se traz à luz a conflituosa formação da sociedade mameluca. Para tal, recorri, como referências, a diversas correntes teóricas da Arqueologia Histórica que puderam contribuir para o exame da gênese dessa sociedade.

Com este intuito, apresentei no Capítulo 1 – Cenário uma modelagem do espaço colonial no planalto Paulista entre os séculos XVII e XVIII, a partir da sistematização de dados arqueológicos disponíveis sobre a Região Metropolitana (sítios pré-coloniais, inclusive), confrontando-os com as demais fontes documentais e analíticas. Obtive como resultado uma expressão gráfica do território – entendido como paisagem culturalmente construída – em consonância com o momento histórico em questão, sofrendo, portanto, assim como outras regiões, os efeitos da globalização originada com o avanço lusitano em terras sul-americanas.

No Capítulo 2 – A Casa, procurei sistematizar as reflexões de estudiosos em torno da casa roceira de taipa de pilão, envolvendo os processos que conduziram à sua descoberta, caracterização e valorização enquanto patrimônio histórico. Fica claro então que tudo isso decorre de um momento específico da trajetória da burguesia paulistana e paulista, ávida pela materialização de símbolos úteis e necessários à formação de sua identidade, personificada na morada do Bandeirante – o herói paulista, desbravador e alargador de fronteiras, imagem disseminada junto à população brasileira como um todo.

Nesse capítulo procurei ressaltar como a Casa Bandeirista foi entendida pelos muitos historiadores da Arquitetura como obra genuína da sociedade mameluca, porém espelhando um mundo pouco afeito às mudanças, estático, dissociado do avanço mercantilista – construção teórica que ratifica o discurso historiográfico dominante. Em contraponto à interpretação da Arquitetura, apresento dados provenientes de escavações arqueológicas (muitos dos quais inéditos), que escaparam ao olhar atento dos especialistas devotados ao estudo de nosso patrimônio edificado e que corroboram a visão de uma sociedade colonial paulista dinâmica, plena de conflitos e em transformação.

Dentro dessa linha, tendo como base as evidências materiais deixadas no subsolo, propus funções e usos novos para a casa, distintos daqueles tradicionalmente propostos pela teoria e pelos estudiosos do tema.

Além de examinar as chamadas funções primárias das edificações, procurei explorar, por meio da Arqueologia da Arquitetura (ZARANKIN, 2002, 2005), a dimensão secundária ou simbólica dessas casas, entendidas então enquanto máquinas disciplinadoras (FOUCAULT, 1984), com foco no papel desempenhado por elas na construção ativa de um mundo novo, favorecendo e estimulando assimetrias necessárias à consolidação da sociedade mercantil no planalto.

Assim, para além da casa-vivenda unifamiliar, passei a vislumbrar a edificação como um complexo multifuncional. Torna-se então possível reintroduzi-la na paisagem modelada anteriormente, na qual ela passa a ser entendida como casa-

fortim, casa-entrepasto, e, sobretudo, casa-marco, onde o Velho Mundo pleno de novidades (ARIÈS; DUBY, 1991) empenhou-se em confinar o Novo Mundo, levando-o, não sem resistência, à sua total desagregação:

A convivência entre estes grupos de senhores e escravos, gentios e portugueses, foi marcada pela submissão, conflito e convivência doméstica, que introjetou no interior da morada dos paulistas elementos da cultura indígena e levou a um esfacelamento das tradições culturais no interior dos grupos indígenas. Este movimento durou desde o século XVI até o XVIII (THEODORO, RUIZ, 2004, p. 74)

Da casa-artefato, voltei-me ao estudo dos acervos exumados em distintos momentos (ANDREATTA, 1979/81, 1981/82, 1982, 1981/84, 1988; ZANETTINI, 1999a; ZANETTINI ARQUEOLOGIA, 2003a, 2003d; DOCUMENTO, 2001), sendo os procedimentos e resultados das análises abordados no Capítulo 3 – As coisas. Estes acervos foram então confrontados equipamentos e utensílios descritos nas fontes textuais, notadamente inventários e testamentos disponíveis para o período em estudo.

Durante o processo de estudo dos materiais, fui levado a deslocar meu foco principal de atenção. Inicialmente voltado aos objetos forâneos adquiridos e consumidos pela elite paulistana – como as porcelanas das Índias (BRANCANTE 1981; ZANETTINI, 1986, 1998), as faianças do Reino⁴⁹, a vidraria européia em geral (ZANETTINI; BAVA DE CAMARGO, 2005) –, passei, nos últimos dois anos, à análise aprofundada da louça de barro produzida em São Paulo, sobre a qual se conta com pouquíssimos estudos (MORALES, 2000; ZANETTINI; MORAES, 2005).

A análise dessa categoria de artefatos, por ora denominada de cerâmica de produção local/regional, exigiu o aprofundamento da literatura arqueológica consagrada ao tema, adaptações da mesma, ensaios metodológicos com diversos acervos e, sobretudo, o redirecionamento de modelos interpretativos. Isso levou à calibragem do olhar, que permitiu identificar processos alternativos

⁴⁹ Entre os anos de 2001 e 2003, fui organizador do CERAMIG, um grupo internacional de pesquisadores cujo objetivo girou em torno dos estudos sobre a dispersão das faianças ao redor do mundo.

de produção, voltados ao atendimento de demandas específicas colocadas pela sociedade mercantil em estruturação.

Acredito ser esta uma das principais contribuições desta tese. Pois os resultados alcançados não apenas se prestam ao aprofundamento em torno da atividade oleira ao longo do vale do Tietê durante o período colonial *per se*, como também contribuem para a discussão, que se faz cada vez mais necessária, por parte da Arqueologia Histórica, em relação à cerâmica neo-brasileira – categoria classificatória, aliás, de baixa eficácia, pois é amplamente empregada na literatura para designar, explicar e explanar sobre toda e qualquer terracota produzida em território brasileiro no decorrer dos últimos 500 anos (salvo raríssimas exceções; Cf. JACOBUS, 1996b; SOUZA, M. A., 2000). A louça de Piratininga, dotada de grande complexidade formal e decorativa, concorre para tal.

A análise arqueológica da louça permitiu do mesmo modo trazer de volta à história de Piratininga personagens eclipsados quase que por completo das demais fontes documentais. É o caso dos oleiros e suas olarias surgidas no *intermezzo* das propriedades rurais. Dessa forma, contribuindo para a dilatação do conhecimento em torno da organização social do planalto ao recolocar os homens livres em cena no seio da ordem escravocrata, a Arqueologia fornece uma imagem concreta dessa formação social e dessa parcela não menos significativa da população, geralmente ofuscada na literatura pelo binômio senhor/escravo (FRANCO, 1974; MARTINS, 1975).

Na esteira dessa reflexão, foi possível divisar, ante a sistematização e avaliação da produção analítica no campo da Arqueologia Histórica em curso na Região Metropolitana, suas deficiências e limitações. Tornam-se mais claros os desafios a serem superados por todos aqueles que se dedicam à pesquisa no interior das grandes metrópoles.

Os procedimentos levados a cabo conduziram-me, para além dos cacos cerâmicos, a um reencontro com a sociedade mameluca dentro e fora de seus palácios de barro. Pude então divisar ao menos alguns aspectos de uma São

Paulo globalizada e complexa, composta por seus senhores, escravos e trabalhadores livres.

Acredito que esta tese possa servir de estímulo (pelo menos é meu firme propósito) para que o conjunto de informações geradas pela Arqueologia a respeito da Casa Bandeirista (muitas circunscritas a relatórios relegados às prateleiras e ao esquecimento) passe a ser mais intensamente compartilhado, questionado e discutido. É assim que se poderá promover uma síntese integrativa a este respeito, envolvendo as diversas especialidades que convivem no trato de nossos recursos culturais, notadamente aqueles dedicados à preservação do patrimônio histórico e cultural. Percebi no exame da literatura que o conhecimento produzido por meio da Arqueologia praticada nas velhas casas paulistas desde a década de 1940 não motivou reflexões entre os estudiosos do tema. Do mesmo modo, o conteúdo disponível tampouco foi traduzido para a população leiga, que enxerga esses casarões de barro – se é que os vê – como a morada de nossos afamados “Bandeirantes”. Fica aqui nossa contribuição para que os segredos dessas esfinges sejam desvendados...

Por fim, acredito que esta tese não estaria concluída se não oferecesse alguma reflexão em torno da necessária reapropriação desses bens tão raros, que a cidade ainda não conseguiu devorar, traçando a seguir algumas diretrizes.

Saudosa Maloca: preenchendo vazios

Basta o interessado realizar uma visita aos casarões de taipa de pilão (se não estiverem fechados por algum motivo), para perceber que estes se apresentam desnudos, vazios de coisas e conteúdo, destituídos de sentido. Pode-se dizer que uma exceção à regra é a Casa do Butantã ou do Bandeirante, inaugurada um ano após a comemoração do IV Centenário. Ali se encontram equipamentos trazidos de alhures, apresentados ao público de forma atabalhoada (tachos de cobre lado a lado com mobília, ferramentas e outros tipos de objetos)⁵⁰.

A exibição montada na Casa do Bandeirante fornece à população uma pálida noção a respeito da sociedade mameluca e seus costumes; acena para uma composição da família bandeirista e dos usos que esta destinou aos espaços pouco condizentes com o dia-a-dia do morador de Piratininga, na perspectiva que adoto na presente tese. Assim, a casa mostra aos raros visitantes que por lá passam (Cf. SODRÉ, 2005) a existência pretérita de uma sociedade modelar, comportada, e de um passado nostálgico que serve, quando muito, para cimentar e perpetuar o mito criado pela velha historiografia paulista em torno de nossos Bandeirantes.

De modo distinto do que se observou no século passado, as casas de taipa parecem ter perdido completamente, na cidade globalizada, o sentido lhes foi dado, até mesmo para a vizinhança ao seu redor. Alguns exemplos prestam-se para ilustrar esse fato. Na Zona Leste, num bairro de periferia, o sítio Mirim já não pode ser divisado. A casa restaurada teve seu telhado retirado há alguns anos e as paredes acabaram sendo dissolvidas pelas águas, restando hoje apenas um monturo de barro próximo a um campo de futebol de várzea.

⁵⁰ Vale mencionar uma iniciativa rara e recente: a Casa do Bandeirante abrigou, até setembro de 2005, uma exposição dedicada a louças coletadas em escavações arqueológicas na cidade de São Paulo.

Destino semelhante teve outra casa no lado oposto da cidade, na zona nobre do Itaim Bibi, sede de fazenda outrora pertencente ao General Leopoldo Couto de Magalhães. Cercada por tapumes, as paredes expostas indicam que este bem igualmente protegido por Lei tem seus dias contados ante a especulação imobiliária na região mais valorizada da metrópole (Prancha 127). As paredes do sítio Calu, localizado na periferia do Embu das Artes, estão integralmente confinadas pelos muros de um motel, guardado por cães ferozes. No Jardim Anália Franco, os moradores próximos ao sítio do Capão desconhecem que este bem foi restaurado e por ora permanece fechado.

Já a Casa do Sertanista guardou (e não expôs), até há pouco tempo, material do extinto Museu do Folclore. A Casa do Jaraguá serviu até pouco tempo atrás como albergue da juventude. Outros exemplares restaurados como Tatuapé e Morrinhos, foram cedidos pela Municipalidade a associações de bairro ou órgãos públicos para atividades diversas. Nada tenho contra a utilização desses bens públicos pela população, afinal isso ajuda de fato a preservá-los. Porém, salvo raras exceções como Santo Antonio em São Roque, aberto à visita, e a sede de fazenda situada no interior do parque zoológico de Sorocaba, outros monumentos mantêm, via de regra, suas portas fechadas ou encontram-se no estado em que se apresenta o sítio Mandu, em Cotia, escolhido para ilustrar a capa desta tese.

Quais alternativas se colocam? Ofereço uma breve contribuição, tendo em vista a reapropriação destes bens por parte da comunidade neste início de milênio, quer para fins científicos, museológicos ou lazer cultural, dada a sua raridade e a distinção que lhes foi conferida mediante o tombamento municipal, estadual e/ou federal, reconhecendo, portanto, o Estado a necessidade de preservá-los para as gerações futuras.

Prancha 127

1. Retomando o diálogo com a Arqueologia na cidade

Alguns desses bens ainda conservam seus quintais e neles bem guardado o refugio relacionado às diversas atividades cotidianas e etapas de sua ocupação. Alguns em fase avançada de arruinamento *per si* enquadram-se mais propriamente na categoria de sítios histórico-arqueológicos. Eles guardam em seu subsolo uma farta documentação a respeito do passado colonial de São Paulo, que não pode ser desprezada. Assim podem ser transformados em canteiros permanentes de escavação, tendo em vista a formação de quadros técnicos em Arqueologia Histórica especializados em São Paulo e outras cidades carentes de profissionais.

Vislumbro dentro dessa perspectiva a possibilidade de se consorciar as escavações e o treinamento com a visitação, com todos os benefícios que esta atividade oferece para a difusão da disciplina junto ao grande público. Além da constituição de novos acervos, programas em consórcio com Secretarias de Educação viabilizariam a sua inserção no currículo escolar, oferecendo a oportunidade de vivência com o cotidiano de pesquisa, atividade em franco crescimento em todo o mundo, que pode até mesmo subsidiar as próprias pesquisas. Afirmo com toda segurança, respaldado em minha prática pedagógica e conhecimento de experiências análogas, que há uma enorme demanda para sua viabilização. A possibilidade de incluir esta atividade nos currículos verticais, que vêm sendo criados no âmbito do ensino público, por si só manteria lotados estes espaços culturais ao longo de todo o ano.

2. Usos restritivos de lazer

Muitas sedes de fazendas antigas vêm sendo exploradas ao redor de São Paulo pelo segmento do turismo de conteúdo, constituindo roteiros temáticos, como ocorre com as fazendas do ciclo do café no Vale do Paraíba e no quadrilátero do Açúcar. Um bom exemplo nessa linha é a Fazenda Japão, hoje rebatizada Fazenda Capuava e transformada em hotel de luxo.

Restaurantes ou espaços gastronômicos tendo a casa como elemento de ambientação abordando ou reinterpretando a cozinha paulista, por exemplo, constituiria uma das alternativas possíveis de se conectar o patrimônio edificado ao patrimônio imaterial regional.

3. O uso multifacetado

Nesta tese vislumbramos a Casa Bandeirista como um complexo multifuncional. A partir dessa linha de interpretação, pode-se divisar para estes equipamentos uma utilização igualmente múltipla e diversificada (BRUNO, M., 2004).

Assim, estes equipamentos e espaços poderiam servir como elementos úteis à releitura e reflexões em torno da São Paulo mameluca, caipira e atual, enquanto aldeia global de múltiplos estrangeiros, permitindo a instauração de atividades devotadas à diversidade étnica e cultural – elemento marcante da história paulistana através do tempo.

a) O espaço do índio

Durante determinado período de tempo, a Casa do Sertanista ou Caxingui prestou-se como alojamento voltado a abrigar grupos indígenas em trânsito pela Capital. Essa foi uma experiência a meu ver interessante, que merece ser reavaliada e quiçá retomada dentro de uma perspectiva antropológica mais engajada e outras conotações para além de abrigo temporário e pousada. Isso porque nestes locais deram-se, ao longo de dois séculos, a exploração, a submissão e a imposição do trabalho escravo às populações indígenas. Além disso, nelas os mesmos indígenas deixaram suas marcas em diversas esferas do cotidiano, que constituem o modo de ser paulistano e brasileiro, no campo da higiene e do morar, na produção e preparação de alimentos, na geografia e toponímia. Estes elementos também integram o patrimônio cultural paulista que merecem ser ressaltados para além do Dia do Índio e do Folclore.

As Casas Bandeiristas constituem, portanto, espaços de excelência, adequados à abordagem de questões relacionadas às identidades étnicas indígenas, de modo a tornar mais palpáveis para a população urbana seu papel e influência na formação da cultura nacional. Falamos de índio para índio (São Paulo tem a segunda maior população indígena do país) e de índio para a sociedade envolvente, tendo como palco o *habitat* urbano.

b) O espaço da alteridade

Além do índio, a São Paulo neo-mameluca (falamos aqui do imenso contingente de imigrantes) pode ser espelhada nesse complexo multifuncional, marcado pela imposição de assimetrias necessárias à consolidação da economia global.

Vale lembrar que algumas dessas unidades encontram-se hoje em locais carentes, inclusive de espaço culturais na cidade e Grande São Paulo (Cotia e Carapicuíba, por exemplo).

Expor e dar espaço às manifestações que ratifiquem essa faceta plural e multi-étnica constitui uma outra linha de ação a ser pensada pelo Poder público permitindo a discussão e musealização de temas voltados a questões dessa natureza.

c) Espaço e meio-ambiente

Ainda no tocante a questões urbanas, essas sedes rurais remanescentes em meio à metrópole oferecem possibilidades para a discussão em torno da ocupação humana na Região Metropolitana e outros temas relevantes à qualidade de vida dos cidadãos. Alguns desses bens constituem verdadeiros fragmentos do mundo rural, adequados a projetos de educação ambiental na metrópole.

d) Espaço e tecnologia

Do ponto de vista tecnológico, é possível atingir e trazer para dentro da Casa Bandeirista grupos voltados ao estudo e desenvolvimento de tecnologias construtivas alternativas, como, por exemplo, a arquitetura em terra, constituindo o monumento uma verdadeira escola nesse sentido. Assim, reabre-se o espaço nas escolas de Arquitetura e Engenharia para a interação com estes bens, para além das disciplinas de História da Técnica e da Arte. A arquitetura em terra vem sendo retomada em diversas partes do globo, e nada impede que o entorno de alguns bens se veja transformado em canteiro de obras com tecnologia limpa, para o aprendizado e troca de experiências com a comunidade, tendo em vista o seu emprego em habitação popular ou mesmo para classes mais abastadas como se observa, por exemplo, nos Estados Unidos, onde ela transformou-se em modismo. E por que não revisitar a autêntica arquitetura colonial paulista tal qual no passado se fez com mimese ao barroco mineiro?

Por fim, a apropriação e usos quaisquer que sejam previstos no interior dessas edificações exigem tecnologias que não impliquem interferências e impactos desnecessários. Logo, o casarão colonial mameluco incita a desafios também nesse sentido, colocando-se novamente frente a frente com a modernidade. Deixemos de lado a saudosa maloca, pois ela perdeu completamente seu sentido e lutemos para devolvê-la à metrópole que ajudou a desenhar.

BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, A. N. **Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo**. 1957. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1957.

_____. Gêneses de uma megalópole – vôo de pássaro. *In*: MAGNANI, J. G. C. *et alii* (Coord.) **Expedição São Paulo 450 anos**: uma viagem por dentro da metrópole. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, p. 14-15, 2004.

ACAYABA, M. M. (Coord.) **Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira**: fichário Ernani Silva Bruno, v. 1. Alimentação. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2000a.

_____. **Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira**: fichário Ernani Silva Bruno, v. 2, Construção. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2000b.

_____. **Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira**: fichário Ernani Silva Bruno, v.3, Costumes. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2000c.

_____. **Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira**: fichário Ernani Silva Bruno, v.4, Objetos. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2000d.

_____. **Equipamentos, usos e costumes da casa brasileira**: fichário Ernani Silva Bruno, v.5, Equipamentos. São Paulo: Museu da Casa Brasileira, 2000e.

AGOSTINI, C. Resistência Cultural e Reconstrução de Identidades: Um Olhar sobre a Cultura Material de Escravos do Século XIX. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v. 3, n. 2, 1998.

ALARCÃO, J. **Para uma conciliação das arqueologias**. Porto: Afrontamento, 1996.

ALBERNAZ, M. P.; LIMA, C. M. **Dicionário ilustrado de arquitetura**. São Paulo: ProEditores, 1998.

ALBUQUERQUE, M. Subsídios ao estudo arqueológico dos primeiros contatos entre os portugueses e os indígenas da tradição tupiguarani no nordeste do Brasil. **Clio**, Recife, n. 5, p. 105-116, 1982

ALBUQUERQUE, P. T. S. **A Faiança Portuguesa dos séculos XVI a XIX em Vila Flor, RN**. 1991. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pernambuco (UFPe), Recife, 1991.

ALGRANTI, L. M. Famílias e Vida Doméstica. *In*: SOUZA, L. M. (Org.) **História da Vida Privada no Brasil**, v. 1: cotidiano. São Paulo: Companhia das Letras, p. 83-155, 1997.

ALMEIDA, A. **Vide e morte do tropeiro**. São Paulo: Edusp /Livraria Martins, 1981.

AFONSO, M.C. (Org.). **Organização e gerenciamento do acervo arqueológico pré-histórico brasileiro no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo**. Relatório Científico Final. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 1999.

AMARAL, A. A. **A Hispanidade em São Paulo**: da casa rural à capela de Santo Antonio. São Paulo: Nobel/Edusp, 1981.

ANDRADE, A. L. D. Arquitetura Vernacular: Vale do Paraíba. **Revista do IPHAN**, n. 21, p. 158-164, 1986.

ANDRADE, M. A Capela de Santo Antonio. **Revista do SPHAN**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 119-146, 1937.

ANDREATTA, M. D. **Relatórios de pesquisa da Casa do Tatuapé**. Circulação Interna, 1979/1981.

_____. Arqueologia histórica no município de São Paulo. **Revista do Museu Paulista** (Nova Série), São Paulo, n. 28, p. 174-77, 1981/1982.

_____. **Relatório de Atividades - Sítio Mirim, Ermelino Matarazzo, 1ª Etapa de Pesquisa**. Circulação Interna, 1982.

_____. **Relatórios de pesquisa do Sítio Morrinhos**. Circulação Interna, 1981/1984.

_____. A casa do grito – Ipiranga: programa de arqueologia histórica no município de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, n. 197 [jan-dez], p.151-172, 1986a.

_____. Arqueologia histórica – cidade de São Paulo. **Arqueologia**, Curitiba, CEPA / UFPR, n. 5, p.113-115, 1986b.

_____. **Relatório de pesquisas – Casa do Itaim Bibi**. Circulação Interna, 1988.

_____. **Relatório do DPH - Visão Retrospectiva**. Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria da Cultura do Município de São Paulo (DPH-SCMSP), 1993.

_____. Evidências arqueológicas na região da Serra do Itapety-Mogi das Cruzes/ SP. *In*: IX CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ARQUEOLOGIA (IX: 1997: Rio de Janeiro). **Resumos**. Rio de Janeiro, 1997. 1 CD-ROOM. Windows XP.

ANDRÉN, A. **Between artifacts and texts: historical archaeology in global perspective**. New York: Plenum, 1998.

ARAÚJO, A. G. M. Arqueologia urbana no município de São Paulo: considerações sobre algumas dificuldades de implantação. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 8, n.2, p. 378-383, 1994-5.

_____. O segredo do quintal. **Cidade** - Revista do DPH/ SMC, ano II, n. 2, p. 60-61, 1995.

ARIÈS, P.; DUBY, G. (Org.) **História da vida privada**: da renascença ao século das luzes, v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ARNOLD, D. E. **Ceramic theory and cultural process**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

_____. Patterns of learning, residence and descent among potters in Ticul, Yucatan, Mexico. *In*: SHENNAN, S. J. (Ed). **Archaeological approaches to cultural identity**. Nova York e London: Routledge, p. 174-184, [1989] 1994.

AZEVEDO, M. L. N. Espaço Social, Campo Social, *Habitus* e Conceito de Classe Social em Pierre Bourdieu. **Revista Espaço Acadêmico**, ano III, n. 24, 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/024/24cneves.htm>. Acesso em: 10 set. 2005

BAART, J. **Portugueses 1600-1660**. Amsterdã: AMH, 1987.

BACELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R. (Org.) **Na Estrada do Anhangüera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas, 1999.

BARREIRA, P.; DORDIO, P.; TEIXEIRA, R. 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do século XVI a meados do século XVIII. *In*: 2^{AS} JORNADAS DE CERÂMICA MEDIEVAL E PÓS-MEDIEVAL: MÉTODOS E RESULTADOS PARA O SEU ESTUDO. **Actas**, Tondela: Câmara Municipal de Tondela, p 145-184, 1998.

BARRETT, J. Fields of discourse: reconstituting a social archaeology. **Critique of Anthropology**, v. 7, n. 3, p. 5-16, 1988.

BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. **Revista da USP**, São Paulo, nº 44, p. 32-51, 1999/2000.

BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1973

BAUGHER-PERLIN. Analyzing glass bottles for chronology, function, a trade networks. *In*: DICKENS, Jr.; ROY, S. (Ed.). **Studies in Historical Archaeology, Archaeology of Urban America**. New York: Academic Press, p. 259-327, 1988.

BAVA DE CAMARGO, P F. B. **Subsídios Para a História do Vidro no Brasil (Séculos XIX e XX)**. Relatório de Bolsa-auxílio oferecida pela ZANETTINI/DOCUMENTO, São Paulo: ZANETTINI/DOCUMENTO (mimeog.), 1998.

_____. **Arqueologia das fortificações oitocentistas da planície costeira Cananéia/Iguape, SP**. 2002. Dissertação (Mestrado) - Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.

BEAUDRY, M. C. Archaeology and the historical household. Man in the Northeast. *In*: _____. (Ed.). **Documentary archaeology in the new world**. New directions in archaeology, Cambridge: Cambridge University Press, n. 28, p. 27-38, 1984.

BEAUDRY, M. C.; COOK, L. J.; MROZOWSKI, S. A. Artifacts and Active voices: material culture as social discourse. *In*: ORSER, C. E., Jr. (Org.) **Images of recent Past: readings in Historical Archaeology**, Altamira, p. 272-310, 1996.

BENINCASA, V. **Velhas fazendas: arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara 1830-1930**. São Carlos: UFSCar; 2003.

BELLOTTO, H. L. **Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o Governo do Morgado de Mateus em São Paulo.** São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

BELMONTE, B. **No tempo dos bandeirantes.** 3ª Ed. São Paulo: Melhoramentos, [1939] 1944?

BINFORD, L. Archaeology as anthropology. **American Antiquity**, v. 28, n. 2, p. 217-225, 1962.

_____. Behavioral Archaeology and the “Pompeii Premise”. **Journal of Anthropological Research**, v. 37, n. 3, p. 195-208, 1981

BLANTON, R. E. **Houses and households: a comparative study.** New York: Plenum, 1994.

BLAJ, I. **A Trama das tensões: o progresso de mercantilização de São Paulo Colonial, 1681/1721.** 1995. Tese (Doutoramento) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

BORNAL, W. G. **Sítio histórico São Francisco-01: contribuição à arqueologia histórica,** 1995. datilog. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

BRANDÃO, C. R. **Os Caipiras de São Paulo.** São Paulo: Brasiliense (Coleção Tudo é História, n. 75).

BRANCANTE, E. F. Achegas sobre cerâmica do século XIX no Brasil – A Louça mineira. **Revista Paulistana**, Separata, n. 79, São Paulo, 1975.

_____. **O Brasil e a cerâmica antiga.** São Paulo: Cia. Litográfica Ipiranga, 1981.

_____. **Litoral Norte: O buraco do bicho.** Amostragens. São Paulo: 1993 (mimeog.)

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII.** Rio de Janeiro: Cosmos, 1985.

BROCHADO, J. P. *et alii*. Arqueologia Brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Brasileiro de Pesquisas Arqueológicas. **Publicações Avulsas**, Belém, n.12, p. 1-40, 1969.

BRUNO, M. C. O. Por um mundo mais justo. **Jornal da Tarde**, Caderno de Sábado, São Paulo, p. 3, 16 nov. 1991.

_____. A Importância dos processos museológicos para preservação do patrimônio. *In*: I REUNIÃO INTERNACIONAL DE TEORIA ARQUEOLÓGICA NA AMÉRICA DO SUL. Anais, **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, Suplemento 3, São Paulo, p. 333-337, 1999.

_____. A expedição no cenário museal. *In*: MAGNANI, J. G. C. *et alii* (Coord.) **Expedição São Paulo 450 anos: uma viagem por dentro da metrópole.** São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, p. 36-47, 2004.

BRUNO, E. S. **História e tradições da cidade de São Paulo**, v. 3. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, Edição Especial, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, São Paulo, 1954.

_____. **O equipamento da casa bandeirista segundo os antigos inventários e testamentos.** São Paulo: DPH/PMSP, 1977.

_____. **Viagem ao país dos paulistas.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

BUCHANAN, R. A. Industrial Archaeology in Britain. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, n. 8, p. 115-16, 1972.

BURLEY, D. Creolization and nineteenth century métis vernacular log architecture on the South Saskatchewan River. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 34, n. 3, p. 27-35, 2000.

CABAK, M.; GROVER, M. D.; INKROT, M. M. Rural modernization during the recent past: farmstead archaeology in the Aiken Plateau. **Historical Archaeology**. Pennsylvania, v. 33, n. 4, p. 19-43, 1999.

CALADO, R. S. Breve história da faiança em Portugal. **Itinerário da Faiança do Porto e Gaia**. Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis/Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, p. 15-25, 2001.

CAMARGO, H. L. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2004.

CAMBI, F.; TERRENATO, N. **Introduzione all'archeologia dei paesaggi**. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1997.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001 (Coleção Espírito Crítico).

CARANDINI, A. **Storie dalla terra: manuale dello scavo archeologico**. Bari: De Donato, 1981.

CARNEIRO, C. D. R. As cavas de ouro históricas do Jaraguá. **Sítio Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. Campinas: Instituto de Geociências, UNICAMP, 2000. Disponível em: <http://www.unb.br/ig/sigep/sitio098/sitio098.htm>. Acesso em: 11 set. 2000.

CARVALHO, M. R. R. **Pratos, xícaras e tigelas: um estudo de arqueologia Histórica em São Paulo, séculos XVIII e XIX**. 1999. Dissertação (Mestrado) -

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1999.

CASTRO, F. Caracterização química e micro-estrutural de faianças portuguesas. **Itinerário da Faiança do Porto e Gaia**. Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis/Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, p. 167-180, 2001.

CASTRO, F. P. **O Pátio do Colégio**. Resumo histórico e projeto de reconstrução. São Paulo: s.c.e., 1954.

CEMIG. **Usina Hidrelétrica de Nova Ponte** – Programa de Salvamento Arqueológico, Atividades do Centro de Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná, Relatório Final, Belo Horizonte, 1995.

CERQUEIRA, C. G. F.; SAIA NETO, J. **Pesquisas em torno de um monumento**. São Paulo: Prol Editora, 1997.

CHILDE, G. **Piecing together the past**: the interpretation of archaeological. London: Routledge; Kegan Paul, 1969.

CHMYZ, I. Arqueologia e história da vila espanhola de Ciudad Real do Guaíra. **Cadernos de Arqueologia**, Paranaguá: Museu de Arqueologia e Artes Populares, UFPR, ano I, n. 1, p. 7-103, 1976a.

_____. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. **Cadernos de Arqueologia**, Paranaguá: Museu de Arqueologia e Artes Populares, UFPR, ano I, n. 1, p. 119-148, 1976b.

_____. Pesquisas de arqueologia histórica no Paraná. **Dédalo**, São Paulo, n. 24, p.171- 197, 1985.

_____. *et alii*. Projeto Arqueológico Rosana-Taquaraçu e a evidenciação de estruturas arquitetônicas da redução jesuítica de Santo Inácio Menor. **Arqueologia**, Curitiba: CEPA/UFPR, n. 6, p. 1-54, 1990.

_____.; SGANZERLA, E. M. Considerações sobre os sítios históricos especiais das áreas paranaenses influenciadas pelas Usinas Hidrelétricas Rosana e Taquaraçu e sugestões para o seu aproveitamento múltiplo. **Arqueologia**, Curitiba, n. 6, p. 55-74, 1990.

CLARKE, D. L. **Arqueología analítica**. Barcelona: Bellaterra, 1984.

CLELAND, C. E. Questions of substance, questions that Count. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 22, n.1, p. 13-17, 1988.

COMISSÃO DO IV CENTENARIO DA FUNDACAO DE SÃO PAULO. **Exposição histórica comemorativa do IV centenário da fundação de São Paulo, 1554-1954**. Palácio Galveias, Lisboa: 1954.

CONDEPHAAT. São Paulo: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT), **Boletim n. 2**, out. 1979a.

_____. São Paulo: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT), **Boletim n. 4**, dez. 1979b.

_____. São Paulo: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT), **Boletim n. 5**, jan. 1980a.

_____. São Paulo: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT), **Boletim n. 6** (pisos/ forros/ escadas), maio 1980b.

_____. São Paulo: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT), **Boletim n. 7** (vãos), jul. 1980c.

_____. São Paulo: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT), **Boletim n. 8** (coberturas), set. 1980d.

_____. **Patrimônio cultural paulista: bens tombados** (1968-1998). São Paulo: CONDEPHAAT, 1998.

CONNAH, G.; PEARSON, D. Artifact of empire: the tale of a gun. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 36, n. 2, p. 58-70, 2002.

CONTI, J. B. **Geografia física e as relações sociedade/ natureza no mundo tropical**. São Paulo: Humanitas, 1997.

CORDEIRO, H. K. **O Centro da metrópole paulistana: expansão recente**. São Paulo: IGEOG-USP, 1980. (Série Teses e Monografias, n. 40).

CORONA, E.; LEMOS, C. A. **Dicionário da Arquitetura Brasileira**. São Paulo: Edart, 1972.

COSTA, E. V. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Ciências Humanas, 1972.

CUSIK, J. G. Creolization and the borderlands. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 34, n. 3, p. 46-55, 2000.

D'ALAMBERT, C. C. **Tijolo nas construções paulistas do século XIX**. 1993. Tese (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1993.

D'OLIVEIRA, J. J. M. **Quadro Histórico da Província de São Paulo**, v. 4. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978.

DANIEL, G. **A hundred and fifty years of archaeology**. London: Duckworth, 1975

DAVID, N.; KRAMER, C. **Ethnoarchaeology in action**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

DAVIS, J.L.; ANNAN, A.P. Ground penetrating radar for high resolution mapping of soil and rock stratigraphy. **Geophysical Prospecting**, v 37, p 531-551, 1989.

DAWDY, L. Understanding cultural change through the vernacular: creolization in Louisiana. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 34, n. 3, p. 107-123, 2000.

DEAGAN, K. A. **Spanish St Augustine: The archaeology of a colonial creole community**. New York: Academic Press, 1987.

_____. A. Neither history nor prehistory: the questions that count in historical archaeology. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 22, n. 1, p. 7-12, 1988.

_____. Avenues of inquiry in historical archaeology. *Advances in Archaeological Method and Theory*. In: ORSER, C. E., Jr. (Org.) **Images of the recent past: readings in historical archaeology**, London: Altamira, p. 16-41, 1996.

_____. A. Colonial origins and colonial transformations in Spanish America. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 37, n. 4, p. 3-13, 2003.

DE BLASIS, P. A. Indicadores da transição do arcaico para o formativo na região montanhosa do médio vale do Ribeira, SP. In: TENÓRIO, M. C. (Org.) **Pré-História da Terra Brasilis**, Rio de Janeiro: UFRJ, p. 273-284, 1999.

DEBOER, W.R.; LATHRAP, D. The making and breaking of Shipibo-Conibo ceramics. In: KRAMER, C. (Ed.) **Ethnoarchaeology: implications of ethnography for archaeology**. New York: Columbia University Press, p. 102-138, 1979.

DEETZ, J. **In Small Things Forgotten**. Nova York: Anchoor Books, 1996.

DEETZ, J.; DEETZ, P. S. **The times of their lives: life, love, and death in Plymouth Colony**. W.H. New York: Freeman and Company, 2000.

DIAS, A. S. **Sistemas de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul**. 2003. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2003.

DIAS, A. S.; SILVA, F.A. Sistema tecnológico e estilo: implicações dessa inter-relação no estudo das indústrias líticas no sul do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 11, São Paulo: p. 95-108, 2001.

DIAS Jr., O.F. A cerâmica neo-brasileira. **Arqueo-IAB**, Textos Avulsos, n. 1, p. 3-13, 1988.

DIETLER, M.; HERBICH, I. *Tich matek: the technonolgy of Luo pottery production and the definition of ceramic style*. **World Archaeology**, n. 21, p. 148-164, 1989.

DIOGO, J. M.; ABRAÇOS, H. C. (Coord.). *In: 2^{AS} JORNADAS DE CERÂMICA MEDIEVAL E PÓS-MEDIEVAL: MÉTODOS E RESULTADOS PARA O SEU ESTUDO*. **Actas**, Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 1998.

DOCUMENTO Antropologia e Arqueologia. **Dimensionamento e Valoração Científica do Patrimônio Arqueológico e Histórico** - Rodoanel Trecho Oeste. Relatório Final. São Paulo: DERSA, 2001.

_____. **Laudo arqueológico** – LT230kv Guarulhos Anhangüera – São Paulo. Relatório técnico. Cotia: Documento, 2004a.

_____. **Programa de levantamento e resgate arqueológico** – Unidade industrial da Eurofarma/Itapevi - SP. Cotia: Documento, 2004b.

_____. **Salvamento arqueológico do sítio lítico do Morumbi**. São Paulo: s.c.e., [200- ?]

DOMINGUES, L. S. **Arqueologia colonial cubana**. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1995.

DORDIO, P.; TEIXEIRA, R.; SÁ, A. Faianças do Porto e Gaia: O recente contributo da arqueologia **Itinerário da Faiança do Porto e Gaia**. Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis/Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, 2001, p. 117-167.

DPH/PMSP. **Cadernos IGEPAC-SP 1: aspectos metodológicos**, São Paulo: DPH, SMC, PMSP, 1987.

DPH/SMC. **Boletim do Patrimônio Histórico**, São Paulo: DPH, SMC, n. 2, 1985.

_____. O direito a memória: o patrimônio histórico e cidadania. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CIDADANIA. **Anais**, São Paulo: DPH/SMC, 1991.

DPH/STLP/SMC. **Pasta 005A-005: sede do Sítio Capão**. São Paulo: DPH, SMC, PMSP, 1978.

DRUMOND, C. Notas sobre a cerâmica brasílica. **Boletim da FFLCH/USP**, São Paulo, n.107, p.1-8, 1950.

DURHAM, E. Texto II. *In*: ARANTES, A. A (Ed.). **Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural**, São Paulo: Brasiliense, p. 23-58, 1984.

_____. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DURRANS, B. Behind the scenes: museums and selective criticism, **Anthropology Today**, v. 8, n. 4, p. 11-15, 1992.

ELLIS, M. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. *In*: HOLANDA, S. B. (Ed.). **História Geral da Civilização Brasileira**, v. 1, São Paulo: Cultrix, p. 273-296, 1981.

EMPLASA. **Comunidade em debate**: patrimônio ambiental urbano, unidade de ação comunitária. São Paulo: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA (EMPLASA), 1979.

ETCHEVARNE, C. Sobrevivência de técnicas ceramistas tradicionais no recôncavo baiano: um registro etnográfico. **Habitus**, v. 1, n. 1, p. 39-48, 2003

EWEN, C. R. From the colonist to creole: archaeological patterns of Spanish colonization in the new world. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 34, n. 3, p. 36-45, 2000.

FAIRBANKS, C. H.; MILANICH, J. T. **Florida Archaeology**. Orlando: Academic, 1987.

FALK, L. (Ed). **Historical archaeology in global perspective**. Washington DC: Smithsonian Institution Press, 1991.

FAUUSP.; MEC-IPHAN. **Arquitetura Civil**, v. 3: Mobiliário e Alfaias. São Paulo: Editora Resenha Tributária, 1975. (Textos Escolhidos da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 3).

FEBVRE, L. O homem do século XVI. **Revista de História**, São Paulo, p. 3-17, 1960.

FERGUSON, L. G. **Uncommon ground Archaeology and early African America: 1650-1800**. Washigton: Smithsonian Institution Press, 1992.

FLORESTAN, F. A Economia Tupinambá. Ensaio de interpretação sociológica do sistema econômico de uma sociedade tribal. **Revista do Arquivo**, Separata, n. CXXII, São Paulo, 1999.

FERNANDES, I. M. Os centros produtores de louça preta da região norte. **Olaria**, Barcelos: n.1, p. 11-36, 1996.

_____. Formas e funções da faiança portuense oitocentista. **Itinerário da Faiança do Porto e Gaia**. Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis/Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, 2001.

FERNANDES, I. M.; TEIXEIRA, R. (Coord.) **A louça preta em Portugal: olhares cruzados**. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais (CRAT), p. 28-33, 1997.

FERNANDES, J. R. O. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Associação Nacional de História (ANPUH), v. 13, n. 25/26, p. 265-276, 1993.

FERREIRA, B. J. C.; TOLEDO, B L. **O real corpo de engenheiros na capitania de São Paulo**. São Paulo: João Fortes Engenharia, 1981.

FOWLER, J. A. Uses of the past: archaeology in the service of the state. **American Antiquity**, Washington DC: Society for American Archaeology (SAA), v. 52, n. 2, p. 229-248, 1987.

FONSECA, M. P. R.; LIMA, T. A. Arqueologia histórica no vale do Paraíba: a fazenda São Fernando, Vassouras, RJ. *In*: VI REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ARQUEOLOGIA (VI: 1991: Rio de Janeiro). **Programa e Resumos**, Rio de Janeiro: SAB/FINEP/UNESA, 1991.

FONSECA, F. P. **Equipamento do Engordador: testemunho arqueológico industrial da captação de água na cidade de São Paulo**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2003.

FONTANA, B. On the Meaning of Historic Sites Archaeology. **American Antiquity**, n. 31, p. 61-65, 1965.

FRANCO, M. S. C. **Os Homens Pobres Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: Ática, 1974.

FRANK, S. **Glass in archaeology**. London: Academic Press, 1982.

FREITAS, A. A. **Tradições e reminiscências paulistas (1868-1930)**, São Paulo: EDUSP, 1985.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: História da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1984.

FOREST, M.; VICTOR, M. **Cantareira - Patrimônio Arquitetônico e Natural**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

FUNARI, P.P.A. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. Education through archaeology: a bumpy but exciting road. **Archaeology and Education**, v.1, n. 2, p. 9-11, 1990

_____. Archaeology in Brazil: politics and scholarship at a crossroads. **World Archaeological Bulletin**, n. 5, p. 122-132, 1991.

_____. Memória histórica e cultura material. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n. 25/26, p.17-31, 1992/1993a.

_____. Paulo Duarte e o Instituto de Pré-História. **Revista Idéias**, Campinas: v. 1, n. 1, p. 155-179, 1994.

_____. A cultura material e a construção da mitologia bandeirante: problemas da identidade nacional brasileira. **Revista Idéias**, Campinas: v. 2, n. 1, p. 29-48, 1995.

_____. El mito bandeirante: élite brasileña, cultura material e identidad. **Boletín de Antropología Americana**, n. 24, p. 110-122, dez. 1997.

_____. Arqueologia, história e arqueologia histórica no contexto sul-americano. *In*: FUNARI, P.P.A. (Org.). **Cultura Material e Arqueologia Histórica**. Campinas: IFCH-UNICAMP, p. 7-34, 1998 (Coleção Idéias).

_____. (Org.) **Cultura Material e Arqueologia Histórica**. Campinas: IFCH-UNICAMP, p.7-34, 1998.

_____. Historical archaeology from a world perspective. *In*: FUNARI, P.P.A.; JONES, S.; HALL, M. (Ed.). **Historical Archaeology: Back From the Edge**. Londres: Routledge, p 37-66, 1999a.

_____. Considerações sobre o profissional de museu e sua formação. *In*: II SEMANA DOS MUSEUS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Anais**, São Paulo, p 81-86, 1999b.

_____. Nota de leitura de L. Audrerie, “La notion et la protection du patrimoine” e R. Souchier & L. Vilar, “Le patrimoine mondial”. **Revista de História Regional**, v. 4, n. 1, p. 147-149, 1999c.

_____. Conservation of cultural heritage in Brazil: some remarks. **Archaeologia Polona**, Warsaw: Institute of Archaeology and Ethnology, Polish Academy of Sciences, n. 38, p.191 - 201, 2000.

_____. Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, Porto, v.41, n. 1/2, p. 23-32, 2001a.

_____. Public archaeology from a Latin American perspective. **Public Archaeology**, n.1, p. 239-243, 2001b.

_____. Destruction and conservation of cultural property in Brazil: academic and practical challenges. *In*: LAYTON, R.; STONE, P. G.; THOMAS, J. (Ed.). **Destruction and Conservation of Cultural Property**. London & New York: Routledge, p. 93-10, 2001c.

_____. La arqueología de las ciudades españolas y portuguesas em sudamérica: uma aproximação comparativa. **Boletín de Antropologia**, Medellín, Universidad de Antioquia, Facultad de Ciências Sociales y Humanas, Departamento de Antropologia, v. 16, n. 33, p. 135-146, 2002.

_____. Conflict and the interpretation of Palmares, a brazilian runaway polity. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 37, n. 3, p. 81-92, 2003.

_____. The comparative method in Archaeology and the study of Spanish and Portuguese South American Material Culture. *In*: _____. ; ZARANKIN, A.; STOVEL, E. (Org.) **Global archaeological theory: contextual voices and contemporary thoughts**. New York: Kluwer Academic/Plenum, p. 97-106, 2005.

FUNARI, P. P. A.; PINSKY, J. Introdução. *In*: PINSKY, J.; FUNARI, P.P.A. (Org.) **Turismo e Patrimônio Arqueológico**. São Paulo: Contexto, p. 3-7, 2001.

FUNARI, P. P. A.; PODGORNÝ, I. Is archaeology only ideologically biased rhetoric? Congress review. **European Journal of Archaeology**, v.1, n. 3, p. 416-424, 1997.

FUNARI, P. P. A.; JONES, S.; HALL, M. (Ed.). **Historical Archaeology, Back From the Edge**. Londres: Routledge, 1999a.

_____. Preface. *In*: FUNARI, P.P.A.; JONES, S.; HALL, M. (Ed.). **Historical Archaeology, Back From the Edge**. Londres: Routledge, p. xix-xx, 1999b.

_____. Introduction: archaeology in history. *In*: FUNARI, P.P.A.; JONES, S.; HALL, M. (Ed.), **Historical Archaeology: Back From the Edge**, Londres: Routledge, p. 1-20, 1999c.

FUNARI, P. P. A.; ORSER, C. E., Jr.; SCHIAVETTO, S. N. O. (Org.) **Identidade, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea**. São Paulo: Annablume, 2005.

FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A.; STOVEL, E. (Org.) **Global archaeological theory: contextual voices and contemporary thoughts**. New York: Kluwer Academic/Plenum, 2005a.

_____. Global Archaeology Theory: Introduction. *In*: _____. **Global archaeological theory: contextual voices and contemporary thoughts**. New York: Kluwer Academic/Plenum, p.1-9, 2005b.

FUNDAÇÃO RICARDO DO ESPÍRITO SANTO SILVA. **Faianças Portuguesas**. Lisboa: Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, 1998. (Coleção Antonio Espírito Santo).

FUSCO, N. Colonia del Sacramento: nada tenemos que esperar sino de nosotros mismos *In*: **Indicadores para la evaluación del estado de conservación de ciudades históricas**. Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. Albolote (Granada): Comares, p. 106-111, 1999. (Colección Cuadernos).

_____.; DEAGAN, K. Bajo el signo de Belén: la cerámica portuguesa de Colonia del Sacramento. *In*: CONGRESO NACIONAL DE ARQUEOLOGÍA (IX: 1997: Colonia). **Actas**, Colonia, p. 37-4, 1997.

GAGLIARDI, V. L. **A casa grande do Tatuapé**. São Paulo: SMC-DPH, 1983.

GAMA, R. **Engenho e tecnologia**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.

GIBB, J. G. Historical archaeologists as storytellers. **The Society for Historical Archaeology Newsletter**, v. 30, n. 1, p. 7, 1997.

_____. Imaginary, but by no means unimaginable: storytelling, science, and historical archaeology. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 34, n. 2, p. 1-6, 2000.

GIROUX, H.A.; McLAREN, P. Teacher education and the politics of engagement: the case for democratic schooling. **Harvard Educational Review**, Cambridge: Harvard University, v. 56, n. 3, p. 213-238, 1986.

GLASSIE, H. L. H. **Pattern in the material folk culture of the Eastern United States**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1969.

GODELIER, M. **Instituciones económicas**. Barcelona: Anagrama, 1981.

GOGGIN, J. **Spanish majolica in the New World**. New Haven CT: Yale University Publications In Anthropology, 1968.

GOMES, D.M.C. **Cerâmica arqueológica da Amazônia**: vasilhas da coleção Tapajônica do MAE-USP. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), Fapesp, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

_____. Influencias del abordaje histórico-cultural en la arqueología amazónica. In: POLITIS, G.; PERETTI, R.D. (Ed.) **Teoria Arqueológica en América del Sur**. Olavarría: INCUAPA/UNICEN, p. 245-257, 2004. (Série Teórica n. 3)

_____. **Análise dos padrões de organização comunitária no Baixo Tapajós: o desenvolvimento do formativo na área de Santarém, PA**. 2005. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GONÇALVES, D. I. O peabirú: uma trilha indígena cruzando São Paulo. **Cadernos de Pesquisa do LAP**, São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP), n. 24, mar. - abr. 1998.

GONZÁLEZ, E. M. **A ocupação pré-colonial do vale do Ribeira de Iguape, São Paulo**: os grupos ceramistas do médio curso. 1989. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1989.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **São Paulo - áreas protegidas**, São Paulo: Empresa das Artes, 1999.

GROVER, M. D. Creolization and the archaeology of multiethnic households in the American South. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 34, n.3, p. 99-106, 2000.

GUIASP. Disponível em: <<http://www.guiasp.com.br/>>. Acesso em: 03 abr. 2002.

GUIMARÃES, C. M. O Quilombo do Ambrósio: lenda, documentos e arqueologia. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XVI, n. 1/2, p. 161-174, 1990.

GUIMARÃES, C. M.; LANNA, A. L. D. Arqueologia de quilombos em Minas Gerais. **Pesquisas (Antropologia)**, São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, n. 31, p. 147-163, 1980.

HALL, M. Timeless time - Africa in the world. CUNLIFFE, B.; DAVIES, W.; RENFREW, C. (Org.) **Archaeology: the Widening Debate**. London: British Academy, 2001.

HARDESTY, D. L. Historical archaeology in the next millenium: a forum. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 33, n. 2, p. 51 - 58, 1999.

HARRINGTON, J. C. Archaeology as an Auxiliary Science of American History. **American Anthropologist**, v. 57, n. 6, p. 1121-1130, 1955.

HENRICKSON, E.F.; McDONALD, M.M.A. Ceramic Form and Function. An Ethnographic search and an archaeological application. **American Anthropologist**, v. 85, n. 1, p. 630-643, 1983.

HERITAGE COUNCIL. **Archaeology & development**: guidelines for good practice for developers. Dublin: Heritage Council, dez. 2000.

HILLIER, B.; HANSON, J. **The social logic of space**. Cambridge University, Cambridge, 1984.

HODDER, I. Social and economic stress and material culture patterning. **American Antiquity**, n° 44, p. 446-54, 1979

_____. **Symbols in action**. Ethnoarchaeological studies of material culture. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

_____. **The archaeology of contextual meanings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987

_____. (Ed.) **The meaning of things: material culture and symbolic expression**. London: Allen & Unwin, 1988.

_____. (Ed.) **Archaeological Theory in Europe: the last thirty years**. London: Routledge, 1991.

_____. **Interpretación en Arqueología: corrientes actuales, edición ampliada y puesta al día**. Barcelona: Crítica, [1988] 1994.

HUDSON, K. The great European museum: the museum one cannot avoid and does not need to enter. **Institute of Archaeology Bulletin**, n. 31, p. 53-60, 1994.

HUME, I. N. The Why, What, and Who of Historical Archaeology. *In*: SCHUYLER, R. (Ed.) **Historical archaeology: a guide to substantive and theoretical contributions**. New York: Baywood Publishing Company, Inc., p. 203-207, [1968] 1978.

_____. **Historical Archaeology**. New York: Alfred A Knopf, 1969.

IANNI, O. **Uma cidade antiga**. Campinas: Unicamp, 1988.

IPHAN. **Sítio e Capela de Santo Antonio: roteiro de visita**. São Paulo: 9º Coordenadoria Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (9º CR/ IPHAN), Projeto: Implantação de Programas de Uso em Bens Tombados, 1997.

JACOBUS, A. L. Louças e cerâmicas no sul do Brasil no Século XVIII: o registro de Viamão como estudo de caso. **Revista do CEPA**, Santa Cruz do Sul, UNISC, v. 20, n. 23, p. 7-58, 1996a.

_____. **Resgate Arqueológico e Histórico do Registro de Viamão (Guarda Velha, Santo Antonio da Patrulha-RS)**. 1996, datilog, (versão ampliada e atualizada) mimeog, Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 1996b.

JÁCOME, C.; CARVALHO, A.; PANACHUCK, L. **Os gestos na decoração de vasilhas Tupiguarani em Minas Gerais**. 2005. No prelo.

JOHNSON, M. **An Archaeology of Capitalism**. London: Blackwell, 1996.

JONES, O. R. Glass bottle push-ups and pontil marks. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 5, p. 62-73, 1971.

JOYCE, A. A.; JOHANNESSEN, S. Abandonment and the production of archaeological variability at domestic sites. *In*. CAMERON, C.M.; TOMKA, S.A.. (Org.) **Abandonment of settlements and regions**. Ethnoarchaeological and archaeological approaches. Cambridge, Cambridge University Press, p. 138-153, 1993.

JULIANI, L. J. C. O. **Gestão arqueológica em metrópoles**: uma proposta para São Paulo. 1996. Tese (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1996a.

_____. Nas entranhas da cidade. **Cidade** - Revista do DPH/ SMC, ano III, nº.4, p. 133, 1996b.

_____. Reconhecimento Arqueológico da Área de Proteção Ambiental Municipal do Capivari - Monos, São Paulo, SP. **Revista de Arqueologia**, v. 14/15, p. 137-139, 2001/2002.

_____. A arqueologia da metrópole. *In*: MAGNANI, J. G. C. *et alii* (Coord.) **Expedição São Paulo 450 anos**: uma viagem por dentro da metrópole. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, p. 180-184, 2004.

KATINSKY, J. R. **Casas bandeiristas**: nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo. São Paulo: Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, 1976.

KENT, S (Ed.). **Domestic architecture and use of space: an interdisciplinary cross-cultural study**. New directions in archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

KERN, A. A. Escavações arqueológicas na missão jesuítico-guarani de São Lourenço Mártir (RS-Brasil). **Estudos Ibero-americanos**, Porto Alegre, PUCRS, v. XV, n. 1, p. 111-143, 1989a.

_____. Arqueologia Histórica, a História e os Trinta Povos das Missões. **Clio**, Série Arqueológica, n. 5, Recife, p. 101-114, 1989b.

KERN, D.; COSTA, M.L. Cerâmica arqueológica (Sítio PA-GU-5: Manduquinha) e cabocla na região de Caxiuanã - Pará. **Revista de Arqueologia**, Belém, n.10, p. 107-125, 1997.

KINGERY, W. D. The design process as a critical component of the anthropology of technology. In: SCHIFFER, M. B. (Ed.) **Anthropological perspectives on technology**. Albuquerque: University of New Mexico Press, p. 123-138, 2001.

KOTLER, P.; HEIDER, D.; REIN, I. **Marketing público**. São Paulo: Makron Books, 1999.

KNECHT, T. **Ocorrências minerais do estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria da Agricultura. (v. 1: municípios de São Paulo, Santana de Parnaíba, Barueri, Franco da Rocha, Guarulhos, Mogi das Cruzes, Suzano e Poá), 1950.

KRAMER, C. Ceramic Ethnoarchaeology. **Annual Review of Antropology**, n. 14, p. 77-102, 1985.

KRUCHIN, S. **Memorial de restauro**. Sítio Capão. São Paulo, 2001

LAMPARELLI, C. M. O ideário do urbanismo em São Paulo em meados do século XX: Louis-Joseph Lebreton e a pesquisa urbano-regional no Brasil. **Cadernos de**

Pesquisa do LAP, São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP), n. 05, mar. - abr. 1995.

LANGENBUCH, J. R. **A estruturação da Grande São Paulo**: estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971.

LANGER, J. Caminhos ancestrais (Mistério do Peabirú). **Nossa História**, n. 22, p. 20-24, 2005.

LARSEN, E. L. Integrating segregated urban landscapes of the late-nineteenth and early-twentieth centuries. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 37, n. 3, p. 111-123, 2003.

LA SALVIA, F.; BROCHADO, J. P. **Cerâmica Guarani**. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

LE GOFF, J. **A nova história**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____.; NORA, P. **História**: Novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LEFÈVRE, J. E. A. Espaço e Comunidade. *In*: MAGNANI, J. G. C. *et alii* (Coord.) **Expedição São Paulo 450 anos**: uma viagem por dentro da metrópole. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, p. 115-118, 2004.

LEAL SPENGLER, E. **Desafio de una utopia**: una estratégia integral para la gestión de salvaguarda de la habana vieja. Plan Maestro/Revitalización Integral de La Habana Vieja. Habana: Oficina del Historiador, 1999.

LEMOS, C. A. **Notas sobre a arquitetura tradicional de São Paulo**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP)/ Departamento de História, 1969.

_____. **Cozinhas, etc.:** um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista. São Paulo: Perspectiva, 1976.

_____. **Alvenaria Burguesa**. São Paulo: Nobel, 1989.

_____. **A casa paulista:** História das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: Edusp, 1999.

_____.; SAMPAIO, M. R. **Casas proletárias em São Paulo**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP), 1993.

LEONE, M. The relationship between archaeological data and the documentary: 18th century gardens in Annapolis, Maryland. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 22, n. 1, p. 29-35, 1988.

_____. The New Mormon Temple in Washington, D. C. In: FERGUSON, L. (ed.) **Historical Archaeology and the importance of material things**. Special Publication Series, The Society for Historical Archaeology, nº 2, pp. 43-61, 1975.

LEROI-GOURHAN, A. **O gesto e a palavra**. Lisboa: Edições 70, 1964/1965.

LIG. Disponível em: <<http://geolig.igc.usp.br/images/mnt.tif>>. Acesso em: 03 abr. 2002.

LIGHTFOOT, K. G. Culture contact studies: redefining the relationship between préhistoric and historic archaeology. **American Antiquity**, Washington DC: Society for American Archaeology (SAA), v. 60, n. 2, p.199-217, 1995.

LIMA, T. A. Arqueologia Histórica: algumas considerações teóricas (resumo). *In*: 1º SEMINÁRIO DE ARQUEOLOGIA HISTÓRICA (1: 1985: Rio de Janeiro).. **Comunicação**. Rio de Janeiro: SPHAN-FNPM, out. 1985.

_____. Por uma abordagem hipotético-dedutiva na arqueologia de salvamento: o caso da Baía da Ribeira, Angra dos Reis, Rio de Janeiro. **Arqueologia**, Curitiba, CEPA/UFPR, n. 5, p. 29-33, 1986a.

_____. Cerâmica indígena brasileira. *In*: RIBEIRO, D. (Org.). **Suma Etnológica Brasileira**. Vol.2. Petrópolis: FINEP-Vozes, p. 172-230, 1986b.

_____. A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. *In*: IV REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. Anais. **Dédalo**, publicações avulsas, n. 1, São Paulo, p.175-79, 1989.

_____. Arqueologia histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). **Revista de História e Cultura Material**. Nova Série, v.1, n. 1, p. 225-262, 1993.

_____. (Org.) Arqueologia Histórica no Brasil: Uma Experiência de Ensino. **Historical Archaeology of Latin America**, n. 6. Columbia: The University of South Carolina, p.19-26, 1995.

_____. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. **História, Ciências e Saúde**: Manguinhos, v. 2, n. 3, p. 46-98, 1996.

_____. O papel da Arqueologia Histórica no Mundo Globalizado. *In*: ZARANKIN, A.; SENATORE, M. X. (Org.) **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul**: cultura material, discursos e práticas. Buenos Aires: Del Tiradente, p. 117-127, 2002.

_____. The archaeology of globalization: the dependents perspective. **The SAA Archaeological Record**: Washington, v. 3, n. 4, p. 31-32, 2003.

_____. *et alii*. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, séc. XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ. **Anais do Museu Paulista**. História e Cultura Material, Nova Série, São Paulo, n. 1, p. 179-195, 1993.

LITTLE, B. J. People with history: an update on historical archaeology in the United States. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 1, n.1, p. 5-40, 1994.

LOREN, D. D. Creolization on the eighteen-century Louisiana/Texas Frontier. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 34, n. 3, p. 85-98, 2000.

LOPES, A. L. Tempos e espaços na metrópole educadora. *In*: MAGNANI, J. G. C. *et alii* (Coord.) **Expedição São Paulo 450 anos**: uma viagem por dentro da metrópole. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, p. 125-129, 2004.

LOPES, M. M. **O Brasil descobre a ciência científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. [Resenha de FUNARI, P. P. A. Com os olhos na Europa e os pés na América: a pesquisa científica no Brasil do século XIX. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v.7, n. 3, p. 745-748, 2001b].

LÓPEZ, J. M. La construcción de túmulos entre cazadores - colectores complejos del este de Uruguay, **Fronteiras**, v. 2, n. 4, p. 297-310, 1999.

LOTUFO, C. A. Resultados preliminares das escavações arqueológicas efetuadas no solar Barão do Sahy, Mangaritiba. *In*: IV REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. Anais. **Dédalo**, publicações avulsas, São Paulo, n.1, p. 98-102, 1989.

LUC, J. L. **La enseñanza de la historia a traves del medio**. Madrid: Cincel, 1986.

LUMBRERAS, L. G. **La Arqueología como ciencia social**. Lima: Histar, 1974.

MACHADO, A. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo. Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1980.

MAGNANI, J. G. C. Expedição São Paulo 450 anos: uma viagem por dentro da cidade. *In*: MAGNANI, J. G. C. *et alii* (Coord.) **Expedição São Paulo 450 anos: uma viagem por dentro da metrópole**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, p. 33-35, 2004.

MAGNANI, J. G. C. *et alii* (Coord.) **Expedição São Paulo 450 anos: uma viagem por dentro da metrópole**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, 2004.

MARANHÃO, R. Redes de comida e sinapses de samba. *In*: MAGNANI, J. G. C. *et alii* (Coord.) **Expedição São Paulo 450 anos: uma viagem por dentro da metrópole**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, p. 122-124, 2004.

MARCÍLIO, M. L. **A cidade de São Paulo: Povoamento e População (1750-1850)**. São Paulo: Pioneira, Universidade de São Paulo, 1973.

MARQUES, M. E. A. **Apontamentos históricos, geográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo, seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da capitania de São Paulo até o ano de 1876**. São Paulo: Martins, 1959.

_____. **Província de São Paulo (1825-1878)**, v I-II. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARX, M. **Cidade no Brasil em que termos?** São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MAUSS, M. Técnicas e Movimentos Corporais. *In:* _____. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EDUSP, [1935] 1974.

MAXIMINO, E. P. B. **Sítios com pedrneiras no vale médio do Rio Tietê: um estudo de arqueologia histórica**. 1985. datilog. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

McEWAN, B. G.; WASELKOV, G. A. Colonial origins: the archaeology of colonialism in the Americas. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 37, n. 4, p. 1-2, 2003.

McGUIRE, R. H. Dialogues with the dead: ideology and cemetery. *In:* LEONE, M. P.; POTTER, Jr., PARKER B. (Ed.). **The Recovery of Meaning: Historical Archaeology in the Eastern United States**. Washington and London: Smithsonian Institution Press, p. 435-480, 1988.

_____.; RECKNER, P. The Unromantic West: Labor, Capital and Struggle. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 36, n. 3, p. 44-58, 2002

McGUIRE, R.; WALKER, M. Class Confrontations in Archaeology. **Historical Archaeology**, v. 33, n. 1, p. 159-183, 1999.

MEGGERS, B. J.; EVANS, C. **Como interpretar a linguagem cerâmica: manual para arqueólogos**. Washington: Smithsonian Institution, 1970.

MELLO NETO, U. P. Arqueologia histórica, pesquisa histórica e restauração de monumentos, **Revista Pernambucana de Desenvolvimento**, Recife, v. 2, n. 1, p. 13-17, jan. -jun. 1975.

_____. **O Forte das Cinco Pontas:** um trabalho de arqueologia histórica aplicado a restauração do monumento. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife / Prefeitura da Cidade do Recife / Secretaria de Educação e Cultura, 1983. (Coleção Monumentos do Recife, v. I).

MENESES, U. B. **Natureza da arqueologia e do documento arqueológico:** problemas gerais da arqueologia brasileira (notas de aula). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP) / IPHAN, 1985?.

MENDES, D. **A calçada do Lorena:** o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista. 1994. Tese (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1994.

MIGLIACCIO, M. C. **A ocupação pré-colonial do pantanal de Cáceres, Mato Grosso.** Dissertação (Mestrado), - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2000.

MILLER; D.; TILLEY, C.; **Ideology, Power and Prehistory.** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

MONKS, G. Architectural Symbolism and Non Verbal Communication at Upper Fort Garry. **Historical Archaeology**, v. 26, n. 2, p. 37-57, 1992.

MONTEIRO, J. M. Vida e morte do índio: São Paulo colonial. COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO (Org.) **Índios no Estado de São Paulo:** Resistência e Transfiguração, São Paulo: Yankatu, p. 21-28, 1984.

_____. **Negros da terra:** índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. Dos campos de Piratininga ao Morro da Saudade: a presença indígena na história de São Paulo. *In*: PORTA, P. (Org.) **História da Cidade de São Paulo. A cidade Colonial, 1554-1822**, v. 1. São Paulo: Paz e Terra, p. 27-67, 2004.

MOORE, L. J. **Studying the modern period**: expanding the perspective of historical archaeology. Savannah River Anthropological Research Program. Columbia: South Carolina Institute of Archaeology and Anthropology; University of South Carolina, 1995.

MORAES, C. C. A.; GARCIA, G.; RAIMUNDO, S. (Coord.) **Turismo no alto-médio Tietê**: potencialidade e infra-estrutura. São Paulo: SEBRAE; Salto: INDER, 2000.

MORALES, W. F. Os cachimbos cerâmicos do MAE/USP: apresentação de uma coleção. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 9, p. 207-221, 1999.

_____. **A escravidão esquecida**: a administração indígena em Jundiaí durante o século XVIII. 2000. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. A cerâmica “neo-brasileira” nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiaí no século XVIII. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 11, p. 165-187, 2001.

_____. **Índios e africanos na Jundiaí colonial**. Jundiaí: Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, Série Memórias, v. 3, 2002.

MORI, V. H.; LEMOS, C. A. C.; CASTRO, A. H. F. **Arquitetura militar**: um panorama histórico a partir do porto de Santos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Fundação Cultural do Exército Brasileiro, 2003.

MORLEY, E.; SILVA, R. P.; SILVA, C F. O Paço imperial do Rio de Janeiro-a pesquisa arqueológica: primeiras notas, **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro: Secretaria da Cultura, Ministério da Educação e Cultura, n. 20, 1984.

MORSE, R. M. **De comunidade a metrópole**: biografia de São Paulo, São Paulo: Comissão do IV Centenário. Serviço de Comemorações Culturais, 1954.

_____. **Formação histórica de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1970.

MOURA, C. F. **A Expedição Langsdorff em Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Imprinta/UFMT, 1984.

MOUSSETTE, M. An encounter in the baroque age: French and amerindians in North America. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 37, n. 4, p. 29-39, 2003.

MROZOWSKI, S. A. Historical Archaeology as Anthropology. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 22, n. 1, p. 18-24, 1988.

MULLINS, P. R. Race and the genteel consumer: class and African - american consumption. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 33, n. 1, p. 22-38, 1999.

MULLINS, P. R.; PAYTNER, R. Representing colonizers: an archaeology of creolization, ethnogenesis, and indigenous material culture among the Haida. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 34, n. 3, p. 73-84, 2000.

MUSEU PAULISTA - USP. **Às Margens do Ipiranga**: 1890-1990. São Paulo: Catálogo de exposição do centenário do edifício do Museu Paulista da USP, BRADESCO, 1990.

NASCIMENTO, S. H. P. Sítio Mirim – Algumas considerações sobre sua História. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, p. 113-150, 1986.

NEFF, H. N.; BISHOP, D. L.; ARNOLD, D. E. Reconstructing ceramic production from ceramic compositional data. **Journal of Field Archaeology**, n. 5, p. 339-348, 1988.

NAJJAR, R. P. M. **A catequese vista pela ótica da arqueologia**: um estudo comparativo entre três igrejas jesuíticas no litoral do Brasil. 2003. Tese (Memorial de Qualificação de Doutorado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2003.

_____. **Construtores de Igrejas**: um estudo arqueológico da presença da Companhia de Jesus no litoral brasileiro. 2005. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.

NELSON, S. M. **Gender in archaeology**: analyzing power and prestige. Walnut Creek: Altamira, 1997.

NEWMAN, T. S. A dating key for post-eighteenth century bottles. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 5, p. 70-75, 1970.

NOELLI, F. S. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas. **Revista USP**, Dossiê Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira II, São Paulo, n. 44, p. 218-269, 1999/2000.

NOVAES, S. C. (Org.). **Habitacões indígenas**. São Paulo: Nobel/EDUSP, 1983.

NUNES, A. Inventário e Testamento, 07/05/1643. DAESP, v. 38, fls. 15. *In*: SETTE, B.; JUNQUEIRA, R. M. (Coord.) **Projeto Compartilhar**. Disponível em <<http://geocities.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>. Acesso em: 16 nov. 2005.

OLIVEIRA, C.A. **Estilos tecnológicos da cerâmica pré-histórica do Piauí – Brasil**. 2000. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, J. E. A Arqueologia Brasileira da Década de 1980 ao Início do Século XXI: uma avaliação histórica e historiográfica. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre: PUCRS, v. XXVIII, n.2, p.25-52, 2002.

ORSER, C. E., Jr. **In search of Zumbi**: preliminary archaeological research at Serra da Barriga, State of Alagoas, Brazil, Illinois State University Research Office, Illinois: Illinois State University, n. 67, 1992a.

_____. **Introdução à arqueologia histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992b.

_____. (Ed.) **Images of the recent past**: readings in historical archaeology, London: Altamira, 1996a.

_____. **Historical archaeology of the modern world**. New York: Plenum, 1996b.

_____. A Teoria de Rede e a Arqueologia da História Moderna. *In*: I REUNIÃO INTERNACIONAL DE TEORIA ARQUEOLÓGICA NA AMÉRICA DO SUL. Anais, **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, p. 87-101, 1999.

ORSER, C. E., Jr.; FAGAN, B. M. **Historical Archaeology**: a brief introduction. New York: Harper Collins, 1995.

ORTIZ, F. **Contrapunta cubano del tabaco y el azúcar**. Havana: Consejo Nacional de Cultura, 1963.

ORTON, C.; TYERS, P.; VINCE, A. **Pottery in archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

PAIVA, C. L. **História da técnica das construções coloniais em São Paulo**. Indaiatuba: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 1996.

_____. Construções rurais coloniais no quadrilátero do açúcar, Estado de São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba**, n. 5, p. 37-46, 1997.

PACCE, M. A propósito da casa do bandeirante. **Revista do Arquivo Municipal**. São Paulo: DPH-SMC, n. 193, ano 43, p.123-172, 1980.

PARDI, M. L. F.; SILVA, C. E. F. A pesquisa arqueológica na casa de fundição do ouro de Goiás. *In*: IV REUNIÃO CIENTÍFICA DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. Anais. **Dédalo**, São Paulo, p. 238-261, 1989.

PARELLADA, C. I. **Um tesouro herdado**: os vestígios arqueológicos da cidade colonial espanhola de Villa Rica del Espiritu Santo/Fênix - PR. 1997. Dissertação (Mestrado) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

PASSOS, M. L. P. F. (Coord.) **Evolução urbana da cidade de São Paulo**, v. 1, t. 1. São Paulo: Eletropaulo, 1990.

PATRIMÔNIO Cultural. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, e Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, São Paulo, 1974.

PAYNTER, R.; McGUIRE, R. **The archaeology of inequality**: material culture domination and resistance. Cambridge, Massachusetts: Blackwell, 1991.

PEACOCK, D. P. **S. Pottery and early commerce**: characterization and trade in roman and later ceramics. London; New York: Academic Press, 1977.

_____. **Pottery in the roman world: an ethnoarchaeological approach.** New York: Longman, 1982.

PEDREIRINHO, J. M. **Dicionário dos arquitectos activos em Portugal do século I à actualidade.** Porto: Afrontamento, 1994.

PENDERY, S. L. Portuguese Tin-glazed earthenware in seventeenth-century New England. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 33, n. 4, p. 58-77, 1999.

PETRONE, P. **A porta e o porto do planalto.** São Paulo: Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, 1969.

_____. **Aldeamentos Paulistas.** São Paulo: Edusp, 1995.

PETRI, S.; FÚLFARO, V. J. **Geologia do Brasil.** São Paulo: Edusp, 1988.

PFÄFFENBERGER, B. Symbols do not create meanings, activities do: or, why symbolic anthropology needs the anthropology of technology. *In*: SCHIFFER, M. B. (Ed.) **Anthropological perspectives on technology.** Albuquerque: University of New Mexico Press, p. 77-86, 2001.

POLAK, M. **Bottles: identification and price guide.** New York: Avon Books, 1997.

POLITIS, G. G. La actividad infantil em la produccion del registro arqueologico de cazadores-recolectores. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, Suplemento 3, São Paulo, p. 263-283, 1999.

PRADO Jr., C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia.** São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

PRAETZELLIS, A. **Death by Theory: A Tale of Mystery and Archaeology Theory**. Altamira Press, 2000.

PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 1992.

PINSKY, J.; FUNARI, P. P. (Ed.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Acervo pictórico da prefeitura do município de São Paulo**. São Paulo: DPH/SMC, 1985.

QUEIROZ, J. **A cerâmica portuguesa e outros estudos**. Lisboa: Presença, 1907.

QUEIRÓZ, M. I. P. Ufanismo paulista: vicissitude de um imaginário. **Revista da USP**, São Paulo, v. 13, p.78-87, 1992.

QUIROGA, L. La construcción de un espacio colonial: paisaje y relaciones sociales en el antiguo Valle de Cotahau (Provincia de Catamarca, Argentina). *In*: ZARANKIN, A.; ACUTO, F. A. (Org.) **Sed non satiata: teoría social em la arqueología latinoamericana contemporánea**. Buenos Aires: Del Tridente, p. 273-287, 1999.

RAPOPORT, A. Systems of activities and system of settings. *In*: KENT, S. (Ed.). **Domestic Architecture and the Use of Space: an Interdisciplinary Strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 5-32, 1990.

_____ **Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las Ciências Sociales com el diseño de la forma urbana**. Barcelona: G. Gili, 1978.

REIS FILHO, N. G. **Evolução urbana do Brasil**, São Paulo: Biblioteca Pioneira de Arte Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), 1968.

_____. **Quadro da arquitetura no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1970.

_____. **São Paulo e outras cidades:** produção social e degradação dos espaços urbanos. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. Notas sobre o urbanismo no Brasil colonial: primeira parte. **Cadernos de Pesquisa do LAP,** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP), n. 8, 1995.

_____. **Imagens de vilas e cidades brasileiras,** São Paulo, Imprensa Oficial, Universidade de São Paulo (USP), 2000.

_____. **São Paulo:** vila cidade metrópole. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo. BankBoston, 2004.

RENFREW, C.; BAHN, P. **Archaeology:** Theories, methods and practice. 4ª Ed. London: Thames & Hudson, 2004.

RIBEIRO, P. A. M. **Arqueologia na cidade do Rio Grande.** Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2004 (Coleção Pensar a História Sul Rio-Grandense, n. 26).

RICE, P. M. (Org.) **Pots and potters:** current approaches in ceramic archaeology. Los Angeles: Institute of Archaeology, University of California, 1984a.

_____. Pottery manufacture: some complications for the study of trade. *In:* RICE, P.M (Org.) **Pots and Potters:** current approaches in ceramic archaeology. Los Angeles: Monograph of the Institute of Archaeology, University of California at Los Angeles, p. 55-69, 1984b.

_____. **Pottery analysis:** a sourcebook. Chicago: Chicago University Press, 1987.

ROBERTSON, R. M. **História da Economia Americana**. Rio de Janeiro: Record, 1967.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M. **Os grupos ceramistas pré-coloniais do Brasil Central: origens e desenvolvimento**. 1996. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1996.

_____. Teoria e métodos na análise cerâmica em arqueologia. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo: MAE/USP, n. 8, p. 287-294, 1998.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, E. M.; ZANETTINI, P. E. **Jacareí às vésperas do descobrimento: o salvamento arqueológico do sítio Santa Marina**. Jacareí: Prefeitura Municipal de Jacareí / Fundação Cultural de Jacareí, (Coleção Arqueologia, n^o 1), 1999.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. *In*: FUNARI, P. P. A.; PINSKY, J. (Org.) **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, p. 25-34, 2001.

ROLNIK, R.; KOWARIK, L.; SOMEKH, N. (Org.) **São Paulo: crise e mudança**. São Paulo: Brasiliense/PMSP/SMP, 1991?

ROTOLO, E. **Normas para citações bibliográficas: baseadas na NBR 10520, ago. 2002**, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT – Tese (Especialização em museologia), Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.

RYE, O. S. **Pottery technology: principles and reconstruction**. Washington DC: Smithsonian Institution Press, 1981.

SÁ, C. **Conjunto arquitetônico do morro de Santo Antonio**: pesquisa arqueológica. Relatório Final. Rio de Janeiro, original datilog., 1984.

SACKETT, J.R. The meaning of style in archaeology: A General Model. **American Antiquity**, v. 42, n. 3, p. 369-380, 1977.

SAES, F. A. M. **As ferrovias de São Paulo 1870 - 1940**. São Paulo: HUCITEC / INL-MEC, 1981.

SAIA, L. Notas sobre a arquitetura rural paulista do segundo século. **Revista do SPHAN**, Rio de Janeiro, n. 8, 1944.

_____. **A casa bandeirista**: uma interpretação. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1955.

_____. Notas sobre a evolução da morada paulista. **Revista Acrópole**, São Paulo, 1957.

_____. **Morada Paulista**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagens à província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, província e missões do Paraguai**. São Paulo: Martins, 1945.

_____. **Viagem à Província de São Paulo**. São Paulo: Martins/Edusp, 1972.

_____. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a S. Paulo**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Edusp, 1974.

SAMPAIO, M. R. (Coord.). **São Paulo 1934-1938**: Os anos da administração Fabio Prado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP), 1988.

SAMPAIO, T. **São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos**. Petrópolis. São Paulo: Vozes/Secretaria da Cultura do Estado, 1978.

SAMSON, R. (Ed.) **The Social Archaeology of Houses**. Edinburg: Edinburg University Press, 1990.

SANT'ANNA, N. **São Paulo Histórico**, v. 5: aspectos, lendas e costumes. São Paulo: Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, 1944.

SANTOS, C. M.; MARÍLIA, F. Algumas notas sobre a economia de São Paulo no final do séc. XVIII. **Revista do Arquivo**, São Paulo: SMCSP, n. CLXXXVI, p.145-174, s/d.

SANTOS, M.C.M.M. Material de Cerâmica. *In*: CALDARELLI, S. (Coord.) **Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista**. São Paulo: Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A., p. 56-114, 2003.

SANTOS, R. **A faiança portuguesa do século XVI e XVII**. Porto: Livraria Calcaica, 1960.

SAUCK, W.A.; ATEKWANA, E.A.; NASH, M.S. High conductivities associated with a LNAPL plume imaged by integrated geophysical techniques. **Journal of Environmental and Engineering Geophysics**, v. 2, n. 3, p. 203-212, 1998.

SENATORE, M. X. Discursos iluministas e ordem social: representações materiais na colônia espanhola de Floridablanca em San Julián (Patagônia, século XVIII). *In*: _____.; ZARANKIN, A. (Org.) **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul**: cultura material, discursos e práticas. Buenos Aires: Del Tiradente, p. 88-106, 2002.

SENATORE, M. X; ZARANKIN, A. Leituras da Sociedade Moderna. Cultura Material, Discursos e Práticas. *In*: _____. (Org.) **Arqueologia da Sociedade**

Moderna na América do Sul. Cultura Material, Discursos e Práticas. Bueno Aires: Del Tridente, p. 5-18, 2002.

SCARLATO, F. C. Um olhar sobre São Paulo. *In:* MAGNANI, J. G. C. *et alii* (Coord.) **Expedição São Paulo 450 anos:** uma viagem por dentro da metrópole. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, p. 107-110, 2004.

SCATAMACCHIA, M. C. M. **Tentativa de caracterização da tradição tupiguarani.** 1981. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1981.

_____. **Proposta de terminologia para descrição e classificação da cerâmica arqueológica dos grupos pertencentes à família lingüística tupi-guarani,** 2005. No prelo.

SCHÁVELZON, D. **Arqueología de Buenos Aires.** Buenos Aires: Emecé, 1999.

SCHEUER, H. L. **A tradição da cerâmica popular.** São Paulo: Escola de Folclore, Livramento, 1982.

SCHIFFER, M. B. Archaeological context and systemic context. **American Antiquity,** Washington DC, v. 37, n. 2, p. 156-165, 1972.

_____. **Behavioral Archaeology.** New York; San Francisco; London: Academic Press, 1976.

_____. **Formation process of the archaeological record.** Albuquerque: University of New Mexico, 1991.

_____. (Ed) **Anthropological perspectives on technology.** Albuquerque: University of New Mexico Press, 2001.

SCHIFFER, M. B.; SKIBO, J. M. Theory and Experiment in the Study of Technical Change. *In*: SCHIFFER, M. B. (Ed.) **Technological Perspectives on Behavioral Change**. Tucson: university of Arizona Press, p. 40-76, 1992.

_____. The explanation of artifact variability. **American Antiquity**, v. 62, n. 1, 1997.

SCHMIDT, C. B. **Construções de taipa**: alguns aspectos de seu emprego e da sua técnica. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1946.

SCHUYLER, R. (Ed). **Historical archaeology**: a guide to substantive and theoretical contributions. New York: Baywood Publishing Company, 1978.

_____. Comments on historical archaeology in the next millenium: a forum. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 33, n. 2, p. 66-70, 1999.

SHACKEL, P. A. Archaeology, memory, and landscapes of conflict. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 37, n. 3, p. 03-13, 2003.

SHANKS, M.; TILLEY, C. **Re-constructing Archaeology**: theory and practice. London: Routledge. [1987] 1992.

SHEPARD, A. O. **Ceramics for the archaeologist**. Washington: Carnegie Institute of Washington, 1956.

_____. Temper identification: technological sherd-splitting or an unanswered challenge. **American Antiquity**, Washington DC, v. 29, n. 4, p. 518-20, 1964.

_____.; POLLOCK, H. E. D. **Maya Blue**: An Updated Record. Notes from a Ceramic Laboratory 4. Washington, DC: Carnegie Institution of Washington, 1971.

SIGRH. Disponível em:

<http://www.sigrh.sp.gov.br/sigrh/basecon/macrodrenagem/aricanduvaArquivos_Ari/Ilustr1.htm>. Acesso em: 02 abr. 2002.

SIMÕES, M.F. Índice das fases arqueológicas brasileiras: 1950-1971. **Publicações Avulsas**, n. 18, Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi, 1972.

SILVA, F. A. **As tecnologias e seus significados**. 2000. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2000.

SILVA, O. S. **Índios e Caboclos**. Estudo da obra de Eduardo Galvão. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1996.

SILVEIRA, J. F (Org.) **Escrever a casa portuguesa**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

SINGLETON, T. A. The Archaeology of Slavery. *In*: CAMPBELL, E. D. C.; RICE, K. (Ed.) **Before Freedom Came in the Antebellum South**, p. 155-175, 1991.

SINOPOLI, C. A. **Approaches to archaeological ceramics**. New York, London: Plenum, 1990.

SMITH, R. C. Arquitetura Jesuítica no Brasil. **Cadernos de Pesquisa do LAP** (Revista de estudos sobre Urbanismo, Arquitetura e preservação), São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP), n. 25, 1998.

SIMONSEN, R. C. **História Econômica do Brasil (1500/1820)**. São Paulo: Nacional, 1962.

SODRÉ, J. C. A. **As casas bandeiristas do DPH: de patrimônio histórico a bem cultural**. São Paulo, 2005. Monografia (Trabalho final de graduação em

Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade de São Paulo (USP), 2005.

SOUTH, S. **Method and Theory in Historical Archaeology**. New York: Academic Press, 1977

SOUZA, M. A. T. **Ouro Fino**: Arqueologia Histórica de um arraial de mineração no século XVIII em Goiás. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás (UFG), 2000.

SOUZA, M. L. **Arqueologia histórica aplicada ao reconhecimento de fazenda colonial século XVIII**. 1997, (datilo.). Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1997.

SOCIETY for Historical Archaeology. Disponível em: <<http://www.sha.org/Research/curation.htm>>. Acesso em: set. 2003.

STONE, L. M. Formal Classification and the Analysis of Historic Artifacts. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 4, p. 90-102, 1970.

SUANO, M. **Relatório de escavação no sítio da Ressaca - IV**. São Paulo: DPH, (datilog.), 1978.

SYMANSKI, L. C. P. Bebidas, panacéias, garrafas, copos: a amostra de vidros do solar Lopo Gonçalves. **Revista de Estudos Monçoneiros**, s/d. (datilog.) No prelo.

_____. **Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

SKIBO, J. M. **Pottery Function**: A Use-Alteration Perspective. New York: Plenum, 1992.

_____.; SCHIFFER, M. B. Understanding Artifact Variability and Change: a Behavioral Framework. *In*: SCHIFFER, M. B. (Ed) **Anthropological Perspectives on Technology**, An Amerind Foundation Publication. Arizona: Dragoon, p. 139-149, 2001.

STANDARDS and guidelines for the curation of archaeological collections. **The Society for Historical Archaeology Newsletter**, v. 26, n. 4, 1993

STOVEL, E. The Archaeology of Identity Construction: Ceramic Evidence from Northern Chile. *In*: FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A.; STOVEL, E. (Org.) **Global archaeological theory: contextual voices and contemporary thoughts**. New York: Kluwer Academic/Plenum, p. 145-166, 2005.

TAMANINI, E. Museu, Educação, Arqueologia. *In*: I REUNIÃO INTERNACIONAL DE TEORIA ARQUEOLÓGICA NA AMÉRICA DO SUL. Anais, **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, Suplemento 3, São Paulo, p. 339-345, 1999.

TAUNAY, A. E. **História seiscentista da Villa de São Paulo**. São Paulo: Tipografia Ideal, 1926/1929. v. 1-4.

_____. **História da cidade de São Paulo no século XVIII**. São Paulo: Imprensa Oficial 1934/1935, Divisão do Arquivo Histórico, 1949/1956. v. 1-4.

_____. **Relatos monçoneiros**. São Paulo: Publicações Comemorativas sob o Alto Patrocínio da Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1952.

TEIXEIRA, M. C.; VALLA, M. **O urbanismo português: séculos XIII-XVIII**. Portugal-Brasil: Livros Horizonte, 1999.

TELLES, A. C. S. **Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC, SEAC/FENAME, 1979.

THERRIEN, M.; UPRIMNY, E.; GUERRERO, J.L.; SALAMANCA, M.F.; GAITÁN, F.; FANDIÑO, M. **Catálogo de cerámica colonial y republicana de la Nueva Granada: Producción local y materiales foráneos (Costa Caribe, Altiplano Cundiboyacense-Colombia)**. Fundación de Investigaciones Arqueológicas Nacionales, Bogotá: Bando de la República Bogotá, 2002.

THEODORO, J.; RUIZ, R. São Paulo, de Vila a Cidade: a fundação, o poder público e a vida política. *In*: PORTA, P. (Org.) **História da Cidade de São Paulo**. A cidade Colonial, 1554-1822, v. 1. São Paulo: Paz e Terra, p. 69-113, 2004.

TOCCHETTO, F. B. Possibilidades de interpretação do conteúdo simbólico da arte gráfica Guarani. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 6, p. 22-45, 1996.

TOCCHETTO, F. B.; SYMANSKI, C. L.; OZÓRIO, S. R.; OLIVEIRA, A. T. D.; CAPPELLETTI, A. M. **A Faiança Fina em Porto Alegre**: vestígios arqueológicos de uma cidade. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2001.

TOLEDO, B. L.; MENESES, U. B. **O sítio urbano original de São Paulo, o Pátio do Colégio**. São Paulo: CONDEPHAAT, 1977.

TOLEDO, B. L.; KOSSOY, B.; LEMOS, C. **Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo 1862-1887**. Militão Augusto de Azevedo. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura, 1981.

TOLEDO, R. P. **A capital da solidão**: uma história de São Paulo das origens a 1900. São Paulo: Objetiva, 2003.

TOMIYAMA, N. H. T. **Sítio Taboão, arqueologia histórica do Vale do Parateí, Mogi das Cruzes - S.P.** São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.

TONELLI, M. **Arqueologia e direito na casa do Tatuapé - São Paulo: uma abordagem interdisciplinar à evidenciação de patrimônio cultural edificado.** 2004. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2004.

TORAL, A.; BASTOS, G. Os brutos que conquistaram o Brasil. **Revista Superinteressante.** São Paulo, ano 14, p. 26-35, abr. 2000.

TOULOUSE, J. H. **Bottle makers and their marks.** New York: Thomas Nelson Inc, 1972.

TRIGG, H. B. The ties that bind: economics and social interactions in early - colonial New Mexico, A. D. 1598-1680. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 37, n. 2, p. 65-84, 2003.

TRIGGER, B. **Time and traditions: essays in archaeological interpretation.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 1978.

TURGEON, L.; DELÂGE, D.; OUELLET, R. (Org.) **Tranferts culturels et métissages Amérique/Europe XVII^e - XX^e siècle/ Cultural Transfer: America and Europe: 500 Years of Interculturation.** Saint-Foy: Université Laval, 1996.

VAN DER LEEUW, S. E. The Archaeological study of specialized pottery production: Some aspects of method and theory. *In:* RICE, P. M. (Org.) **Pots and potters: current approaches in ceramic archaeology.** Institute of Archaeology, Los Angeles: University of California, p.45-69, 1984.

_____. Variation, Variability and Explanation in Pottery Studies. *In:* LONGACRE, W. A. (Org.) **Ceramic Ethnoarchaeology.** Tucson: University of Arizona Press, p. 3-39, 1991.

_____.; TORRENCE, R. **The Social and economic contexts of technological change**. Southampton: Department of Archaeology, University of Southampton [in association with Allen & Unwin], 1986.

VASCONCELLOS, S. C. **Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, 1961.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Brasília: Unb, 1992.

VILAR, D. D. **Arqueologia industrial e a evolução tecnológica do abastecimento de água na cidade de São Paulo dos franciscanos a Companhia Cantareira**. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE), Universidade de São Paulo (USP), 2003.

WALL, D. D. Examining gender, class and ethnicity in historical archaeology. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 33, n. 1, p. 102-118, 1999.

WERKEMA, Jr. D.D.; ATEKAWANA E.; S. E.; ROSSBACH, S.; DURIS, J. Vertical distribution of microbial abundances and apparent resistivity at an LNAPL spill site. **Proceedings of the Symposium on the Application of Geophysics to Engineering and Environmental Problems (SAGGEP' 2000)**, v. II, p. 597-608, 2000.

WIESSNER, P., Style and social information in Kalahari San projectile points. **American Antiquity**, v. 48, n. 2, p. 253-276, 1983.

_____. Style and changing relations between the individual and society. *In*: HODDER, I. (Ed.) **The meaning of things: material culture and symbolic expression**. London: Allen & Unwin, 1988.

_____. Is there a unity for style? *In*: CONKEY, M.; HASTORF, C. (Ed.) **The uses of style in archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 105-112.

WILCOXEN, C. Seventeenth-century portuguese faiança and its presence in colonial America. Northeast. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v 28, n.1, p. 1 -20, 1999.

WILHEIM, J. **São Paulo metrópole**. São Paulo: Difel, 1965.

WILKIE, L. A. Culture bought: evidence of creolization in the consumer goods of an enslaved Bahamian family. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 34, n. 3, p. 10-26, 2000.

WURST, L. A. Internalizing Class in Historical Archaeology. **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 3, n. 1, p.07-21, 1999.

WURST, L. A.; FITTS, R. Why confront class? (Introduction). **Historical Archaeology**, Pennsylvania, v. 3, n. 1, p. 01-06, 1999.

WÜST, I. **Aspectos da ocupação pré-colonial em uma área do Mato Grosso de Goiás** - Tentativa de análise espacial. 1983. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/Goiânia, 1983.

_____. **Continuidade e mudança**: para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso. 1990. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo/Goiânia, 1990.

_____. Etnicidade e tradições ceramistas: algumas reflexões a partir das antigas aldeias Bororo do Mato Grosso. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, Suplemento 3, São Paulo, p. 303-317, 1999.

ZANETTINI, P. E. Arqueologia Histórica: novas perspectivas (resumo). *In*: 1º SEMINÁRIO DE ARQUEOLOGIA HISTÓRICA, 1985, Rio de Janeiro. **Comunicação**. Rio de Janeiro: SPHAN - FNPM, (mimeog.), out. 1985.

_____. Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. **Arqueologia**, Curitiba, CEPA/UFPR, n. 5, p. 117-130, 1986.

_____. Canudos: memórias do fim do mundo. **Revista Horizonte Geográfico**, n. 03, ano 01, São Paulo, 1988.

_____. **Projeto Etnoarqueologia do negro no Mato Grosso**: reconhecimento arqueológico e cadastro de sítios. Relatório Final: IPHAN – FNPM, mimeog. São Paulo, 1989.

_____. Nós vamos invadir sua praia. **Revista Nova Ciência**, São Paulo, set. – out. 1990a.

_____. Calçada do Lorena: O primeiro caminho para o mar, arqueologia. **Revista Memória**, São Paulo: PCHA - Eletropaulo, n. 9, ano 3, p. 15-18, out. – dez. 1990b.

_____. Arqueologia histórica no Brasil: ela existe, mas você desconhece. **World Archaeological Congress**, São Paulo, (mimeog.), 1992.

_____. Ser ou não ser arqueólogo: esta não é mais a questão. LIMA, T. A. (Org.) Arqueologia Histórica no Brasil: Uma Experiência de Ensino. **Historical Archaeology of Latin America**, Columbia: The University of South Carolina, p.19-26, 1995.

_____. **Arqueologia Histórica de Canudos**: Estudos Preliminares. Salvador: UNEB, 1996a.

_____. Por uma arqueologia de Canudos e dos brasileiros iletrados. **Revista Canudos**, Salvador, UNEB, p. 167-171, 1996b.

_____. **A calçada do Lorena**: o caminho para o mar. 1998. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), 1998.

_____. **Prospecções arqueológicas no quintal do Museu da Energia, Itu - São Paulo**, São Paulo: Zanettini Arqueologia, 1999a.

_____. Pesquisa Arqueológica no Museu da Energia. **Revista Memória**. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo (FPHESP), n. 26, p. 52-61, jan. - ago. 1999b.

_____. Arqueologia na caatinga: arqueologia de Canudos, em Canudos ou para Canudos? **Revista ComCiência**. Texto adaptado de palestra proferida na Associação Arte e Vida. Disponível em: <www.comciencia.br>, 2003.

_____. O arqueólogo na cidade. *In*: MAGNANI, J. G. C. *et alii* (Coord.) **Expedição São Paulo 450 anos**: uma viagem por dentro da metrópole. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, p. 151-154, 2004.

ZANETTINI, P. E.; BAVA DE CAMARGO, P. F. **Cacos e mais cacos de vidro**: o que fazer com eles? (parte 1), São Paulo: Zanettini Arqueologia, 1999.

_____. **Cacos e mais cacos de vidro**: o que fazer com eles? 2ª. Ed. Revista e Ampliada. São Paulo: s.c.e., 2005. Digit.

ZANETTINI, P. E.; MORAES, C.A. Contribuição para a discussão em torno da Cerâmica "Neobrasileira": algumas reflexões sobre a louça produzida na Capitânia de São Paulo entre os séculos XVII e XIX. *In*: XIII CONGRESSO DA

SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (13.: 2005: Campo Grande, MS). **Anais**. Campo Grande: Editora Oeste, 2005. 1 CD-ROOM. Windows XP.

ZANETTINI, P. E.; ROBRAHAN-GONZÁLEZ, E. M. Arqueologia e Reconstituição Monumental do Parque Estadual de Canudos: salvamento arqueológico no Vale da Morte. **Revista Canudos**, v. 5, n. 1, Salvador, UNEB, p. 55-96, 2000.

ZANETTINI, S.; SAWAIA, S.; MONTEZANO, D. **AUP 109**: problemática habitacional da periferia, São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo (USP), Departamento de Projeto, Disciplina Optativa - 109 (datilog.), 1973.

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Projeto Reconhecimento e Salvamento Arqueológico Sítio Villa Branca**. Município de Jacareí. São Paulo (Fase II). Autorização Federal de Pesquisa (IPHAN/MinC): Portaria nº 56, 20 jun. 2001.

_____. **Prospecções arqueológicas** - Sítio do Capão, Cidade de São Paulo – SP. Relatório Final. São Paulo: Zanettini Arqueologia, abr. 2003a.

_____. **Projeto Prospecções Arqueológicas no Sítio Petybon** – Bairro da Lapa, Município de São Paulo, São Paulo. Autorização Federal de Pesquisa (IPHAN/MinC): Portaria nº 151, ago. 2003b.

_____. **Diagnóstico do patrimônio cultural, arqueologia e história** - programa de transporte urbano São Bernardo do Campo/SP. São Paulo: Zanettini Arqueologia, out. 2003c.

_____. **Programa arqueológico Rodovias das Colinas, arqueologia e patrimônio cultural, trechos a serem duplicados, Rodovia SP-300, Rodovia SP 127**. Relatório Final. São Paulo: Zanettini Arqueologia, nov. 2003d.

_____. **Fronteira Ocidental: Arqueologia e História em Vila Bela da Santíssima Trindade (Fase 1 e 2)**, Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato

Grosso. Secretaria de Cultura do Estado do Mato Grosso/Fapemat/MT. Autorização de Pesquisa (IPHAN/MinC): Portaria nº 160, 15 Julho de 2005, 2000/2005 (em andamento).

_____. **Programa de prospecções arqueológicas – terreno do Instituto Bom Pastor**, bairro do Ipiranga, município de São Paulo. Relatório técnico. São Paulo: s.c.e., 2005.

ZARANKIN, A. Casa tomada: sistema, poder y vivienda doméstica. *In*: _____. ; ACUTO, F. A. (Org.) **Sed non satiata: teoría social em la arqueología latinoamericana contemporánea**. Buenos Aires: Del Tridente, p. 239-272, 1999a.

_____. Arqueologia de la Arquitectura: another brick in the wall. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, Suplemento 3, São Paulo, p. 119-128, 1999b.

_____. **Paredes que domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista – o caso de Buenos Aires**. Campinas: CHAA-UNICAMP/FAPESP, 2002.

_____. Walls of Domestication – Archaeology of the Architecture of Capitalist Elementary Public Schools: The Case of Buenos Aires. *In*: FUNARI, P. P. A.; ZARANKIN, A.; STOVEL, E. (Org.) **Global archaeological theory: contextual voices and contemporary thoughts**. New York: Kluwer Academic/Plenum, p. 237-264, 2005.

ZARANKIN, A.; ACUTO, F. A. (Org.) **Sed non satiata: teoría social en la arqueología latinoamericana contemporánea**. Buenos Aires: Del Tridente, 1999.

ZARANKIN, A.; SENATORE, M. X. (Org.) **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: cultura material, discursos e práticas**. Buenos Aires: Del Tiradente, 2002.